



2021 - RELATÓRIO E CONTAS

2021
RELATÓRIO
E CONTAS

ÍNDICE

	MENSAGEM DA PRESIDENTE	08
<u>01</u>	O ANO DE 2021	10
<u>02</u>	A ATIVIDADE DA STCP	22
<u>03</u>	A STCP E OS SEUS COLABORADORES	68
<u>04</u>	STCP E O AMBIENTE	84
<u>05</u>	RESPONSABILIDADE COM AS PARTES RELACIONADAS	98
<u>06</u>	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	112
<u>07</u>	DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO	124
<u>08</u>	FACTOS SUBSEQUENTES E PERSPETIVAS PARA 2022	136
<u>09</u>	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	144
	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	146
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	228
	ÍNDICE GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI)	236

MENSAGEM DA PRESIDENTE



Cristina Pimentel
Presidente do Conselho de Administração



O atual Conselho de Administração, que iniciou as suas funções a 10 de março de 2022, assumiu a responsabilidade de elaboração do presente Relatório e Contas num contexto de alteração na sua composição.

A particularidade desta circunstância obriga-nos a uma mensagem mais orientada para o futuro da empresa sem, contudo, deixarmos de assinalar os factos mais marcantes do ano de 2021 que ficará indelevelmente marcado pela entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 151/2019 que operacionalizou a intermunicipalização da STCP.

O novo modelo de governo que agora se inicia perspetiva um novo ciclo na vida da empresa, fortalecendo-a e conferindo-lhe novas responsabilidades de atuação num quadro institucional coeso, e que encontra na melhoria das condições de mobilidade das populações que serve, a sua renovada missão.

Assim, o ano de 2021 ficará profundamente marcado pela consumação do Decreto-Lei n.º 151/2019 que veio a concretizar-se no início do ano encerrando-se um ciclo de profunda transformação estratégica da empresa e de adequação do seu modelo de governo ao contexto intermunicipal que passará, a partir de agora, a contextualizar a sua missão.

Cumprindo-se as bases que estiveram inerentes ao processo de intermunicipalização, em 2021, deu-se por terminada a renovação da frota ao abrigo dos Avisos I e II do POSEUR, que desde 2018, permitiu a aquisição de 274 novas viaturas, 20 delas 100% elétricas. Foi feita a instalação dos postos de abastecimento (para viaturas movidas a gás e elétricas) e dado início a trabalhos de grande

envergadura ao nível de melhoramento da performance das estações de recolha. Novos investimentos da frota e fontes de energia foram submetidos ao Programa de Recuperação e Resiliência. Lançaram-se concursos para novos sistemas de informação, nomeadamente o Sistema de Apoio à Exploração (SAE) e Bilhética, que irão conduzir a melhorias de produtividade, bem como se trabalhou nos sistemas de informação para facilitar o conhecimento interno e tomadas de decisão.

Avançou-se com uma campanha de angariação e retenção de clientes dirigida aos públicos mais jovens que se pretende venham a constituir o futuro da empresa. Uma campanha cheia de cor, de energia e que defende os mesmos ideais de mobilidade acessível, de mitigar alterações ambientais.

Ao longo do ano de 2021, pautado por uma nova visão estratégica para a empresa, a STCP contou sempre com a dedicação, resiliência e esforço dos seus colaboradores que desde sempre tem pautado a sua atuação para que a STCP seja uma empresa de referência para a mobilidade urbana dos municípios onde opera.

É, pois, devida uma palavra de profundo agradecimento a todos os colaboradores da STCP que souberam, desde sempre, acompanhar com dedicação, empenho e sentido de dever, as transformações e os desafios que a empresa teve que enfrentar ao longo dos últimos anos, superando todas as dificuldades e obstáculos para que a empresa mantivesse o seu bom funcionamento e assegurasse a sua missão de prestar um serviço de transporte público urbano de excelência na Área Metropolitana do Porto.



O ANO DE 2021

01

1.1 Enquadramento do Relatório	12
1.2 Principais Acontecimentos	13
1.3 Rede da STCP e Principais Indicadores	16

1.1 ENQUADRAMENTO DO RELATÓRIO

A 10 de março de 2022, por Deliberação Social Unânime Por Escrito, e de acordo com a vontade expressa dos acionistas da STCP, foram eleitos por unanimidade, os novos membros do Conselho de Administração da STCP, E.I.M., S.A., com efeitos no próprio dia da eleição, e para as seguintes funções:

Conselho de Administração

Presidente Executiva	Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel
Vogal Executivo	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva
Vogal Executiva	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

Este relatório tem uma natureza anual, o primeiro da empresa com a designação de STCP, E.I.M., S.A., contém informação financeira e não financeira referente a 2021 e, para uma análise da sua evolução, apresenta também os dados dos dois anos anteriores.

O relatório foi elaborado de acordo com o estipulado no Código das Sociedades Comerciais e inclui a informação que se avaliou como necessária para dar cumprimento aos compromissos e às obrigações legais de reporte financeiro, bem como de reporte de sustentabilidade e de boas práticas de governo societário, este último elaborado autonomamente e designado por Relatório de Governo Societário 2021.

O relatório tem por objetivo transmitir uma exposição fiel, clara e transparente sobre a evolução e o desempenho da atividade da STCP, das estratégias adotadas, da gestão e desempenho das principais áreas de negócio da empresa e demonstrar o esforço e empenho de todas as partes envolvidas para a prossecução de um serviço público mais sustentável em termos económicos e ambientais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, e preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (retificado) com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acor-

do com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho.

A informação financeira encontra-se detalhada no ponto DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS deste relatório, que contém as Contas do exercício de 2021 e as Notas às Demonstrações Financeiras.

A demonstração não financeira (nos termos do artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais), está descrita ao longo dos Capítulos 1 a 7 deste relatório e centra-se principalmente em questões materialmente relevantes do ponto de vista da Sustentabilidade, nas vertentes Económica, Social e Ambiental, no âmbito da sua importância para o negócio e para as Partes Relacionadas. A demonstração não financeira foi elaborada tendo por orientação as Diretrizes de Elaboração do GRI (*Global Reporting Initiative*), padrão internacional para o desenvolvimento de modelos de sustentabilidade, na sua versão *standard*, não sendo realizada verificação externa.

1.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

01JAN

INTERMUNICIPALIZAÇÃO DA STCP

Concretização da Intermunicipalização da STCP, com a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da empresa do Estado para os Municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, de forma proporcional à respetiva participação no capital social. A STCP passa a ser designada por Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A. e a integrar o setor empresarial local.

15MAR

ENTRADA EM OPERAÇÃO DOS PRIMEIROS NOVOS AUTOCARROS DA SEGUNDA FASE DE RENOVAÇÃO DA FROTA

A STCP passou a contar com 21 novos autocarros movidos a Gás Natural Comprimido, de um total de 86 previstos para o ano (81 a gás natural e 5 elétricos), dando continuidade à operação de renovação de frota que tem levado a cabo desde abril de 2018 e que tem como pressuposto garantir a crescente descarbonização da operação da empresa.

14ABR

LANÇAMENTO DA PÁGINA INSTAGRAM STCP

A STCP criou na rede social Instagram uma conta que tem como objetivo estar mais próxima dos clientes mais jovens, mais irreverentes e com perfis cada vez mais digitais. A página demonstra ser uma montra artística na qual se dá a conhecer o trabalho de diferentes artistas e de formas de expressão disruptivas, desde arte urbana, música, poesia, fotografia, escultura, pintura, entre muitas outras. A ideia surge com um convite dirigido à comunidade artística – *Calling All Artists* – com o desafio de serem apresentadas propostas relacionadas, de alguma forma, com a STCP e com as temáticas onde esta se insere.

07/08MAI

STCP FOI A TRANSPORTADORA OFICIAL DA CIMEIRA SOCIAL DO PORTO

A STCP foi a operadora convidada a participar na Cimeira Social do Porto, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE) na qualidade de transportadora especial dos delegados dos vários Estados-Membros. A STCP, maior operadora de transportes públicos da Área Metropolitana do Porto, associou-se a este evento no âmbito da aposta da redução da pegada ecológica que tem vindo a ser feita através da renovação da frota, sendo também uma das prioridades da então presidência portuguesa do Conselho da União Europeia.

30JUN

ASSEMBLEIA GERAL DA STCP

Foi realizada a Assembleia Geral da STCP tendo sido eleitos os novos membros dos Órgãos Sociais e aprovados o Relatório e Contas e o Relatório do Governo Societário do ano transato.

22JUL

VISA INTRODUZIU OS PAGAMENTOS CONTACTLESS NOS TRANSPORTES PÚBLICOS DO PORTO

A linha 500 da STCP, servida por autocarros de dois pisos, e a Linha Violeta (E) da Metro do Porto, integram um projeto-piloto que tem por objetivo introduzir os pagamentos *contactless* nos transportes públicos do Porto. O projeto, liderado pelo TIP - Transportes Intermodais do Porto em conjunto com a VISA, permite nesta fase do projeto, efetuar circuitos de ambos os operadores, com elevado peso turístico, simplificando o processo de acesso ao transporte público, sem necessidade de compra prévia de título de transporte ou conhecimento das regras de circulação do sistema intermodal.

04AGO

OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA VIA NORTE

Foi iniciada a empreitada de modernização e renovação das instalações da Estação de Recolha da Via Norte, construída em 1990, e que desde essa data não era alvo de obras significativas. Esta requalificação e modernização pretende dar cumprimento a obrigações legais, nomeadamente na remoção das chapas de fibrocimento e na remodelação das instalações elétricas, melhorar a eficiência energética das instalações, alterar as instalações sociais com a construção de uma sala de refeições dimensionada para o aumento de efetivo e adaptação das oficinas de manutenção, e melhorar a segurança e as condições de trabalho ao nível da área operacional e da área da manutenção.

29SET

LANÇAMENTO DE UMA CAMPANHA COM FOCO NO PÚBLICO MAIS JOVEM

A STCP lançou uma campanha publicitária a pensar nos clientes das gerações mais jovens, procurando romper com a habitual linguagem formal e institucional da empresa. Tratou-se de uma campanha irreverente, repleta de cor e energia, de encontro aos interesses daquele segmento de clientes. O desafio foi o de apresentar ao público mais jovem a oferta atualmente existente de títulos de transporte gratuitos ou com descontos até 60%, condição que permite que a mobilidade seja acessível para todos, mas também que a utilização frequente de transportes se traduza num contributo coletivo para mitigar as alterações climáticas, aumentar a qualidade de vida nas cidades e tornar a sociedade mais inclusiva. Sob o mote “ONDE QUER QUE VÁ, É AQUI QUE COMEÇÓ”, a campanha pretendeu enunciar as várias vivências de uma viagem na STCP, onde para um jovem uma deslocação escola/faculdade ou o regresso a casa é muito mais do que uma simples viagem. É um momento de criação de memórias, de absorção de conhecimentos e formulação de pensamentos. Mais do que uma viagem é “ONDE TUDO COMEÇA”.

04NOV

RENOVAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

A STCP obteve a renovação das certificações do Sistema de Gestão da Qualidade e do Sistema de Gestão Ambiental, após auditorias realizadas em julho pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, e viu confirmada a manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho. A empresa continua assim a ser reconhecida pela aplicação das melhores práticas do setor pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao nível da inovação e qualidade, bem como em termos de competitividade e de desenvolvimento sustentável na vertente ambiental, e da promoção de um Ambiente de Trabalho Saudável (2010, Organização Mundial de Saúde – OMS) aos seus colaboradores.

10NOV

LINHA 22, DE CARRO ELÉTRICO, SUSPENSA DURANTE TRÊS ANOS

A linha 22 de carro elétrico, inaugurada em setembro de 2007, que faz o seu percurso por toda a baixa da cidade e percorre algumas das artérias mais emblemáticas da cidade do Porto, foi suspensa durante três anos devido ao evoluir das obras de alargamento da rede de metro na cidade, nomeadamente, da ligação entre as zonas de S. Bento e Boavista, o que implica que várias artérias da baixa da cidade sejam encerradas ao trânsito.

26NOV

STCP RENOVA FROTA COM 5 VIATURAS 100% ELÉTRICAS (ZHONGTONG)

O evento de apresentação dos 5 novos autocarros elétricos da STCP, que contou com a presença do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, do Secretário de Estado da Mobilidade, Eduardo Pinheiro, dos representantes das autarquias acionistas da empresa (os presidentes das Câmaras Municipais do Porto e de Gondomar, Rui Moreira e Marco Martins, os vice-presidentes das Câmaras Municipais de Matosinhos e Valongo, Carlos Mouta e Ana Maria Rodrigues), de representantes do IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes e com todos os membros do Conselho de Administração da STCP, foi realizado no Museu do Carro Elétrico. Os 5 autocarros são da marca Zhongtong Bus e foram fornecidos pela empresa portuguesa EF – Mobilidade Elétrica.

22DEZ

CONCLUSÃO DA 2ª FASE DA RENOVAÇÃO DA FROTA DA STCP

Com a receção dos últimos dois novos autocarros standard a Gás Natural Comprimido ficou concluída a segunda fase de renovação da frota da STCP, que contou com o cofinanciamento do POSEUR, à semelhança do que já tinha acontecido na 1ª fase. Concluídas a 1ª e 2ª fases de renovação de frota envelhecida de autocarros, a STCP viu substituídas 65% do total das suas viaturas por veículos mais limpos e mais amigos do ambiente. No início do processo, em 2017, a STCP contava com 39% da frota a gasóleo e 61% a gás natural. No final de 2021 a frota de autocarros da STCP é composta por 5% de veículos elétricos, 79% a gás natural e 16% a gasóleo. Estas duas operações de renovação da frota de autocarros da STCP contribuíram acentuadamente para a descarbonização da operação da empresa.

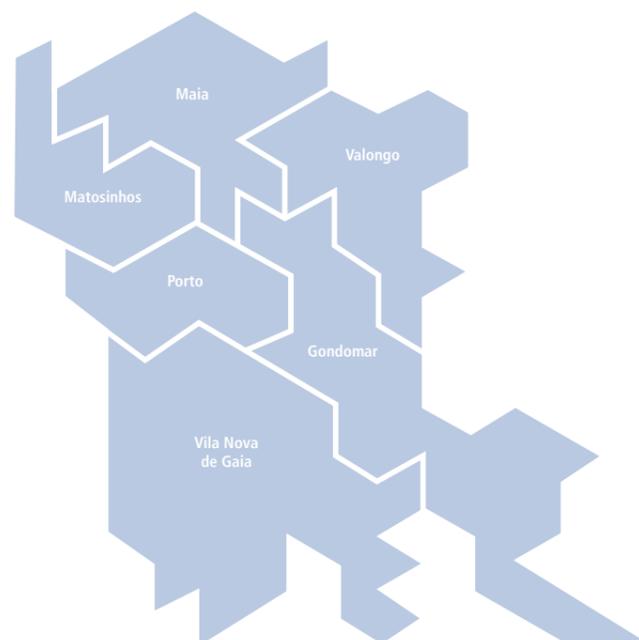
31DEZ

REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA STCP

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 31 de dezembro de 2021, os acionistas da STCP, reconhecendo que a sociedade se encontrava desde há algum tempo, na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, deliberaram por unanimidade e com efeitos imediatos, proceder à redução do capital da STCP em 232.080.560,00€ para efeitos de cobertura de prejuízos, passando de 322.080.560,00€ para o montante de 90.000.000,00€. Os acionistas deliberaram ainda que a redução do capital social fosse efetuada mediante a extinção das ações representativas do seu capital, na proporção de cada um dos acionistas na sociedade.

1.3 REDE DA STCP E PRINCIPAIS INDICADORES

REDE STCP



A rede da STCP serve os seguintes seis concelhos,

GONDOMAR, MAIA, MATOSINHOS, PORTO, VALONGO E VILA NOVA DE GAIA, DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO (AMP)

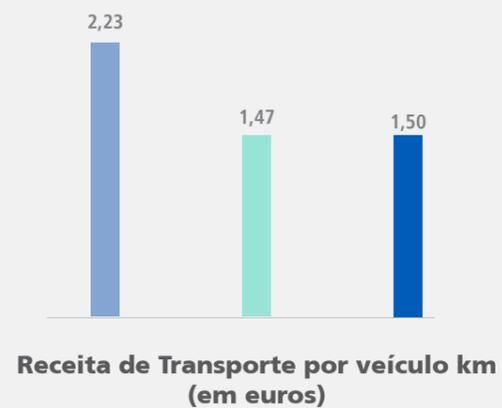
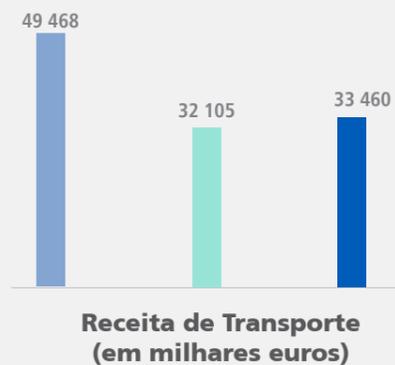
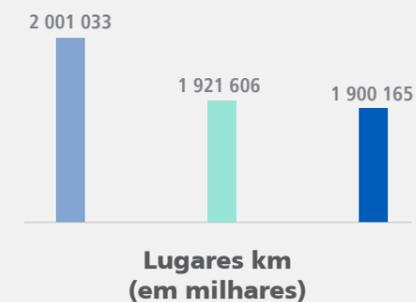
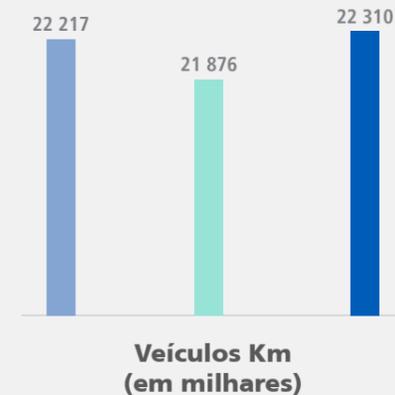
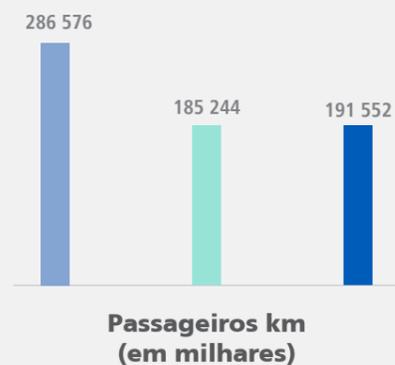
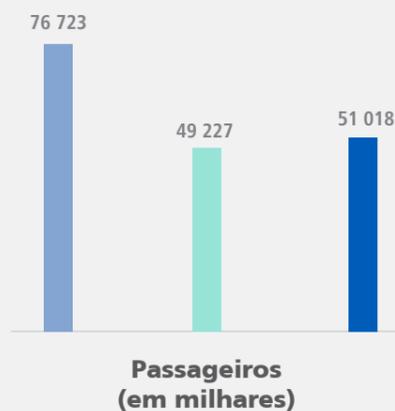
com uma população residente de aproximadamente 1,7 milhões de habitantes¹. A rede de transportes públicos da STCP tem uma extensão total de 494 km. A 31 de dezembro de 2021 existia um total de 2.514 paragens, 47% das quais tinham abrigo.

Concelho	Número de Paragens	% Paragens com abrigo
Porto	940	58%
Matosinhos	499	39%
Maia	352	41%
Vila Nova de Gaia	328	45%
Gondomar	209	42%
Valongo	186	38%
Total	2 514	47%

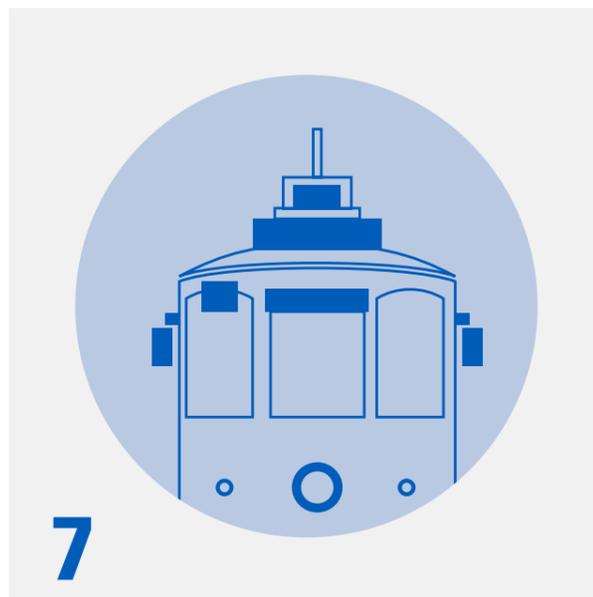
¹População residente em 2021; fonte: INE



PRINCIPAIS INDICADORES



FROTA

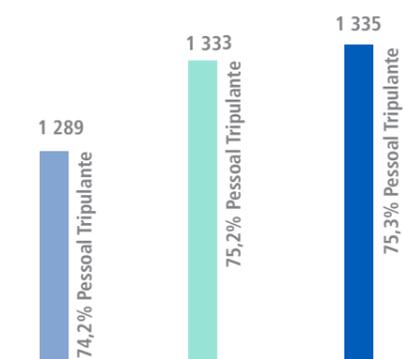


Situação Patrimonial (milhares euros)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Ativo	130 008	148 065	182 762	34 697	23,4%
Capital Próprio	-319 479	-313 485	139 340	452 825	144,4%
Passivo	449 487	461 550	43 423	-418 128	-90,6%
Capital Próprio + Passivo	130 008	148 065	182 762	34 697	23,4%

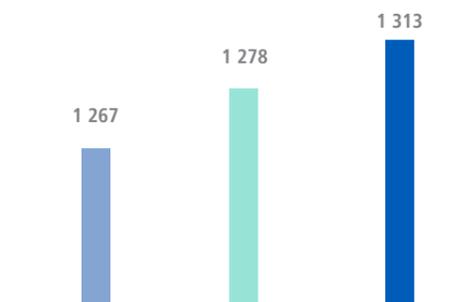
Investimento (milhares euros)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Total	16 309	17 989	22 925	4 936	27,4%
% de Novos Autocarros	81%	95%	94%	-1,0 pp	-1,0%

EFETIVO

Efetivo Total a 31/12



Efetivo Médio



Indicadores Financeiros (em milhares)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Volume de Negócios [1]	49 581	32 116	33 486	1 370	4,3%
EBITDA Recorrente [2]	3 482	-3 002	4 188	7 190	239,5%
Resultado Líquido	-3 163	-12 053	83	12 136	100,7%
Rendimentos Operacionais [2]	57 255	47 406	61 233	13 827	29,2%
Gastos Operacionais [2]	53 773	50 408	57 045	6 636	13,2%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	106%	94%	107%	13,3 pp	14,1%

[1] Inclui Receita de bilheteira, compensações tarifárias e aluguer de viaturas.

[2] Exclui amortizações, provisões, reversões, imparidades, variação do justo valor de ativos e ganhos/perdas extraordinários.

A ATIVIDADE DA STCP

02

2.1 Passageiros, Receita e Oferta STCP	24
2.1.1 Modo Autocarro	46
2.1.2 Modo Carro Elétrico	54
2.2 Comunicação e Informação ao Público	58
2.3 Museu do Carro Elétrico	63

2.1 PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA STCP

IMPACTO DO COVID-19 NA ATIVIDADE

Durante o ano de 2021 foram ainda sentidos os fortes impactos negativos da pandemia covid-19 na atividade da empresa. Desde o regresso do dever de recolhimento domiciliário ao encerramento de várias atividades económicas e retorno do teletrabalho, a STCP foi ajustando a sua atividade ao longo do ano, conforme o cronograma abaixo.

Suspensão do serviço de carro elétrico e encerramento do **Museu do Carro Elétrico**.
A partir de 18/jan, adoção de horários de verão / agosto na oferta das linhas de autocarro, **reduzindo 12%** às viagens aos dias úteis.

Aumento da oferta em 18%, aos dias úteis, em relação ao "Horário de Contingência".

4ª fase do plano de desconfinamento com redução das restrições de circulação.
Oferta de 100% aos fins de semana e feriados em maio e junho, com recurso à contratação externa de operadores privados.

Horário de Verão.
A 23 de agosto, findou a regra que limitava a capacidade de utilização máxima de cada veículo a **2/3**.

A 1/dez, **último dia da situação de contingência** em todo o território nacional continental.

Reforço de 12 linhas com oferta a 106% (dias normais) de outubro a dezembro com recurso à contratação externa de operadores privados.

JAN FEV MAR ABR MAI JUN

JUL AGO SET OUT NOV DEZ

Redução da oferta do modo autocarro aos dias úteis em **19%**. **2/3** da lotação máxima permitida por veículo. Horário de contingência ao fim de semana com a proibição de circulação entre concelhos e o encerramento de estabelecimentos de retalho alimentar, às 17h00.

Oferta a 100% aos dias úteis com a adoção do "Horário Normal". Retoma da atividade dos carros elétricos e do Museu do Carro Elétrico, com restrições ao fim de semana até 8 de maio. Início, a 19/abr, da **3ª fase do plano de desconfinamento**.

"Horário normal" em todas as linhas.

STCP AJUSTOU A OFERTA A PARTIR DE 18 DE JANEIRO

A STCP reduziu a oferta disponível na rede, a partir de 18 de janeiro, em cerca de 12% aos dias úteis. Esta alteração surgiu devido ao regresso do dever de recolhimento domiciliário, ao encerramento de várias atividades económicas e ao retorno ao teletrabalho, entre outras medidas aplicadas no seguimento do novo Estado de Emergência. Nos dois últimos fins de semana de janeiro, a oferta manteve-se sem alteração face aos últimos fins de semana, com redução de serviço a partir das 13h em nove linhas, havendo uma exceção no domingo, dia 24 de janeiro, devido às eleições.

No início de janeiro, viajaram na STCP uma média diária de 173 mil passageiros, aos dias úteis.

As 3 linhas de elétrico da cidade do Porto e o Museu do Carro Elétrico foram encerrados a partir de 15 de janeiro.

STCP ALTEROU HORÁRIOS A PARTIR DE 22 DE FEVEREIRO

Com a renovação do Estado de Emergência até dia 1 de março, a continuidade do confinamento geral e do teletrabalho, bem como a permanência dos estabelecimentos de ensino encerrados, constatou-se que a população com necessidade de circulação e utilização de transportes públicos diminuiu. Por esta razão, a STCP teve que ajustar a oferta, no modo autocarro, a partir do dia 22 de fevereiro, adequando-a à situação da procura.

Estas alterações no modo autocarro traduziram-se numa redução de cerca de 19% da oferta dos dias úteis normais. Os ajustes foram desenhados tendo em conta os 2/3 da lotação máxima permitida por veículo, continuando a STCP a prestar um serviço de transporte público de qualidade e confiança, garantindo a segurança de motoristas e passageiros e assegurando o serviço de transporte público nos seis concelhos onde opera.

As alterações da oferta ocorreram em 58 linhas da rede diurna: 33 linhas mantiveram o horário denominados nas paragens como “normal”, “verão/agosto” ou “férias escolares”; as Linhas 704 e 907 tiveram aumento de oferta, pois apresentavam, pontualmente, autocarros próximos da lotação máxima em algumas viagens; redução de oferta em 23 linhas.

Em fevereiro, o número médio de clientes diários foi de 87 mil, o que representou uma redução na procura de cerca de 50% face a janeiro.

STCP COM “HORÁRIO DE CONTINGÊNCIA” TAMBÉM AO FIM DE SEMANA

O “Horário de Contingência” aos fins de semana entrou em vigor no dia 27 de fevereiro e permaneceu ativo enquanto se mantiveram as restrições do segundo período de confinamento geral, nomeadamente a proibição de circulação entre concelhos e o encerramento de estabelecimentos de retalho alimentar, às 17h00, ao fim de semana.

Assim, aos sábados e domingos, por volta das 17h00, a maioria das 58 linhas diurnas da STCP diminuíram gradualmente a oferta, antecipando o “Horário Noturno” da empresa.

STCP COM AUMENTO DE OFERTA

A partir do dia 22 de março, a STCP alargou a oferta da operação em 18%, aos dias úteis, em relação ao “Horário de Contingência” que vigorava.

Nesse aumento de oferta generalizado na Rede STCP, destacaram-se duas situações: a linha 907 [Boavista-Vila D’Este] manteve a oferta de “Horário Normal”; as linhas 1M [Av. Aliados-Matosinhos (Praia)] e 11M [Hosp. S. João-Coimbrões], da Rede da Madrugada, retomaram a operação.

STCP COM OFERTA A 100% AOS DIAS ÚTEIS

A STCP retomou a oferta a 100% aos dias úteis a partir do dia 5 de abril, com a adoção do “Horário Normal” em todas as suas linhas de autocarro. Este restabelecimento da oferta máxima aos dias de semana surgiu como resposta ao aumento gradual de passageiros verificado ao longo do mês de março. Aos fins de semana, a rede STCP continuou a operar com o denominado “Horário de Contingência”.

A 5 de abril, as linhas de elétrico retomaram a sua circulação regular, e o Museu do Carro Elétrico reabriu ao público. No entanto, aos sábados, domingos e feriados, os elétricos suspendiam a operação às 13 horas, de acordo com as medidas de restrição de circulação que vigoravam para os fins de semana.

STCP COM AUMENTO DE OFERTA A PARTIR DE 24 DE MAIO

A partir de 24 de maio a STCP implementou a **primeira fase de reforço da oferta no âmbito do financiamento atribuído através do protocolo formalizado entre a AMP - Área Metropolitana do Porto e o Fundo Ambiental, Ministério do Ambiente e Ação Climática (Despacho n.º 10846-A/2020)**. Este reforço teve uma primeira fase, antes das férias escolares de verão, tendo sido retomado em setembro/outubro com término no final de 2021.

Nesse contexto foram reforçadas 12 linhas de autocarro a partir do dia 24 de maio, fortalecendo a oferta do serviço de transporte público rodoviário. Esse reforço transitório – que se traduziu em 6% de viagens adicionais – aos dias úteis dos horários “normais”, período em que se verificava maior procura, denotando necessidade de maior oferta. Foi acordado nesse processo um período mínimo de reforço de 70 dias úteis, que surgiu face ao aumento dos níveis de procura apurados com a retoma gradual de diversas atividades económicas.

Foram abrangidas as seguintes linhas: 200, 201, 203, 204, 205, 207, 208, 305, 703, 800, 801 e 907.

A Linha 600 teve aumento significativo dos lugares oferecidos, com recurso exclusivo a veículos articulados, aos dias úteis, no horário diurno praticado.

À semelhança do que aconteceu em finais de 2020, esta operação de reforço de rede só foi possível por considerar, em simultâneo, a subcontratação de serviço pela AMP a operadores privados, que operaram 9 linhas da STCP.

AUTOCARROS E ELÉTRICOS SEM RESTRIÇÕES DE LOTAÇÃO

A regra que limitava a lotação dos transportes públicos a 2/3 da sua capacidade terminou a 23 de agosto, sendo que os autocarros e elétricos puderam passar a completar a totalidade da sua lotação, no âmbito da segunda fase de desconfinamento decorrente da pandemia covid-19. A limitação de 2/3 estava a ser aplicada desde o dia 19 de maio de 2020.

Embora tenha sido levantada a restrição na lotação, mantiveram-se todas as outras medidas adotadas com vista à prevenção e mitigação da transmissão da covid-19, especialmente a utilização de máscara nos transportes públicos, que continua a ser obrigatória para todos os passageiros com idade igual ou superior a 10 anos.

RETOMA DE TROCOS NOS PAGAMENTOS A BORDO

A 23 de agosto, foi também retomada a aceitação de trocos na venda de bilhetes de bordo. A norma de venda unicamente com valores certos deixou de prevalecer. A STCP continuou, no entanto, a recomendar o pagamento com dinheiro certo nos autocarros e com multibanco nos carros elétricos, de modo a agilizar a operação.

REGRESSO ÀS AULAS COM A STCP

A empresa retomou o serviço com a máxima frequência, a partir do dia 13 de setembro, apoiando o início de um novo ano escolar.

As diversas linhas de autocarro voltaram a operar no denominado “Horário Normal”, o que se traduz num reforço essencialmente nos horários nas horas de ponta, respondendo desta forma ao aumento da procura que, habitualmente, se verifica nessa altura.

STCP REFORÇOU 13 LINHAS DE AUTOCARRO

A partir do dia 1 de outubro foi retomado o reforço transitório na sua rede de autocarros, relativo à segunda fase do contrato celebrado entre a AMP e Operadores Privados, no âmbito de financiamento atribuído através do protocolo formalizado entre a AMP e o Fundo Ambiental, Ministério do Ambiente e Ação Climática (Despacho n.º 10846-A/2020), que terminou a 17 de dezembro. Este acordo previa um reforço transitório para o ano de 2021, com um valor máximo de financiamento de 750 mil euros, tendo sido distribuído em duas fases.

Importante lembrar que a referida contratação apenas abrangeu os dias úteis (diurno), mantendo a STCP a operação destas linhas aos fins de semana e feriados.

As viaturas a operar nas linhas subcontratadas apresentaram a imagem e marca “STCP”, para uma melhor compreensão dos clientes e identificação das linhas.

OBRAS NA REDE VIÁRIA E O IMPACTO NA ATIVIDADE

STCP E OS CONGESTIONAMENTOS DE TRÂNSITO NO PORTO

As obras de alargamento da rede de metro no Porto e em Vila Nova de Gaia, bem como as obras de manutenção do tabuleiro inferior da ponte Luís I, impediram a STCP de manter os percursos e paragens habituais na baixa do Porto e na zona da Boavista.

A STCP, consciente das repercussões que estes constrangimentos de circulação têm na sua operação diária e do impacto provocado no dia-a-dia dos seus passageiros, teve que estudar para encontrar soluções que viabilizassem a mobilidade dos clientes juntamente com as autarquias do Porto e Gaia.

No dia 14 de outubro encerrou o tabuleiro inferior da ponte Luís I, para obras de manutenção, situação que implicou a impossibilidade de fazer a travessia, em ambos os sentidos com as linhas 900, 901, 906 e 11M, pelo período de um ano.

Também a 14 de outubro, algumas das paragens da STCP na baixa foram realocizadas, devido ao avançar das obras de alargamento da rede de metro no Porto e aos congestionamentos inerentes de circulação naquela zona da cidade.

FECHO DA PONTE LUIS I

Alternativas de mobilidade

LINHA
900

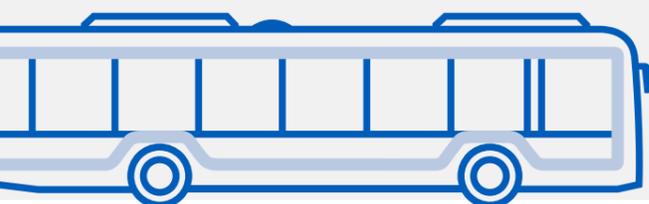
LINHA
901

LINHA
906

LINHA
11M

NOVA LOCALIZAÇÃO DE PARAGENS

Obras do metro nos Aliados



Relocalização de paragens na baixa do Porto

Linha 200 (sentido Bolhão)	Nova paragem junto ao teatro Sá da Bandeira. Abandona o percurso por Gonçalo Cristóvão e assume ambos os sentidos pela Rua Sá da Bandeira.
Linhas 201, 208 e 501	A penúltima paragem faz-se junto à estação de metro Aliados. Término e início de linha situa-se em nova paragem junto ao shopping da Trindade.
Linha 400	A penúltima paragem faz-se na Pr. D. João I. Término e início de linha junto ao shopping da Trindade. Sentido Parque Nascente, verifica nova paragem junto à praça da Liberdade, na plataforma central.
Linha 500	Término e início em São Bento (Av. D. Afonso Henriques).
Linhas 901 e 906	Assumem novas paragens na Batalha, Praça D. João I e mantêm o atual término na Trindade. Mantém paragem Aliados no sentido Gaia.
Linhas 904 e 905	Alteram o Término e início de linha para a Trindade, junto ao metro e Parque de Estacionamento da Trindade. Sentido Gaia, verificam nova paragem junto à Praça da Liberdade, na plataforma central.
Linhas 1M – Matosinhos e 10M – Vila d'Este	Param na plataforma central, na parte de baixo dos Aliados.
Linha 3M	Término e início na Pr. General Humberto Delgado (poente).
Linha 11 M	Recuaram para a parte superior da Avenida dos Aliados (lado poente).

A 28 de outubro, com uma duração estimada de 13 meses, foi realizado um condicionamento com corte de via na Avenida de França, entre a Rotunda da Boavista (Praça Mouzinho de Albuquerque) e a Rua do Capitão Henrique Galvão, no âmbito da execução das obras de contenção para escavação da futura estação de Metro da Boavista e execução da laje de cobertura.

Devido a este condicionamento foi criado um novo arruamento para o desvio temporário, que manterá as mesmas características da Avenida de França, nomeadamente três vias de tráfego. Nesse sentido, as paragens Boavista Casa da Música foram realocizadas para o novo arruamento provisório. Os dois painéis de informação ao público existentes neste espaço foram desmontados, não tendo sido possível realocizá-los. Para garantir algumas condições de conforto no tempo de espera dos utilizadores de transporte público foram criadas plataformas em duas das referidas paragens para colocação de abrigo ou solução semelhante, após abertura do referido arruamento.

ALTERAÇÕES NA BAIXA DO PORTO

A partir do dia 10 de novembro, todos os percursos dos autocarros STCP que circulavam na Rua dos Clérigos foram alterados devido ao encerramento desta via para execução das obras de expansão da rede de metro.

De forma a garantir o serviço de transporte público entre as zonas da Cordoaria e dos Aliados, a Câmara Municipal do Porto implementou as seguintes alterações de trânsito de forma a facilitar a circulação de viaturas. Com esta nova solução de mobilidade, a Câmara do Porto pretendeu que o transporte público seja a alternativa mais sustentável para os cidadãos que se deslocam para a baixa do Porto (Aliados). Nesse sentido, foram alterados os percursos de algumas linhas da STCP e criadas novas paragens provisórias com plataformas especiais, para melhor aproximação dos autocarros e conforto nos movimentos de entrada e saída dos passageiros.

Linhas	Alteração de Paragens
200, 201, 208, 501 e 703	Linhas que seguem depois percurso para a Trindade: <ul style="list-style-type: none"> • Paragem Rua Ceuta (sentido descendente) • Paragem Rua Ramalho Ortigão
301, 305 e 801	Linhas que seguem para a parte oriental (Rua Formosa): <ul style="list-style-type: none"> • Paragem Rua Ceuta (sentido descendente) • Paragem Rua Guilherme Costa Carvalho
207, 303, 12M e 13M	Linhas que descem os Aliados: <ul style="list-style-type: none"> • Paragem Rua Ceuta (sentido descendente) • Paragem na Av. Aliados (código AAL1)

LINHA 18, DE CARRO ELÉTRICO, PROLONGADA AO PASSEIO ALEGRE

Também a partir de **10 de novembro**, e pelo período de **três anos**, a **linha 22 do carro elétrico deixou de circular**, dado que serão levantados os carris para execução da futura estação Liberdade da rede de metro do Porto.

A partir do dia 13 de novembro, a STCP **prolongou a linha de elétrico 18, desde o Museu do Carro Elétrico até ao Passeio Alegre.**

Esta linha deixou de fazer apenas a ligação Carmo-Masarelos e passando a realizar o percurso Carmo-Passeio Alegre, contando com mais oito paragens (Bicalho, Ponte Arrábida, Encosta da Arrábida, Ouro, Fluvial, D. Leonor, Cantareira e Passeio Alegre). A linha 18 passa a circular de 30 em 30 minutos. O alargamento da linha 18 foi a solução encontrada pela STCP para continuar a proporcionar uma oferta apelativa de viagens de elétrico a partir da cota alta da cidade, mas agora com trajeto até à Foz.

PASSAGEIROS

A STCP transportou cerca de 51 milhões de passageiros em 2021, mais 1,8 milhões face ao ano anterior, correspondendo a um aumento de 3,64%.

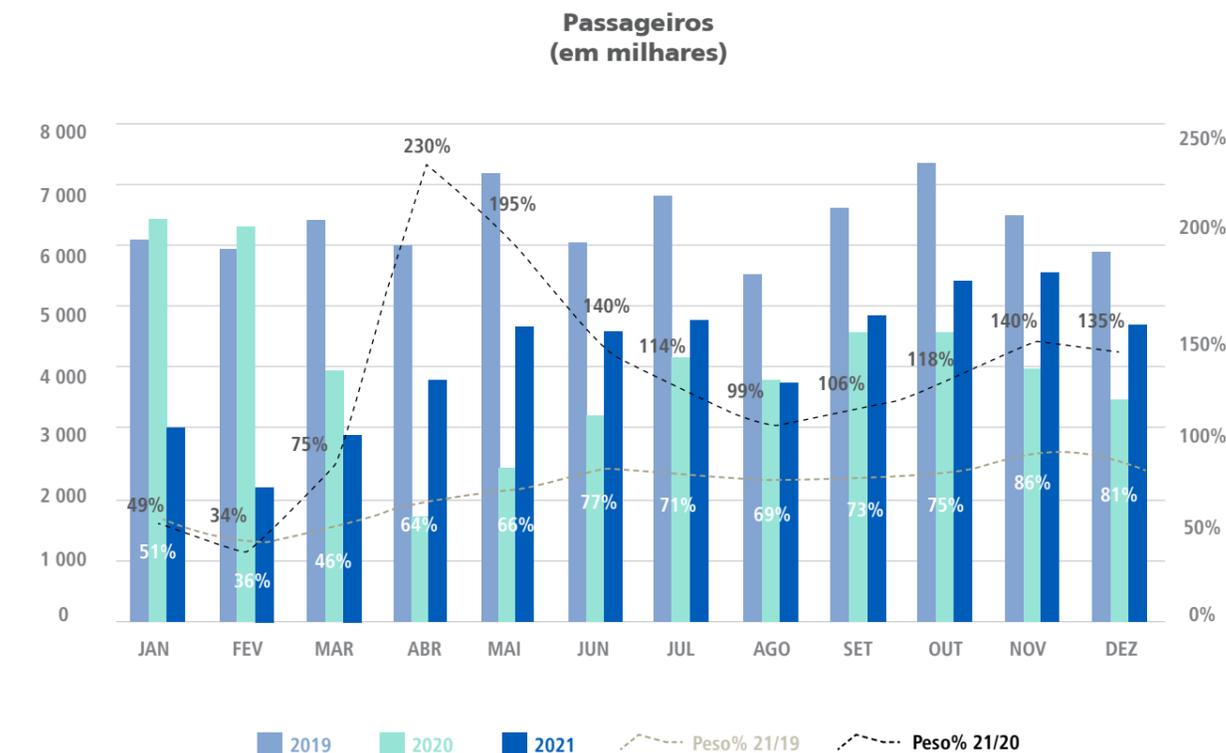
A pandemia covid-19 reduziu fortemente a procura pelo transporte público em 2021, particularmente no primeiro trimestre do ano, pelo que os passageiros transportados no ano representaram ainda 66% da verificada no ano 2019.

Ao longo do ano foram várias as medidas impostas para travar a propagação do vírus covid-19, passando pela recomendação do teletrabalho, pela proibição de circulação entre concelhos e suspensão do serviço de linhas de carro elétrico durante 80 dias. Estas medidas tiveram consequências no número de passageiros, que reduziu drasticamente comparativamente com o período pré-pandemia.

Passageiros	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Passageiros STCP (milhares)	76 723	49 227	51 018	1 791	3,64%

O crescimento do número de passageiros, em 2021 face a 2020, explica-se pelo alívio, a partir de abril de 2021, das medidas impostas no âmbito da covid-19, tendo-se iniciado a partir desse mês o desconfinamento com o

aumento da oferta da STCP, o fim da limitação da lotação máxima de 2/3 e reforço de linhas.



Entre janeiro e março de 2021, a procura reduziu cerca de 51% e 55% comparativamente com 2019 e 2020, respetivamente. Esta significativa redução é explicada pelo aparecimento da covid-19 em março de 2020.

do mês de agosto, que se traduziu num aumento de 32% dos passageiros transportados, no período entre abril e dezembro, representando um crescimento de cerca de 10,3 milhões de passageiros.

O número de passageiros transportados ao longo dos meses de 2021 ficou sempre aquém dos registados em 2019. No entanto, face a 2020, verifica-se uma melhoria a partir do mês de abril até ao final do ano, com exceção

Passageiros por Título de Transporte (em milhares)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Assinaturas [1]	62 328	41 188	42 172	984	2,4%
Intermodais	59 530	40 206	41 188	982	2,4%
Monomodais	2 799	982	984	2	0,2%
Títulos Ocasional e Diários	14 395	8 039	8 846	807	10,0%
Intermodais	10 231	6 318	6 919	602	9,5%
Monomodais	4 164	1 721	1 927	206	12,0%
Bilhete Bordo Autocarro	3 451	1 548	1 723	175	11,3%
Bilhetes Carro Elétrico	622	174	204	31	17,8%
Outros [2]	91	0	0	0	0,0%
Total	76 723	49 227	51 018	1 791	3,6%

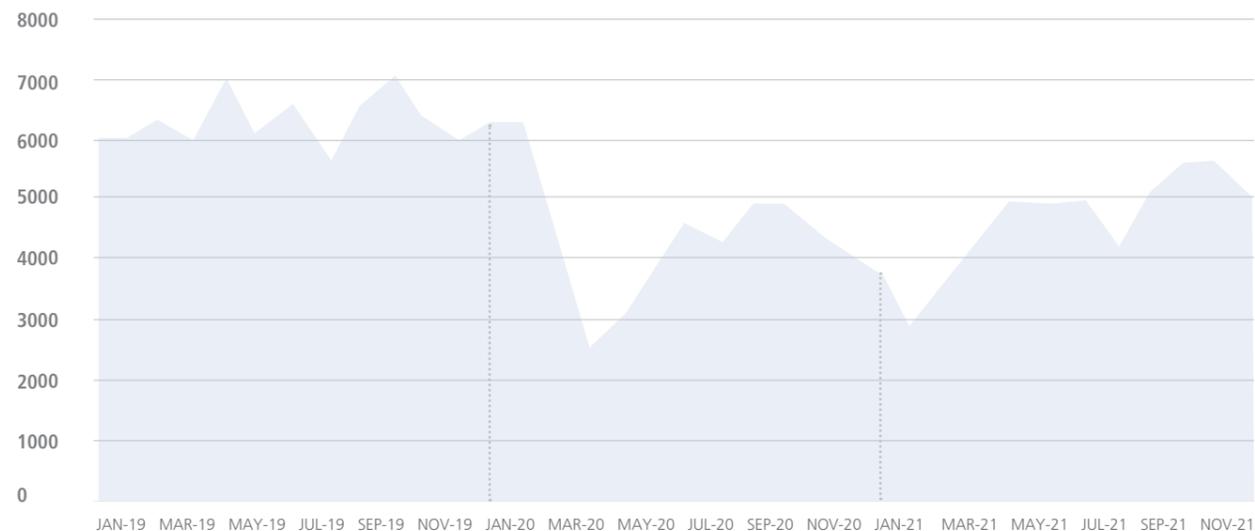
[1] Inclui assinaturas gratuitas

[2] Serviços Especiais Não Gratuitos

Do total de passageiros transportados, verifica-se que as assinaturas representam cerca de 83%, sendo os títulos de transporte mais utilizados. Os passageiros utilizadores deste grupo de títulos de transporte atingiram cerca de 42,2 milhões de validações, registando um aumento de 2,4% face ao ano anterior. O peso das validações das assinaturas registou uma ligeira redução, passando de 84%, em 2020, para 83% em 2021.

Relativamente ao bilhete de bordo de autocarro, verifica-se um aumento de cerca de 11,3% de validações, comparativamente com 2020, e um aumento de validações de cerca de 17,8% nos bilhetes do carro elétrico. Em 2021 os títulos monomodais foram responsáveis por apenas 5,7% das validações, contra os 5,5% verificados em 2020.

Evolução dos passageiros 2019-2021 (em milhares)



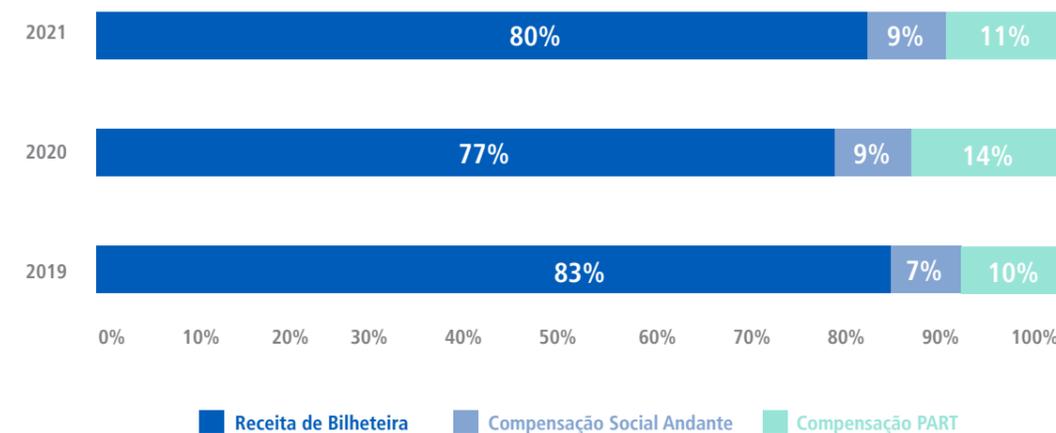
RECEITA

No ano de 2021 a receita de transporte aumentou 4,2%, um aumento de cerca de 1,4 milhões de euros face ao ano anterior, alcançando os 33,5 milhões de euros.

A receita de bilheteira, que exclui as compensações financeiras Social Andante e PART ascendeu a 26,8 milhões de euros, registando uma variação positiva de 2,1 milhões de euros (+8,8%). No entanto, face a 2019, ano pré-pandemia, a receita de bilheteira de 2021 representa cerca de 61% da registada em 2019.

Receita de Transporte	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Receita (em milhares euros)	49 468	32 105	33 460	1 355	4,2%
Receita de Bilheteira	40 878	24 677	26 837	2 160	8,8%
Compensação Social Andante	3 598	2 786	2 857	71	2,6%
Compensação PART	4 992	4 642	3 766	-876	-18,9%
Receita média por passageiro STCP (em centimos euro)	64,5	65,2	65,6	0,37	0,6%

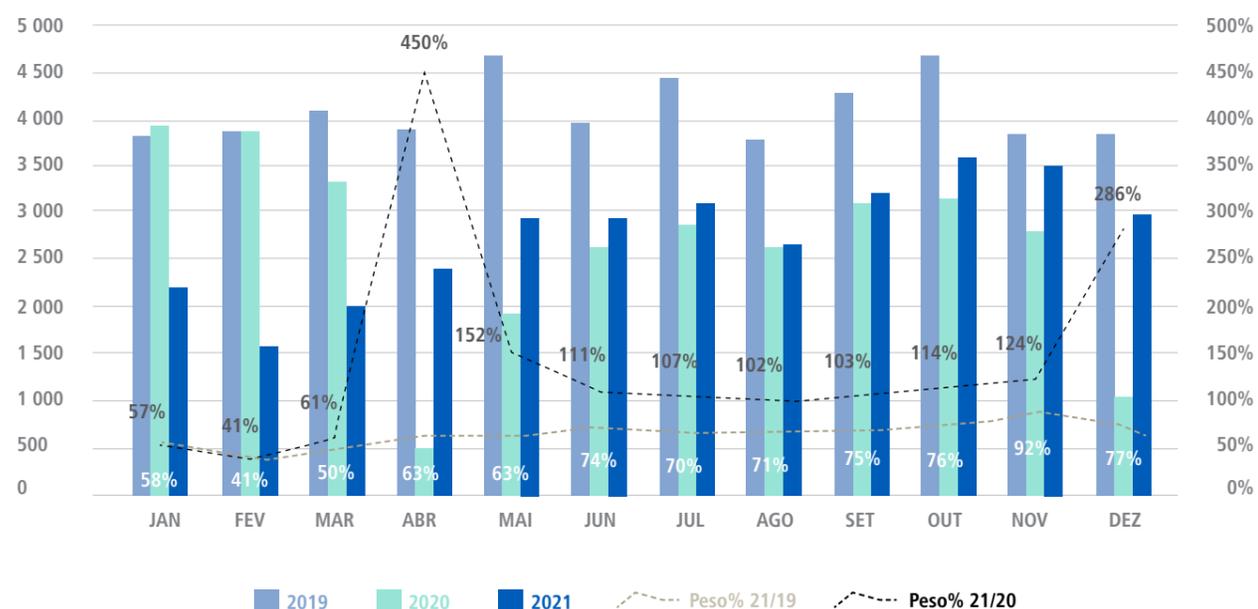
Receita de transporte (em euros)



A receita de bilheteira representa 80% da receita de transporte em 2021, tendo aumentado 3 pontos percentuais face a 2020, quando representava 77%.

As compensações financeiras Social Andante e PART ascenderam, em 2021, a 6,6 milhões de euros, verificando-se uma redução de cerca de 805 mil euros (-10,8%), comparativamente com 2020.

Receita
(em milhares euros)



Nos primeiros três meses de 2021, a receita de transporte ficou aquém da verificada em 2020 em cerca de 47% (-5,3 milhões de euros), dado que o surgimento da pandemia covid-19 ocorreu em março de 2020. A partir de abril de 2021 e até ao final do ano, verifica-se uma melhoria da receita de transporte na ordem dos 32%, comparativamente com 2020, traduzindo-se num aumento de cerca de 6,6 milhões de euros durante este período.

No primeiro semestre, a receita de transporte acumulada em 2021 ainda se encontrava abaixo da registada nos anos de 2019 e 2020, representando 58% e 87% da re-

ceita daqueles anos, respetivamente. Não obstante, com o desagrevamento da pandemia covid-19 e o aumento da procura, verificou-se uma gradual recuperação da receita de transporte superando, em dezembro de 2021, a receita de 2020 em 4%.

Receita por Título de Transporte (milhares euros)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Assinaturas	31 637	23 514	23 449	-65	-0,3%
Intermodais	31 007	23 505	23 443	-62	-0,3%
Monomodais	630	9	6	-3	-33,4%
Títulos Ocasionais e Diários	17 832	8 591	10 011	1 420	16,5%
Intermodais	9 344	5 314	6 130	816	15,4%
Monomodais	8 488	3 277	3 881	605	18,5%
Bilhete Bordo Autocarro	6 509	2 748	3 250	502	18,3%
Bilhetes Carro Elétrico	1 926	529	631	102	19,4%
Outros [1]	53	0	0	0	0,0%
Total	49 468	32 105	33 460	1 355	4,2%

[1] Serviços Especiais Não Gratuitos

A receita proveniente das assinaturas representa, em 2021, cerca de 70% do total da receita de transporte e atingiu cerca de 23,4 milhões de euros, verificando-se uma ligeira redução de 0,3% face ao ano anterior. No entanto, a receita dos títulos ocasionais e diários aumentou em 1,4 milhões de euros, comparativamente com 2020, representando uma melhoria de 16,5%. Incluída na receita dos títulos ocasionais e diários, a receita proveniente do bilhete de bordo do autocarro e dos bilhetes de carro elétrico aumentou 18,3% e 19,4%, respetivamente, face ao ano anterior, totalizando um aumento de cerca de 605 mil euros.

TARIFÁRIO

Em 2021, a taxa de aumento tarifário (TAT) foi igual a 0%. O Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) manteve-se em vigor em 2021.

Em novembro de 2021 surgiu o passe para antigos combatentes. Trata-se de uma assinatura mensal Andante destinada aos titulares do cartão de Antigo Combatente e de viúva(o) de Antigo Combatente que permitirá a utilização gratuita dos transportes públicos integrados no sistema intermodal Andante.

REDE DE VENDAS

A STCP gere a venda dos bilhetes monomodais de bordo do autocarro e de carro elétrico.

A restante rede de vendas dos títulos de transporte, intermodal, é gerida pelo TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE.

Estavam disponíveis, a 31 de dezembro de 2021, mais de 1.600 locais de venda, localizados nos vários concelhos da Área Metropolitana do Porto. Os canais de venda estão distribuídos entre Lojas e Pontos Andante, Máquinas de Venda Automática (MVA), Bilheteiras CP

com venda Andante, Posto de Turismo do Aeroporto, Agentes Autorizados e Terminais dos Operadores Rodoviários Privados, para além das 12 mil Caixas Multibanco em que é possível efetuar o carregamento de todas as assinaturas, desde setembro de 2019.

Adicionalmente, a aplicação ANDA está disponível para telemóveis com sistema android 5.0 ou superior, equipados com as tecnologias *NFC* e *Bluetooth*.

FISCALIZAÇÃO

Fiscalização [1] (em milhares)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Passageiros Fiscalizados	1 072	995	1 168	173	17%
Número de Autos	4	5	7	2	36%
Taxa de Fiscalização dos Passageiros [2]	1,41%	2,03%	2,29%	0,2 pp	13%
Taxa de Fraude [3]	0,39%	0,50%	0,58%	0,1 pp	16%
Viagens Fiscalizadas	68	72	91	20	27%
Taxa de Fiscalização de Viagens [4]	3,49%	3,74%	4,70%	1,0 pp	26%

[1] Inclui Autocarros e Carros Elétricos

[2] Passageiros Fiscalizados ÷ Passageiros Transportados

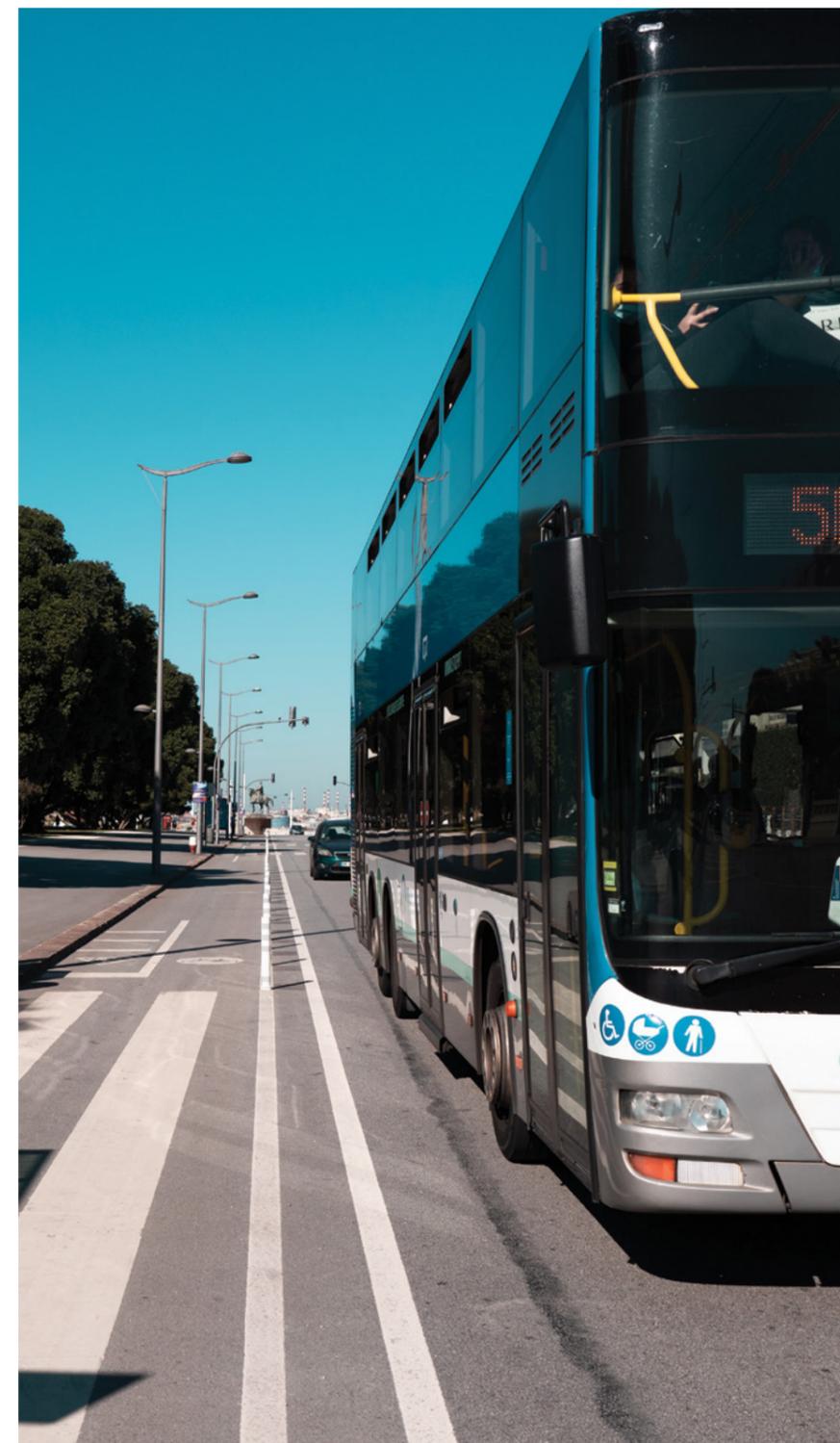
[3] Número de Autos ÷ Passageiros Fiscalizados

[4] Viagens Fiscalizadas ÷ Viagens Realizadas

Em 2021, o número de passageiros fiscalizados aumentou em 173 mil passageiros, cerca de 17%, face a 2020, e o número de autos aumentou em 2 mil, tendo atingindo os 7 mil autos.

A taxa de fiscalização da receita dos títulos de transporte (taxa de fiscalização dos passageiros) foi de 2,29% em 2021, superior em 0,2 pontos percentuais face a 2020, fruto do aumento do transporte de passageiros.

A taxa de fiscalização das viagens foi de 4,7%, verificando-se um aumento de 1 ponto percentual face ao ano anterior. A taxa de fraude (detetada) foi de 0,58%, superior em 0,1 pontos percentuais, comparativamente com 2020.



OFERTA

A STCP explora 72 linhas, 69 em modo autocarro e 3 em modo carro elétrico. Este serviço é garantido com uma frota total de 420 autocarros e 7 carros elétricos, e por 988 motoristas e 17 guarda-freios em funções.

As linhas da rede estão distribuídas pelos seis concelhos (Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia), conforme tabela abaixo:

Linha	Origem Destino	Período do Dia			Período Funcionamento			Concelhos (% do percurso)					
		Diurno	Noturno	Madrugada	Dias úteis	Sábado	Domingo	Porto	Matosinhos	Maia	Valongo	Gondomar	Gaia
200	Bolhão - Castelo do Queijo	√	√	-	√	√	√	100%	-	-	-	-	-
201	Aliados - Viso	√	-	-	√	√	√	100%	-	-	-	-	-
202	Aliados - Passeio Alegre	√	-	-	√	√	√	100%	-	-	-	-	-
203	Marquês - Castelo do Queijo	√	-	-	√	√	√	100%	-	-	-	-	-
204	Hosp. S. João - Foz	√	-	-	√	√	√	100%	-	-	-	-	-
205	Campanhã - Castelo do Queijo	√	√	-	√	√	√	69%	17%	2%	-	12%	-
206	Campanhã - Viso	√	√	-	√	√	√	96%	4%	-	-	-	-
207	Campanhã - Mercado da Foz	√	-	-	√	Manhã	-	100%	-	-	-	-	-
208	Aliados - Aldoar	√	-	-	√	√	√	100%	-	-	-	-	-
209	Pasteleira-Prelada	√	-	-	√	√	√	100%	-	-	-	-	-
300	Circular Aliados - Hosp. S. João	√	-	-	√	√	√	100%	-	-	-	-	-
301	Circular Sá da Bandeira - Hosp. S. João	√	-	-	√	√	√	100%	-	-	-	-	-
302	Circular Aliados - Damião de Góis	√	-	-	√	Manhã	-	100%	-	-	-	-	-
303	Circular Praça da Liberdade - Constituição	√	-	-	√	Manhã	-	100%	-	-	-	-	-
304	Trindade - Sta. Luzia	√	-	-	√	√	√	100%	-	-	-	-	-
305	Cordoaria - Hosp. S. João	√	√	-	√	√	√	95%	-	5%	-	-	-
400	Aliados - Parque Nascente	√	√	-	√	√	√	86%	-	-	-	14%	-
401	Bolhão - S.Roque	√	√	-	√	√	√	100%	-	-	-	-	-
402	Boavista Bom Sucesso - S. Roque	√	√	-	√	√	√	100%	-	-	-	-	-
403	Boavista (Casa da Música) - Campanhã	√	-	-	√	√	√	100%	-	-	-	-	-
500	Praça da Liberdade - Matosinhos (Mercado)	√	√	-	√	√	√	84%	16%	-	-	-	-
501	Aliados - Matosinhos (Praia)	√	√	-	√	√	√	79%	21%	-	-	-	-

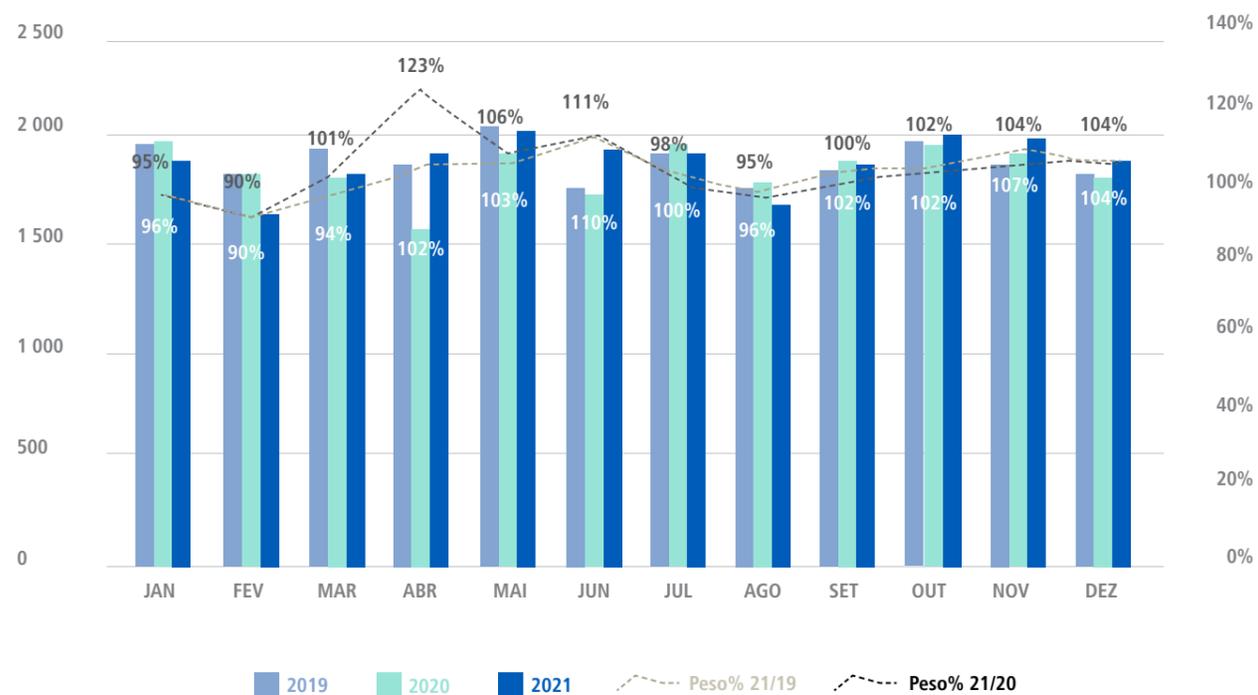
502	Bolhão - Matosinhos (Mercado)	✓	✓	-	✓	✓	✓	82%	18%	-	-	-	-
503	Boavista Casa da Música - Gatões	✓	✓	-	✓	✓	✓	47%	53%	-	-	-	-
504	Boavista Casa da Música - Norteshopping	✓	✓	-	✓	✓	✓	92%	8%	-	-	-	-
505	Hosp. S. João - Matosinhos (Mercado)	✓	✓	-	✓	✓	✓	11%	89%	-	-	-	-
506	Hosp. S. João - Matosinhos (Mercado)	✓	✓	-	✓	✓	✓	3%	93%	3%	-	-	-
507	Cordoaria - Leça da Palmeira	✓	✓	-	✓	✓	✓	28%	72%	-	-	-	-
508	Boavista Bom Sucesso - Cabo do Mundo	✓	✓	-	✓	✓	✓	14%	86%	-	-	-	-
600	Aliados - Maia	✓	✓	-	✓	✓	✓	34%	26%	40%	-	-	-
601	Cordoaria - Aeroporto	✓	✓	-	✓	✓	✓	33%	58%	8%	-	-	-
602	Cordoaria - Aeroporto (via Padrão de Moreira)	✓	✓	-	✓	✓	✓	26%	37%	38%	-	-	-
603	Marquês - Maia	✓	✓	-	✓	✓	✓	22%	1%	77%	-	-	-
604	Hosp. S. João - Aeroporto (via Crestins)	✓	-	-	✓	✓	✓	1%	20%	79%	-	-	-
700	Bolhão - Campo	✓	✓	-	✓	✓	✓	27%	-	-	37%	35%	-
701	Bolhão - Codiceira	✓	✓	-	✓	✓	✓	28%	-	19%	47%	5%	-
702	Bolhão - Travagem	✓	✓	-	✓	✓	✓	42%	-	34%	16%	8%	-
703	Cordoaria - Sonhos	✓	-	-	✓	✓	✓	46%	-	23%	25%	7%	-
704	Boavista Bom Sucesso - Codiceira	✓	-	-	✓	✓	✓	35%	-	19%	40%	5%	-
705	Hosp. S. João - Valongo (Continente)	✓	-	-	✓	✓	✓	1%	12%	26%	54%	7%	-
706	Hosp. S. João - Ermesinde (Estação) via Monte Penedo	✓	✓	-	✓	✓	✓	9%	-	68%	21%	2%	-
707	Hosp. S. João - Ermesinde (Estação) via Arregadas	✓	✓	-	✓	✓	Tarde	9%	-	68%	21%	2%	-
800	Bolhão - Gondomar	✓	✓	-	✓	✓	✓	41%	-	-	-	59%	-
801	Cordoaria - S. Pedro da Cova	✓	✓	-	✓	✓	✓	49%	-	-	-	51%	-
803	Boavista Bom Sucesso - Rio Tinto (Esc. Sec.)	✓	✓	-	✓	✓	✓	55%	-	2%	-	43%	-
804	Hosp. S. João - S. Pedro da Cova	✓	-	-	✓	Manhã	-	26%	-	3%	-	71%	-
805	Marquês - Rio Tinto (Estação)	✓	✓	-	✓	✓	✓	40%	-	29%	-	31%	-
806	Marquês - Av. da Carvalha	✓	✓	-	✓	✓	✓	53%	-	-	-	47%	-
900	Trindade - Sto. Ovídio	✓	-	-	✓	✓	✓	31%	-	-	-	-	69%
901	Trindade - Valadares	✓	✓	-	✓	✓	✓	14%	-	-	-	-	86%
902	Boavista Casa da Música - Lavadores	✓	✓	-	✓	✓	✓	27%	-	-	-	-	73%
903	Boavista Casa da Música - Laborim	✓	✓	-	✓	✓	✓	18%	-	-	-	-	82%
904	Bolhão - Coimbrões	✓	✓	-	✓	✓	✓	23%	-	-	-	-	77%

905	Bolhão - Monte da Virgem	✓	✓	-	✓	✓	✓	21%	-	-	-	-	79%
906	Trindade - Madalena	✓	✓	-	✓	✓	✓	12%	-	-	-	-	88%
907	Boavista Bom Sucesso - Vila d'Este	✓	✓	-	✓	✓	✓	10%	-	-	-	-	90%
ZF	Zona Francelos	✓	-	-	✓	-	-	-	-	-	-	-	100%
ZC	Zona Campanhã	✓	-	-	✓	✓	✓	100%	-	-	-	-	-
1	Infante - Passeio Alegre	✓	-	-	✓	✓	✓	100%	-	-	-	-	-
18	Circular Massarelos - Carmo - Massarelos	✓	-	-	✓	✓	✓	100%	-	-	-	-	-
22	Circular Carmo - Batalha - Carmo	✓	-	-	✓	✓	✓	100%	-	-	-	-	-
1M	Aliados - Matosinhos (Praia)	-	-	✓	✓	✓	✓	94%	6%	-	-	-	-
3M	Aliados - Aeroporto	-	-	✓	✓	✓	✓	35%	47%	19%	-	-	-
4M	Aliados - Maia (Câmara)	-	-	✓	✓	✓	✓	44%	34%	22%	-	-	-
5M	Aliados - Ermesinde (Estação)	-	-	✓	✓	✓	✓	45%	-	31%	17%	7%	-
7M	Aliados - Valongo	-	-	✓	✓	✓	✓	38%	-	-	17%	45%	-
8M	Aliados - S. Pedro Cova (via Areosa)	-	-	✓	✓	✓	✓	41%	-	-	-	59%	-
9M	Rot. AEP - Gondomar (via Hosp. S. João)	-	-	✓	✓	✓	✓	38%	9%	2%	-	51%	-
10M	Aliados - Vila d'Este	-	-	✓	✓	✓	✓	17%	-	-	-	-	83%
11M	H. S. João - Coimbrões (via Infante)	-	-	✓	✓	✓	✓	52%	-	-	-	-	48%
12M	Aliados - Sto Ovídio (via Arrábida)	-	-	✓	✓	✓	✓	30%	-	-	-	-	70%
13M	Aliados - Matosinhos (Mercado)	-	-	✓	✓	✓	✓	64%	36%	-	-	-	-

Em 2021, foram percorridos 22,3 milhões de veículos km de serviço, verificando-se um aumento na ordem dos 2%, cerca de + 434 mil veículos km face ao ano anterior.

Veículos Km	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Veículos Km de serviço STCP (em milhares)	22 217	21 876	22 310	434	2,0%

Veículos km de serviço (em milhares)



No ano foram realizadas cerca de 1,4 milhões de horas na produção do serviço público e a taxa de ocupação do ano atingiu os 10,3%, superando-se em 0,7 pontos percentuais face a 2020.



2.1.1 MODO AUTOCARRO

Até 31 de dezembro de 2021, a STCP transportou no modo autocarro cerca de 50,8 milhões de passageiros, verificando-se um aumento de 3,6%, mais 1,8 milhões de passageiros, face ao período homólogo. No entanto, face a 2019, ano sem pandemia covid-19, o transporte de passageiros de 2021 representa cerca de 67% do total de 2019.

Indicadores Operacionais Autocarro	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Passageiros (milhares)	75 985	48 985	50 769	1 784	3,6%
Passageiros Km (milhares)	285 269	184 819	191 111	6 292	3,4%
Percurso médio por passageiro (Km)	3,75	3,77	3,76	-0,01	-0,2%
Receita de Transporte (milhares euros)	47 497	31 547	32 810	1 263	4,0%
Receita Média por veículos Km (euros)	2,2	1,4	1,5	0	1,9%
Receita Média por passageiro (euros)	0,63	0,64	0,65	0	0,4%
Veículos Km de serviço (em milhares)	22 065	21 760	22 214	455	2,1%
Produção interna	22 065	21 687	21 744	58	0,3%
Produção contratada	0	73	470	397	541,7%
Lugares Km de Serviço	1 994 651	1 916 708	1 896 130	-20 579	-1,1%
Lotação média	90	88	85	-3	-3,1%
Viaturas utilizadas na Ponta Máxima [1]	386	385	376	-9	-2,3%
Horas de Serviço (em milhares) [1]	1 412	1 366	1 427	61	4,5%
Velocidade Média de Serviço (Km/h) [1]	15,6	15,9	15,6	-0,4	-2,3%
Taxa de Ocupação	14,3%	9,6%	10,1%	0,4 pp	4,5%
Taxa de Cumprimento do Serviço [1]	96,2%	96,7%	97,6%	0,8 pp	0,8%

[1] Relativas a produção interna.

Taxa de imobilização (*)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Modo Autocarro	15,8%	12,9%	12,4%	-0,6 p.p.	-4,4%

(*) Inclui a imobilização de viaturas para abate (frota envelhecida, substituída). Recálculo dos valores de 2019 e 2020 devido à redefinição dos critérios operacionais.

No modo autocarro, os passageiros km foram de cerca de 191 milhões, aumentando 3,4% face ao ano anterior.

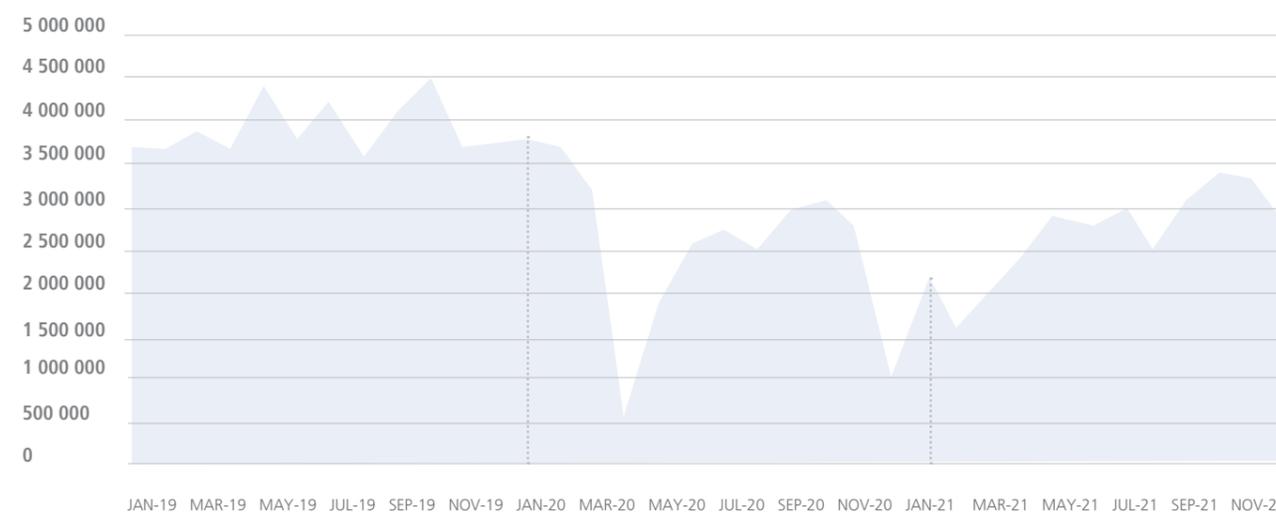
O percurso médio de passageiros situou-se nos 3,76 km, não se verificando grandes oscilações comparativamente com anos anteriores.

A receita de transporte do autocarro ascendeu a 32,8 milhões de euros, registando um aumento de 4%, correspondendo a cerca de 1,3 milhões de euros, comparativamente com 2020. Por cada passageiro transportado, a STCP teve uma receita média de 0,65 euros, um ligeiro

aumento de 0,4% e 3% face a 2020 e 2019, respetivamente.

A iniciar o ano de 2021 em estado de emergência, os primeiros dois meses do ano sofreram uma abrupta quebra da receita no modo autocarro. Com o início do desconfinamento e aumento da oferta, a partir de março, verifica-se uma evolução positiva da mesma até ao final do ano, em linha com a evolução da procura deste modo de transporte.

Evolução da receita de autocarro (euros)



Em 2021, a oferta de veículos quilómetros de serviço aumentou 2,1% face a 2020, situando-se nos 22,2 milhões de veículos km.

Internamente, a STCP foi responsável por percorrer cerca de 98% do total de veículos km de serviço, tendo recorrido à subcontratação de 470 mil km.

No âmbito de financiamento atribuído através do protocolo formalizado entre a AMP e o Fundo Ambiental, Ministério do Ambiente e Ação Climática (Despacho n.º 10846-A/2020), o recurso à subcontratação de serviço pela AMP a operadores privados do serviço de algumas

linhas, aos dias úteis, resultou da necessidade de libertar recursos humanos e materiais, para ser possível o reforço de linhas com elevada procura, em especial nas horas de ponta e face ao limite de lotação imposto por veículo de 2/3.

A velocidade média de serviço reduziu ligeiramente (-2,3%) face a 2020, tendo atingido 15,6Km/h.

Em 2021, estavam previstas realizar cerca de 1,963 milhões de viagens do modo autocarro, menos 19 mil via-

gens do que em 2020 devido à diminuição da procura verificada ao longo do ano. No entanto, em 2021, foram perdidas menos 16,4 mil viagens do que em 2020, totalizando cerca de 48 mil viagens perdidas. Assim, cerca de 97,6% das viagens previstas foram cumpridas e verifica-se um aumento de 0,8 pontos percentuais da taxa de cumprimento de serviço deste modo de transporte, face ao ano anterior.

Em 2021, a STCP com o apoio das câmaras municipais e a AMP, foi adaptando a sua oferta às novas fases de evolução da pandemia e às consequentes necessidades dos clientes.

A 5 de abril a STCP retoma a oferta a 100% aos dias úteis com a adoção do “Horário Normal” em todas as linhas de autocarro.

ALTERAÇÕES NA REDE DE AUTOCARRO

Abaixo destacam-se as alterações definitivas da rede, aplicadas em 2021:

Mês	Dia	Linha	Alteração de Percurso
Março	22	900	Nova paragem - Rua da Restauração, Porto
		205	
		305	
		704	
		706	
		707	
Julho	9	707	Nova localização da paragem - Rua Heróis da Pátria, Areosa
		803	
		804	
		805	
	10	9M	Alteração de percurso Areosa - Rua Afonso Henriques e Rua Heróis da Pátria, Rua das Arrozeias (alteração de sentidos de trânsito)
		701	
		702	
		703	
		704	
		706	
		707	
		5M	

CORREDORES BUS

Corredores BUS	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Extensão (Km)	24,8	25,9	26,3	0,4	2%

A rede STCP dispõe de 140 corredores reservados à circulação de transportes públicos, tendo estes uma extensão total de 26,3 Km, sendo que 21,0 Km se situam no concelho do Porto, 1,8 Km só em paragens e 3,6 Km nos restantes concelhos servidos pela STCP.

DESVIOS NO PERCURSO DAS LINHAS

Ao longo do ano de 2021, os desvios provisórios foram vários. Devido ao encerramento do tabuleiro inferior da Ponte Luís I, para realização de trabalhos de reabilitação da infraestrutura, a STCP, após análise cuidada da situação juntamente com as autarquias de Porto e Gaia, a partir de 13 de outubro aplicou as melhores soluções para amenizar os efeitos causados por estas obras e que viabilizassem a mobilidade dos seus clientes. Adicionalmente, a partir do dia 28 de outubro, no âmbito da execução das obras de contenção para escavação da

futura estação de metro da Boavista, procedeu-se ao corte de via da Avenida da França provocando alguns desvios temporários. Por fim, as obras na Av. dos Aliados para expansão da rede de metro da cidade do Porto provocaram alguns estrangulamentos de mobilidade e implicaram ajustes na localização de algumas paragens STCP desde o dia 10 de novembro.

Desvios	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Nº Desvios por Obras	174	254	262	8	3%
Nº Desvios por Eventos	155	17	23	6	35%
Nº Desvios Centro Vacinação	0	0	1	1	-
Nº Desvios	329	271	286	15	6%
Duração Média dos Desvios (dias)	21	16	14	-2	-14%

As câmaras municipais dos concelhos servidos pela rede STCP informam sobre as interrupções de trânsito que obrigam a proceder a alterações no percurso de determinadas linhas.

Obras, eventos ou fixação de um centro de vacinação

originou, em 2021, um total de 286 desvios, mais 15 do que no ano anterior, que originaram alterações provisórias nas linhas da STCP, com uma duração média de 14 dias.

OPERAÇÃO VIA LIVRE

A operação Via Livre consiste numa parceria entre a STCP e a Câmara Municipal do Porto, em que a primeira cede as viaturas e respetivos condutores e a Polícia Municipal os fiscais, com vista a combater o estacionamento irregular em vias reservadas ao transporte públi-

co, em paragens, ou em locais de maior dificuldade de circulação. Na tabela seguinte é apresentada a evolução dos resultados da Operação Via Livre.

Operação Via Livre	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Multas	2 661	471	877	406	86%
Bloqueamentos [1]	6	0	0	0	0%
Reboques [1]	83	6	15	9	150%
Intervenções Pedagógicas	111	28	26	-2	-7%
Medidas Corretivas [2]	2 772	499	903	404	81%

[1] Um reboque é sempre precedido de um bloqueamento e de uma multa. Um bloqueamento é precedido de uma multa.

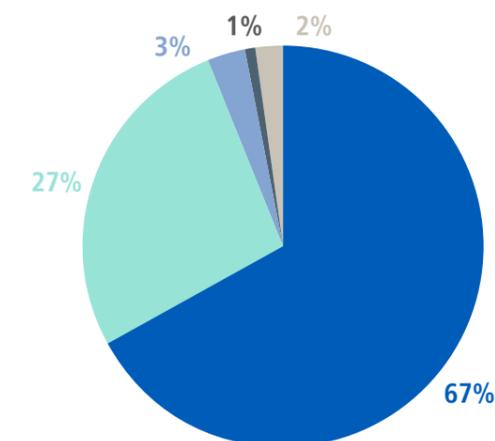
[2] Inclui intervenções de multa e ações de advertência.

Nas situações irregulares detetadas, que implicaram recurso a reboque, foi dada resposta, em média, em 35 minutos.



Motivos das medidas corretivas - 2021

- ESTACIONAMENTO EM PARAGEM
- SINAL DE PROIBIÇÃO DE PARAR E ESTACIONAR
- OUTROS
- IMPEDIMENTO DE FILA DE TRÂNSITO
- CORREDOR BUS



As atuações por infrações que normalmente mais penalizavam a circulação rodoviária – impedimento de fila de trânsito, estacionamento em curva ou em segunda fila – têm vindo a ser cada vez mais reduzidas devido a intervenções preventivas da C.M. Porto com adoção de soluções físicas que impedem essas transgressões.

As dez vias com maior número de casos detetados e consequentes ações são as apresentadas no quadro seguinte:

Locais com maior incidência de multas

Local	Multas	%
Rua Padre António Vieira	153	17,4%
Rua Carlos da Maia	97	11,1%
Via Futebol Clube do Porto	92	10,5%
Rua António Cândido	77	8,8%
Rua Engº Delgado dos Santos	45	5,1%
Rua do Rosário	36	4,1%
Rua Coelho Neto	34	3,9%
Rua Vitorino Damásio	33	3,8%
Rua da Natária	29	3,3%
Rua da Prelada	28	3,2%
Totais	624	71,2%

Avarias/ 1.000 kms (*)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Modo Autocarro	1,70	1,69	1,65	-0,04	-2,34%

(*) Recálculo dos valores de 2019 e 2020 devido à redefinição dos critérios operacionais.

O número de avarias por 1.000 km foi de 1,65 em 2021, reduzindo 0,04 (-2,3%) em comparação com o valor do ano anterior.

Acidentes por Embate Autocarros / 1.000.000 Kms	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Acidentes por Embate	1 290	824	935	111	13%
Acidentes por Embate/Veículo Km Serviço	58	38	42	4	11%

O número de acidentes por embate, por cada milhão de quilómetros percorridos, foi de 935 em 2021, aumentando 111 acidentes (13%) face ao ano anterior. O aumento do número de acidentes é fruto do desagravamento da situação pandémica que levou ao aumento da circulação automóvel na AMP.

PASSEGEIROS TRANSPORTADOS NA REDE DA MADRUGADA

A STCP tem em operação 11 linhas na rede da madrugada que fazem a ligação entre os municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, entre as 00h30 e as 06h00.

A rede da madrugada visa satisfazer a procura dos clientes que necessitam um serviço de transporte durante este período horário, quer seja como destino os locais de diversão noturna, quer seja como destino o local de trabalho.

Durante o ano de 2021, não foram realizados os habituais eventos da fase pré-pandemia, tais como a Queima das Fitas, Serralves em Festa, Porto Primavera Sound, MEO Marés Vivas e Noite de São João, que eram servidos habitualmente por esta rede de transportes. Adicionalmente, as medidas implementadas para travar a propagação do vírus covid-19 levaram ao encerramento dos estabelecimentos de diversão noturna, pelo que os passageiros transportados reduziram 48% face a 2019, tendo sido transportados cerca de 336 mil passageiros até ao final do ano de 2021, número idêntico ao do ano anterior.

Passageiros Transportados na Rede da Madrugada	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
	653	336	336	0	0%

PASSEGEIROS TRANSPORTADOS AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS

Com o surgimento da pandemia covid-19 e limitações de circulação, o número de passageiros transportados aos sábados, domingos e feriados sofreu uma significativa redução.

Comparativamente com 2020, em 2021 verifica-se um ligeiro aumento no número de passageiros transportados (+1%). No entanto, face a 2019, o transporte de passageiros aos sábados, domingos e feriados corresponde a 64% ao total de passageiros transportados nos mesmos períodos de 2019.

Passageiros Transportados aos Sábados, Domingos e Feriados (em milhares)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
	11 624	7 386	7 458	72	1%

Mais uma vez, verifica-se que a partir do mês de março, com o início do desconfinamento e aumento da oferta, o número de passageiros transportados nestes dias

aumentou gradualmente até agosto, verificando-se uma ligeira redução no mês seguinte, em linha com os anos anteriores.

Transporte de passageiros aos sábados, domingos e feriados (em milhares)





2.1.2. MODO CARRO ELÉTRICO

Considerado por muitos um ex-libris da cidade, o carro elétrico é essencialmente procurado por turistas nacionais e estrangeiros.

O forte crescimento da atividade do modo carro elétrico, que se verificava desde 2015, foi interrompido em março de 2020 com o aparecimento da pandemia covid-19. Durante 2021 a operação do serviço público de transportes em modo ferroviário esteve suspensa no período de 15 de janeiro a 4 de abril (80 dias).

A partir de 10 de novembro ficaram em funcionamento apenas 2 linhas uma vez que foi suspensa por um período estimado de 3 anos, a operação da linha 22 por motivo das obras da Metro do Porto de construção da nova estação da Praça da Liberdade. Assim, a linha 18, com início no Carmo e término no Museu do Carro Elétrico, foi prolongada até ao Passeio Alegre.

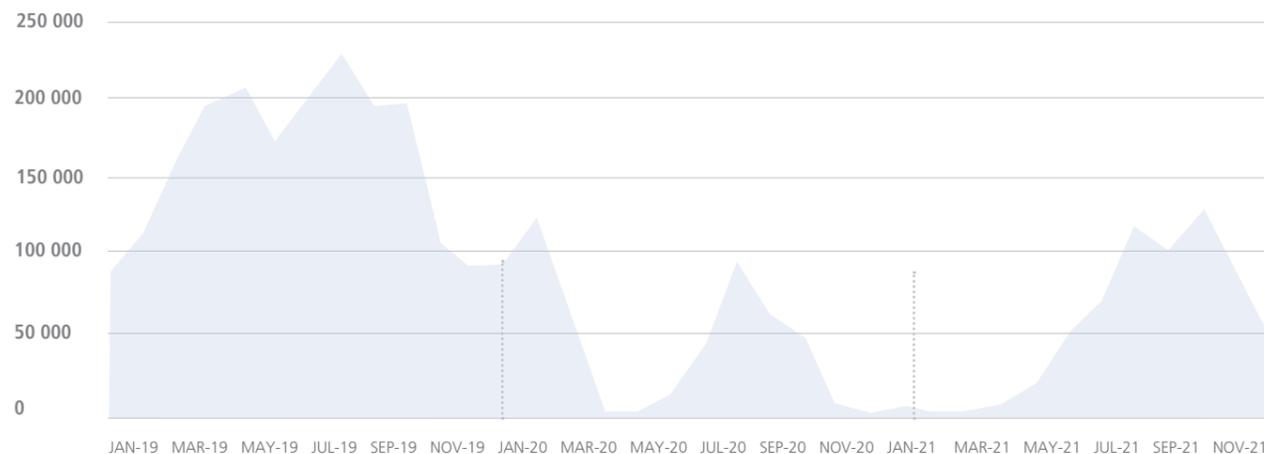
Indicadores Operacionais Carro Elétrico	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Passageiros (milhares)	738	242	250	7	3,1%
Passageiros Km (milhares)	1 307	425	441	16	3,8%
Percurso médio por passageiro (Km)	1,8	1,8	1,8	0,01	0,7%
Receita de Transporte (milhares euros)	1 971	558	650	92	16,5%
Receita Média por veículo Km (euros)	13,0	4,8	6,8	2	41,4%
Receita Média por passageiro	2,67	2,31	2,61	0,3	13,0%
Veículos Km de serviço (em milhares)	152	117	96	-21	-17,6%
Lugares Km de Serviço	6 383	4 898	4 035	-863	-17,6%
Lotação média	42	42	42	0	0,0%
Viaturas utilizadas na Ponta Máxima	5	5	4	-1	-20%
Horas de Serviço (em milhares)	19	13	10	-3	-23,9%
Velocidade Média de Serviço (Km/h)	8,1	8,7	9,4	0,7	8,2%
Taxa de Ocupação	20,5%	8,7%	10,9%	2,3 pp	26,0%
Taxa de Cumprimento do Serviço	89,0%	86,1%	91,1%	5,0 pp	5,8 %

Em 2021, o serviço de carro elétrico transportou cerca de 250 mil passageiros, mais 7 mil passageiros face a 2020.

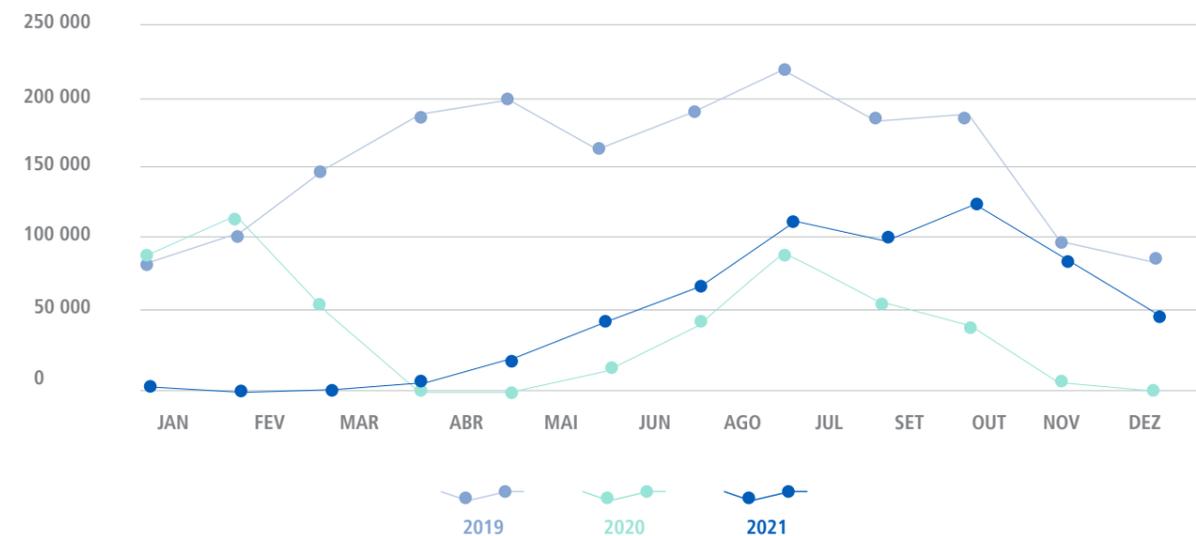
No entanto, face à redução do turismo na cidade do Porto, à suspensão do serviço de carro elétrico durante 80 dias, à limitação de 2/3 da lotação máxima por veículo e à suspensão da linha 18 em novembro,

o número de passageiros transportados de 2021 corresponde a apenas 34% do total de passageiros transportados em 2019, uma redução de cerca de 66% (-489 mil passageiros).

Evolução da receita de carro elétrico (euros)



Evolução mensal da receita de carro elétrico (euros)



LINHA 18
POR UM PORTO MAIS LIGADO!
 A linha 18 do elétrico está agora com vista D'ouro!

LINHA 22
POR UM PORTO MAIS LIGADO!
 Vamos dar pausa à linha 22 do eléctrico.



A 15 de janeiro, com a suspensão do serviço de carro elétrico pelo período de 80 dias, retomando a atividade a 5 de abril aos dias úteis, a receita de transporte do modo carro elétrico no primeiro trimestre foi muito reduzida, sofrendo uma redução de 98% e 99% face a 2020 e 2019, respetivamente.

A partir de maio, mês em que o serviço de carro elétrico é retomado aos fins de semana, verifica-se um crescimento gradual da receita, terminando o ano de 2021 com uma receita de 650 mil euros, aumentando 16,5% face a 2020 e correspondendo a 33% da receita obtida em 2019.

O número de quilómetros percorridos é influenciado por fatores internos e externos à STCP. A pandemia covid-19 influenciou a oferta de quilómetros percorridos no modo carro elétrico, levando à suspensão do serviço a 15 de janeiro até 5 de abril, aos dias úteis, e até 8 de maio, aos fins de semana. Fruto da expansão da rede de metro na cidade do Porto, a linha 18 foi suspensa em novembro pelo período de 3 anos. O número de guarda-freios em funções diminuiu, bem como o número de viaturas utilizadas na ponta máxima tendo impactado no número de quilómetros percorridos.

Assim, em 2021, os quilómetros percorridos diminuíram em 21 mil quilómetros e 56 mil quilómetros face a 2020 e 2019, respetivamente. Fruto da não realização do serviço em alguns períodos do ano, suspensão da linha 18 em novembro e diminuição do número de viaturas na ponta máxima de 5, em 2020, para 4, em 2021, as horas de serviço reduziram em 24% face ao período homólogo.

Paralelamente, verifica-se uma redução dos lugares km em 17,6% comparativamente com 2020, correspondendo a uma variação de 863 mil lugares.

Fruto da redução do tráfego automóvel no concelho do Porto e dos estacionamento indevidos na via férrea, a velocidade média de carro elétrico teve a oportunidade de aumentar 0,7 km/h (+ 8,2%) face a 2020, atingindo 9,4 Km/h.

2.2 COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO AO PÚBLICO

A comunicação e informação aos clientes ocupa um lugar de destaque na STCP. Os utilizadores dos serviços da empresa dispõem de várias formas de comunicar e interagir com a empresa, nomeadamente, através:

- linha azul (+351 226 158 158)
- site: (www.stcp.pt/pt)
- aplicação MOVE-ME.AMP (disponível na *App Store* e na *Play Store*)
- página de *facebook* (facebook.com/STCPPT)
- página de *LinkedIn* (linkedin.com/company/stcp)
- página de *Instagram* (instagram.com/stcp.pt e instagram.com/museudocarroelectrico)

Em 2021, a STCP prosseguiu com o Plano de Comunicação associado ao Plano de Contingência de Pandemias para garantir que, em cada fase de evolução da pandemia, a comunicação seria atempada e eficaz. A comunicação procurou ser clara, oportuna, útil e empática.

Devido à pandemia, os transportes públicos em geral estiveram regularmente no centro da atenção mediática, tendo sido importante a capacidade de resposta a inúmeras solicitações, pedidos de esclarecimentos por parte dos meios de comunicação social e a elaboração de *statements*. Foram também concedidas diversas entrevistas e apoiadas reportagens. Regista-se a elaboração e distribuição de 45 comunicados de imprensa, indicativos do esforço em prol da segurança e bem-estar de todos os colaboradores e clientes.

Para os clientes e comunidade, os media tiveram um papel relevante na comunicação da situação pandémica no setor dos transportes públicos.

Um dos maiores desafios em contexto de crise são as indispensáveis mensagens de saúde pública mantendo a confiança dos colaboradores e passageiros, essenciais para promover a retoma sustentada da procura. Através de mensagens nos *displays* eletrónicos dos autocarros, a STCP procurou incentivar os seus clientes à adoção de comportamentos de prevenção contra a covid-19.

Graças a uma estreita articulação da comunicação com o planeamento da oferta, atempadamente ajustada às diferentes fases da pandemia, foi possível disponibilizar a informação necessária para o dia a dia dos clientes,

evitando maiores disrupções nas suas rotinas de mobilidade.

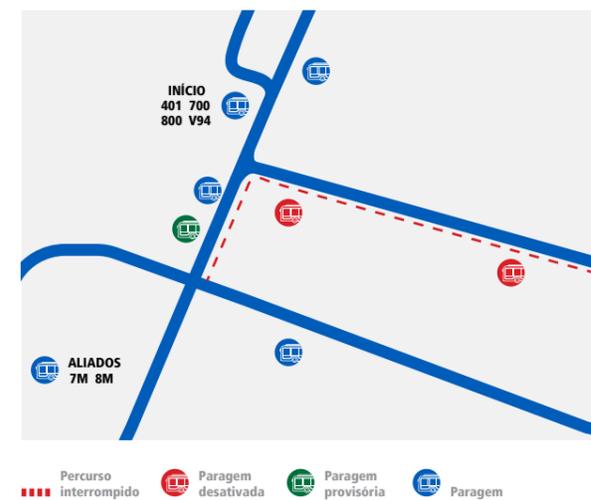
Destaca-se a importância do apoio direto aos clientes através das mensagens de esclarecimento nas redes sociais, *emails* e atendimento telefónico sempre que novas evoluções da pandemia e alterações da oferta de transporte público tiveram lugar.

A disponibilização permanente dos horários nas paragens foi um suporte para os ajustamentos de oferta, mantendo os clientes sem acesso à internet a par dos horários praticados, quando houve necessidade de fazer reduções de viagens, ou o seu aumento, acompanhando as variações de procura.

A empresa procurou estar à altura dos desafios que surgiram, dando resposta a todas as mensagens, comentários, elogios, sugestões e reclamações, incentivos e alertas.

A comunicação digital permite uma relação mais próxima e transparente entre a STCP e os clientes, comunidade e colaboradores.

Sabe que é possível consultar os horários em tempo real?



A **Linha Azul** é um dos principais elos de contacto com os clientes. Esta central de atendimento telefónico presta informação, apoio e orientação junto dos clientes que a ela recorrem.

Os números demonstram que, apesar de 2021 ter sido um ano marcado por restrições à circulação e medidas de combate à pandemia, a Linha Azul rececionou um total de 31.503 chamadas. Entre os temas mais abordados pelos passageiros da STCP destacam-se: questões relacionadas com os horários de passagem dos autocarros, 14.035, respeitando a 44,6% de todos os contactos rececionados durante o ano; as comunicações relacionadas com objetos perdidos no interior dos veículos representam 19,1% e horários em tempo real correspondem a 7,7%.

VISITAS AO SITE

O número de visitas ao site acompanhou a evolução da procura. Constatase que em 2021 os meses com menor número de visitas coincidem com os períodos de confinamento. Os quatro últimos meses do ano espelham o aumento da confiança dos passageiros na retoma à normalidade que se fez notar no aumento do número de validações, sendo o quadrimestre com maior utilização de sempre do site.

Visitas ao site	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Nº visitas (em milhares)	6 127	3 917	4 707	790	20,2%





AVISOS AO PÚBLICO

Em 2021 foram emitidos e divulgados 257 avisos ao público relacionados com horários e percursos. Foram colocadas e retiradas da rede de paragens STCP mais de 3.200 informações sobre alterações de percurso ou ativação e desativação de paragens. Foram também atualizados cerca de 3.200 horários em idêntico número de paragens.

INFORMAÇÃO FORNECIDA PELA APP MOVE-ME.AMP

Durante o ano foram respondidos cerca de 14 milhões de pedidos de horários em tempo real com linhas STCP e feitas mais de 18 mil propostas de rotas com linhas STCP.

Ano	Próximas Passagens STCP	Cálculo de Rota com STCP
2021	14 110 954	18 796
2020	14 142 909	16 536

INDICADORES WIFI

Os utilizadores do serviço de transportes públicos da STCP têm a vantagem de poder usufruir da rede *WiFi* gratuita, disponível na frota de autocarros e carros elétricos.

Indicador	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Utilizadores	790 834	490 711	477 647	-13 064	-2,7%
Número de sessões	5 473 702	3 345 851	3 299 464	-46 387	-1,4%
Tráfego de internet (TB)	135,3	121,1	120,6	-1	-0,4%
Média tráfego (Mb)/sessão	24,7	35,1	38,3	3	9,1%

O ano de 2021 apresentou resultados aproximados ao ano de 2020, com cerca de 477 mil utilizadores e média diária de 9.040 sessões. Os valores registados ainda ficam aquém dos observados em 2019, fase pré-pandemia, explicado pelos vários períodos de confinamento e menor número de passageiros.

Em 2021 o *captive* portal foi usado para a realização de várias campanhas. Além da campanha de sensibilização e prevenção da covid-19 iniciada em 2020, foi também realizada uma campanha direcionada para o público mais jovem e um inquérito de satisfação ao cliente.

Os conteúdos digitais foram, principalmente, baseados em vídeo e com alta resolução, o que poderá ter provocado o aumento de tráfego por sessão. De referir que o período de abril a julho de 2021 apresentou o maior consumo de tráfego desde que o serviço *WiFi* foi disponibilizado nos autocarros.

A “Aqui-STCP” efetuou um redirecionamento automático para a *Landing Page* da campanha dirigida à geração Z e a segunda continha um *Call to Action* que convidava os passageiros, através do clique num botão, a responder ao Inquérito de Satisfação de 2021.

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO

Valorizamos a sua opinião, partilhe-a connosco!

Faça scan do QR Code

www.stcp.pt

Linha Azul - 226 158 158



ELOGIOS

Elogios	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Total Elogios	14	13	35	22	169%

Em 2021, foram registados 35 elogios por parte dos clientes, 33 destinados aos motoristas e 2 sobre a frota.



Elogio da semana

“Durante um passeio na linha 500, perdi a minha carteira. Poucos dias depois, desloquei-me às instalações da Linha Azul e devolveram-me a minha carteira com todo o conteúdo, até ao último cêntimo! Queria agradecer do fundo do coração, a vossa gentileza e o excelente acolhimento que me reservaram no gabinete da Linha Azul. Como não pude agradecer pessoalmente ao motorista que encontrou a minha propriedade, ficaria muito grato se passasse a este senhor os meus sinceros agradecimentos. STCP, contem comigo para dizer coisas boas sobre a empresa e seus colaboradores. A curto prazo, tenciono mudar-me de França para Matosinhos e terei muito prazer em voltar a viajar pela cidade e arredores com a STCP. A todos, sinceras saudações”

“(…) Há pessoas especiais... Como em muitos outros dias, o meu pai apanhava o autocarro de dois pisos e subia ao 1º andar. Naquele dia, sentiu uma tontura forte e caiu pelas escadas. Nesse momentos, as palavras do motorista sensibilizaram o meu pai, pois toda a generosidade e bondade acalmou-o, contactou o INEM e a família. A família pretende louvar a atitude e acompanhamento dado pelo motorista, Um grande homem é aquele que consegue por instantes iluminar o mundo de um outro homem.”

Cientes STCP

RECLAMAÇÕES

A STCP recebeu um total de 1.671 reclamações em 2021, registando um aumento de 9% face ao ano anterior, explicado pelo aumento da procura. O aumento das reclamações ao longo dos meses acompanha a evolução da procura.

Reclamações	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Total Reclamações	2 390	1 536	1 671	135	9%
Autocarro	2 378	1 532	1 665	133	9%
Carro Elétrico	12	4	6	2	50%

Número de reclamações



Em 2021, o motivo predominante referido nas reclamações foram as competências do pessoal (44%) que dizem respeito ao comportamento ou competências técnicas dos trabalhadores, seguidas pelo incumprimento de horários (41%).



2.3 MUSEU DO CARRO ELÉCTRICO

O Museu do Carro Elétrico foi fundado no dia 18 de maio do ano de 1992, tendo completado 29 anos de existência em 2021. O Museu do Carro Elétrico integra a Rede Portuguesa de Museus desde 2001.

Em 2015 o Museu foi objeto de uma reestruturação que permitiu incorporar o espaço da antiga Central Termoeletrica de Massarelos nos seus espaços expositivos, passando a ser incluído também na Rede Nacional de Museus de Energia, pela EDP.

O Museu do Carro Elétrico assume como missão preservar, conservar e interpretar, em benefício do público, espécies e artefactos ilustrativos e representativos da história e desenvolvimento dos transportes públicos urbanos sobre carris da cidade do Porto.

Para além da sua essência museológica, constituem também atividades do Museu, os serviços de apoio ao visitante (a loja), os programas de interpretação das coleções (serviços educativos e de animação, que faz a

mediação com o público escolar) e a animação e gestão dos espaços (desfile, eventos e exposições temporárias, alugueres de espaços e de carros elétricos).

Em consequência da pandemia covid-19 e das medidas impostas para suprimir a propagação do vírus, o setor do turismo continuou, em 2021, a ser um dos mais afetados, tendo o Museu do Carro Elétrico sofrido os seus efeitos.

Grande parte da programação prevista para o Museu do Carro Elétrico para o ano de 2021 não foi realizada. O ano iniciou-se com o Museu do Carro Elétrico encerrado da parte da tarde aos fins de semana para recolhimento obrigatório, medida que transitava do ano 2020.

Entre 15 de janeiro e 4 de abril, devido às medidas de contingência impostas para combate à doença, o Museu do Carro Elétrico encerrou ao público.

A partir de 5 de abril voltou a ser possível visitar o Museu do Carro Elétrico, que implementou um rigoroso con-

junto de medidas preventivas, de modo a garantir a total segurança de visitantes e colaboradores, cumprindo as diretrizes das autoridades de saúde competentes.

O Museu do Carro Elétrico faz parte da lista de espaços museológicos nacionais que recebeu o selo “Clean & Safe – Património Cultural”, certificação atribuída pelo Turismo de Portugal, situação que comprova que as medidas postas em prática asseguram a total segurança para visitantes e colaboradores.

O Museu voltou a estar de portas abertas nas tardes de fim de semana, a partir de sábado, dia 8 de maio. Nesse dia celebrou-se o Dia do Carro Elétrico Histórico. Cada linha de serviço público de carro elétrico circulou com uma viatura de coleção do Museu e através da compra do bilhete foi dado o acesso à exposição do Museu e a uma visita guiada ou à realização de atividades em família. Neste dia foram registadas 88 entradas na exposição.

VISITANTES DO MUSEU DO CARRO ELÉCTRICO

Museu do Carro Elétrico [1]	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Número de Visitantes	27 587	7 460	6 611	-849	-11%
Alunos (Escolas)	11 013	2 382	704	-1 678	-70%
Portugueses	3 149	2 074	2 674	600	29%
Estrangeiros	13 425	3 004	3 233	229	8%

[1] Não inclui visitantes gratuitos.

No ano de 2021 os visitantes nacionais, que representam cerca de 40%, cresceram 29% face a 2020 e os visitantes estrangeiros registaram um aumento de cerca de 8%.

Devido às medidas apresentadas pelo Governo, de en-

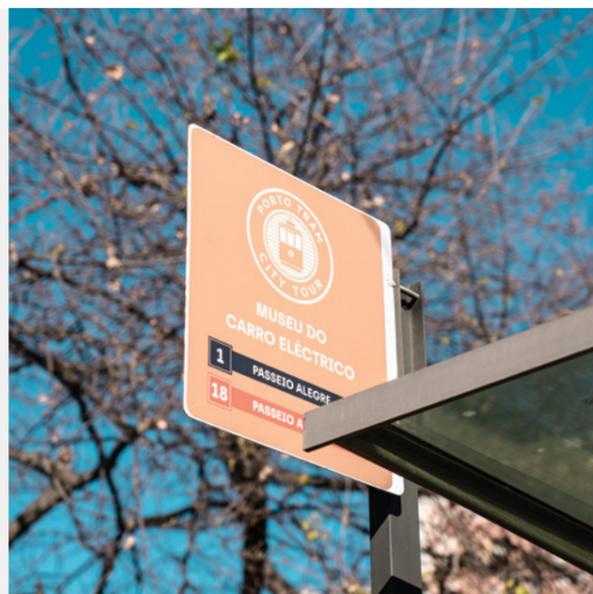
cerramento das escolas em alguns períodos do ano, verificou-se uma redução significativa das visitas escolares, de 44 em 2020 para 27 em 2021, contribuindo para uma redução de 70% de visitas de alunos, face a 2020.



Elogio da semana

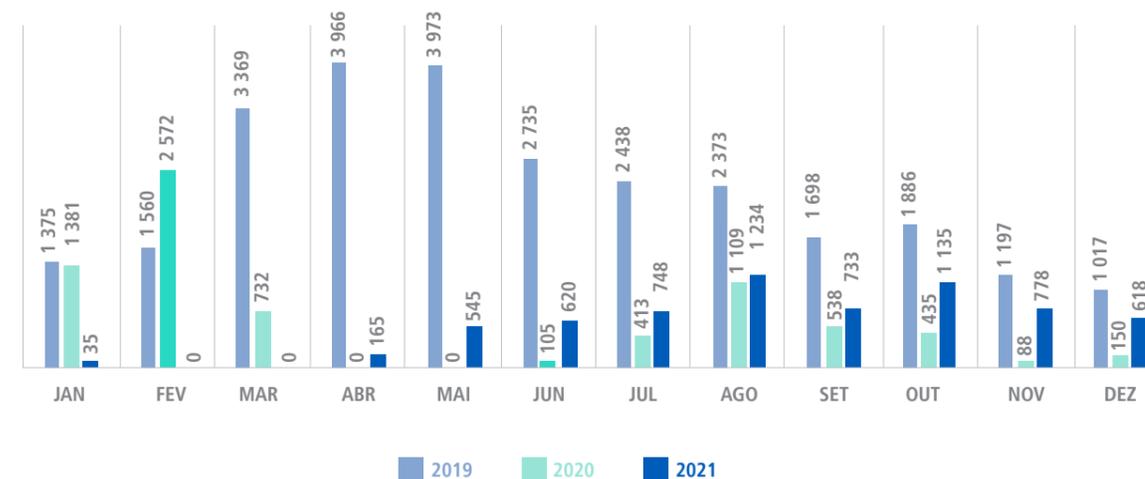
“ Através desta mensagem, queremos exprimir os nossos mais sinceros parabéns e gratidão pela atenção recebida no passado domingo 11, à tarde. Não sabemos o nome da guia que nos atendeu, apesar do tempo que nos ofereceu, com numerosas explicações e p entusiasmo transmitido. Somos uma família de Vigo que tinha saudades dos carros elétricos da sua cidade. Parabéns pelo Museu e esperamos que possam transmitir o nosso agradecimento à pessoa que nos levou por uma magnífica viagem no tempo. Os nossos melhores cumprimentos dede a Galiza.”

Clientes STCP



Em 2021 o Museu foi visitado por cerca de 6,6 mil pessoas, registando uma quebra de cerca de 849 visitas (-11%), comparativamente com 2020, e uma quebra de cerca de 21 mil visitas (-76%) face a 2019.

Visitantes



Com a reabertura do museu constatou-se um crescimento na evolução diária do número de visitantes, em especial aos fins de semana e feriados. Destaca-se ainda o progressivo regresso do público turista, ainda de pro-

veniências variadas, mas também com a novidade de se demarcarem pela idade mais jovem, distanciando-se do turismo sénior que era tipicamente mais comum.

As entradas no Museu e as vendas na loja representaram 47% do total da fonte de receita. 33% dizem respeito ao aluguer de carros elétricos e a parcela restante aos outros negócios.

Os **serviços de aluguer de carro elétrico** são procurados, sobretudo, pelos serviços de tours turísticos para grupos oriundos dos navios com rota ao novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões. Apesar da retoma da procura deste serviço em 2021, verificou-se ainda algum receio por parte das agências turísticas. No entanto, foram realizados 55 alugueres de carros elétricos, com especial incidência no mês de outubro.

Em 2021 foram realizados 7 alugueres de espaços do Museu de caráter corporativo, representando uma evolução significativa face à realidade vivida em 2020. Entre os eventos promovidos manteve-se a tendência de pequenos eventos devido às limitações impostas no contexto da pandemia covid-19. Salientam-se: a edição 2021 do Congresso Anual da Mobilidade Inteligente – MOBLAB; a realização de um debate no âmbito das eleições autárquicas 2021, promovido e com emissão no Porto Canal.

Foram também realizados no Museu do Carro Elétrico alguns eventos da empresa, destacando-se a cerimónia de lançamento dos novos autocarros elétricos da STCP e a de homenagem aos trabalhadores que concluíram 25 anos de casa e os que saíram da empresa por motivo de reforma.

Nos dois últimos meses de 2021, o Museu acolheu o Projeto Olhó Nobel. Esta ação, promovida pela associação de Moradores de Massarelos com o apoio da Junta da União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, consistiu em levar a cabo sessões de trabalhos de artesanato através da arte do croché e promover a participação ativa da comunidade. O Museu acolheu o desafio proposto por esta instituição afirmando o seu papel aglutinador na comunidade de residentes e na preservação de práticas tradicionais, oferecendo os seus espaços para a sua concretização.

Para assinalar a quadra natalícia a STCP e o Museu do Carro Elétrico desenvolveram uma campanha promocional dirigida ao público em geral, dos mais pequenos aos mais crescidos.

Ao longo de 4 dias, de 18 a 21 de dezembro, foi divulgado o Elétrico de Natal, um elétrico da coleção do Museu,

decorado no exterior e interior com motivos natalícios, que levou o Pai Natal e o seu Duende a acolher pequenos e adultos visitantes num espírito de festa.

A ação proporcionou a oferta de visitas ao Museu e pequenas ofertas de artigos

Destacam-se ainda a criação da página de *Instagram* do Museu do Carro Elétrico e o lançamento de dois livros infantis intitulados “Percurso para Famílias” em que os mesmos propõem atividades a serem realizadas por grupos familiares ou grupos de amigos, acompanhados de crianças ou jovens, de forma descontraída e ao ritmo de cada participante, para promover a discussão e a partilha de ideias sobre a coleção do museu.



STCP E OS SEUS COLABORADORES

03

3.1 Evolução do Efetivo	70
3.2 Caracterização do Efetivo	72
3.3 Formação	76
3.4 Segurança e Saúde no Trabalho (SAFETY)	78
3.4.1 Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST)	78
3.4.2 Segurança e Saúde dos Colaboradores	78
3.5 Promoção do Equilíbrio entre a Vida Pessoal e Profissional	80
3.6 Comunicação Interna e Relações com Parceiros Sociais	82
3.6.1. Comunicação Interna	82
3.6.2. Relações com Parceiros Sociais	83

3.1 EVOLUÇÃO DO EFETIVO

A 31 de dezembro de 2021, o efetivo da STCP era de 1.335 trabalhadores, excluindo órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento, representando um reforço de 2 trabalhadores, comparativamente com o ano 2020.

Efetivo [1]	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Efetivo Total a 31/12	1 289	1 333	1 335	2	0,2%
Pessoal Tripulante	956	1 003	1 005	2	0,2%
Motoristas em funções	938	983	988	5	0,5%
Guarda-Freios em funções	18	20	17	-3	-15,0%
% Pessoal Tripulante	74,2%	75,2%	75,3%	0 p.p.	0,0%

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

Face ao ano anterior, o efetivo médio aumentou em cerca de 35 elementos, atingindo os 1.313 trabalhadores.

Efetivo Médio [1]	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Total	1 267	1 278	1 313	35	2,7%
Pessoal Tripulante	942	956	991	35	3,7%
Motoristas em funções	925	935	973	38	4,1%
Guarda-Freios em funções	17	20	18	-2	-10,0%
% Pessoal Tripulante	74%	75%	75%	0 pp	0,9%

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

Durante o ano de 2021 ocorreram 57 saídas de trabalhadores da empresa (39 por reforma por velhice, antecipada e invalidez, 2 por falecimento, 16 por cessação de contrato, das quais 14 por iniciativa do trabalhador) e entraram 59 novos trabalhadores.

Do total de saídas 18 corresponderam a motoristas e as restantes 39 foram de categorias diversas, nomeadamente pessoal da manutenção, inspetores e técnico-administrativos, não incluindo membros do Conselho de Administração, nem saídas por licença sem vencimento. Das 59 novas admissões, 45 correspondem a pessoal tripulante (44 motoristas e 1 guarda-freio) e 14 de categorias diversas, nomeadamente operadores de estação de

serviço e técnico-administrativos.

No ano de 2021 foram realizados 20 estágios curriculares e 20 estágios profissionais, sendo que foram integrados nos quadros efetivos da empresa 6 estagiários.

No final de outubro, após conclusão de concurso interno e processo de seleção, 8 motoristas foram apurados para integrar a carreira de inspetores. Após a primeira fase da formação seguiu-se a integração em ambiente de trabalho na Coordenação da Rede do Departamento de Operações.

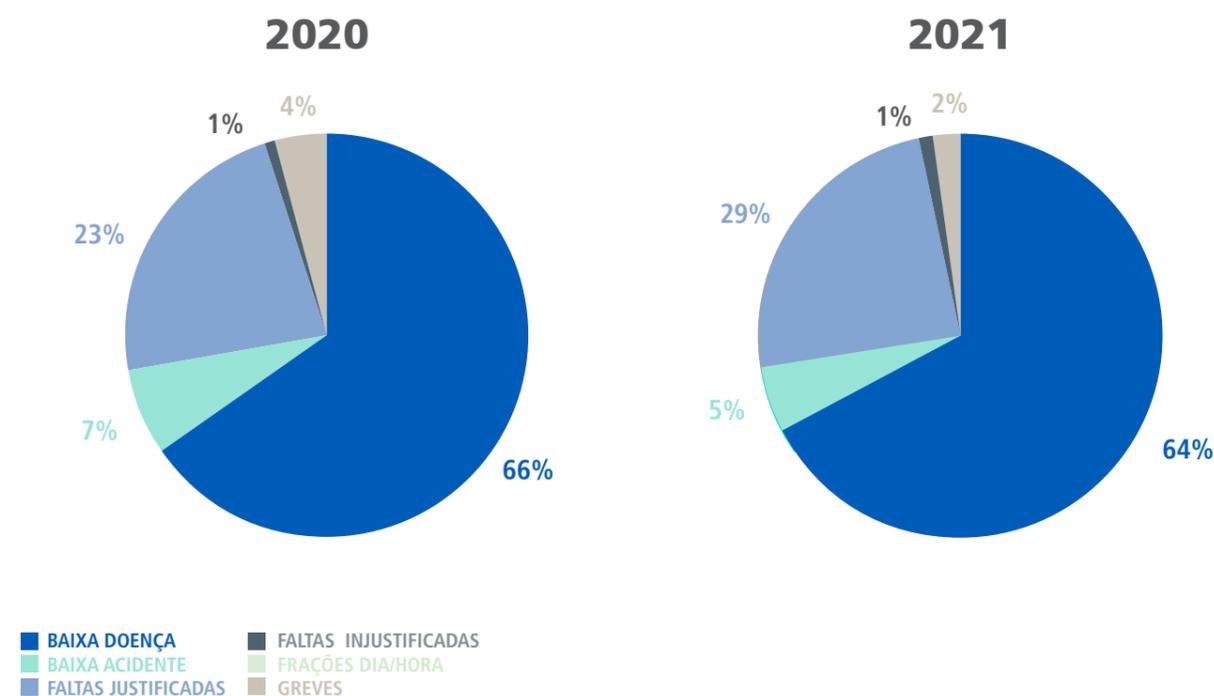
ABSENTISMO

Absentismo [1]	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Total da Empresa	9,3%	9,7%	11,1%	1,5 pp	15,3%
Pessoal Tripulante [1]	10,2%	11,1%	12,8%	1,7 pp	15,4%
Outro Pessoal	6,7%	5,4%	6,0%	0,7 pp	12,7%

[1] Motoristas e Guarda-Freios.

A 31 de dezembro de 2021, o absentismo global situou-se nos 11,1%, aumentando 1,5 pontos percentuais (pp) face ao ano anterior. O absentismo do pessoal tripulante foi de 12,8%, aumentando 1,7 pontos percentuais, comparativamente com 2020. Verifica-se que a taxa de absentismo, desde 2019, tem aumentado gradualmente, explicada sobretudo pelas faltas por motivo de baixa por doença. As baixas por motivo da doença covid-19 terão contribuído nos últimos dois anos para o aumento do absentismo.

A estrutura da taxa de absentismo de 2021 é explicada por baixa por doença, 64%, seguindo-se as faltas justificadas com 29%, mais 6 pontos percentuais face ao ano anterior. A baixa por acidente reduziu 2 pontos percentuais face a 2020, explicando 5% do total da taxa de absentismo.



TRABALHO SUPLEMENTAR

Trabalho Suplementar [1] (em milhares)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Horas Extra Total	61	57	64	7	13,0%
Horas Extra Pessoal Tripulante	51	48	54	6	13,6%
Custo Total [2] euros	458	437	497	60	13,7%
Custo Pessoal Tripulante [2] euros	357	343	392	49	14,3%

[1] Ótica do pagamento

[2] Não inclui encargos com Segurança Social

Em 2021 foram realizadas mais 7 mil horas de trabalho suplementar face a 2020, atingindo cerca de 64 mil horas (+13%). Cerca de 84% do trabalho suplementar foi realizado por pessoal tripulante.

O custo total do trabalho suplementar foi de 497 mil euros em 2021, mais 60 mil euros comparativamente com o período homólogo (+13,7%) de 2020.

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

Produtividade	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Veículos Km (10 ³) / Efetivo Médio	17,54	17,06	16,63	-0,43	-2,50%
Lugares Km (10 ⁶) / Efetivo Médio	1,58	1,50	1,45	-0,06	-3,75%
Passageiros (10 ³) / Efetivo Médio	60,55	38,52	38,86	0,34	0,88%
Passageiros Km (10 ⁶) / Efetivo Médio	0,23	0,14	0,15	0,01	0,65%

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO

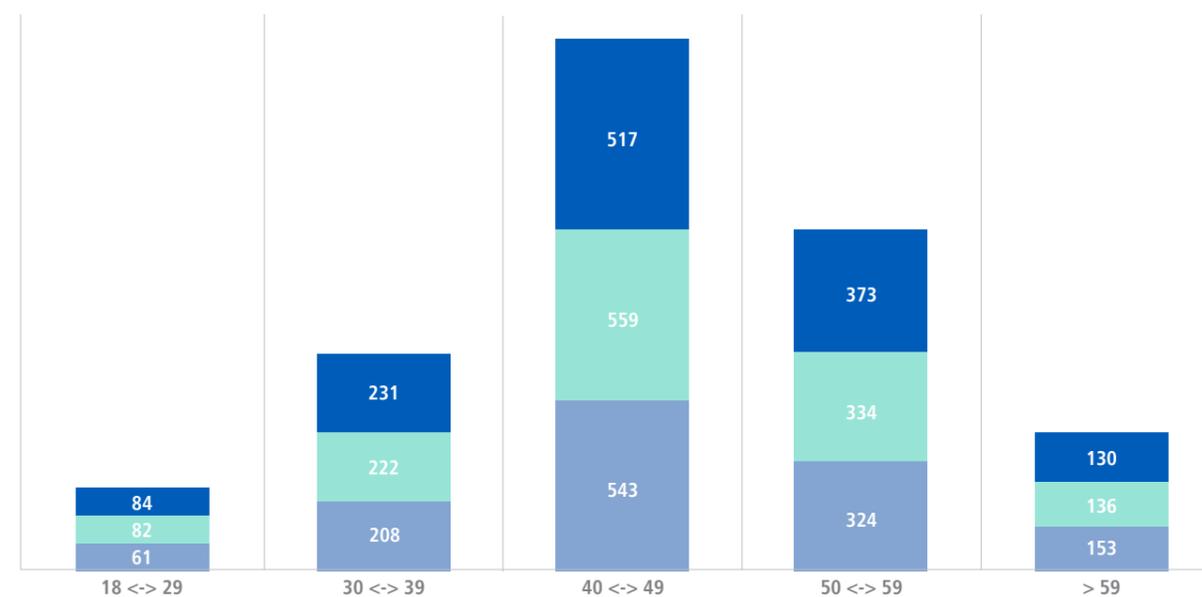
A política de contratação dos últimos anos tem permitido a redução da idade média e da antiguidade do efetivo da empresa.

No entanto, a 31 de dezembro de 2021 verificou-se um ligeiro aumento da idade média dos trabalhadores para 46,2 anos, comparativamente com o ano anterior. A antiguidade média dos efetivos na empresa manteve-se nos 15,8 anos.

Verifica-se uma tendência de evolução positiva quanto ao nível de escolaridade dos trabalhadores da empresa. No final do ano de 2021, 49,4% dos trabalhadores tinham como habilitações o Ensino Secundário ou Superior, aumentando em 2,6 pontos percentuais face a 2020.

Caracterização do Efetivo a 31 de dezembro [1]	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Estrutura Etária					
18 <-> 29	61	82	84	2	2,4%
30 <-> 39	208	222	231	9	4,1%
40 <-> 49	543	559	517	-42	-7,5%
50 <-> 59	324	334	373	39	11,7%
> 59	153	136	130	-6	-4,4%
Total	1.289	1.333	1.335	2	0,2%
Idade Média (anos)	46,7	46,1	46,2	0,1	0,2%
Antiguidade Média Empresa (anos)	16,7	15,8	15,8	0,1	0,6%
% Trabalhadores com Ensino Secundário ou Superior	44,7%	46,7%	49,4%	2,6 pp	5,6%

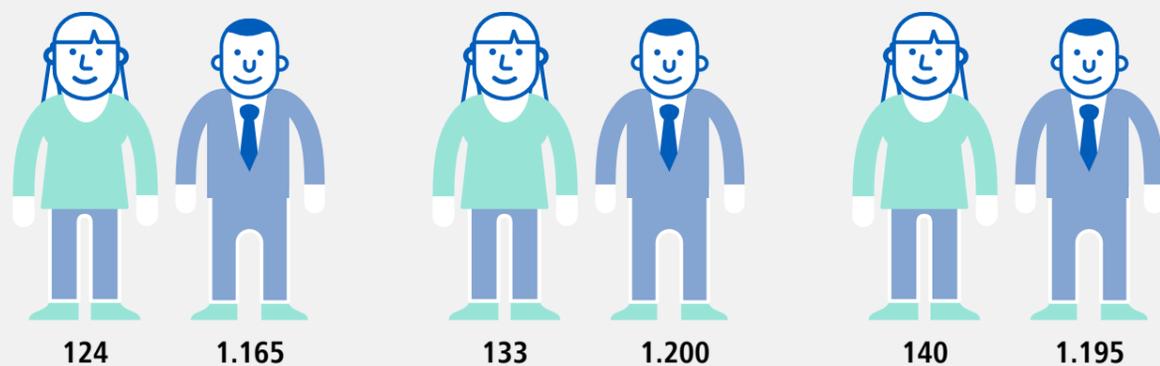
Estrutura etária
(número de colaboradores)



Pese embora o número de trabalhadores com idade igual ou inferior a 29 anos represente apenas 6,3% em 2021, há uma evolução positiva face a 2020, onde esse grupo representava 6,2%. Por outro lado, o grupo de trabalhadores que têm idade superior a 59 anos tem vindo a reduzir, representando 9,7% do efetivo em 2021 quando em 2020 representava 10,2%.

EFETIVO POR GÉNERO

A 31 de dezembro de 2021 trabalhavam 140 mulheres na STCP, verificando-se um aumento do número de mulheres face a 2019 e 2020 de 16 e 7 mulheres respetivamente. No final de 2021, as mulheres correspondiam a 10,5% do total de trabalhadores.



Distribuição das mulheres e homens por tipo de cargo que ocupam na empresa:

Cargo das Mulheres a 31/12 [1]	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Dirigente	2	2	2	0	0%
Pessoal Tripulante	63	69	71	2	3%
Inspetor	1	1	3	2	200%
Outros	58	61	64	3	5%
Total de Mulheres	124	133	140	7	5%

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

Cargo dos Homens a 31/12 [1]	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Dirigente	8	8	8	0	0%
Pessoal Tripulante	909	954	947	-7	-1%
Inspetor	38	35	38	3	9%
Outros	210	203	202	-1	0%
Total de Homens	1 165	1 200	1 195	-5	0%

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

EFETIVO POR MODO DE TRANSPORTE E POR ATIVIDADE

Efetivo por Modo de Transporte e Atividade a 31/12	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Motoristas	938	983	988	5	0,5%
Inspetores e Coordenadores	41	37	42	5	13,5%
Abastecedores	37	41	41	0	0,0%
Outros Operação	23	25	25	0	0,0%
Pessoal Operação	1 039	1 086	1 096	10	0,9%
Pessoal Manutenção Viaturas e Instalações	90	95	87	-8	-8,4%
Restante [2]	114	108	120	12	11,1%
Efetivo Modo Autocarro	1 243	1 289	1 303	14	1,1%
Guarda-freios	18	20	17	-3	-15,0%
Pessoal Manutenção Viaturas e Instalações	23	19	10	-9	-47,4%
Museu	5	5	5	0	0,0%
Efetivo Modo Carro Elétrico e Museu	46	44	32	-12	-27,3%
Total STCP	1 289	1 333	1 335	2	0,2%
% Pessoal Operação	82,0%	83,0%	83,4%	0,4 pp	0,5%
% Pessoal Manutenção Viaturas e Instalações	8,8%	8,6%	7,3%	-1,3 pp	-15,0%
% Restante	9,2%	8,5%	9,4%	0,9 pp	10,5%

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

[2] Os efetivos afetos às áreas de suporte da STCP estão incluídos no modo rodoviário.

A 31 de dezembro de 2021, cerca de 97,6% do total do efetivo estava associado ao modo autocarro e 2,4% ao modo carro elétrico e museu.

3.3 FORMAÇÃO

A formação desempenha um papel fulcral no desenvolvimento profissional dos colaboradores da STCP pelo que foram realizadas formações aos mais variados níveis da empresa.

Horas de Formação	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Pessoal Tripulante	31 562	32 566	18 674	-13 892	-42,7%
Outros Colaboradores	3 473	594	3 854	3 260	548,8%
Total	35 035	33 160	22 528	-10 632	-32,1%
% Pessoal Tripulante	90%	98%	83%	-15,3 pp	-15,6%

Em 2021 foram realizadas cerca de 22,5 mil horas de formação, registando-se uma redução de 10,6 mil horas (-32,1%) face ao período homólogo. Contribuiu para esta redução o efeito da covid-19 nas várias atividades da empresa, nomeadamente na formação realizada.

Verificou-se um aumento significativo nas horas de formação de outros colaboradores, + 3,2 mil horas face a 2020. No entanto, as horas de formação efetuadas pelo pessoal tripulante, que representaram 83% do total, reduziu cerca de 43%, traduzindo-se numa diminuição de aproximadamente 13,9 mil horas.

Número de Trabalhadores Envolvidos em Formação	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Pessoal Tripulante	571	862	1 238	376	43,6%
Outros Colaboradores	128	133	405	272	204,5%
Total	699	995	1 643	648	65,1%
% Pessoal Tripulante	82%	87%	75%	-11,3 pp	-13,0%

Registaram-se 1.643 participações em formação, 75% dos quais eram pessoal tripulante. Alguns dos colaboradores estiveram presentes em mais do que uma formação. Consta-se que, apesar da diminuição do número de horas de formação, o número de participações dos trabalhadores em formação aumentou, fruto da realização de formações de curta duração, nomeadamente a apresentação de novos autocarros.



Número de Horas em média por Trabalhador em Formação	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Pessoal Tripulante	55	38	15	-23	-60,1%
Outros Colaboradores	27	4	10	5	113,1%
Total	50	33	14	-20	-58,9%
% Pessoal Tripulante	110%	113%	110%	-3,4 pp	-3,0%

Em média, em 2021, os trabalhadores que participaram nas formações realizaram cerca de 14 horas de formação, verificando-se uma redução de cerca de 59% face ao ano anterior, o que se traduz numa diminuição de cerca de 20 horas.

3.4 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SAFETY)

3.4.1 SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SST)

A Certificação pela norma ISO 45001 em Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) reforça que o sistema de gestão se mantenha orientado para a melhoria contínua da estrutura de prevenção de acidentes de trabalho, doenças profissionais e lesões dos trabalhadores.

A estrutura desta norma permite o seu enquadramento com as outras duas normas de gestão – ISO 9001 (Qualidade) e ISO 14001 (Ambiente) – pelas quais a STCP possui o seu sistema integrado de gestão certificado.

Durante o ano de 2021, manteve-se a identificação dos requisitos legais aplicáveis e a verificação anual da conformidade do cumprimento legal.

Refira-se também que, o envolvimento dos trabalhadores das empresas prestadoras de serviço na STCP nas medidas de desempenho, através de ação de consulta, e a crescente participação dos colaboradores da empresa, através da sua representação nas atividades de SST e de medidas propostas, foram aspetos que mereceram uma atenção especial.

No âmbito das Certificações, foram realizadas as auditorias internas por entidade externa e as auditorias pela entidade certificadora APCER.

3.4.2 SEGURANÇA E SAÚDE DOS COLABORADORES

A garantia de segurança e saúde nos locais de trabalho é um direito de todos os trabalhadores e um imperativo legal. As condições de Segurança e Saúde no Trabalho tornam-se importantes para melhorar a motivação dos colaboradores que poderá levar a um potencial aumento da qualidade e do desempenho da empresa, um aumento da produtividade, com consequências na redução do absentismo com a diminuição da ocorrência de acidentes e doenças profissionais.

Na STCP, a Higiene e Segurança no Trabalho (HST) trabalha em parceria com a Medicina do Trabalho, nomea-

damente na avaliação dos riscos profissionais, das condições de trabalho, e avaliação e análise dos acidentes de trabalho. Neste âmbito, a HST avalia os riscos associados aos locais de trabalho, realiza visitas inspetivas aos postos e equipamentos de trabalho, elabora e implementa recomendações sobre matérias de prevenção, relatórios sobre as condições de trabalho e planos de ação. Durante o ano de 2021, com vista à segurança e saúde de todos os colaboradores da STCP, foram realizadas as seguintes atividades:

- Consultas e participação dos trabalhadores - 2 consultas formais conforme estipulam os requisitos legais, consulta para aquisição de equipamentos de proteção individual e reuniões diversas com trabalhadores sobre as condições de trabalho;
- Revisões dos mapas de apreciação do risco dos vários postos de trabalho;
- Verificação de várias máquinas e equipamentos de trabalho;
- Manutenção de equipamentos de combate a incêndio;
- Visitas técnicas aos postos de trabalho;
- Formação de acolhimento, a novos trabalhadores, no âmbito da SST;
- Análises trimestrais para pesquisa de Legionella;
- Coordenação de segurança com empresas externas prestadoras de serviços;
- Investigação de incidentes/acidentes de trabalho.

Adicionalmente foram ainda desenvolvidas outras no âmbito da prevenção e controlo da covid-19, seguindo as orientações da Direção Geral de Saúde, destacando-se:

- Procedimentos específicos sobre controlo de acesso às instalações, recolha de viaturas, colocação de máscara, a medição da temperatura na entrada das instalações (até 5 de setembro de 2021), adoção do teletrabalho, trabalhador com sintomas de covid-19 no interior das instalações e de vigilância de contactos próximos;
- Informação aos trabalhadores;
- Medidas de prevenção para trabalhadores, instalações, viaturas e, de forma indireta, para os passageiros;
- Avaliação de produtos para proteção dos trabalhadores, nomeadamente máscaras descartáveis e reu-

tilizáveis, viseiras, álcool gel, luvas e equipamentos para desinfecção/limpeza;

- Regras de utilização dos gabinetes, refeitório, salas de formação, posto médico, salas de motoristas e de circulação nos espaços, no regresso ao trabalho, após confinamento;
- Regras para abertura do Museu do Carro Elétrico;
- Recomendações diversas sobre o uso de máscara, teletrabalho, pagamentos a bordo, colocação de divisórias e ventilação nos autocarros;
- Atualização dos mapas de apreciação de risco.

A preocupação da STCP com a segurança e saúde dos seus trabalhadores verifica-se ainda pelas seguintes medidas tomadas pela empresa:

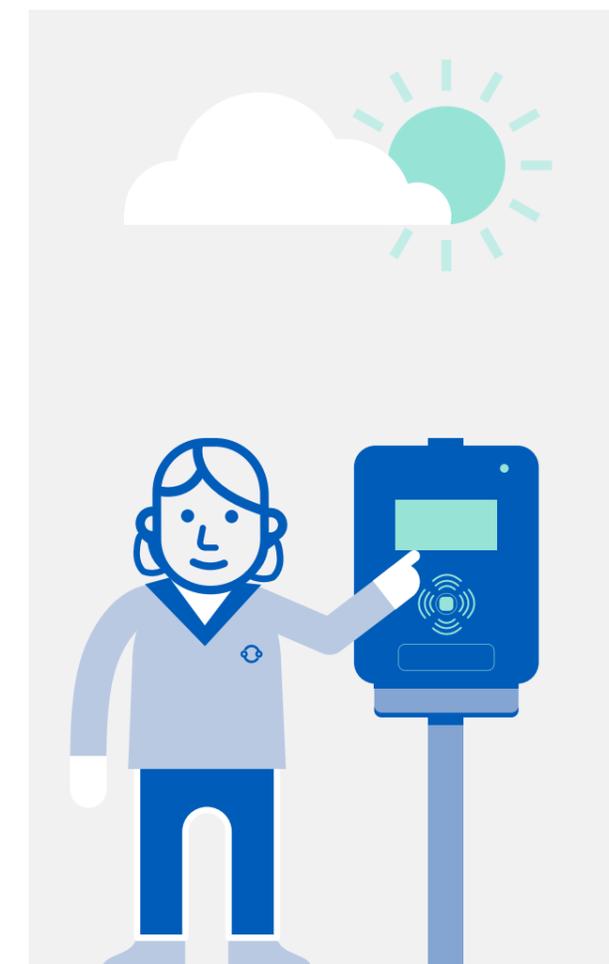
Desde que foi implementado o estado de emergência, em 2020, a STCP implementou o serviço de Navetes covid-19, com o objetivo de proteger e tranquilizar a equipa de motoristas da empresa, no que respeitava às deslocações para os pontos de rendição na rede. Este serviço foi reforçado com o agravar da situação pandémica, tendo-se mantido até final de outubro de 2021.

Inauguração, em junho, de uma **nova sala de apoio destinada à equipa de abastecedores da Via Norte**, apresentando condições de trabalho, conforto e imagem melhoradas a todos os níveis. Esta iniciativa de renovação das instalações visa aumentar o conforto e bem-estar dos colaboradores neste espaço, onde também se equipam e frequentam nos seus momentos de pausa. Estas instalações, situadas junto ao posto de abastecimento a Gás da Unidade Operacional da Via Norte, contam com novo mobiliário e ar condicionado. A decoração foi cuidada, tanto no interior como no exterior, de modo a tornar o espaço mais moderno e acolhedor.

Ficou concluída no final de setembro, a substituição dos Relógios de Marcação de Ponto em 22 novos locais da empresa, que até essa data eram ativados através dos cartões de trabalhador com suporte de banda magnética. A marcação de ponto passou a ser realizada com o Cartão Andante que cada trabalhador possui, através de tecnologia *wireless*, não necessitando de contactar diretamente com o leitor, bastando apenas aproximar do leitor o Cartão Andante e aguardar três segundos. Estes novos equipamentos, cujo modelo já estava em

funcionamento há alguns anos no edifício sede da STCP, foram agora distribuídos pelas restantes instalações da empresa, nomeadamente: Massarelos, Unidade Operacional de Francos e Unidade Operacional da Via Norte.

Todos os locais de rendição do pessoal tripulante, espalhados pela cidade do Porto, passaram a dispor também de um equipamento para registo de presenças. Assim, o Cartão Andante do trabalhador passou a agregar num único suporte todas as seguintes valências: título de viagem nas viaturas da STCP, cartão de marcação de ponto e cartão de acesso a instalações da empresa.



INDICADORES DE ACIDENTES DE TRABALHO

Em 2021 foram registados 83 acidentes de trabalho, verificando-se uma redução de 22 acidentes (-21,3%) face ao ano anterior. Os acidentes de trabalho originaram 2 121 dias de trabalho perdidos.

Indicadores de Acidentes de Trabalho		2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Taxa de Frequência (Tf) (Nº de acidentes de trabalho com baixa / Nº Horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000	=	36,5	42,8	32,6	-10,2	-23,8%
Taxa de Gravidade (Tg) (Nº de dias perdidos / Nº de Horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000	=	748	1 297	1 017	-280,0	-21,6%
Taxa de Incidência (TIT) (Nº de acidentes totais / Nº total de trabalhadores) x 1.000	=	70,0	80,3	61,5	-18,8	-23,4%

Comparativamente com 2020, registou-se uma diminuição da taxa de gravidade, fruto da diminuição do número de dias perdidos por acidente de trabalho, correspondendo a uma variação de cerca de -22%.

A taxa de frequência e a taxa de incidência registaram também uma redução face ao ano anterior, na ordem dos 23%.

MEDICINA DO TRABALHO

Em 2021 foram realizadas 1.641 consultas de medicina do trabalho aos colaboradores da STCP, +739 face ao ano anterior. Este aumento, de cerca de 82%, é explicado pelo alívio das restrições da pandemia covid-19 que possibilitaram a realização de mais consultas.

Consultas Médicas	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Medicina Trabalho	1 852	902	1 641	739	81,9%

3.5 PROMOÇÃO DO EQUILÍBRIO ENTRE A VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL

O ano de 2021 iniciou-se em estado de emergência pelo que foi necessário, tal como no ano anterior, disponibilizar ferramentas para permitir o teletrabalho aos colaboradores da STCP e um reforço do serviço de segurança no controlo de acessos à empresa (portarias), efetuando-se o controlo de temperatura corporal a todas as entradas

nas instalações da empresa, até ao dia 5 de setembro.

Para complementar a segurança dos colaboradores, nos dias 19 e 20 de abril, a STCP em conjunto com outras empresas do setor, associou-se a um rastreio à covid-19 promovido pela ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte, que se inseriu num projeto piloto direcionado para os trabalhadores das empresas de transportes públicos.

O rastreio abrangeu todo o universo de trabalhadores da STCP, estando também incluídos neste programa todos os trabalhadores das equipas de prestadores externos que operam nas instalações da STCP. Tratou-se de um processo de inscrição voluntária, tendo sido inscritos/testados 512 trabalhadores. Foi mais uma medida de prevenção, que com uma amostra significativa do total de trabalhadores, tornou possível identificar no momento, eventuais focos de contágio e interromper de uma forma mais eficaz as cadeias de transmissão.

Desde o início da pandemia que a STCP participa em reuniões de acompanhamento com a ARSN e o projeto teve como objetivo avaliar um modelo operacional de testagem covid-19 no setor dos transportes, assegurando

do assim um desconfinamento mais seguro.

Ainda no âmbito da Saúde, a STCP disponibiliza acesso gratuito a especialidades médicas e serviço de enfermagem, no Posto Clínico da empresa, localizado em Francos, bem como a comparticipação de medicamentos, nos casos previstos nas normas em vigor.

Durante o ano de 2021, no Posto Clínico da STCP, foram realizadas 3.769 consultas nas diversas especialidades médicas e assegurados os cuidados de enfermagem, diariamente, na Estação de Recolha de Francos e duas vezes por semana, na Estação de Recolha da Via Norte. Verifica-se um aumento de 956 consultas, cerca de +34%, comparativamente com 2020.

Consultas Médicas	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Clinica Geral	2 682	2 092	2 753	661	31,6%
Estomatologia	778	393	591	198	50,4%
Oftalmologia	149	68	149	81	119,1%
Outras Especialidades	382	260	276	16	6,2%
Total	3 991	2 813	3 769	956	34,0%

É efetuado o pagamento de uma comparticipação fixa aos trabalhadores com filhos, até 6 anos, que frequentam infantários.

Desde maio de 1975 que a STCP possui um plano de benefícios para os seus trabalhadores, que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor. Os benefícios são calculados com base numa fórmula fixada, e pagos desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007). De acordo o estipulado no Decreto-Lei nº 151/2019, de 11 de outubro, e uma vez concretizada a Intermunicipalização da STCP a

1 de janeiro de 2021, todas as responsabilidades formadas ou em formação, para com os trabalhadores que integravam na empresa a 31 de dezembro de 2020, foram transferidas para o Instituto da Segurança Social, I.P.. Para os trabalhadores que ingressem na empresa a partir de 1 de janeiro de 2021, mantêm-se os benefícios em vigor nos acordos da empresa.

A STCP homenageou, no dia 4 de dezembro, os trabalhadores que completaram 25 anos ao serviço da empresa em 2021 e 2020. O evento decorreu no Museu do Carro Eléctrico, tendo também sido distinguidos os colaboradores que cessaram o vínculo com a STCP, por reforma, nesses dois últimos anos.



Pelo segundo ano consecutivo, devido à pandemia covid-19, a festa de natal para os filhos dos colaboradores, promovida pelo Centro Cultural dos Trabalhadores – CCDTSTCP, com o apoio da STCP, não foi realizada. Deste modo, de forma a assinalar a data natalícia, a STCP presenteou cada um dos colaboradores com uma oferta simbólica de Natal.

3.6 COMUNICAÇÃO INTERNA E RELAÇÕES COM PARCEIROS SOCIAIS

3.6.1 COMUNICAÇÃO INTERNA

Durante o ano de 2021 a empresa deu vários passos no sentido de estar cada vez mais próxima dos seus colaboradores e melhorar a comunicação interna.

A 14 de abril foi lançada uma *newsletter*, um canal de comunicação interna imediato e de fácil acesso a todos, com periodicidade quinzenal, com o propósito de valorizar o que acontece dentro da empresa. A intercalar as *newsletters*, surgiram as *Flash News* da STCP. Em 2021, foram disponibilizadas 39 edições, tendo sido partilhados os projetos, notícias e acontecimentos com impacto na rede e na empresa. As notícias mais lidas abrangem assuntos tão diversos como a retoma da marcação de ponto, o *making of* da campanha Geração Z, a apre-

sentação dos autocarros elétricos *ZhongTong*, o encerramento da Rua dos Clérigos, a festa dos 25 anos e o Elétrico de Natal.

A rubrica de vídeos com entrevistas de motoristas registou milhares de visualizações, tanto internamente como na página de Facebook STCP, e elevada interação positiva. Globalmente, a *newsletter* interna e a sua publicação na intranet tornaram acessível a todos os colaboradores a atualidade da empresa, contribuindo para uma maior transparência, envolvimento e, em alguma medida, para um melhor clima interno.

3.6.2 RELAÇÕES COM PARCEIROS SOCIAIS

Ao longo de todo o ano de 2021, foi mantido um estreito relacionamento com as diversas Organizações Representativas dos Trabalhadores tendo em vista alcançar plataformas de entendimento comum, equilibrando os interesses da empresa e dos seus trabalhadores.

No início do ano, na sequência da desconvocação da greve em vigor na STCP, foi assinado com todas as Organizações Sindicais, um Memorando de Entendimento que se estabeleceu válido até 30 de junho de 2021, e no qual ficou estabelecido que a empresa iniciaria o processo negocial para 2021, tendo em vista a revisão dos Acordos de Empresa do qual o Sistema de Evolução Profissional é integrante.

A 30 de julho de 2021 a STCP assinou um Memorando de Entendimento com representantes de várias Organizações Sindicais, representativas de trabalhadores da

empresa, quanto aos termos da atualização da tabela salarial, da revisão do Sistema de Evolução Profissional (SEP), da atualização do valor do subsídio de alimentação e atualização do valor das diuturnidades.

A empresa manteve em 2021 o plano de reuniões mensais entre a Comissão de Trabalhadores e o Conselho de Administração, procurando convergir esforços e envolvimento dos trabalhadores, em prol do desenvolvimento da empresa e melhoria das condições de trabalho.

Num contexto em que o índice de sindicalização geral se situa nos 83%, onde os trabalhadores filiados se encontram distribuídos por 6 organizações sindicais, onde vigoram 3 acordos de empresa, o ano de 2021 ficou marcado por um forte empenho por parte da empresa no sentido da obtenção de consensos e da criação de alicerces para o fomento da paz social.

STCP E O AMBIENTE

04

4.1 Sistema de Gestão Ambiental	86
4.2 Ambiente	90
4.2.1 Energia	90
4.2.2 Água	94
4.2.3 Resíduos	95

4.1. SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

O Sistema de Gestão Ambiental visa a melhoria contínua do desempenho da empresa através de uma abordagem estruturada e planeada à gestão ambiental, em todas as suas vertentes, envolvendo toda a estrutura da empresa e todos os outros que sejam influenciados pelas atividades, equipamentos, produtos e processos da organização que provocam ou podem vir a provocar danos ambientais.

Implementando um processo proativo de melhoria contínua, a STCP procura preventivamente que as atividades que realiza ou são realizadas em seu nome, sejam desempenhadas garantindo o menor impacto possível para o ambiente e, conseqüentemente, para a comunidade envolvente.

São tidos em conta os potenciais impactos de todas as atividades, existindo sempre a intenção de os minimizar na sua origem.

Este processo é dinâmico e periodicamente são analisados os objetivos, o seu cumprimento e a eficácia das medidas corretivas implementadas.

RENOVAÇÃO DE FROTA

Durante 2021, foi concretizada a 2ª fase da renovação da frota de autocarros iniciada em 2018.

No ano, ingressaram na frota 81 novos autocarros *standard* a gás natural da marca MAN (62 *low-floor* e 19 *low-entry*) e 5 *standard* elétricos da marca ZhongTong Bus, em substituição dos autocarros mais antigos a gás natural e gasóleo.

No final de 2021, a frota a eletricidade representa 5% e a frota a gás natural representa 77% o que, no seu conjunto, perfaz 81% da frota total, quando em 2019 representavam 67%.

A substituição de viaturas aumenta a eficiência na vertente operacional, na medida em que as viaturas novas são menos propensas a avarias e imobilizações. Adicionalmente, a qualidade do serviço prestado melhora, no âmbito das condições de conforto dos passageiros e redução do ruído em operação.

Com a substituição de viaturas em final de vida a gás natural e gás natural por novas viaturas a gás natural e elétricas, a idade média da frota passou de 11,9 anos, em 2019, para 6,6 anos, no final de 2021.

Idade Média da Frota a 31/12	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Frota de Autocarros (anos)	11,9	9,2	6,6	-2,6	-28%

A idade média da frota de carros elétricos é de 83,6 anos.

A Frota em Parque a (31/12)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Autocarros a Gás Natural	268	324	333	9	2,8%
Standard	239	295	304	9	3,1%
Articulados	29	29	29	0	0,0%
Autocarros a Eletricidade	15	15	20	5	33,3%
Standard	15	15	20	5	33,3%
Autocarros a Gasóleo	142	86	81	-5	-5,8%
Standard	99	43	38	-5	-11,6%
Articulados	20	20	20	0	0,0%
2 Pisos	15	15	15	0	0,0%
Minis	8	8	8	0	0,0%
Frota de Autocarros [1]	425	425	434	9	2,1%
Nova Frota	109	188	274	86	45,7%
% Autocarros a Gás e Eletricidade	66,6%	79,8%	81,3%	1,6 pp	2,0%
Frota de Carros Elétricos	7	7	7	0	0,0%
Frota	432	432	441	9	2,1%

[1] A frota da STCP é composta por 420 viaturas. No entanto, no final do ano, provisoriamente, existe um número diferente de viaturas devido ao desfazamento temporal entre a receção dos novos autocarros e o abate dos antigos.



NORMAS EURO

Por forma a minimizar os efeitos nocivos das emissões dos veículos rodoviários, a União Europeia estabelece normas que fixam os limites dos diversos poluentes que não devem ser excedidos, consoante a sua data de fabrico. Atualmente, a norma em vigor e à qual obedece a conceção dos autocarros novos rececionados no âmbito da Renovação da Frota da STCP, é a Euro VI.

No final de 2021, com a entrada das novas viaturas a gás natural para substituir viaturas antigas a gás natural

e gasóleo, mais de 60% da frota da STCP cumpre as especificações impostas pela Norma Euro VI, sendo que no final de 2020 esta percentagem se situava nos 43%. Para o cálculo destas percentagens não são contabilizados os autocarros elétricos, com emissões gasosas nulas.

Reforça-se assim a eficiência operacional e ambiental da atividade da STCP, aliando um transporte público de qualidade a uma maior harmonização com o ambiente envolvente.

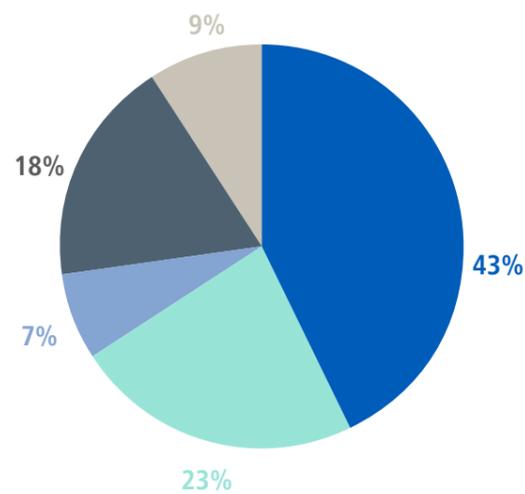
INSTALAÇÃO DE DOIS POSTOS DE CARREGAMENTO DE AUTOCARROS ELÉTRICOS EM FRANCOS

Para permitir que toda a frota de autocarros elétricos da STCP pudesse ser carregada em simultâneo, foram instalados 2 novos postos de carregamento de autocarros elétricos na ER Francos.

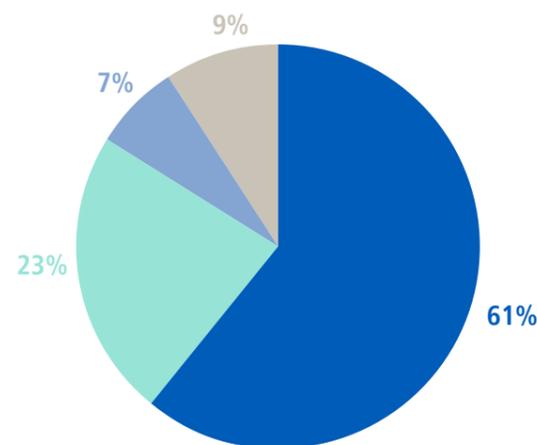
Estes postos são tecnicamente semelhantes aos oito já existentes, sendo cada um dotado de dois cabos de carga, podendo ser utilizados tanto para carregamento dos primeiros 15 autocarros elétricos da marca Caetano Bus como dos 5 novos autocarros da marca Zhongtong Bus. Além do aspeto visual, os novos carregadores diferem na potência: os 100 kW de potência, comparativamente com os 80 kW dos primeiros oito, permitem maiores velocidades de carregamento e, conseqüentemente, um agilizar da operação.



Normas EURO FROTA 2020



Normas EURO FROTA 2021



■ EURO VI
■ EEV
■ EURO V
■ EURO III
■ EURO II

REAFETAÇÃO DAS OFICINAS

Durante o ano 2021, a realocação da frota de autocarros entre as estações de recolha de Francos e da Via Norte levou conseqüentemente a uma reafetação das equipas de manutenção da frota, interna (STCP) e prestadores de serviço (MAN) presentes nas instalações da empresa.

Tal implicou a troca do local de trabalho entre os colaboradores internos e externos, bem como a todos os equipamentos associados às atividades de cada uma destas equipas.

No final do ano, estavam alocadas à Estação de Recolha da Via Norte cerca de 60% das viaturas da frota da STCP, cuja manutenção é realizada pela MAN. Os restantes autocarros (a gás natural, gasóleo e elétricos) estão localizados na estação de recolha de Francos.

RENOVAÇÃO DE VIATURAS LIGEIRAS

A frota interna de veículos ligeiros, de apoio da atividade da empresa, contou, a partir de abril de 2021, com 18 novas viaturas em regime de aluguer operacional. Estas viaturas são mais ecológicas, a gás natural, e vieram substituir viaturas a gasóleo em final de vida. Esta renovação segue os princípios de renovação de frota de viaturas de serviço público da STCP, ou seja, visa garantir a crescente redução de emissões e uma postura de importância estratégica ao nível da responsabilidade ambiental.

4.2. AMBIENTE

4.2.1 ENERGIA

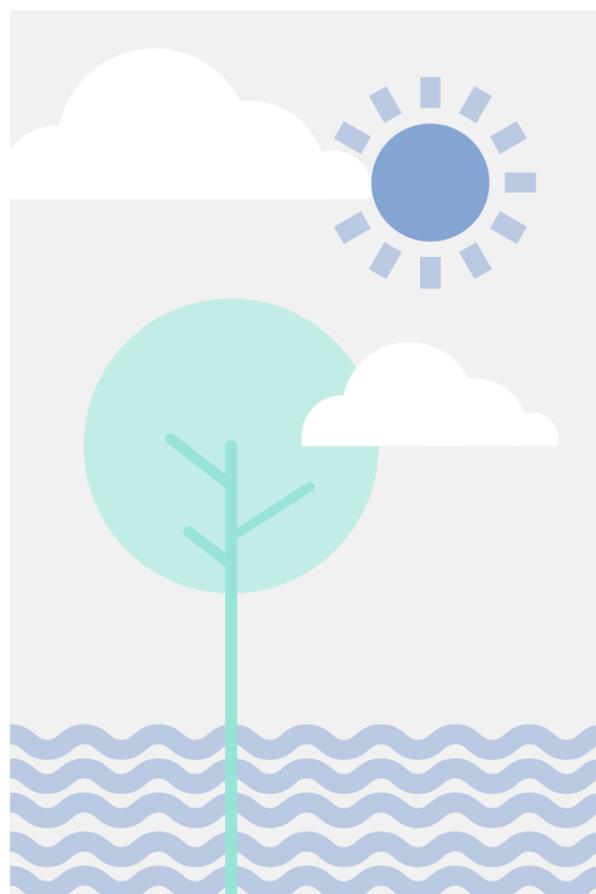
Ao setor dos transportes é inevitavelmente associada uma componente energética significativa.

Além do consumo de combustíveis por parte dos autocarros, consumo de eletricidade de tração no caso dos carros elétricos históricos, são também consumidas nas instalações da STCP eletricidade e gás natural em diversas atividades de apoio à operação da empresa.

A STCP estando enquadrada no Regulamento de Gestão do Consumo de Energia para o Sector dos Transportes, recorreu-se aos fatores discriminados na Portaria 228/90, de 27 de março, para a conversão das diversas unidades de medição dos três tipos de combustível para TEP (Toneladas Equivalente de Petróleo).

Durante 2021, a STCP consumiu um total de 13.359 TEP (tonelada equivalente de petróleo), sendo 93% correspondente à frota de serviço público e 7% às instalações. Face a 2020, regista-se um aumento de cerca de 0,8%, fruto do aumento dos consumos da frota na sequência do aumento dos quilómetros percorridos, uma vez que nas instalações se verificou uma redução de consumos.

Abaixo podem ser analisadas as distribuições dos três combustíveis principais.



Consumo de Energia
(Tonelada Equivalente de Petróleo – TEP)

Frota de Serviço Público	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Autocarros a Gás Natural	8 643	9 440	10 703	1 263	13%
Autocarros a Gasóleo	3 712	2 473	1 529	-944	-38%
Autocarros Elétricos	180	131	146	16	12%
Carro Elétrico	124	96	88	-8	-8%
Total	12 659	12 140	12 467	327	3%
TEP / Passageiro.km x 10 ⁶	44,2	65,5	65,1	-0,5	-1%

Nota: Por recomendação da Direção Geral de Energia e Geologia, consideraram-se os fatores de conversão de unidade combustível a TEP retirados da Portaria 228/90, de 27 de março, e foram recalculados os consumos dos anos anteriores.

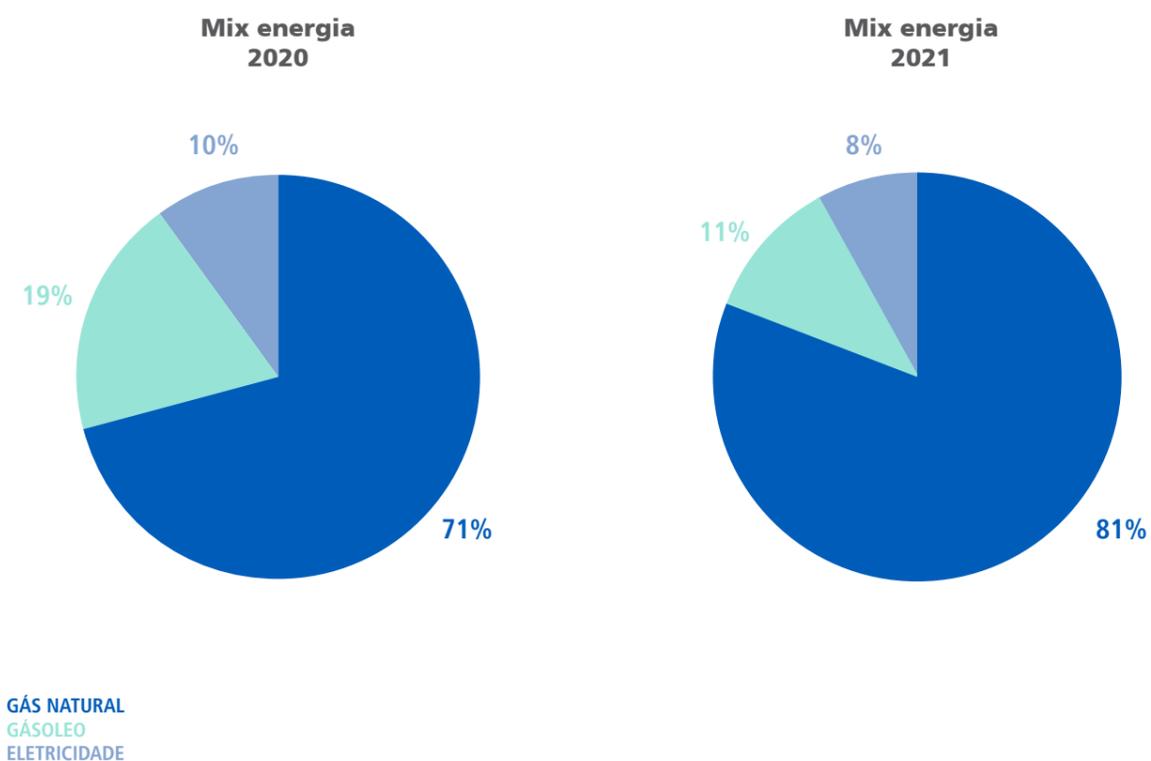
Consumo de Energia
(Tonelada Equivalente de Petróleo – TEP)

Instalações	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Eletricidade	1 171	1 098	877	-221	-20%
Gás Natural	19	20	15	-5	-25%
Total	1 190	1 117	892	-225	-20%

Nota: Por recomendação da Direção Geral de Energia e Geologia, consideraram-se os fatores de conversão de unidade combustível a TEP retirados da Portaria 228/90, de 27 de março, e foram recalculados os consumos dos anos anteriores.

O gás natural continua a ser o combustível mais consumido na STCP, correspondendo quase exclusivamente ao abastecimento das viaturas de serviço público (99,9%). Uma fração muito menor (0,01%) deste consumo está

associada ao funcionamento da cabine de repintura de autocarros, aquecimento de águas balneares e atividades de confeção de alimentos, na Estação de Francos.



Em 2021, constatou-se, comparativamente com 2020, um aumento da proporção relativa ao gás natural, o que é explicado pela entrada de novas viaturas deste segmento no âmbito da renovação da frota. Também devido a este motivo, observou-se uma gradual diminuição de autocarros a gasóleo, resultando numa gradual diminuição do consumo deste combustível.

No consumo total de energia, observou-se também, de 2020 para 2021, uma diminuição da fração correspon-

dente ao consumo de eletricidade, o que é explicado pelo facto de em 2021 ter havido uma redução do consumo de eletricidade associado às instalações, sendo esta parcela maior do que a correspondente ao carregamento de autocarros elétricos.

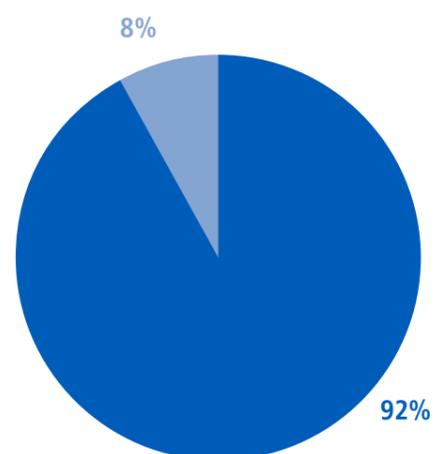
À semelhança do que tem ocorrido historicamente, em 2021 mais de 93% do consumo energético da STCP está associado a combustível veicular (gás natural, gasóleo e eletricidade).

Este novo posto passou a ser o principal posto de abastecimento para as viaturas desta tipologia de combustível, resultando num consumo de energia mais eficiente. Acresce ainda que, desde outubro de 2021, o posto de abastecimento de Francos se encontra em obras de requalificação, o que reduziu significativamente a sua atividade.

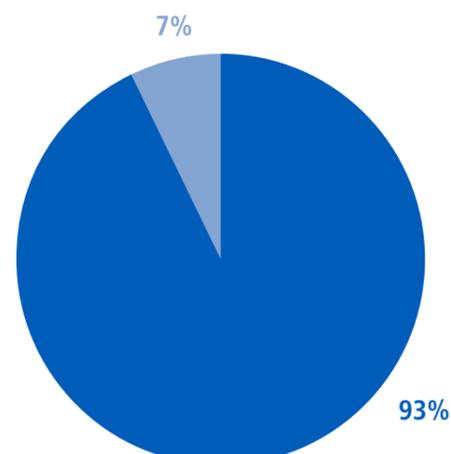
Desde 2020 que a eletricidade usada para alimentar as instalações de média tensão, incluindo o carregamento de autocarros elétricos e a tração dos carros elétricos, é proveniente de fontes 100% renováveis.

A redução do consumo de gás natural nas instalações teve como principal justificação a diminuição do uso da cabine de repintura da oficina de Francos durante o ano de 2021, devido à realocação da frota da STCP que ocorreu durante esse ano. Passando a estação de Francos a ter menos viaturas, houve consequentemente uma redução nas intervenções relacionadas com embates, resultando num menor uso da cabine de pintura.

Distribuição energia
2020



Distribuição energia
2021



■ TRANSPORTE PÚBLICO
■ INSTALAÇÕES

Em 2021, o gradual aumento do trânsito rodoviário originou um generalizado aumento no consumo energético bruto associado à operação da frota, após um longo período caracterizado pelo isolamento e paragem de diversas atividades impostos pela pandemia covid-19 que levou a uma diminuição excecional do trânsito rodoviário.

No entanto, apesar do aumento do consumo energético bruto da frota, o aumento de passageiros que se fez

notar, em 2021 face a 2020, levou a que o consumo por passageiro km reduzisse ligeiramente.

A diminuição do consumo de eletricidade, de 2021 em comparação com 2020, teve como explicação a redução significativa da atividade do posto de abastecimento de gás natural de Francos, que é a instalação fixa à qual estão associados os maiores consumos energéticos, na sequência do início da atividade do posto de gás natural da Via Norte em setembro de 2020.

EMISSÕES

A evolução das emissões decorrentes da atividade do transporte público, nomeadamente da combustão do gás natural e gasóleo rodoviários, pode ser analisada na tabela abaixo:

Emissões CO ₂	Unidades	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Autocarros a Gás Natural	Toneladas	20 302	22 174	25 142	2 968	13%
Autocarros a Gasóleo	Toneladas	11 516	7 672	4 743	-2 929	-38%
Total	Toneladas	31 817	29 846	29 885	39	0%
CO₂ / Passageiro.km	Gramas	111	161	156	-5	-3%

Nota: Por recomendação da Direção Geral de Energia e Geologia, consideraram-se os fatores de conversão de unidade combustível a TEP retirados da Portaria 228/90, de 27 de março, e foram recalculados os consumos dos anos anteriores.

À semelhança dos anos anteriores, os fatores de conversão da unidade energia a CO₂ foram retirados do Aviso POSEUR-07-2018-02.

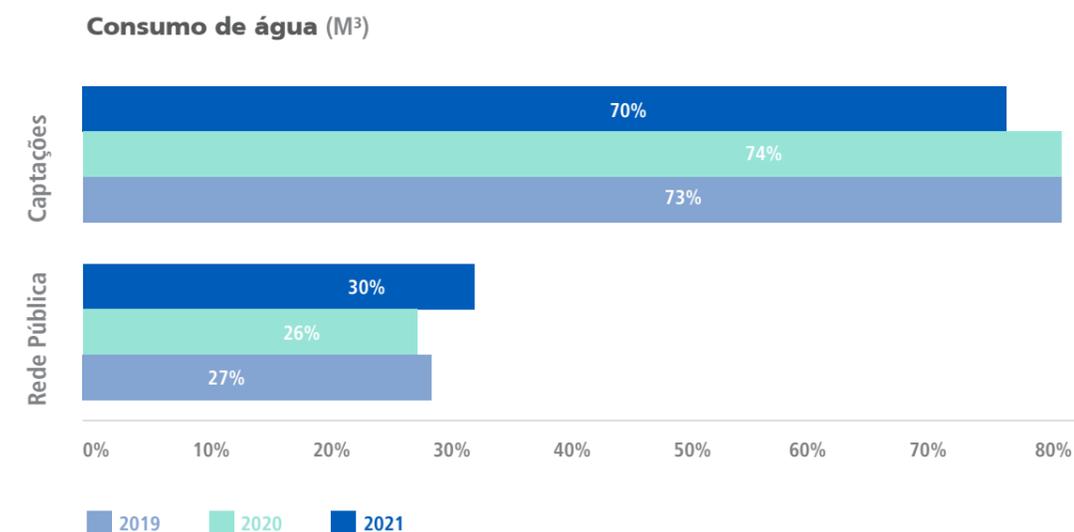
Constata-se que apesar do ligeiro aumento bruto (+39 toneladas CO₂) que se registou em 2021, explicado pelo aumento do tráfego rodoviário, que se fez notar no aumento geral do consumo de gasóleo e gás natural, a emissão por passageiro km diminuiu (-5,1g CO₂ / passageiro km), devido ao grande aumento no número de passageiros, comparativamente com 2020.

4.2.2 ÁGUA

Dada a importância da racionalização da água enquanto recurso limitado, a STCP procura que as suas atividades, visem, sempre que possível, um consumo ponderado e reduzido.

Consumo de Água [m³]	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Rede Pública	7 825	7 652	7 341	-311	-4%
Captações	21 075	21 652	16 907	-4 745	-22%
Total Consumo Água	28 900	29 304	24 248	-5 056	-17%

A STCP recorre a água proveniente da rede pública para consumo humano e de captações subterrâneas para operações de lavagem, limpeza e outras atividades industriais.



Em 2021, o consumo de água da STCP foi de 24.248 m³, 70% proveniente de captações e 30% proveniente da rede pública. Face a 2020, o consumo de água reduziu cerca de 5 mil m³, devido principalmente, à redução do consumo de água através de captações (-22%).

A redução do consumo de água das captações foi causada, essencialmente, pela substituição das máquinas de lavagem automática de carroçarias nos postos de lavagem de autocarros, a diminuição de operações de

lavagem de chassis (associadas aos autocarros a gasóleo, segmento em gradual fase de abate no âmbito da Renovação da Frota) e também a realocação das oficinas da STCP e prestadores internos entre Francos e Via Norte, o que motivou uma campanha de reestruturação de infraestruturas diversas nas estações, incluindo de canalização.

Embora o consumo de água de rede tenha descido ligeiramente, foi no consumo de água de captação que se

verificaram diferenças mais significativas, nomeadamente nas estações de recolha de Francos e Via Norte.

Em 2021, com a recomendação do Governo de adoção do teletrabalho, verificou-se uma menor taxa de ocupação dos edifícios, o que por si só originou uma redução no consumo de água proveniente da rede pública (-4%).

4.2.3 RESÍDUOS

A STCP preocupa-se com a gestão dos seus resíduos procurando otimizar a sua separação, quer no seu acondicionamento, quer na redução da sua perigosidade, e através da sua valorização, sempre que possível.

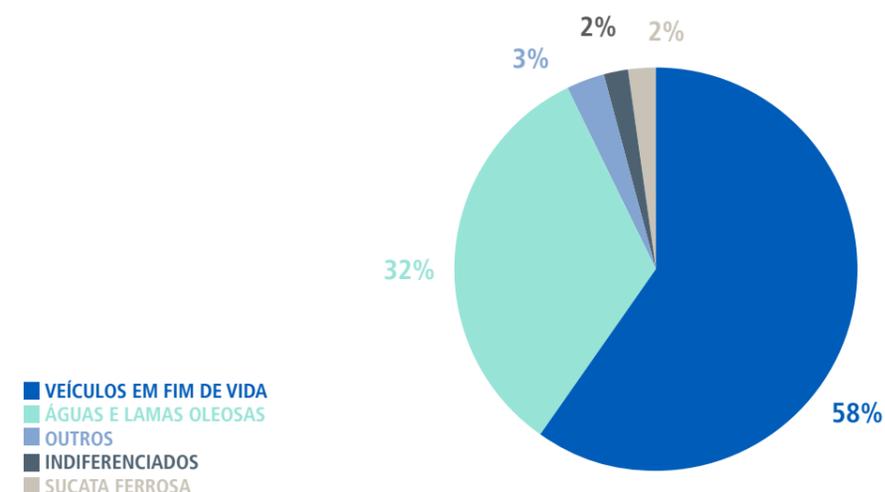
Deste modo, num processo de melhoria contínua, a empresa reanalisa os seus processos de forma a evitar a

produção de resíduos e minimizar os recursos utilizados, e procura estender as suas preocupações ambientais aos seus colaboradores, fornecedores e prestadores de serviço.

Em 2021 foram produzidos um total de 1.077 toneladas de resíduos, correspondendo a uma redução de cerca de 20% face ao ano anterior. O decréscimo geral na produção de resíduos foi essencialmente devido à diminuição do número de a carros enviados para abate e desmantelamento, comparativamente com 2020.

No gráfico seguinte, apresenta-se a distribuição percentual dos resíduos produzidos em 2021, pela STCP.

Mix resíduos 2021

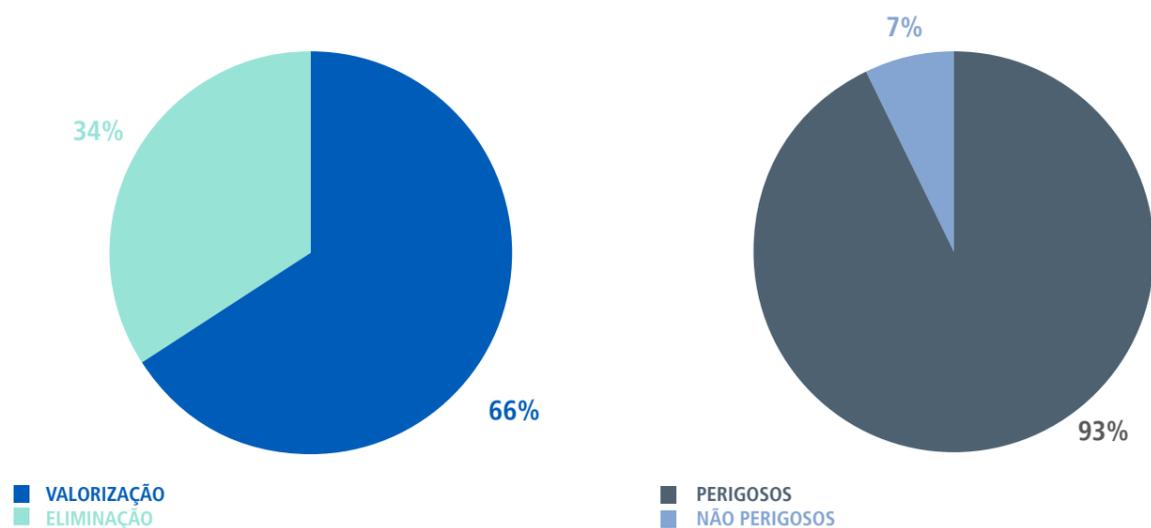


À semelhança dos anos anteriores, os resíduos produzidos em maior quantidade foram relativos a autocarros em fim de vida e a águas e lamas oleosas.

Os resíduos com maior produção em termos de peso foram os autocarros em fim de vida e as águas e lamas oleosas, contribuindo para que a fração de resíduos perigosos tenha correspondido a mais de 90% do total de resíduos remetidos para operadores especializados.

Similarmente a 2020, a maioria dos resíduos produzidos, em 2021, foram sujeitos a operação de valorização, contribuindo maioritariamente para tal a produção de autocarros em fim de vida e sucata.

As distribuições de operações de gestão de resíduos e identificação da sua perigosidade podem ser avaliadas nos gráficos abaixo.



Durante o ano 2021, procedeu-se ainda à substituição dos contentores destinados à deposição de resíduos indiferenciados sujeitos a recolha municipal, em Francos e Via Norte.

Os novos contentores oferecem mais condições de manuseamento e mobilidade, além de serem visualmente mais agradáveis. Foi ainda implementada a separação de resíduos de embalagens de plástico e metal produzidas nas Expedições de Francos e Via Norte, bem como no Refeitório de Francos, complementada com a instalação, em cada estação, de um contentor para colocação destes resíduos.

Com o contributo de todos os colaboradores e prestadores externos, a STCP conseguiu que uma parte dos resíduos produzidos passe a ser sujeita a valorização, contribuindo para o aumento global da taxa de reciclagem no município do Porto.



Na tabela abaixo está discriminada a variação das quantidades dos diversos tipos de resíduos produzidos pela STCP.

Atividade	Resíduo	Quantidade produzida (kg)		Variação 20/21	
		2020	2021	kg	%
Renovação de Frota	Autocarros em Fim de Vida	808 830	625 325	▼ 183 505	▼ 23%
	Águas e Lamas Oleosas	443 510	343 149	▼ 100 361	▼ 23%
	Lâmpadas Fluorescentes	261	490	▲ 229	▲ 88%
	Sucata Ferrosa	22 975	25 926	▲ 2 951	▲ 13%
	Óleos Lubrificantes Usados	11 249	7 029	▼ 4 220	▼ 38%
Manutenção de Instalações e Frota	Acumuladores de Chumbo	6 540	4 124	▼ 2 416	▼ 37%
	Vidro	3 900	7 540	▲ 3 640	▲ 96%
	Madeira	4 440	4 660	▲ 220	▲ 5%
	Absorventes Contaminados	3 546	4 014	▲ 468	▲ 13%
	Pastilhas de Travão	1 974	1 286	▼ 688	▼ 35%
	Embalagens Contaminadas	1 960	9 426	▲ 7 466	▲ 381%
	Sucata Não Ferrosa	2 750	2 830	▲ 80	▲ 3%
	Filtros de Óleo	1 502	1 401	▼ 101	▼ 7%
	Indiferenciados	21 824	31 046	▲ 9 222	▲ 42%
	Papel e Cartão	4 900	6 088	▲ 1 188	▲ 24%
Geral	Equip. Eletrónico Diverso	2 614	1 832	▼ 782	▼ 30%
	Embalagens de Plástico	250	350	▲ 100	▲ 40%
	Toners de Impressão	135	10	▼ 125	▼ 93%
Posto Médico	Resíduos Hospitalares	103	429	▲ 326	▲ 317 %
Total		1 343 263	1 076 955	▼ 266 308	▼ 20%

REUTILIZAÇÃO DA RELVA E PLANTAS DE EVENTO STCP

De acordo com a política ambiental da empresa, a STCP procedeu à desmontagem da instalação da relva usada num evento realizado no Museu do Carro Eléctrico e aplicou-a nos jardins do Museu do Carro Eléctrico e da Estação de Recolha de Francos.

RESPONSABILIDADE COM AS PARTES RELACIONADAS

05

5.1 Acionistas e Autoridades de Transportes	100
5.2 Clientes	101
5.3 Comunidade	102
5.4 Colaboradores	107
5.5 Fornecedores	107
5.6 Projetos	108

5.1 ACIONISTAS E AUTORIDADES DE TRANSPORTE

Em 10 de março de 2020 foi celebrado o “Contrato Interadministrativo de Delegação e de Partilha de Competências de Autoridade de Transportes Relativas ao Serviço Público Intermunicipal de Passageiros Explorado pela STCP”, entre a Área Metropolitana do Porto (AMP) e os Municípios de Gondomar, Porto, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia. O contrato tem por objeto:

- A delegação pela AMP nos Municípios Outorgantes, das suas competências de Autoridade de Transportes relacionadas com o serviço público de transporte intermunicipal de passageiros explorado pela STCP na área geográfica dos Municípios Outorgantes;
- a definição da metodologia de coordenação entre os Municípios Outorgantes da sua função de Autoridade de Transportes e respetivas responsabilidades;
- A indicação das responsabilidades associadas ao exercício dessas competências, de modo a que o exercício dos poderes e direitos pelos Municípios Outorgantes não afete, em qualquer circunstância, o equilíbrio económico-financeiro da STCP e da sua operação, nem perturbar a prestação do serviço público em outras linhas conforme determinado pelo Contrato de Serviço Público e pelas Autoridades de Transporte competentes;
- A definição da metodologia de coordenação entre a AMP e os Municípios Outorgantes das suas funções de Autoridade de Transportes e respetivas responsabilidades;
- A criação de uma unidade técnica de apoio à coordenação do serviço público de transporte de passageiros pela STCP, entre a AMP e os Municípios Outorgantes, designada por UTC – Unidade Técnica de Coordenação.

A 27 de dezembro de 2020, entrou em vigor o Terceiro Aditamento ao Contrato de Serviço Público da STCP, celebrado os Municípios de Gondomar, Porto, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia e a STCP. Através deste Contrato, os Municípios atribuem à STCP o direito de explorar o serviço de transporte público de passageiros por autocarro da sua competência, nos termos nele definidos.

Em 2021 a STCP passou para a esfera intermunicipal, com a passagem das ações representativas do capital social da STCP, do Estado para os Municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, de acordo com a proporção estabelecida nos decretos-lei que definem as condições para a intermunicipalização da STCP, Decreto-Lei nº 151/2019, de 11 de outubro alterado pelo Decreto-Lei nº 175/2019, de 27 de dezembro.

Os Municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, estabelecidos como Autoridades de Transportes do serviço público prestado pela STCP, por via do Contrato Interadministrativo de Delegação e de Partilha de Competências de Autoridade de Transportes Relativas ao Serviço Público Intermunicipal de Passageiros Explorado pela STCP e do Contrato de Serviço Público celebrado com a STCP, assumem também desde 1 de janeiro de 2021 a titularidade da empresa.

De acordo com o definido no 3º aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela STCP, celebrado entre a STCP e as Autoridades de Transporte / Acionistas:

- Os Municípios atribuem à STCP o direito de explorar o serviço de transporte público de passageiros por autocarro.
- Para efeito da fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, o Município do Porto nomeou um gestor do Contrato que representa todos os Municípios e a STCP nomeou também, pela sua parte, um gestor do Contrato. Os gestores do Contrato asseguram a ligação quotidiana entre a STCP e os Municípios, verificam o cumprimento das obrigações pelo Cocontratante, elaboram relatórios e acompanham a realização de eventuais inspeções e auditorias.
- A 30 de setembro de 2021, a STCP enviou ao gestor do contrato o Plano de Oferta para 2022 relativo às linhas de serviço público.
- Ao longo do ano foram enviados às respetivas Autoridades de Transporte vários pedidos de autorização de alterações de percursos e horários das linhas de serviço público e, ainda, várias propostas de mobilidade para reforço de oferta em vários locais.
- Foram também realizadas várias reuniões com a UTC onde foram apresentados a evolução da atividade e dos resultados da empresa ao longo dos meses, o Plano de Atividades e Orçamento para 2022, a estimativa de resultados de 2021.

5.2 CLIENTES

A STCP prossegue a sua Missão de uma forma integrada e equilibrada, tendo em consideração as diferentes vontades e partes interessadas. A forma como a empresa desenvolveu a sua atividade no ano de 2021, encontra-se desenvolvida nos capítulos 1.2., 1.3. e 2., deste relatório.

A empresa assume os seguintes compromissos com os seus clientes, que se encontram afixados em todas as viaturas de serviço público e divulgados publicamente:

- Assegurar um serviço de qualidade e ao encontro das expectativas do cliente;
- Difundir uma informação simples e correta sobre o serviço disponibilizado (seja em condições normais ou em caso de alterações), nos suportes de comunicação disponíveis;
- Estabelecer os horários de modo ajustado à procura, adotando as medidas corretivas identificadas;
- Pôr em prática medidas que melhorem a regularidade de serviço, em paralelo com as entidades responsáveis pela gestão da via pública e da mobilidade;
- Promover e levar a cabo as ações indispensáveis, de maneira a assegurar níveis de segurança elevados no serviço de transporte e na sua utilização, com o propósito de garantir sempre o bem-estar do cliente;
- Disponibilizar uma rede ajustada de vendas, bem como simplificar a compra de títulos de transporte, numa lógica intermodal;
- Manter em bom estado de conservação e limpeza os seus veículos;
- Considerar critérios de eficiência energética e de redução da emissão de poluentes na frota, contribuindo assim para a proteção do meio ambiente;
- Não exercer nenhum tipo de discriminação sobre os passageiros, sobretudo no que confere às tarifas e às condições contratuais;
- Investir na melhoria crescente do acesso das pessoas de mobilidade reduzida aos autocarros.

INOVAÇÃO

No dia 22 de julho, o TIP - Transportes Intermodais do Porto, em conjunto com a VISA, introduziram os pagamentos *contactless* na linha 500 da STCP e nas principais estações da Metro do Porto. O projeto piloto permite circular em circuitos-chave de ambos os operadores,

com elevado peso turístico, simplificando o processo de acesso ao transporte público.

Para viajar, o passageiro apenas terá de aproximar o seu cartão bancário em plástico com tecnologia *contactless* - ou a versão digital, no telemóvel - ao validador e aguardar pela mensagem de confirmação.

À semelhança do que acontece no tarifário Andante, cada passageiro deverá possuir o seu próprio cartão, não sendo permitida a partilha do mesmo por vários clientes. Por enquanto, na STCP, o novo serviço está limitado aos autocarros de dois pisos (equipados com o validador específico), maioritariamente em serviço na linha 500, a linha de maior procura turística na empresa.

APOIO AO CLIENTE

No âmbito do apoio ao cliente, as funções desempenhadas pela Linha Azul vão além do atendimento de chamadas. Este serviço assegura também a receção e entrega de objetos perdidos no interior dos autocarros da STCP, quando é possível identificar e contactar os seus titulares. Em 2021, a Linha Azul rececionou um total de 3.804 achados, entre os quais 1.704 possuíam identificação. De todos os itens rececionados ao longo do ano, foram entregues 1.146 (30,1%) aos respetivos titulares, ao que acrescem 219 (5,7%) achados com identificação enviados para a PSP, por não terem sido reclamados em tempo útil.

SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

Entre novembro de 2021 e janeiro de 2022, a STCP realizou um Inquérito de Satisfação aos seus clientes, com 15 ou mais anos, que pretendiam partilhar a sua opinião sobre a empresa e o seu serviço de mobilidade. O estudo, elaborado em parceria com a *Sigma Team Consulting*, teve como objetivo apurar o grau de satisfação dos passageiros. O Inquérito esteve disponível online e permite tirar conclusões, nomeadamente, sobre qual é a imagem que os clientes têm da empresa, quais são as suas expectativas em relação ao serviço prestado, como avaliam a qualidade do serviço e o valor apercebido.

Com este modelo de estudo, é possível avaliar a lealdade para com a empresa com base em quatro indicadores: envolvimento emocional, imagem, satisfação e reclamações.

5.3 COMUNIDADE

A STCP, interage frequentemente com as várias instituições na comunidade em que está inserida, fruto do serviço público que presta à população da Área Metropolitana do Porto.

São partes interessadas da comunidade em geral, as instituições autárquicas, as autoridades locais e nacionais, as instituições sociais, educativas e culturais.

Em 2021 a empresa procurou aproximar-se da comunidade em geral.

Como tal, começou por aproximar-se através do lançamento, em março, do Instagram do **Museu do Carro Eléctrico**, com destaque para as publicações que promovem a imagem das mais icónicas viaturas da cidade do Porto.

Adicionalmente, em abril, foi lançado o Instagram da STCP com o objetivo de estar mais próxima dos clientes mais jovens e mais irreverentes e com perfis mais digitais. Os conteúdos surgiram a partir de um convite dirigido à comunidade artística – *Calling All Artists* – com o desafio de serem apresentadas propostas relacionadas, com a empresa e com as temáticas onde esta se insere – mobilidade, energia, ambiente, cidade – para que depois estes trabalhos pudessem ser divulgados, perante toda uma comunidade, no Instagram da STCP.

De forma geral, a STCP constrói uma montra digital para potenciar o trabalho de artistas portugueses independentes e, ao mesmo tempo, cria conteúdo relativo à marca. Os conteúdos informativos relativos à operação da Rede STCP também estão disponíveis, através de secções específicas ou de *instastories*.

Ainda no âmbito do envolvimento com a comunidade, a STCP foi a operadora convidada a participar na Cimeira Social do Porto, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE) na qualidade de transportadora especial dos delegados dos vários Estados-Membros. A associação da STCP a este evento prendeu-se com a aposta na redução da pegada ecológica que tem vindo a ser feita através da renovação da frota, que é também uma das prioridades da atual presidência portuguesa do Conselho.

A Cimeira Social foi organizada em torno de dois eventos: a Conferência de Alto Nível e a Reunião Informal de Chefes de Estado e de Governo, ambos realizados nos dias 7 e 8 de maio, na Alfândega do Porto e no Pavilhão Rosa Mota. O transporte dos participantes foi assegurado por um serviço de vaivém de autocarros 100% elétricos, ligando os Jardins do Palácio de Cristal à Alfândega, em intervalos de tempo regulares, garantindo um serviço de excelência e a segurança de todos os intervenientes.

A STCP assegurou o transporte de adeptos do **Manchester City, F.C.** para a Final da Liga dos Campeões, que

decorreu no dia 29 de maio, no Porto. A deslocação dos adeptos do **Manchester City** foi realizada através de um serviço de vaivém com autocarros, que fez a ligação entre o Parque da Alfândega e a Avenida 25 de abril, junto ao Estádio do Dragão. O serviço foi efetuado com 12 autocarros articulados.

A Câmara Municipal do Porto foi a entidade responsável pela disponibilização desta operação de transporte, que contou com o acompanhamento da PSP no embarque.

A STCP apoiou a Câmara Municipal do Porto no lançamento da *app* para quem pretende explorar a cidade do Porto em tempo real. A CMP lançou, em junho, o serviço *Explore Porto*, uma plataforma *web* de informação em tempo real sobre os transportes e principais pontos de interesse, recorrendo a cerca de 1.000 dispositivos de sinalização (*beacons* azuis) espalhados pela cidade. A equipa de Colocação de Informação ao público da STCP desempenhou um papel fundamental neste projeto, tendo sido contratada para instalar e ativar remotamente os equipamentos em todas as paragens e abrigos do município portuense.

Qualquer utilizador pode utilizar o seu *smartphone*, através da leitura do *QR code* ou aproximação da antena NFC, acedendo de forma instantânea, a mais detalhes sobre aquele local, podendo assim explorar as redondezas.

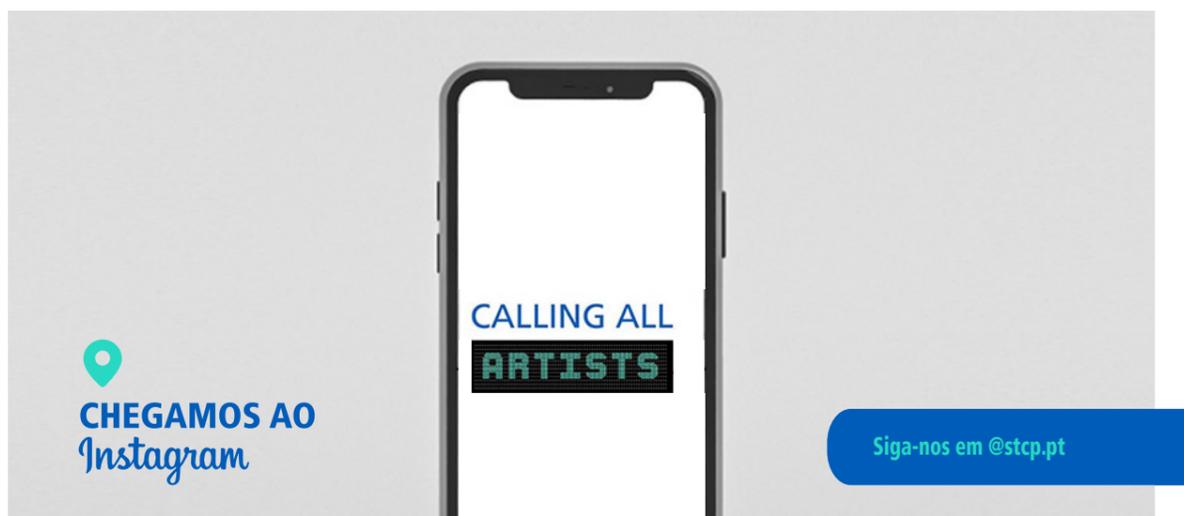
A STCP associou-se à Direção-Geral da Saúde (DGS),

através do Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistências a Antimicrobianos (PPCIRA), para apoiar e divulgar o lançamento da Campanha para a Utilização Segura de Antibióticos PORCAUSA.

A campanha PORCAUSA (*PORTuguese CAmpaign for the safe Use of Antibiotics*) visa sensibilizar a população para a utilização segura e adequada de antibióticos, para travar o problema das infeções por bactérias multirresistentes.

Animação a bordo da linha 400: A PELE - Associação Social e Cultural realizou performances artísticas dentro dos autocarros em serviço na linha 400 [Aliados - Parque Nascente], no âmbito de um projeto abrangente de dinamização cultural e social em Azevedo, freguesia de Campanhã, Porto. As criações artísticas, designadamente nas áreas da música, artes plásticas e teatro, permitiram aos passageiros vivenciar novas experiências.

As atuações artísticas foram realizadas no dia 26 de cada mês, até dezembro, e aos sábados, de 29 de maio a 18 de junho, com início às 15h00, nos Aliados, e término em Azevedo, pelas 17h00. A primeira atuação realizou-se no dia 26 de maio. Os agendamentos das atuações estiveram condicionados pela evolução da situação epidemiológica, nomeadamente no que diz respeito aos limites de lotação de passageiros nos autocarros, aos horários em que as lotações o permitam e às condições de segurança.



Em setembro a STCP lançou uma campanha publicitária procurando aproximar-se do público mais jovem, Geração Z. A campanha sob o mote,

“ONDE QUER QUE VÁ É AQUI QUE COMEÇO!”

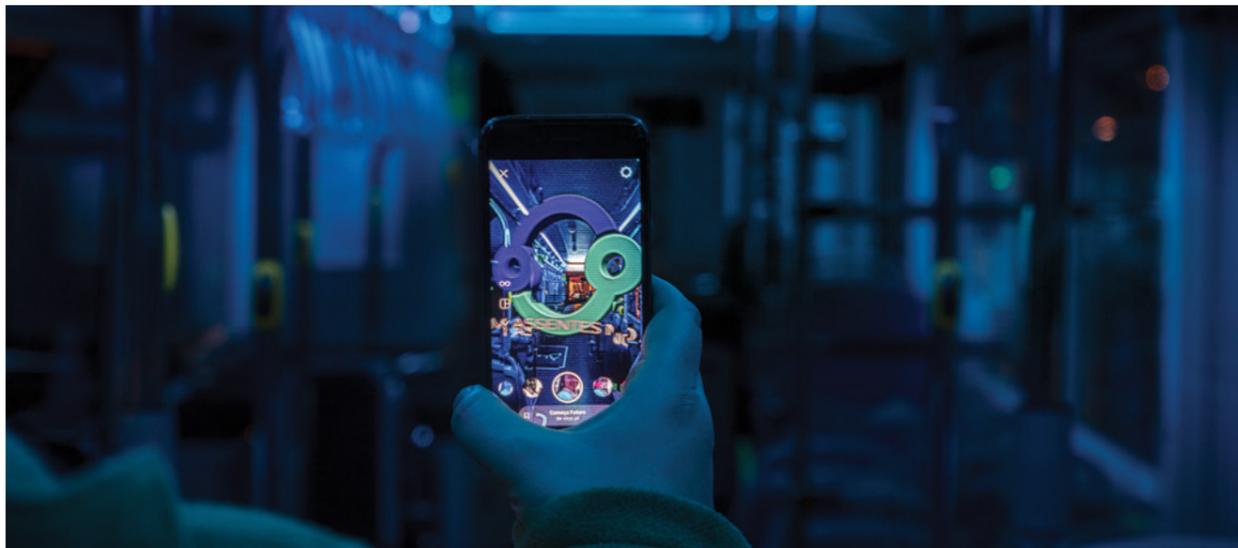
irreverente, repleta de cor e energia foi ao encontro dos interesses deste segmento de clientes.

A campanha foi lançada no regresso às aulas, e esteve presente em televisão (Porto Canal), digital (site, displays nos autocarros, *facebook*, *instagram*, *twitter*, *linkedin* e *tiktok* da STCP), outdoors e no interior e exterior de algumas viaturas da empresa.

A campanha teve como objetivo dar início a um movimento, no qual a STCP se envolve com essa comunidade. Trata-se de uma geração rica em criatividade, sem medo de expressar a sua individualidade, que luta por valores sociais e ambientais. Através do desenvolvimento de uma plataforma própria para este público, a STCP procurou adotar uma linguagem de proximidade e de reconhecimento, a partir da qual pretende prestar o seu tributo a esta geração. Há assim alguma rutura com a linguagem formal e institucional da empresa, adequando-a ao interesse deste segmento de clientes, mas garantindo a identidade da STCP, perceptível e clara.

A exploração das muitas possibilidades da comunicação digital, incluindo a contribuição de um elevado número de micro e nano influenciadores e a criação de elementos de realidade virtual dentro dos autocarros, permitiu alcançar o público-alvo em diversas plataformas, como o *Facebook*, *Instagram* e *TikTok*, com assinalável sucesso.





SEGURANÇA (SECURITY)

A STCP mantém de forma contínua uma colaboração direta com as Autoridades Policiais nos Municípios onde opera, seja no âmbito da fluidez do trânsito seja no âmbito da segurança de pessoas e bens.

A empresa iniciou durante o ano de 2021, em colaboração com a PSP, uma série de ações de fiscalização a bordo dos seus autocarros, em áreas mais problemáticas onde opera, no sentido de garantir aos seus colaboradores, clientes e comunidade em geral, a segurança que se deseja para o transporte público urbano rodoviário de passageiros.

Com o objetivo de promover a segurança de motoristas e passageiros e o cumprimento da obrigação de validação do título de transporte ou compra de Bilhete de Bordo, a STCP em articulação com Câmara Municipal do Porto (CMP) e a Polícia de Segurança Pública (PSP), com o envolvimento da Comissão de Trabalhadores, realizou, entre 28 de junho e 2 de julho, ações de fiscalização nas viagens de autocarro.

A STCP colabora com as diversas autoridades de investigação criminal no âmbito da cedência de imagens de videovigilância, sempre que estas as solicitam no âmbito de processos relacionados com eventuais incidentes a bordo dos seus autocarros.

ASSOCIAÇÕES EM QUE A STCP PARTICIPA

AEP – Associação Empresarial do Porto

Promoção e defesa da atividade empresarial.

ACP – Associação Comercial do Porto

Pretende ser um ponto de encontro e um centro de reflexão com vista à promoção do progresso e da ilustração da cidade do Porto e de toda a Região Norte.

CODIPOR – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos

Associação privada sem fins lucrativos que tem por objetivo a gestão em Portugal do sistema EAN-UCC para a identificação, codificação e localização de produtos e serviços a nível mundial. Dedicar-se, ainda, ao acompanhamento, investigação, estudo, implementação e desenvolvimento de outros sistemas de codificação.

ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade

Entidade inspetora nos grandes projetos industriais e civis realizados em Portugal e envolvida em projetos I&D internacionais.

ATP – Associação de Turismo do Porto

A associação tem por fim promover externamente o Porto e Norte de Portugal como destino turístico, contribuindo decisivamente como catalisador da imagem de prestígio e notoriedade junto dos diversos mercados internacionais.

INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial

A missão do INEGI é contribuir para o aumento da competitividade do tecido empresarial através da investigação e desenvolvimento, demonstração, transferência de tecnologia e formação nas áreas de conceção e projeto, materiais, produção, energia, manutenção, gestão industrial e ambiente.

AMTC – Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações

AMTC tem por objetivos a preservação de infraestruturas de reconhecido interesse histórico relacionadas com os transportes e as comunicações, a criação e manutenção de um centro de documentação e informação sobre ambas estas temáticas e o desenvolvimento junto do público de novas formas de interesse quanto à problemática dos transportes e comunicações.

AADP – Associação dos Amigos do Arquivo Distrital do Porto

Tem por objetivo contribuir para a promoção, salvaguarda e divulgação do acervo patrimonial do Arquivo Distrital do Porto e organizar ou patrocinar atividades culturais, educativas e científicas, nomeadamente conferências, seminários, exposições, espetáculos e outros eventos.

Associação dos “Amigos do Coliseu do Porto”

Tem como finalidade assegurar o funcionamento e exploração do Coliseu do Porto como equipamentos de grande relevância para a vida cultural, social e corporativa da cidade e da Área Metropolitana do Porto, nomeadamente através da sua aquisição e gestão, direta ou indireta.

Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto

O Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto disponibiliza um serviço totalmente gratuito de resolução de conflitos de consumo na área dos Concelhos do Porto, Matosinhos, Maia e Vila Nova de Gaia.

Fundação Serralves

Tem como missão estimular o interesse e o conhecimento de públicos de diferentes origens e idades pela Arte Contemporânea, pela Arquitetura, pela Paisagem e por temas críticos para a sociedade e seu futuro, fazendo-o de forma integrada com base num conjunto patrimonial de exceção, no qual se destacam o Museu de Arte Contemporânea, a Casa e o Parque.

ORGANIZAÇÕES DAS QUAIS A STCP É MEMBRO

UITP Union Internationale des Transports Publics

Associação que se auto-define como defensora mundial para o transporte público e mobilidade sustentável, bem como promotora de inovação no setor dos transportes públicos.

CT 148 Comissão Técnica de Normalização

Desenvolvimento de normas aplicáveis às atividades e serviços prestados no transporte de passageiros, mercadorias e bens móveis, qualificação do pessoal e a segurança rodoviária.

5.4 COLABORADORES

A análise deste tema encontra-se desenvolvida no ponto 3. **A STCP e os Seus Colaboradores** onde são apresentados dados estatísticos da empresa e condições que promovem o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional dos colaboradores da empresa.

5.5 FORNECEDORES

A STCP rege-se pelo Código da Contratação Pública, quando aplicável, e pelos procedimentos internos em vigor.

A empresa possui um Regulamento para Fornecedores, cuja última atualização data de 2020, e especifica os critérios mínimos de exigência, legais e de boas práticas, que devem ser satisfeitos pelos prestadores de serviços e de fornecimentos de bens à STCP, E.I.M., S.A. assim como a todas as atividades realizadas nas suas instalações ou em seu nome. O regulamento pode ser consultado no site da STCP.

Cerca de 87% das aquisições de Fornecimentos e Serviços de Terceiros (FSE) de 2021 respeitam a seis fornecedores, nomeadamente, fornecedores de combustível, de manutenção da frota de autocarros, de limpeza, higiene e conforto, de seguros e do sistema de títulos intermodais.

5% FSE 2021= 17.123.350,87* 5%			856 167,54€
Nome	Localidade	Morada	Montante
Man Truck & Bus Portugal, Sociedade Unipessoal LDA	Alverca do Ribatejo	Quinta das Cotovias Edifício Man, 2ºAndar	6 003 553,21
Dourogás natural-comércio de gás e energia, s.a.	Arcos de Valdevez	Edifício Sá Taqueiro, Nº57, EN.101	2 613 977,83
Iberlim - higiene e sustentabilidade ambiental, s.a.	Loures	Rua Arquitecto Dias Coelho, 52/54	1 875 583,13
Petrogal, s.a.	Lisboa	Rua Tomás da Fonseca, TORRE C	1 812 357,88
TIP - Transportes Intermodais Porto, ACE	Porto	Avª Fernão Magalhães 1862-12º	1 570 439,39
Lusitânia, Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	Rua S. Domingos à Lapa, 35	1 045 226,45
TOTAL			14 921 137,89

(*) Valores em euros e com IVA incluído relativos à faturação de fornecimentos e serviços externos em 2021

5.6 PROJETOS

RENOVAÇÃO DA FROTA

No ano de 2021, a operação da STCP viu renovados 86 dos seus autocarros. Entraram ao serviço 81 autocarros standard MAN CNG e 5 autocarros 100% elétricos. Estas viaturas foram cofinanciadas pelo programa PO-SEUR-07-2018-10.

Os 81 autocarros movidos a gás natural foram entrando ao serviço ao longo do ano, de março a dezembro, e vieram substituir outros movidos a gás natural e a gasóleo, em fim de vida (com mais de 16 anos).

Os cinco autocarros 100% elétricos, da *Zhongtong* BUS (ZT Bus), entraram em operação no final do mês de novembro. As novas viaturas elétricas garantem uma autonomia mínima de 250 Km e capacidade máxima de lotação de 90 passageiros por veículo, sendo totalmente acessíveis a clientes de mobilidade reduzida. As viaturas estão equipadas com várias tecnologias “de ponta” no apoio à condução/segurança e utilizam materiais de última geração para redução de impacto ambiental. Sendo viaturas 100% elétricas, têm zero emissões poluentes, o que se traduz numa redução de CO₂ = 441 toneladas CO₂ equivalente/ano por veículo em circulação, com o objetivo de prestar às populações um serviço de maior eficiência, em termos económicos e ambientais, e reduzir significativamente as emissões de carbono.

Com a entrada destes 86 novos autocarros, ficou assim concluída a ação de renovação de frota, que estava em curso desde abril de 2018 e tinha como pressuposto garantir a descarbonização da operação da STCP.

NOVO POSTO DE ABASTECIMENTO DE GASÓLEO EM FRANCOS

No dia 19 de abril, entrou em operação o posto de abastecimento de gasóleo da Estação de Recolha de Francos, reconstruído e equipado de acordo com a legislação e normas mais atuais.

Esta nova infraestrutura permitiu a concentração de toda a frota a gasóleo num único local e originando uma maior eficiência na operação. Para tal, efetuou-se a transferência para Francos das viaturas articuladas e

Ao longo destes últimos quatro anos, e com um investimento global de cerca de 70 milhões de euros, a STCP passou a dispor de um conjunto de 274 viaturas mais limpas, mais eficientes energética e economicamente (254 movidas a Gás Natural e 20 autocarros 100% Elétricos).



standard a diesel que ainda se encontravam na Estação de Recolha da Via Norte. Em consequência desta alteração, também as oficinas de manutenção própria da STCP transitaram para Francos.

Desta forma racionalizou-se a infraestrutura energética das estações de recolha da empresa, concentrando o maior segmento da frota a gás nas instalações da Via Norte, onde o abastecimento é mais vantajoso economicamente.

OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA VIA NORTE

No mês de agosto, iniciaram as obras de requalificação e modernização das instalações da Estação de Recolha da Via Norte, estação construída em 1990.

Os principais objetivos desta empreitada prendem-se com:

- Cumprimento das obrigações legais, efetuando as obras necessárias em conformidade com a legislação e regulamentação atualmente em vigor. Neste contexto, irá ser removida a cobertura que é constituída por chapas de fibrocimento (que contém fibras de amianto), sendo substituídas por painéis sandwich metálicos. Será igualmente realizada a remodelação total das instalações elétricas.
- Alteração das instalações sociais com a construção de uma sala de refeições dimensionada para o aumento de efetivo verificado na estação e adaptação das oficinas de manutenção.
- Melhoria da Segurança e das condições de trabalho ao nível da área operacional e da área da manutenção.
- Melhoria da eficiência energética das instalações.

REQUALIFICAÇÃO DO POSTO DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO (GNC)

No mês de agosto foi dado início às obras de requalificação do Posto de Abastecimento de Gás Natural Comprimido de Francos com o cofinanciamento do POSEUR. Este posto estava em funcionamento desde 2000, não havendo na altura legislação portuguesa que definisse os requisitos técnicos em postos de abastecimento de gás natural. A STCP, recorreu então a regulamentação internacional para garantir a conformidade do posto nas suas diversas vertentes.

Esta requalificação permitirá, por um lado, que o Posto de Abastecimento passe a cumprir as mais recentes disposições legais em matéria de Equipamentos Sob Pressão e, por outro, tornará o posto energeticamente mais eficiente, dado que serão substituídos equipamentos obsoletos por outros com melhor rendimento energético. A renovação incidirá, em particular, na substituição de quatro compressores com mais de 20 anos, de quatro dispensadores e uma nova armazenagem de GNC, adaptada ao mais recente normativo regulamentar, em

particular em requisitos de segurança. Serão ainda feitas requalificações nas diversas estruturas constituintes do posto existente e que não serão alvo de substituição.

PROGRAMA SAMA MODERNIZA STCP

No âmbito do Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA2020), a STCP, em conjunto com o TIP - Transportes Intermodais do Porto e a Metro do Porto, têm vindo a modernizar vários pontos do seu processo administrativo, desenvolvendo ferramentas que reduzem a complexidade dos mecanismos atuais. Os projetos em que a STCP está envolvida são: Desmaterialização dos Autos de Notícia, RGD, BI. O SAMA2020 é promovido pela Agência para a Modernização Administrativa. O TIP é a entidade líder do projeto e participam como copromotores a Metro do Porto e a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

DESMATERIALIZAÇÃO DOS AUTOS

A desmaterialização da emissão e gestão de Autos de Notícia, é uma solução que permite ter acesso, praticamente, em tempo real às contraordenações, reduzir lapsos originados pelo fornecimento de informação incorreta, bem como erros de incompreensão de caligrafia. Possibilita ainda diminuir a impressão ao estritamente necessário, minimizar a carga administrativa associada à duplicação dos registos dos Autos e fornecer informação ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes sobre os mesmos.

O procedimento tem início com a verificação por parte do Agente de fiscalização do título de transporte do passageiro e a sua validade para a viagem em questão. E em caso de inconformidade, o fiscal efetua a leitura do Cartão de Cidadão do cliente visado e todos os dados essenciais são preenchidos de forma automática. Seguidamente o Auto de Notícia é impresso pelo terminal desenhado para o efeito. Posteriormente, as informações relativas à multa serão descarregadas numa base de dados apropriada.

No que refere ao cliente autuado, este passará a beneficiar de uma abordagem mais célere e socialmente menos constrangedora, que lhe economizará também tempo após a ocorrência, uma vez que, em breve, estas contraordenações passarão a poder ser pagas no ato ou por meio de uma referência bancária. O passageiro evi-

tará, assim, deslocações e possíveis filas de espera numa Loja Andante, podendo saldar o valor com a comodidade das *apps* bancárias (*e-banking*) ou através da rede de caixas de pagamento automático (Multibanco) espalhadas pelo país.

A STCP encontra-se já a utilizar os novos equipamentos e está a ultimar os mecanismos necessários com as devidas entidades, para a mais rápida transição de informação.

Todas as ações acima descritas constituem, no seu conjunto, um decisivo passo ao nível da modernização e simplificação administrativa, uma vez que fazem uso e potenciam a partilha de informação entre diversas entidades públicas, bem como privilegiam o uso e integração de sistemas já existentes, como o Cartão do Cidadão, o Portal do Cidadão, entre outros sistemas relevantes.

RGPD - RECOLHA, GESTÃO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A STCP concluiu com sucesso o projeto de RGPD - Recolha, gestão e proteção de dados pessoais, no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA2020).

Esta atividade de modernização consistiu na identificação de todos os processos internos e externos que envolvem tratamento de dados, análise da conformidade legal e implementação de medidas e processos de garantia de proteção de dados, para assegurar o RGPD *compliance* em todos os processos dentro da STCP.

É através da aplicação desta política de privacidade que a STCP garante a confiança, confidencialidade e segurança no tratamento dos dados de clientes, colaboradores e outros intervenientes nas diferentes situações em que está envolvida.

BUSINESS INTELLIGENCE (BI) - INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL

Hoje em dia, a informação de gestão disponível é fundamental para se poder corresponder às necessidades e requisitos do negócio, com clientes cada vez mais conhecedores e exigentes de um serviço de qualidade. É nesta direção que, nos últimos anos, a STCP tem trabalhado, definindo como prioritária uma transformação digital que revolucionou a forma como a empresa se vem a desenvolver e a operar.

A obtenção da informação de apoio à decisão e monitorização das diferentes atividades operacionais assentavam no tratamento de um grande volume de dados, num processo moroso e complexo, com um custo elevado de recursos.

A implementação na STCP de uma solução moderna de *Business Intelligence (BI)* - Inteligência Empresarial - permite agora transformar e disponibilizar, mais facilmente, os dados brutos em informação útil e essencial para apoio aos gestores e responsáveis na tomada de decisão sobre a atividade e negócio da STCP.

A nova solução de BI estrutura e organiza os dados de uma forma eficiente, permitindo uma visão integrada dos dados produzidos pelas diversas áreas da empresa. As equipas de gestão conseguem aceder a indicadores de recursos humanos, produção e utilização do serviço, bem como monitorizar as reclamações e sugestões dos clientes, promovendo a melhoria contínua.

PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO (I&D)

PROJETO C-ROADS E PROJETO C-STREETS

Na continuidade do projeto C-Roads o Município do Porto (MP) participa no projeto C-Streets. O projeto Cooperative Streets (C-Streets) pertence ao programa de financiamento Mecanismo Interligar a Europa – MIE (Connecting Europe Facility - CEF). Em Portugal o projeto está a ser desenvolvido no período entre 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2023, com um investimento nacional de € 31.410.086,00, financiado a 50%, e pretende implementar pilotos no âmbito dos sistemas cooperativos de transporte inteligentes (C-ITS) em várias áreas urbanas e metropolitanas que alimentam a rede transeuropeia de transportes (TEN-T).

O objetivo do C-Streets é auxiliar investimentos nacionais necessários para a implementação das políticas de Mobilidade e Transportes, com especial enfoque na implementação da Diretiva ITS e os seus atos delegados e recomendações. O projeto é constituído por 27 parceiros nacionais, incluindo o Município do Porto e coordenado pelo Instituto de Mobilidade e Transportes.

O Município do Porto (MP), através da Divisão Municipal de Gestão da Mobilidade e Tráfego (DMGMT), participa em dois macro pilotos, o “Extended Multimodal

National Access Point (NAP)” e o “Cooperative Streets”, num total de quatro medidas, nas quais a participação do operador rodoviário de transporte público urbano é imprescindível.

Nesse sentido o MP propôs a celebração de um protocolo de colaboração com a STCP no âmbito do projeto C-Streets, onde se dispõe a realizar um conjunto de investimentos em equipamentos. A STCP, por sua vez, compromete-se a apoiar tecnicamente o MP na definição das especificações técnicas dos equipamentos e respetiva manutenção, a cooperar nos cadernos de encargos para o fornecimento de bens e serviços e a garantir o acompanhamento técnico na instalação e nas atividades de manutenção de todos os equipamentos referidos.

PROJETO FABULOS – VEÍCULOS AUTÓNOMOS, SEM CONDUTOR

Com os objetivos cumpridos, o projeto FABULOS terminou em 2021. O teste a seis modelos de miniautocarros autónomos, 2.807 passageiros transportados e 14 mil km percorridos na Finlândia, Estónia, Noruega, Países Baixos e Grécia são alguns dos marcos a destacar.

A STCP retirou da participação neste consórcio, com financiamento europeu, conhecimento e experiência, pois embora o conceito tivesse sido aprovado, restam progressos a fazer em termos do enquadramento legal, condições de circulação e desenvolvimentos tecnológicos que promovam a aceitação do público.

PROJETO GOBUS

No primeiro semestre de 2021 foi retomada a informação em tempo real sobre a operação da STCP nos ecrãs instalados nas Estações de metro da Casa da Música, Campanhã, Trindade e S. Bento, que se encontrava inoperacional há alguns anos.

RGPD E CIBERSEGURANÇA

No âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados e Cibersegurança foram desenvolvidas algumas ações que visam a melhoria contínua, nomeadamente com a aquisição de alguns produtos e cuja colocação em produção será estendida a 2022.

- **SEALPATH** - Automatiza a proteção de documentos de forma transparente para os utilizadores.

- **FORCEPOINT** - Substitui regras genéricas e indiscriminadas, aplicando segurança de dados individual e adaptável não dificultando a normal atividade, apenas bloqueando ações quando necessário, sem impacto na produtividade. Protege dados sensíveis da empresa.
- **BOLDON JAMES** - Permite a classificação da informação e proteção dos dados, segundo as regras estabelecidas. A rotulagem visual aumenta a consciência sobre o valor dos dados usados, e os rótulos de metadados facilitam a aplicação de políticas de segurança, gestão e retenção de dados com maior eficácia.
- **SOLUÇÃO DE REPORTING/ALARMÍSTICA** - Ferramenta desenvolvida com suporte no Produto Splunk, que permite uma maior capacidade de análise da informação gerada dos logs e correlação de eventos de todos os sistemas existentes na STCP. Permitirá ainda a geração de relatórios para comunicação com diversas entidades.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

06

6.1 Estrutura Acionista	116
6.2 Modelo de Governo	116
6.2.1 Órgãos Sociais	117
6.2.2 Macroestrutura	119
6.2.3 Participações Sociais	122
6.3 Visão, Missão, Política e Valores	123
6.4 O Sistema Integrado de Gestão	124
6.5 Riscos	124

6.1 ESTRUTURA ACIONISTA

A STCP, E.I.M., S.A. é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima, de capitais exclusivamente públicos e com natureza intermunicipal, nos termos do artigo 19.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. A empresa rege-se, ainda, pelo Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 175/2019, de 27 de dezembro, pelos seus estatutos, pelo Regime do Setor Empresarial do Estado (RJAE) e pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Através do Ofício SAI_DGTF/2021/310 da DGTF, de 26 de janeiro de 2021, foi comunicado à STCP que a transferência das ações representativas do capital social da STCP, do Estado Português, para os seis Municípios do Porto, ocorreu com data de 1 de janeiro de 2021.

A 31 de dezembro de 2021, o capital social da STCP, E.I.M., S.A., inteiramente subscrito e realizado, é de 90.000.000,00 euros, representado em 18.000.000 de ações, em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5,00 euros cada. A sua distribuição pelos acionistas é a seguinte:

- **Município do Porto** – titular de 9.664.200 ações, num total de 48.321.000,00 euros, que representa 53,69% do capital.
- **Município de Vila Nova de Gaia** – titular de 2.167.200 ações, num total de 10.836.000,00 euros, que representa 12,04% do capital.
- **Município de Matosinhos** – titular de 2.156.400 ações, num total de 10.782.000,00 euros, que representa 11,98% do capital.
- **Município da Maia** – titular de 1.729.800 ações, num total de 8.649.000,00 euros, que representa 9,61% do capital.
- **Município de Gondomar** – titular de 1.310.400 ações, num total de 6.552.000,00 euros, que representa 7,28% do capital.
- **Município de Valongo** – titular de 972.000 ações, num total de 4.860.000 euros, que representa 5,40% do capital.

O n.º 3 do artigo 4.º dos estatutos da STCP estabelece que *“a emissão de ações será feita sob a forma escritural e nominativa, a menos que a assembleia geral delibere que a emissão de ações se faça sob a forma titulada,*

sendo estas, no entanto, convertíveis em ações escriturais, a requerimento e por conta dos interessados, após deliberação favorável da Assembleia Geral e nos termos legalmente previstos.”

O n.º 2 do artigo 6.º dos estatutos estabelece que *“a cada 100 ações corresponde um voto, podendo os acionistas possuidores de um número inferior de ações agrupar-se de forma a, em conjunto e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem as condições necessárias ao exercício de direito de voto.”*

De acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 62.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSSPE) *“nas empresas locais e demais entidades submetidas ao regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a função acionista é exercida pelos órgãos executivos dos municípios, (...), consoante aplicável.”*

6.2 MODELO DE GOVERNO

O Modelo de Governo da STCP encontra-se detalhadamente descrito no Relatório de Governo Societário da STCP, E.I.M., S.A. de 2021.

6.2.1 ÓRGÃOS SOCIAIS

Integram os Órgãos Sociais da STCP a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. Os membros que compõem os órgãos sociais da STCP, a 31 de dezembro de 2021, são os seguintes:

Cargo	Órgãos Sociais de 1 de julho até 31 de dezembro	Eleição
Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	30-jun-21
Vice-Presidente	Cláudia Manuela Fernandes Silveira Viana	09-dez-21
Secretária	Isabel do Céu Hora Bernardo	09-dez-21
Conselho de Administração		
Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	30-jun-21
Vogal Executivo	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	30-jun-21
Vogal Executiva	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	30-jun-21
Fiscal Único		
	Mazars & Associados SROC, representada por José Rebouta, Revisor Oficial de Contas	30-jun-21
	Fiscal Único Suplente, representada por Patrícia Alexandra Faria Cardoso	

O modelo de governo da empresa assegura a separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização.

Os membros do Conselho de Administração e o Presidente da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos na Assembleia Geral de 30 de junho de 2021, com efeitos a 1 de julho de 2021.

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade, Mazars & Associados SROC, representada pelo sócio José Rebouta, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o n.º 1023 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) sob o n.º 20160637, foi eleito por Assembleia Geral a 30 de junho de 2021.

Na Assembleia Geral de 9 de dezembro de 2021, foram designados os restantes membros da Mesa da Assembleia Geral.

Até 30 de junho, os Órgãos Sociais eram compostos pela mesa da Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração, por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas.

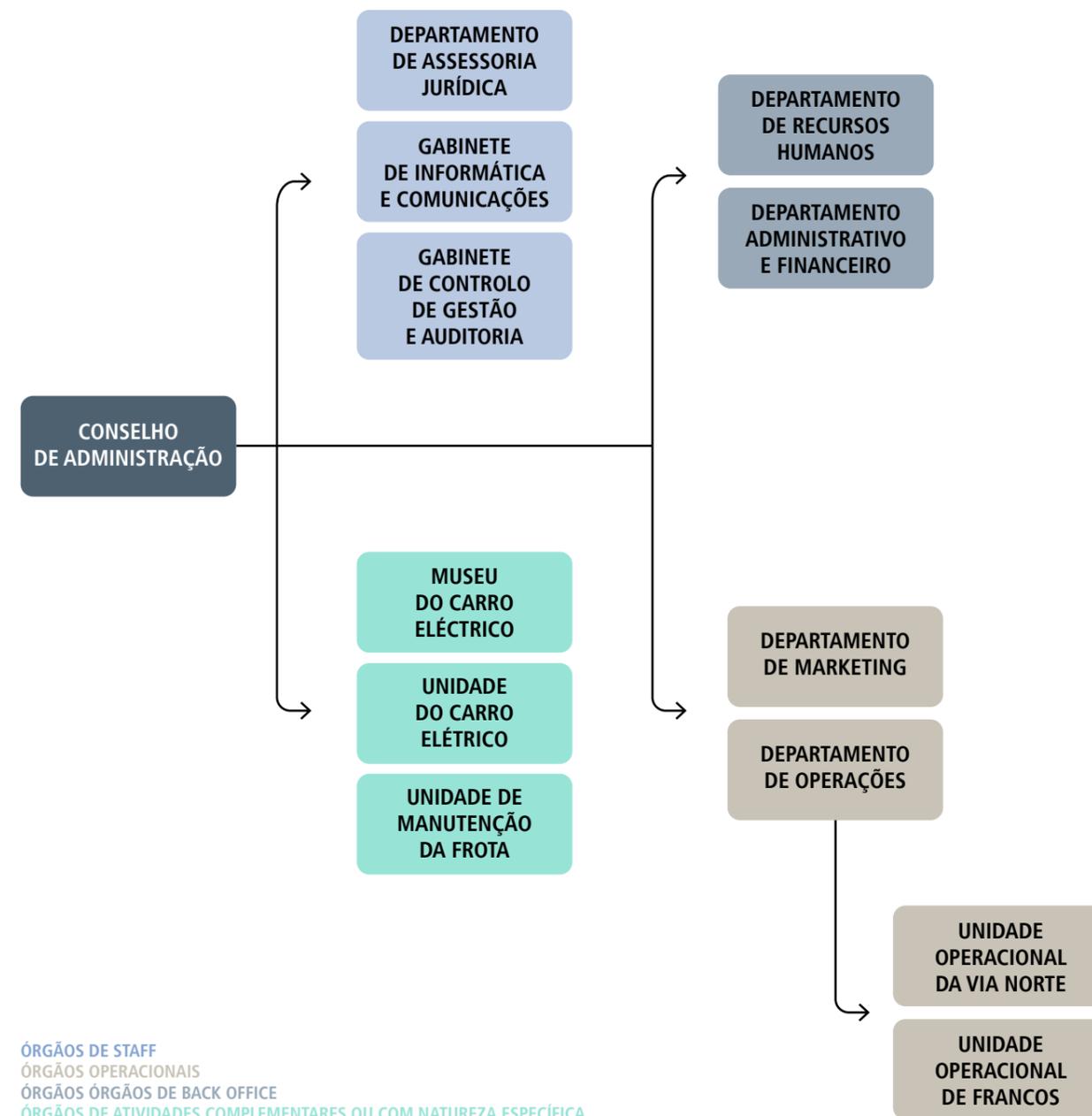
Os membros dos órgãos sociais até 30 de junho de 2021, eram os seguintes:

Cargo	Órgãos Sociais até 30 de junho	Eleição
Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	31-mai-19
Vice-Presidente	Ana Sofia Lameira dos Santos Palrinhas	31-mai-19
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	31-mai-19
Conselho de Administração		
Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	01-set-19
Vogal Executivo	Ângelo Augusto Santos Oliveira	01-jan-18
Vogal Executiva	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	01-jan-18
Vogal Não Executiva	Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos	01-jan-18
Vogal Não Executivo	Avelino José Pinto de Oliveira	01-jan-18
Conselho Fiscal		
Presidente	Luís Manuel Abrantes	31-mai-19
Vogal Efetiva	Ana Alexandra Filipe Freitas	31-mai-19
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	31-mai-19
Vogal Suplente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	31-mai-19
Revisor Oficial de Contas		
	Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	19-mar-19
	Representada pelo sócio Gabriel Correia Alves, ROC nº 784	

Nesse modelo, a materialização da separação das funções de gestão e de supervisão concretizava-se pela existência de um Conselho de Administração que incluía administradores com funções executivas e administradores com funções não executivas e pela existência de um Conselho Fiscal e de um Revisor Oficial de Contas.

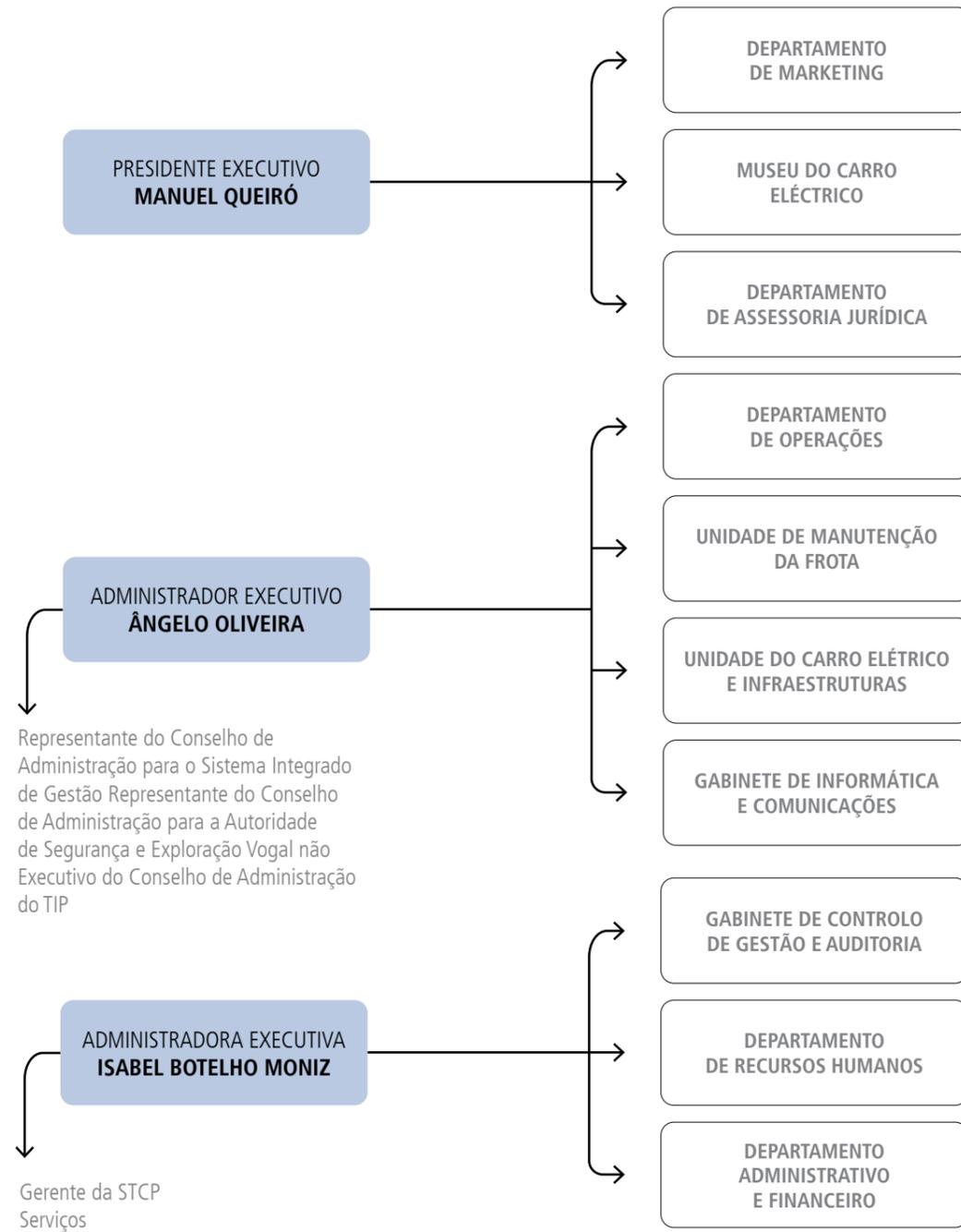
6.2.2 MACROESTRUTURA

A 31 de dezembro de 2021, a macroestrutura da empresa era a seguinte:

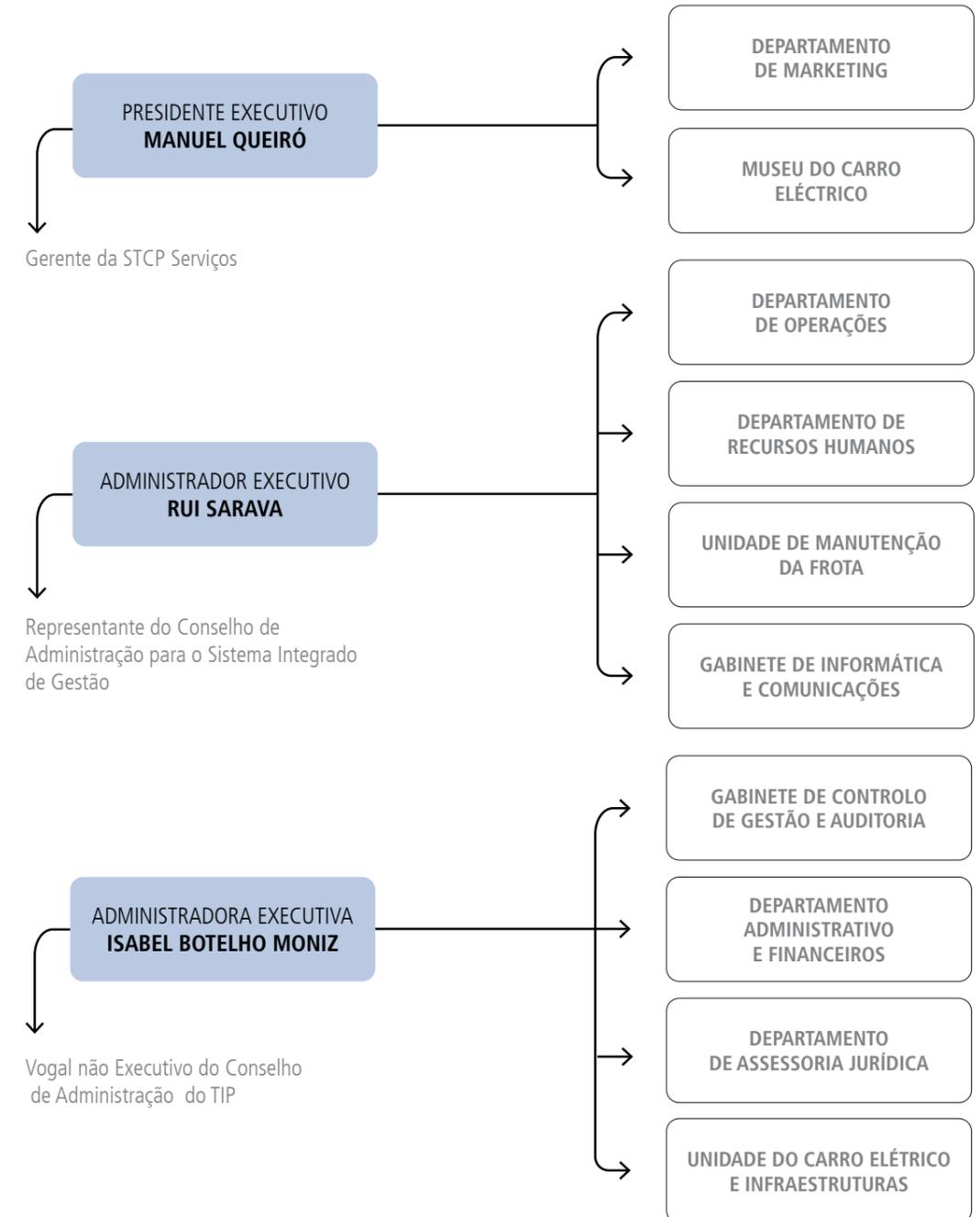


ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Até 30 de junho de 2021:



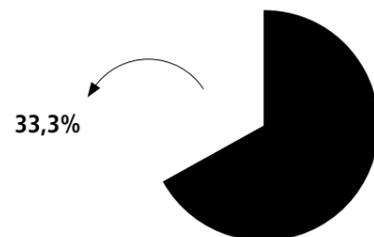
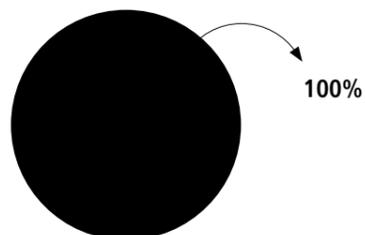
Desde 1 de julho 2021:



6.2.3 PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DA STCP

STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.

Tem como objeto social a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana.

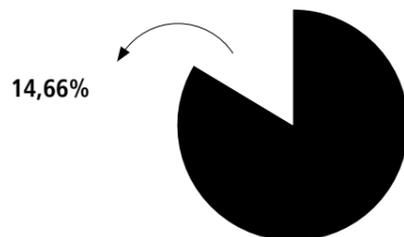
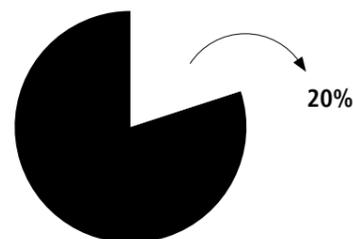


TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

TIP é um Agrupamento Complementar de Empresas participado pela STCP, Metro do Porto e CP- O Comboios de Portugal. Tem como missão promover a utilização do transporte público, permitindo uma cada vez maior e melhor mobilidade dos cidadãos da área metropolitana do Porto. São funções do TIP a gestão da bilhética intermodal de transportes.

Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.

A Transpublicidade – Publicidade em Transportes tem como atividade a exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.

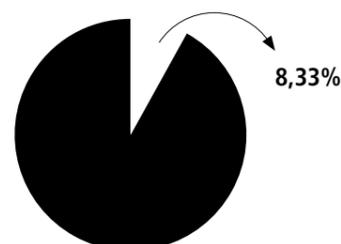


Metro do Porto, S.A.

A Metro do Porto tem como missão planejar, conceber, construir, equipar e explorar um Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto, em regime de concessão atribuída pelo Estado.

OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.

A OPT, Optimização e Planeamento de Transportes, S.A., tem como área nuclear o desenvolvimento de projetos de I&D para a gestão e otimização de sistemas de transportes públicos.



6.3 VISÃO, MISSÃO, POLÍTICA E VALORES

A STCP é reconhecida por ter uma forte identidade corporativa, seja na ótica interna, colaboradores e ex-colaboradores, ou externa. Goza de uma imagem de instituição credível, estável e que acrescenta valor à sociedade e à região.

Historicamente a STCP verbaliza a sua identidade corporativa através da definição da Missão, da Visão e da Política Corporativa, enquadrados por valores históricos e atuais que caracterizam a cultura organizacional.

A **Visão** da STCP é ser reconhecida como empresa de referência entre as que apresentam as melhores práticas do setor do transporte público de passageiros, a nível nacional e europeu.

A **Missão** da STCP consiste na prestação de um serviço de transporte público urbano de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP), em articulação concertada com todo o ecossistema², contribuindo para a efetiva mobilidade das pessoas, disponibilizando uma alternativa competitiva ao transporte individual privado e gerando, pela sua atividade, benefícios sociais e ambientais, num quadro de inovação, de melhoria contínua, de racionalidade económica, e de sustentabilidade.

A Política da STCP consiste em:

- **Responder às necessidades de mobilidade física e social dos clientes**, através de uma adequada oferta ao nível da rede de transportes, da sua acessibilidade, dos horários e produtos, dentro dos limites permitidos pelas concessões e pela racionalização dos recursos humanos e materiais.
- **Afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual** através da promoção de um transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco eficiente.
- **Distinguir-se perante os seus pares pela Confiança depositada pelos stakeholders**, em matéria de informação ao público, relação e comunicação com o Cliente, responsabilidade social, sustentabilidade, inovação e resiliência a crises.
- **Promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas**, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e o público em geral.

- **Garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus colaboradores**, designadamente as condições adequadas ao exercício das suas atividades, promovendo um Ambiente de Trabalho Saudável³ que realize cada trabalhador.
- **Desenvolver a sua atuação, em conformidade com o quadro regulatório aplicável, promovendo a melhoria contínua e a inteligência competitiva**, enquadrados por um sistema integrado de gestão dinâmico, com o envolvimento de todos os seus colaboradores e seus representantes, clientes, fornecedores, contratados, autoridades e reguladores.

A STCP reconhece como farol da sua ação identitária Valores permanentes e transversais a toda a organização, que concorrem igualmente na definição da Identidade Corporativa. Estes são:

- **Serviço:** Assumimos uma orientação inequívoca e permanente de serviço público, na relação com todos os *Stakeholders*.
- **Pessoas:** Consideramos as pessoas como origem (interna) e o destino (externo) do serviço prestado pela STCP no território, com respeito pela sua dignidade e equidade.
- **Ética:** Disponibilizamos todo o conhecimento e flexibilidade para encontrar as melhores soluções para o Cliente e para a região, formatadas por padrões éticos transparentes.
- **Confiança:** Assumimos a ambição de renovação permanente da confiança do mercado, materializada no reforço da utilização de transporte público e na fidelização dos nossos Clientes.
- **Excelência:** Pretendemos proporcionar uma experiência ao Cliente cuja avaliação vá além da simples satisfação.
- **Simplicidade:** A nossa Missão deve ser percecionada em cada interação com os *Stakeholders*, por uma comunicação clara, focada e eficaz.

²Arthur D. Little, "The Future of Mobility 3.0", 2018, pp 62– Imperativo #9

³2010. Organização Mundial da Saúde – OMS.

6.4 O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

A STCP planeia e desenvolve o seu negócio em consonância com o modelo de gestão baseado no princípio da Melhoria Contínua. Define os seus Objetivos Estratégicos tendo em conta a Análise de Contexto e as Expectativas dos *Stakeholders*.

Os objetivos dos Processos e a sua monitorização decorrem do desdobramento dos objetivos estratégicos determinados pelo Conselho de Administração.

A STCP tem, desde 2008, o seu Sistema de Gestão certificado. Ao longo deste período tem vindo sucessivamente a efetuar a transição para as versões mais recentes das normas de Gestão da Qualidade (ISO 9001), de Gestão Ambiental (ISO 14001) e de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001).

No âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção, o Conselho de Administração decidiu avançar para a certificação do Sistema de Gestão da STCP pela norma ISO 37001, referente ao Sistema de Gestão Anticorrupção. Assim, em 2021, foi iniciado o processo de implementação dos requisitos da norma ISO 37001, com vista à sua certificação em 2022.

6.5 RISCOS

De acordo com o previsto na alínea d) do artigo 5º do Estatuto do Gestor Público são deveres dos membros do Conselho de Administração a avaliação e a gestão dos riscos inerentes à atividade da Empresa.

A STCP tem, desde há 13 anos, o seu Sistema de Gestão certificado e ao longo deste período tem vindo sucessivamente a efetuar a transição para as versões mais recentes das normas de Gestão da Qualidade (ISO 9001), de Gestão Ambiental (ISO 14001) e de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001), com o objetivo de ir ao encontro das expectativas dos seus Clientes, Colaboradores e Partes interessadas.

O Sistema de Gestão Integrado de Gestão implementado na STCP, está sujeito a auditorias internas e externas, bem como à verificação da sua conformidade legal. A renovação da certificação do Sistema Integrado de Gestão, depende dos resultados de avaliação destas auditorias.

A STCP planeia e desenvolve o seu negócio de acordo com o modelo de gestão que considera a “Análise de Contexto” e as “Expectativas dos *Stakeholders*”, definindo os seus “Objetivos Estratégicos” e desdobrando o seu Plano de Negócios através da sua Estrutura Orgânica e dos seus Processos de gestão, operacionais e de suporte, considerando em permanência o princípio da Melhoria Contínua.

Integrada pelas normas de certificação do Sistema de Gestão, a STCP desenvolveu a sua Matriz de Riscos e Oportunidades, estratificada por cada processo.

Com o desenvolvimento da pandemia covid-19 e das diversas situações de estado de emergência, foi evidente a necessidade de incluir nesta Matriz de Riscos e Oportunidades, o impacto que situações deste tipo poderão ter na empresa. Uma pandemia como a que se viveu durante os dois últimos anos, não deve ser vista apenas como uma ameaça, mas também como uma oportunidade para a empresa, que não pode deixar de operar, sendo o garante da mobilidade dos seus clientes.

Os Principais riscos identificados pela STCP são os seguintes:

RISCOS DE PANDEMIAS E DE ESTADOS DE EMERGÊNCIA

Risco económico pela redução da procura e da receita; risco económico em gastos adicionais com a proteção de pessoas; riscos económicos associados à proteção da saúde.

RISCOS ECONÓMICOS E ESTRATÉGICOS

Riscos associados a políticas macroeconómicas e estratégicas, nomeadamente associados à alteração de políticas económicas, alterações legais e regulatórias, a novos paradigmas de mobilidade, a decisões políticas de ordenamento e mobilidade local, à concorrência e a políticas tarifárias.

RISCOS FINANCEIROS

A empresa encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente riscos de mercado, que inclui a alteração do preço dos combustíveis e da energia, a alteração do preço dos materiais, a alteração do preço da mão de obra externa e, por essa via, ao aumento de gastos com serviços contratados, o risco cambial e risco de liquidez.

RISCOS OPERACIONAIS

Os riscos operacionais são vários e resultam do desenvolvimento da atividade da empresa. Destacam-se: risco económico associado a acidentes, risco ambiental, riscos associados à segurança dos trabalhadores e dos clientes, riscos associados à segurança das instalações e dos materiais, riscos associados ao sistema de informação, riscos associados à proteção de dados pessoais, riscos de corrupção.

RISCOS JURÍDICOS

Riscos associados ao cumprimento da legislação em vigor e de todas as obrigações legais da empresa. A empresa desenvolve um plano de ação no sentido de mitigar os riscos identificados.

DESEMPENHO ECONÓMICO FINANCEIRO

07

7.1 Balanço do Ano	128
7.2 Investimento Realizado e Alienações	128
7.3 Situação Patrimonial	130
7.4 Fluxos Financeiros	132
7.5 Prazo Médio de Pagamento (PMP) a Fornecedores	133
7.6 Resultados e EBITDA	134

7.1 BALANÇO DO ANO

O exercício de 2021 ficou essencialmente marcado pela operacionalização do processo da Intermunicipalização da STCP, com a transferência do capital social da empresa, do Estado para os seis municípios da Área Metropolitana do Porto – Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia passando a empresa a integrar o setor empresarial local.

As obrigações assumidas pelo Estado, inerentes à transferência, nomeadamente a dívida financeira histórica e respetivos encargos financeiros resultantes da dívida, com contratos de derivados financeiros, com responsabilidades com complementos de pensões no âmbito dos acordos da empresa e com responsabilidades apuradas ou que venham a ser apuradas no âmbito de processos judiciais em curso, foram decisivos para que fosse possível alcançar o equilíbrio da estrutura patrimonial da STCP em 2021.

O ano foi ainda bastante afetado pelos efeitos da pandemia covid-19, especialmente no primeiro trimestre do ano, conseguindo recuperar gradualmente ao longo do restante período.

O ano 2021 foi também muito afetado pelo aumento de preços dos combustíveis, em particular a partir do segundo semestre de 2021, com consequência no aumento dos gastos da empresa. A subida dos preços do gás natural refletiu, em parte, as condições meteorológicas que condicionaram a produção de energia hídrica e eólica, o que implicou também maiores pressões sobre os preços de outras fontes primárias de geração de energia e aquecimento, como o petróleo e o carvão, dada a oferta insuficiente. No caso do petróleo, a produção permaneceu condicionada pelas decisões da OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

A STCP transportou cerca de 51 milhões de passageiros em 2021, mais 1,8 milhões face ao ano anterior, correspondendo a um aumento de 3,64%. No entanto, comparativamente com o período pré-pandemia, a procura representou 66% da verificada em 2019.

A receita de transporte foi de 33,5 milhões de euros, aumentando 4,2%, 1,4 milhões de euros face a 2020. Em 2021, foram percorridos 22,3 milhões de veículos km de serviço, verificando-se um aumento na ordem dos 2%, cerca de 434 mil veículos km comparativamente com 2020.

O investimento realizado no ano ascendeu a 22,9 milhões de euros, dos quais 94% correspondem à aquisição de autocarros. No ano deu-se a conclusão da segunda fase de renovação da frota da empresa, que teve o cofinanciamento, a título não reembolsável, do POSEUR Portugal 2020 – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, com a receção de 81 autocarros a gás natural e de 5 autocarros elétricos, para substituição do mesmo número de viaturas em fim de vida, a gás natural e a gasóleo.

Para a execução do investimento do ano há a realçar os recebimentos provenientes do Estado relativos à assunção de investimentos aprovados em anos anteriores, no âmbito da Portaria nº 761/2019.

7.2 INVESTIMENTO REALIZADO E ALIENAÇÕES

INVESTIMENTO REALIZADO

No ano de 2021 o valor do investimento realizado foi de 22.925 mil euros, registando um acréscimo de 4.936 mil euros, comparativamente com o ano anterior.



Investimento (milhares de euros)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Material Circulante	13 244	17 098	21 631	4 533	27%
Aquisição de Autocarros	13 209	17 064	21 527	4 463	26%
Manutenção/Reabilitação de Carros Elétricos	35	34	103	70	206%
Infraestruturas	2 835	610	972	362	59%
Infraestruturas associadas à renovação da frota	2 593	393	576	183	47%
Outras infraestruturas	242	217	396	180	83%
Outros	230	282	322	40	14%
Viaturas de Apoio	0	87	12	-75	-86%
Equipamento Oficial, Administrativo e Informático	183	98	231	133	135%
Outros Projetos	47	96	79	-18	-18%
Total	16 309	17 989	22 925	4 936	27%

O investimento realizado respeita às seguintes rubricas:

- **94% (21.527 mil euros)** corresponde à aquisição de 81 autocarros a gás e 5 elétricos, para substituição da frota de autocarros em fim de vida;
- **2,5% (576 mil euros)** refere-se à conclusão das obras do posto de abastecimento de gasóleo na Estação de Recolha de Francos, ao início da empreitada de renovação e requalificação do posto de abastecimento de gás natural comprimido na Estação de Recolha de Francos e à aquisição de 2 postos de carregamento para autocarros elétricos;
- **3,5% (822 mil euros)** respeita essencialmente à continuação da reconstrução de um carro elétrico histórico e instalação de equipamentos de segurança,

ao início da empreitada de requalificação da Estação de Recolha da Via Norte, ao projeto da subestação elétrica de tração (SET) de Campo Mártires da Pátria para a rede dos carros elétricos, e à aquisição de diverso equipamento oficial, administrativo e informático.

ALIENAÇÕES

No ano de 2021 foram alienadas peças de 57 autocarros em fim de vida, abatidos para sucata, e 22 viaturas ligeiras em fim de vida, tendo sido obtido o montante global de 139 mil euros.

Alienações (milhares de euros)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Instalações / Edifícios	150	0	0	0	0%
Autocarros para sucata	63	66	73	7	11%
Outros	3	5	65	61	1328%
Total	216	71	139	68	96%

7.3 SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A Intermunicipalização da STCP, nos termos do Decreto-Lei nº 151/2019, de 11 de outubro, na sua redação alterada pelo Decreto-Lei nº 175/2019, de 27 de dezembro, teve um impacto muito significativo no balanço da STCP, e no equilíbrio da sua estrutura patrimonial.

A 1 de janeiro de 2021 ocorreu a transferência das ações da STCP, do Estado Português para os seis Municípios – Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, da área Metropolitana do Porto, assumindo o Estado um conjunto de responsabilidades assumidas pela empresa, designadamente:

- a dívida financeira histórica da STCP, reconhecida no balanço até à data de 31 de dezembro de 2020, por cuja criação foi responsável, enquanto acionista e autoridade de transportes;
- as responsabilidades formadas e em formação relativamente a complementos de pensões dos trabalhadores da STCP aposentados em 31 de dezembro de 2021, bem como contratados até essa data;
- as responsabilidades contingentes da execução contratual ou judicial de operações de derivados financeiros contratadas pela STCP até 31 de dezembro de 2020.

- quaisquer responsabilidades apuradas ou que venham eventualmente a ser apuradas, em termos definitivos, designadamente por sentença judicial ou acórdão arbitral transitados em julgado, incluindo despesas, honorários de advogados e custas, desde que a STCP não tenha deixado de atuar, na direção dos correspondentes processos, como um gestor diligente, criterioso e ordenado, em prol do interesse da empresa, relativamente a factos formados até 31 de dezembro de 2020 ou, caso se trate de responsabilidades relativas a factos que, tendo tido início até essa data, se formaram posteriormente, e, em qualquer dos casos, desde que as mesmas não estejam reveladas no balanço da STCP referente ao ano de 2020.

Em contrapartida, com a entrada em vigor dos referidos Decretos-Lei, os imóveis que eram propriedade da STCP a 31 de dezembro de 2020, identificados no seu anexo I daquele diploma, foram transferidos para o Estado com o processo da Intermunicipalização, nomeadamente, o terreno de Gondomar e o terreno da Maia.

Balanço da STCP a 31 de dezembro:

Balanço (milhares euros)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Ativo Não Corrente	100 824	112 233	136 366	24 133	22%
Ativo Corrente	29 184	35 832	46 396	10 564	29%
Total do Ativo	130 008	148 065	182 762	34 697	23%
Capital Próprio	-319 479	-313 485	139 340	452 825	144,4%
Passivo Não Corrente	305 744	240 524	23 281	-217 243	-90%
Passivo Corrente	143 743	221 026	20 142	-200 885	-91%
Total do Passivo	449 487	461 550	43 423	-418 128	-90,6%
Total do Capital Próprio e Passivo	130 008	148 065	182 762	34 697	23%

A situação patrimonial a 31 de dezembro de 2021, comparativamente com a situação de 31 de dezembro de 2020:

O **Ativo** é de 182,8 milhões de euros, aumentando 34,7 milhões de euros (+23%), devido essencialmente ao investimento realizado no ano e ao aumento dos créditos a receber, pese embora o desreconhecimento de propriedades de investimento devido à sua transferência para o Estado (Nota 13 do Anexo às contas).

O **Passivo** é de 43,4 milhões de euros, diminuindo 418,1 milhões de euros (-90,6%), essencialmente devido à assunção de responsabilidades assumidas pelo Estado, no âmbito da intermunicipalização.

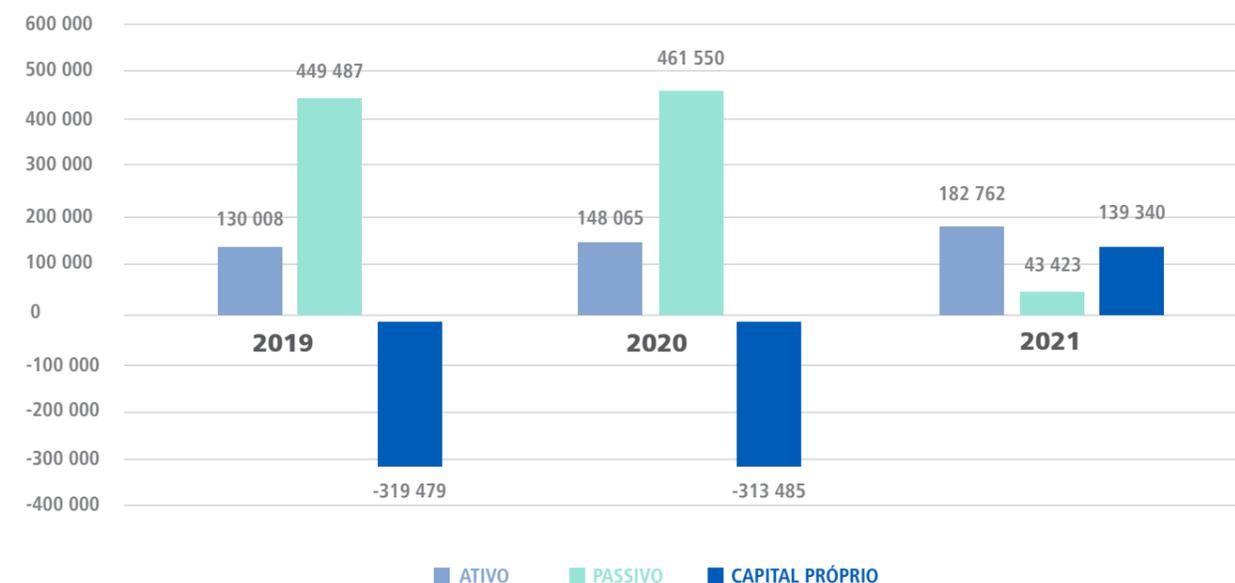
O **Capital Próprio** era positivo em 139,3 milhões de euros, registando um desagravamento de 452,8 milhões

de euros (+144,4%), passando a positivo. Esta alteração deve-se essencialmente às transferências para cobertura de prejuízos, por contrapartidas da redução da dívida histórica (Nota 32.10 do Anexo às demonstrações financeiras).

A 31 de dezembro de 2021 ocorreu também uma redução do capital social da empresa, no montante de 232,1 milhões de euros, passando de 322.080.560,00€ para o montante de 90.000.000,00€. Esta situação teve por objetivo retirar a sociedade da situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, situação que se encontrava desde há algum tempo.

Assim, a 31 de dezembro de 2021, o capital social da STCP, E.I.M., S.A., inteiramente subscrito e realizado, é de 90.000.000,00 euros, representado em 18.000.000 de ações, em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5,00 euros cada.

**Evolução da situação patrimonial
(em milhares euros)**



Conforme se pode verificar no gráfico acima, a STCP reduziu o crescimento passivo, e inverteu a evolução negativa do capital próprio. A 31 de dezembro de 2021, não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos, incluindo à Segurança Social.

7.4 FLUXOS FINANCEIROS

Fluxos de Caixa (milhares euros)	2019	2020	2021
Fluxo das Atividades Operacionais	3 030	-4 820	-2 217
Recebimentos	65 903	49 101	84 741
Pagamentos	62 873	53 921	86 959
Fluxo das Atividades de Investimento	-14 333	-17 592	-23 449
Recebimentos	6 190	5 217	4 052
Pagamentos	20 523	22 809	27 501
Fluxo das Atividades de Financiamento	15 811	25 050	19 254
Recebimentos	39 082	50 489	19 333
Pagamentos	23 272	25 438	79
Variação de caixa e seus equivalentes	4 508	2 639	-6 413

As **Atividades Operacionais no ano de 2021** geraram um *cash flow* negativo de 2,2 milhões de euros.

Os recebimentos incluem entre outros, a receita de bilheteira, as compensações financeiras pagas pelos municípios servidos pela rede de transportes no âmbito do Contrato de Serviço Público, as compensações pagas pelo Estado Português, relativas aos tarifários sociais disponibilizados aos clientes ao abrigo da legislação em vigor, as participações pagas pela Área Metropolitana do Porto pela disponibilização aos clientes de tarifas reduzidas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) e pela perda de receita provocada pela pandemia covid-19, de acordo com o Despacho nº 8459/2020.

Os pagamentos referem-se ao normal funcionamento operacional da STCP, nomeadamente pagamentos ao pessoal, a fornecedores e outros credores.

Os **Fluxos das Atividades de Investimento** foram negativos, no total de 23,4 milhões de euros.

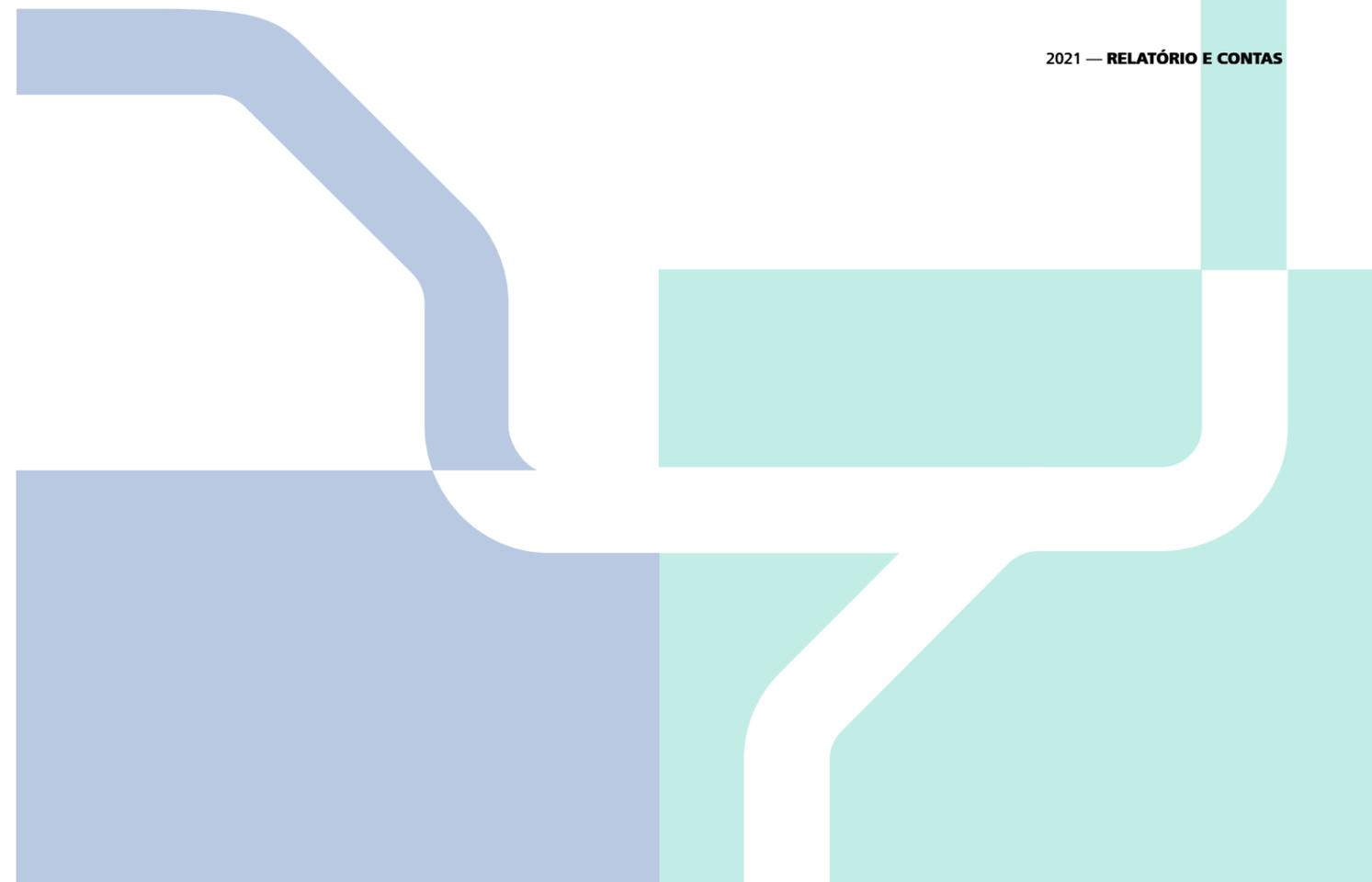
Os pagamentos referem-se à quase totalidade dos inve-

timentos realizados em 2020 e a investimentos executados em 2019, que só foram pagos em 2020.

Relativamente aos recebimentos, destaca-se a participação do programa POSEUR, para cofinanciamento da renovação da frota de autocarros e do posto de abastecimento de gás natural e postos de carregamento elétricos e participação do projeto SAMA.

Os **Fluxos das Atividades de Financiamento** ascenderam a 19,3 milhões de euros.

Os recebimentos são constituídos, na sua quase totalidade, pelo montante transferido pelo Estado relativo à assunção de compromissos relativos às obrigações inerentes ao pagamento dos custos relativos à renovação da frota e outros já aprovados nos anos de 2017, 2018 e 2019, que foram executados em 2021, âmbito da Portaria nº 761/2019, de 29 de outubro de 2019.



7.5 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP) A FORNECEDORES

O prazo médio de pagamento foi calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro e com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril.

PMP	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Prazo (dias)	48,4	77,4	29,0	59,9%

O prazo médio de pagamento em 2021 foi de 77,4 dias, registando uma subida de 29 dias (59,9%) relativamente ao ano anterior.

Este aumento é justificado pelo aumento do valor da dívida a fornecedores em 2021, relativamente a 2020, sendo que a dívida não vencida e inferior a 30 dias é de 98% (8,7 milhões de euros) do total da dívida a fornecedores.

De acordo com o definido nº 9 da RCM nº 34/2008, que estabelece que, quando o PMP do ano anterior seja superior ou igual a 45 dias, deve ser atingida uma redução de pelo menos de 15%, constata-se que o objetivo não foi cumprido.

7.6 RESULTADOS E EBITDA

Demonstração de Resultados (milhares euros)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Receita de Transporte	49 468	32 105	33 460	1 355	4,20%
Aluguer de Viaturas	112	11	26	15	141,70%
Subsídios à Exploração	4 629	12 253	24 315	12 062	98,40%
Compensação Financeira por OSP	4 546	7 138	16 941	9 803	137,30%
Compensação Financeira por OSP Adicionais	0	315	133	-182	-57,90%
Outros	84	4 800	7 242	2 441	50,90%
Outros Rendimentos	3 045	3 037	3 431	394	13,00%
Rendimentos	57 255	47 406	61 233	13 827	29,20%
CMVMC + FSE	21 467	18 013	23 458	5 445	30,20%
Gastos com combustíveis [1]	9 093	4 947	10 331	5 384	108,80%
Gastos com Pessoal	31 622	31 880	33 048	1 167	3,70%
Outros Gastos	685	515	538	24	4,60%
Gastos	53 773	50 408	57 045	6 636	13,20%
EBITDA Recorrente STCP	3 482	-3 002	4 188	7 190	240%
Amortizações	4 673	6 004	6 854	851	14,20%
Gastos e rendimentos não recorrentes [2]	2 540	-787	-258	529	67,20%
Resultado operacional (EBIT)	1 349	-9 793	-2 924	6 868	70,10%
Resultado Financeiro	-4 661	-2 462	0	2 462	100,00%
Transferências Financeiras ao abrigo da Lei n.º 50/2012	0	0	2 924	2 924	-
Imposto sobre o Rendimento	149	202	83	-118	-58,60%
Resultado Líquido	-3 163	-12 053	83	12 136	100,70%

[1] Gastos com gás, gasóleo e eletricidade.

[2] Inclui provisões, reversões, imparidades, variação do justo valor de ativos e ganhos/perdas extraordinários.

O exercício de 2021 foi ainda afetado, de forma significativa, pela pandemia covid-19.

O **EBITDA Recorrente** da STCP de 2021 foi positivo no montante de cerca de 4,2 milhões de euros, o que representou um desagravamento de 7,2 milhões de euros (240%) relativamente a 2020. Apesar de 2021 ainda ter sofrido os efeitos da covid-19, verificou-se o retomar da tendência de EBITDA positivo que vinha a ser registada no período pré-pandemia, fruto das compensações financeiras verificadas.

O **Resultado Líquido** foi positivo no montante de 83 mil euros, apresentando um desagravamento de 12,1 milhões de euros (100,7%) face a 2020. Esta evolução deveu-se essencialmente ao desagravamento do **Resultado Operacional (EBIT)**, em 6,9 milhões de euros (70,1%), ao **Resultado Financeiro nulo**, que no ano anterior tinha sido negativo em 2,9 milhões de euros e, ainda, à transferência dos acionistas no âmbito do nº2 do 40º da Lei 50/2012 (“...no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.”)

Os **rendimentos** ascenderam a 61,2 milhões de euros, aumentando 13,8 milhões de euros (29,2%) relativamente a 2020, devido a:

- A Receita de Transporte aumentou 1,4 milhões de euros (4,2%) face ao ano anterior, devido ao crescimento da procura face ao ano anterior, e consequentemente na receita.
- Os Subsídios à Exploração para compensação das Obrigações de Serviço Público (OSP), aumentaram cerca de 9,8 milhões de euros (137,3%) face a 2020. O montante de 2021, 16,9 milhões de euros contempla o valor apurado relativo ao terceiro aditamento ao Contrato de Serviço Público (10.530.754,13 euros valor estimado para o ano de 2021 e 6.410.095,14 euros do acerto efetuado no final do ano).
- Os Subsídios à Exploração para compensação das Obrigações de Serviço Público adicionais, no montante de 132,8 mil euros, referem-se às contratações adicionais efetuadas pelos municípios, para reforço da oferta por motivo covid-19 ou outros reforços, que implicou a subcontratação da operação de algumas linhas para libertar recursos para efetuar reforço em outras linhas.

- Os Subsídios à Exploração Outros foram de 7,2 milhões de euros, respeitando a maior parte, 7,1 milhões de euros, ao reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros em resultado do cenário adverso da pandemia. Inclui ainda 126,8 mil euros para apoio extraordinário aos combustíveis fósseis, 10,7 mil euros do projeto SAMA, 5,2 mil euros do POSEUR relativos ao plano de comunicação e 8,7 mil euros do projeto Fabulos, entre outros.
- Os Outros Rendimentos e Ganhos registaram um aumento de 394 mil euros (13%) face a 2020, devido essencialmente ao aumento dos rendimentos suplementares em 109 mil euros (15%), onde se destaca o aumento das rendas e cedências de espaços em 88 mil euros (37%) e dos serviços de manutenção em 44 mil euros (64%), o aumento da rubrica de imputação de subsídios ao investimento em 354 mil euros (29%) e o aumento das indemnizações de sinistros em 76 mil euros (36%). Em sentido contrário verificou-se uma redução dos rendimentos de publicidade e das vendas e serviços do Museu, nos montantes de 16 mil euros (-8%) e 6 mil euros (-16%), respetivamente, devido ao impacto da covid-19 nestas atividades, e uma redução dos benefícios e penalidades contratuais em cerca de 91 mil euros (-60%).

Os **Gastos excluindo depreciações e amortizações e imparidades, provisões, reversões, variação de justo valor ativos e ganhos/ perdas em associadas** ascendem a 57 milhões de euros, aumentando cerca de 6,6 milhões de euros (13,2%) face a 2020, devido a:

- O conjunto dos gastos CMVMC + FSE atingiram os 23,5 milhões de euros, +5,4 milhões de euros (30,2%) face a 2020. Este aumento deve-se essencialmente ao aumento dos gastos com combustíveis em 5,4 milhões de euros (108,8%). O gasto com gás natural aumentou 6,1 milhões de euros (320,6%), enquanto que o gasto com gasóleo e eletricidade reduziu 675 mil euros (26,5%) e 33 mil euros (6,6%), respetivamente face ao ano anterior. Há ainda a referir o acréscimo de gastos com a manutenção de edifícios e outras construções em 251 mil euros (139%), com as comissões em 105 mil euros (8,7%), os seguros de 35 mil euros (5,1%) e os trabalhos especializados um aumento de 23 mil euros (13,8%). Em sentido contrário, os gastos com a manutenção de autocarros e carros elétricos reduzi-

ram em 245 mil euros (-3,8%), os consumos de farmamento em 240 mil euros (-78%), a assistência de *softwares* e equipamentos em 11 mil euros (-2,5%) e a vigilância e segurança em 21 mil euros (-4,6%).

- Os Gastos com Pessoal atingem os 33 milhões de euros, apresentando um aumento de 1,2 milhões de euros (3,7%) face a 2020. Esta variação é justificada essencialmente pelo aumento do efetivo médio, em 35 elementos, e pelo aumento salarial.
- Os Outros gastos e perdas ascenderam a 538 mil euros, apresentando um aumento de 24 mil euros (4,6%) relativamente a 2020, devido essencialmente ao aumento das perdas em inventários (quebras) em 98 mil euros, dos donativos em 24,5 mil euros, das indemnizações por sinistros em 27,6 mil euros. Em sentido contrário, verificou-se uma redução de gastos a nível de impostos em 13,3 mil euros, taxas em 15,4 mil euros, gastos em propriedade de investimentos, em 18,8 mil euros e na conta outros não especificados, que reduz em 74,8 mil euros, isto porque em 2020, foi contabilizado nesta conta despesas de 74,5 mil euros do protótipo do projeto Fabulos.

Os gastos com prevenção e proteção contra a covid-19 foram de 531,9 mil euros em 2021, representando 0,9% do total de gastos, sendo que a soma das rubricas limpeza, higiene e conforto e dos materiais e serviços de proteção e segurança representam 93% deste valor. Relativamente ao ano de 2020, em que o montante gasto tinha sido de 848,6 mil euros, verificou-se uma redução de 37%, devido ao aliviar de algumas medidas de proteção no decorrer do 2º semestre de 2021.

Os **Gastos com amortizações**, no montante de 6,9 milhões de euros, representam um aumento de cerca de 851 mil euros (+14,2%) face a 2020, devido ao investimento realizado.

Os **Gastos e rendimentos** não recorrentes atingiram o valor negativo de 258 mil euros. A explicação para a evolução das diversas rubricas encontra-se detalhada no Capítulo Demonstrações Financeiras.

O **Resultado Financeiro** foi nulo no ano de 2021, devido à dívida da STCP ter sido assumida pelo Estado, acionista da empresa até 31 de dezembro de 2020.

Resultado Financeiro (milhares euros)	2019	2020	2021	Var. abs. 21/20	Var. % 21/20
Juros Suportado SWAP	20 796	23 901	0	-23 901	-100%
Varição de Justo Valor SWAP	-19 164	-23 583	0	23 583	100%
Encargos com SWAP	1 632	318	0	-318	-100%
Juros e Encargos de Financiamento	3 029	2 144	0	-2 144	-100%
Resultado Financeiro	-4 661	-2 462	0	2 462	100%

De acordo com o Decreto-Lei nº 151/2019, de 11 de outubro, que definiu as condições da intermunicipalização, foi assumida pelo Estado a dívida histórica da STCP, por conta de cobertura de prejuízos, deixando de existir gastos de financiamento associados.



FACTOS SUBSECUENTES E PERSPECTIVAS PARA 2022

08

8.1 Factos Subsecuentes

140

8.2 Perspectivas para 2022

140

8.1 FACTOS SUBSEQUENTES

O conflito armado na Ucrânia criou um quadro económico, social e geopolítico de grande imprevisibilidade. As perspetivas para o crescimento da economia portuguesa no período 2022-2024 foram revistas em baixa e o valor estimado para a taxa de inflação será substancialmente mais elevado.

O conflito assim veio agravar a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários. De acordo com as projeções do Banco de Portugal, Boletim Económico de março 2022, o preço do petróleo aumenta 45,7% em 2022, o custo das outras matérias-primas também regista novo aumento em 2022, prevendo-se a interrupção do normal funcionamento nas cadeias de valor global. A subida da inflação no ano corrente prolonga a tendência observada a partir de meados de 2021, e nos primeiros meses de 2022, estimando-se em 4%.

Sendo a atividade da STCP intensamente dependente de consumos energéticos, gás, gasóleo e eletricidade, e tendo os gastos com combustíveis, em 2021, um peso de cerca de 18% do total dos gastos do ano (excluindo provisões, reversões, imparidades, variação do justo valor de ativos e ganhos/perdas extraordinários), estima-se que uma subida generalizada nos preços dos combustíveis terá um significativo impacto negativo nos resultados da empresa.

A nova subida dos preços das matérias-primas, as dificuldades sentidas na sua cadeia de fornecimento e maior incerteza relativamente ao nível das taxas de juro, poderão gerar um impacto negativo ao nível da manutenção da frota de viaturas e, conseqüentemente, ao nível da operação do serviço prestado. A STCP possui também várias empreitadas em curso, decorrentes da execução do seu plano de investimentos. No entanto, a subida de preços dos materiais e os problemas apontados nas cadeias de fornecimento dos materiais, têm vindo a dificultar e a atrasar os trabalhos previstos, colocando assim em causa o cumprimento do investimento orçamentado.

O aumento de incerteza é parcialmente contrabalançado por uma melhoria da situação epidemiológica.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e

circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outras, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de meios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo.

8.2 PERSPETIVAS PARA 2022

Com a Intermunicipalização da STCP, a 1 de janeiro de 2021, e a transferência do capital do Estado Português para os seis municípios servidos pela rede da STCP (Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Vila Nova de Gaia e Valongo), consolidou-se uma nova etapa da vida da empresa, com um modelo de gestão que pretende atingir patamares mais elevados, ao longo do ano de 2022, com um serviço público de transporte mais eficiente e sustentável.

Com a melhoria da situação pandémica e a retoma gradual à normalidade, estima-se um crescimento da procura em 2022 e, conseqüentemente, da receita, com aproximação aos valores pré-pandémica.

A empresa entra em 2022 com 65% do total da frota de autocarros renovada, o que irá permitir um serviço público mais eficiente em termos ambientais e económicos.

Após a candidatura da STCP ao Aviso nº 1/C 15 inserido no investimento TC-C15-i05 “Descarbonização dos Transportes Públicos do PRR” lançada pelo Fundo Ambiental, em dezembro de 2021, e estimando-se a sua aprovação, a STCP, no âmbito do projeto, conta lançar em 2022 o concurso público internacional para a aquisição de 48 autocarros *standard* elétricos, para substituição da frota envelhecida e reforço da frota da empresa, com vista a prosseguir a melhoria da oferta de serviço público.

Estima-se também que 2022 será um ano de concretização/conclusão de investimentos muito relevantes para a empresa, quer por serem de montante elevado, quer por representarem melhorias muito significativas para a sua operação e *performance*, como a requalificação dos edifícios das estações de recolha dos autocarros da Via Norte e de Francos, a conclusão da renovação do posto de gás natural da estação de recolha de Francos, a implementação de um novo sistema de bilhética e de um novo sistema de apoio à exploração e informação.

A alteração do objeto social da STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações Unipessoal, Lda., empresa detida a 100% pela STCP, sustentada na estratégia que o Município do Porto pretende implementar para a gestão e consolidação das suas infraestruturas de transportes, poderá vir a trazer novos e importantes desafios para a STCP.



**PROPOSTA
DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS**

09

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício no valor positivo de 83.499,21 euros (oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e nove euros e vinte e um centimos) seja transferido para a conta de Resultados Transitados pelo seu valor global.



Porto, 21 de abril de 2022

O Conselho de Administração

Presidente:

(Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel)

Vogais:

(Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva)

(Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contas do Exercício 2021	148
2. Notas às Demonstrações Financeiras	156

1. CONTAS DO EXERCÍCIO 2021**BALANÇO**

31 de dezembro de 2021 e 2020

(montantes expressos em euros)

Ativo	Notas	2021	2020
Ativo não corrente		136 366 054,24	112 233 143,75
Ativos fixos tangíveis	9	111 083 027,14	94 626 876,61
Propriedades de investimento	13	12 223 600,00	14 770 000,00
Ativos intangíveis	8	216 254,65	110 036,62
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7,15	1 690 426,34	1 717 368,29
Outros investimentos financeiros	29.1.2.1	321 934,26	285 251,25
Créditos a receber	32.4	10 830 811,85	723 610,98
Ativo corrente		46 396 408,87	35 832 348,17
Inventários	20	737 012,29	585 847,42
Clientes	29.2.3	1 044 387,33	16 500,44
Estado e outros entes públicos	32.2	3 531 247,20	1 515 204,03
Outros créditos a receber	32.4	25 150 789,57	11 427 840,87
Diferimentos	32.5	951 477,05	892 577,60
Caixa e depósitos bancários	5	14 981 495,43	21 394 377,81
Total do ativo		182 762 463,11	148 065 491,92

Capital próprio e passivo	Notas	2021	2020
Capital próprio			
Capital subscrito	29.4.1	90 000 000,00	322 080 560,00
Reservas legais	29.4.2	74 907,42	74 907,42
Outras reservas	29.4.2	25 727,80	25 727,80
Resultados transitados		-857 466,08	-672 992 453,94
Excedentes de revalorização	29.4.3	33 694 628,71	34 995 192,31
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	29.4.4	16 318 325,14	14 384 096,18
Resultado líquido do período	29.4.5	83 499,21	-12 052 956,40
Total do capital próprio		139 339 622,20	-313 484 926,63
Passivo			
Passivo não corrente		23 281 083,50	240 524 079,75
Provisões	23	12 529 894,66	12 540 033,61
Financiamentos obtidos	29.1.1	0,00	177 538 354,24
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	30	0,00	287 060,00
Passivos por impostos diferidos	27	6 796 366,64	6 894 564,84
Outras dívidas a pagar - imposto associado	29.4.4	3 954 822,20	3 383 113,62
Outros passivos financeiros	29.1.3	0,00	39 880 953,44
Passivo corrente		20 141 757,41	221 026 338,80
Fornecedores	32.1	6 195 173,72	3 704 302,81
Adiantamento de clientes		1 618,90	2 144,75
Estado e outros entes públicos	32.2	1 456 742,34	1 462 270,13
Financiamentos obtidos	29.1.1	7 890,73	204 171 855,68
Outras dívidas a pagar	32.3	9 721 814,64	8 205 708,26
Diferimentos	32.5	2 758 517,08	1 766 578,69
Outros passivos financeiros	29.1.3	0,00	1 713 478,48
Total do passivo		43 422 840,91	461 550 418,55
Total do capital próprio e do passivo		182 762 463,11	148 065 491,92

Contabilista Certificado nº 6622
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração
Presidente
Cristina Mafalda Nieto Pimentel
Vogais
Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020		(montantes expressos em euros)	
Rendimentos e gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	22	33 486 318,93	32 115 835,51
Subsídios à exploração	24	24 315 170,66	12 253 281,20
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	15	-6 028,43	-81 981,41
Trabalhos para a própria entidade	8,9	4 685,89	398,41
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	20	-6 335 038,94	-1 754 724,86
Fornecimentos e serviços externos	32.6	-17 123 350,87	-16 258 630,65
Gastos com o pessoal	30.2	-33 047 664,48	-31 880 237,65
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	20	69 363,45	8 389,21
Imparidade de dívidas a receber (Perdas / reversões)	29.2.3	-13 262,71	-36 880,92
Provisões (Aumentos / reduções)	23	-238 606,85	-254 430,93
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	29.1.2.1	-918,75	-120,00
Aumentos/ reduções de justo valor	13	-75 700,00	-425 300,00
Outros rendimentos	32.8	3 433 713,58	3 040 066,73
Outros gastos	32.7	-538 496,83	-514 574,30
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 930 184,65	-3 788 909,66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8,9	-6 854 496,15	-6 003 665,61
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2.924.311,50	-9.792.575,27
Juros e rendimentos similares obtidos	12		23.582.929,05
Juros e gastos similares suportados	12		-26.044.974,83
Resultados antes de impostos		-2.924.311,50	-12.254.621,05
Transferências Financeiras ao abrigo da Lei n.º 50/2012	29.4.6	2.924.311,50	
Imposto sobre o rendimento do período	27	83.499,21	201.664,65
Resultado líquido do período		83.499,21	-12.052.956,40

Contabilista Certificado n.º 6622
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração
Presidente
Cristina Mafalda Nieto Pimentel
Vogais
Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020		(montantes expressos em euros)	
Rubricas		2021	2020
Vendas e serviços prestados		57 776 980,97	44 336 808,80
Custo das vendas e dos serviços prestados		-56 115 134,22	-48 905 888,17
Resultado bruto		1 661 846,75	-4 569 079,37
Outros rendimentos		3 577 753,36	4 051 683,59
Gastos de distribuição		-1 626 239,16	-1 521 364,20
Gastos administrativos		-5 104 881,57	-4 996 545,41
Outros gastos		-1 439 797,88	-2 760 606,55
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2 931 318,50	-9 795 911,94
Gastos de financiamento (líquidos)		7 007,00	-2 458 709,11
Resultados antes de impostos		-2 924 311,50	-12 254 621,05
Transferências Financeiras ao abrigo da Lei n.º 50/2012		2 924 311,50	
Imposto sobre o rendimento do período		83 499,21	201 664,65
Resultado líquido do período		83 499,21	-12 052 956,40

Contabilista Certificado n.º 6622
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração
Presidente
Cristina Mafalda Nieto Pimentel
Vogais
Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

31 de dezembro de 2020

(montantes expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
Posição no início do período de 2020	1	306 463 440,00	74 907,42	25 727,80	-669 742 965,93	35 732 238,34	11 130 383,68	-3 162 821,26	-319 479 089,95
Alterações no período									
Realização de excedentes de revalorização	29.4				951 027,13	-951 027,13			
Ajustamentos por impostos diferidos					-213 981,10	213 981,10	-718 656,33		-718 656,33
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-3 986 534,04		3 972 368,83	3 162 821,26	3 148 656,05
	2				-3 249 488,01	-737 046,03	3 253 712,50	3 162 821,26	2 429 999,72
Resultado líquido do período	3							-12 052 956,40	-12 052 956,40
Resultado integral	4=2+3							-8 890 135,14	-9 622 956,68
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital		15 617 120,00							15 617 120,00
	5	15 617 120,00							15 617 120,00
Posição no fim do período de 2020	6=1+2+3+5	322 080 560,00	74 907,42	25 727,80	-672 992 453,94	34 995 192,31	14 384 096,18	-12 052 956,40	-313 484 926,63

31 de dezembro de 2021

(montantes expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
Posição no início do período de 2021	6	322 080 560,00	74 907,42	25 727,80	-672 992 453,94	34 995 192,31	14 384 096,18	-12 052 956,40	-313 484 926,63
Alterações no período									
Excedentes de revalorização	29.4				1 398 761,80	-1 398 761,80			
Ajustamentos por impostos diferidos					-98 198,20	98 198,20	-571 708,58		-571 708,58
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-1 777 281,21		2 505 937,54	12 052 956,40	12 781 612,73
	7				-476 717,61	-1 300 563,60	1 934 228,96	12 052 956,40	12 209 904,15
Resultado líquido do período	8							83 499,21	83 499,21
Resultado integral	9=7+8							12 136 455,61	12 293 403,36
Operações com detentores de capital no período									
Redução de capital por cobertura de prejuízos		-232 080 560,00			232 080 560,00				
Distribuições					-2 470 700,00				-2 470 700,00
Entradas para cobertura de perdas					443 001 845,47				443 001 845,47
	10	-232 080 560,00			672 611 705,47				440 531 145,47
Posição no fim do período de 2021	6+7+8+10	90 000 000,00	74 907,42	25 727,80	-857 466,08	33 694 628,71	16 318 325,14	83 499,21	139 339 622,20

O Conselho de Administração
Presidente
Cristina Mafalda Nieto Pimentel
Vogais

Contabilista Certificado n.º 6622
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020	(montantes expressos em euros)	
Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	37 875 472,52	32 933 826,66
Pagamentos a fornecedores	-26 609 933,26	-21 323 464,96
Pagamentos ao pessoal	-26 531 539,46	-25 859 279,30
Caixa gerada pelas operações	-15 266 000,20	-14 248 917,60
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	164 380,32	136 259,98
Outros recebimentos/pagamentos	12 884 212,35	9 292 911,72
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-2 217 407,53	-4 819 745,90
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a :		
Ativos fixos tangíveis	-27 053 538,86	-22 508 514,49
Ativos intangíveis	-150 432,10	-75 080,61
Investimento financeiros	-37 267,35	-150 189,29
Outros ativos	-260 229,46	-74 845,54
	-27 501 467,77	-22 808 629,93
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	160 064,55	85 480,41
Subsídios ao investimento	3 535 044,82	4 932 576,30
Juros e rendimentos similares	357 297,65	196 353,77
Dividendos		2 502,50
	4 052 407,02	5 216 912,98
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-23 449 060,75	-17 591 716,95
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	76 457,16	34 871 805,24
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio		15 617 120,00
Cobertura de prejuízos	19 256 373,14	
	19 332 830,30	50 488 925,24

Período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020	(montantes expressos em euros)	
Pagamentos respeitantes a :		
Financiamentos obtidos	-79 079,11	-93 888,57
Juros e gastos similares	-165,29	-24 026 517,36
Outras operações de financiamento		-1 318 079,44
	-79 244,40	-25 438 485,37
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	19 253 585,90	25 050 439,87
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-6 412 882,38	2 638 977,02
Caixa e seus equivalentes no início do período	21 394 377,81	18 755 400,79
Caixa e seus equivalentes no final do período	5 14 981 495,43	21 394 377,81

Contabilista Certificado n° 6622
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração
Presidente
Cristina Mafalda Nieto Pimentel
Vogais
Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período findo em 31 de dezembro de 2021 (Montantes expressos em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. tem como principal atividade o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto (AMP). Explora o modo autocarro e o modo carro elétrico.

A sua sede localiza-se na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

A 1 de janeiro de 2021, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 151/2019, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 175/2019, e de acordo com ofício da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, foi realizada a intermunicipalização da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A., em que o capital social foi integralmente transmitido do Estado Português para os seis municípios onde a empresa opera: Município do Porto, Município de Vila Nova de Gaia, Município de Matosinhos, Município da Maia, Município de Gondomar e Município de Valongo.

Os efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes inerentes a este processo encontram-se descritos na nota 32.10, bem como ao longo das notas do anexo às demonstrações financeiras sempre que se mostre relevante.

Com a aprovação dos estatutos, em Assembleia Geral de 30 de junho de 2021, a sociedade passou a denominar-se Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M, S.A., abreviadamente STCP, E.I.M., SA, enquadrada pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, que sucede à Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A., que por decreto-lei n.º 202/94 de 23 de julho tinha sido transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que por sua vez tinha sucedido ao

Serviço de Transportes Coletivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950.

As demonstrações financeiras reportam-se ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2021 e estão apresentadas em euros.

As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com as políticas descritas no ponto 4.8..

As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pela pelo Conselho de Administração, na reunião de 07 de Abril de 2022. Contudo, as mesmas serão ainda objeto de aprovação pelo Accionista em Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Conforme mencionado no ponto 15.2 das notas às demonstrações financeiras da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A., as participações financeiras em subsidiárias e associadas, valorizadas pelo método de equivalência patrimonial. A Entidade considera-se dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o previsto na alínea a), n.º 6 do artigo 7º do Decreto-Lei n. 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. NORMATIVO CONTABILÍSTICO ADOTADO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (retificado), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho.

2.2. DERROGAÇÕES AO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO ADOTADO

Não aplicável.

2.3. CONTEÚDOS DAS CONTAS NÃO COMPARÁVEIS

Não aplicável.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF: DIVULGAÇÕES TRANSITÓRIAS

Não aplicável.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas nas demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outras, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, O Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de meios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considera adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

É entendimento da Administração que, apesar do aparecimento da pandemia COVID-19, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras se mantém adequado.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos,

assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 4.24.

4.2. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da participação nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados incluem a parte que lhe corresponde no resultado dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida, na data de aquisição, é reconhecido como goodwill a apresentar separadamente, sendo amortizado nos termos previstos no parágrafo 46 da NCRF 14. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento diferido e é reconhecido em rendimento à medida da sua realização.

Anualmente, é feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existirem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas de imparidade que se demonstre existirem. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando o montante da participação da empresa nos prejuízos acumulados da participante excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, registando nesses casos uma

provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da participante nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento na participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

4.3. CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

As aquisições de subsidiárias e de negócios são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo é determinado como o agregado, na data da aquisição, de:

- Justo valor dos ativos entregues ou a entregar;
- Justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas;
- Justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e
- Custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, a empresa relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

4.4. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupos para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano, a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a empresa está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação detidos para venda não devem ser objeto de depreciação ou amortização.

4.5. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação, à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;

- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação, à data de relato, pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa receber o correspondente montante.

4.6. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

4.7. LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; ou como,
- Locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.8. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são registadas inicialmente às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

O volume de transações da empresa em moeda diferente da moeda funcional (euro) é praticamente inexistente e imaterial.

4.9. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como tal (ativos fixos tangíveis em curso) são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e quando estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido.

Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obti-

dos, antecipadamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica Outras variações no capital próprio – subsídios, sendo posteriormente imputados de forma sistemática para resultados como rendimentos, durante o período de vida útil dos respetivos ativos.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo, que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.11. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

As responsabilidades com o pagamento de complementos de reforma, reconhecidas à data de balanço, representam o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito.

No que diz respeito aos planos de benefícios definidos, o montante da responsabilidade assumida foi determinado anualmente, de acordo com o método da Unidade de Crédito Projetada.

Os custos com responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, na medida em que

os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

4.12. PAGAMENTOS COM BASE EM AÇÕES

Não aplicável.

4.13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

4.14. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra (quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida) e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação que a STCP espera incorrer.

Os terrenos e edifícios são subsequentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o ativo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização deduzido das respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes, à data de 31 de dezembro de 2019 e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os ativos.

As diferenças resultantes das revalorizações são regista-

das no capital próprio na rubrica Excedentes de revalorização de ativos fixos, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica Excedentes de revalorização até ao limite de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização, incluído no capital próprio associado ao ativo, não é reclassificado para resultados.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de revalorização de ativos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método de linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo que seja significativo em relação ao custo total do item é depreciado separadamente. A STCP imputa a quantia inicialmente reconhecida com respeito a um item do ativo fixo tangível às partes significativas deste e deprecia separadamente cada parte. Uma parte significativa de um item do ativo fixo tangível pode ter uma vida útil e um método de depreciação que sejam os mesmos que a vida útil e o método de depreciação de uma outra parte significativa do mesmo item. Essas partes são agrupadas ao determinar-se o gasto de depreciação.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubricas do ativo fixo tangível	(anos de vida útil)				
	até 1988	1989 e 1990	1991 a 2001	2002 a 2011	2012 a 2021
Edifícios e outras construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	5 a 50	5 a 50
Equipamento básico	5 a 56	5 a 12	5 a 12	3 a 20	3 a 32
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12	4 a 12
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 16	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	10	4 a 10	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação, sendo registadas na demonstração dos resultados como Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros ou Gastos e perdas em investimentos não financeiros.

4.15. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra e, subsequentemente, é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base na avaliação anual efetuada por avaliadores especializados e independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos / perdas por aumentos / reduções de justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

4.16. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e se a empresa

puder controlar e medir razoavelmente o seu valor. Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

É reconhecido um ativo intangível gerado internamente, resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projeto, apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;
- Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;
- Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;
- É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do ativo intangível, gerado internamente, consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, despesas com software, despesas de desenvolvimento, cujos critérios para o reconhecimento de um ativo sejam cumpridos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e trespasses comerciais.

Os ativos intangíveis gerados internamente são regista-

dos ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida são amortizados num período máximo de 10 anos.

4.17. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS EXCLUINDO GOODWILL

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre o justo valor deduzido de custos para vender, e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são atualizados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa, relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, na rubrica de Perdas por imparidade, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

4.18. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

4.19. PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado. É provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos, que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a STCP desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, inicia a implementação do mesmo e anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de haver uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.20. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- ao custo ou custo amortizado; ou
- ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

São mensurados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características simultaneamente:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

São ainda classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando

executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro, na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são classificados na categoria ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas Perdas por reduções de justo valor e Ganhos por aumentos de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros:

- Os ativos financeiros classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.
- Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.
- As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.

- Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade em instrumentos de capital próprio.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

- A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.
- A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos:

- Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente, de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.
- A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.
- No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

4.21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

A STCP utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos derivados utilizados pela empresa dizem respeito a SWAP de taxa de juro para cobertura do risco de variação de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são substancialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. No entanto, não se encontram cumpridos os requisitos necessários para a qualificação da contabilização de cobertura.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro, na rubrica “Outros instrumentos financeiros – Derivados”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro, na rubrica “Outros instrumentos financeiros – Derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação nesse limite de prazo.

No início da operação da cobertura, a empresa documenta:

- a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto;
- os seus objetivos e estratégia de gestão do risco; e
- a avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como instrumento de cobertura

no âmbito de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de uma transação futura de elevada probabilidade, e risco de investimento líquido numa operação estrangeira, são registadas no capital próprio, na rubrica “Outras reservas”. Tais ganhos ou perdas registadas em Outras reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afetar resultados, sendo apresentados na linha afetada pelo item coberto.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando o instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado em Outras reservas apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afetar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transação futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado em Outras reservas é de imediato reclassificado para resultados.

4.22. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

4.23. AGRICULTURA

Não aplicável.

4.24. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva, na demonstração dos resultados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

- **Vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis:** A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são avaliados no final de cada exercício económico e definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos questão. Em concreto, a STCP tem ajustado a estimativa da vida útil dos veículos automóveis de serviço público, pesado para passageiros de acordo as alterações que vão ocorrendo nas políticas de gestão definidas para estes ativos, nomeadamente programa de manutenção preventiva da frota, características técnicas dos ativos adquiridos, números de anos que se espera poder usar os ativos em condições de segurança e previsão de renovação da frota
- **Análises de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis:** Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise anual de imparidade sendo reconhecidas as perdas decorrentes da mesma. Em 2021 e 2020, não foram identificados ativos com indícios de imparidade.
- **Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente inventários e contas a receber:** As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Perdas por imparidade em dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade

diminuam ou desapareçam. O risco de crédito sobre os saldos das contas a receber é avaliado à data de fecho, tendo em conta o conhecimento do cliente e o seu perfil de risco. Os saldos de clientes e outras contas a receber são analisados de acordo com a mora e as dificuldades detetadas nas diligências efetuadas pela Empresa para o seu recebimento. No que respeita às perdas por imparidade de inventários, e de acordo com a metodologia vigente, o valor realizável líquido dos inventários é determinado de acordo com a metodologia dos excessos em armazém para a generalidade dos artigos e para os casos particulares, como os títulos de transporte, fardamento e materiais da via e rede mais relevantes, de acordo com o valor recuperável com o seu abate.

- **Provisões:** A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento e/ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(i) Processos Judiciais em Curso: de acordo com informação de risco obtida por parte dos Advogados e do Departamento Jurídico interno. De referir que, tendo por base o DL 151/2019, em 01 de janeiro de 2021 a STCP decidiu reconhecer o ativo pelo reembolso esperado dos encargos que se espera vir a suportar no futuro com os processos judiciais em curso a 31 de janeiro de 2020. O reconhecimento do ativo pressupõe que a STCP considera que é certo que o Estado reembolsará as responsabilidades com provisões que se encontram escrituradas nas suas contas;

(ii) Outros riscos e encargos:

- Riscos e Encargos com Sinistros com limite da franquia: de acordo com informação dos corretores de seguros, quando possível. Alternativamente, desde 2019 que a STCP considera o valor histórico dos valores pagos nos últimos 6 exercícios anteriores;
- Outros riscos e encargos diversos: provisão de acordo com informação obtida por parte do Departamento Jurídico e de Recursos Humanos;

- Provisão para acidentes de trabalho e doenças profissionais ocorridos até fevereiro de 1998: apurados pelo Departamento de Recursos Humanos, tendo por base Portaria n.º 11/2000, de 13 de Janeiro.

- **Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões:** A 31 de dezembro de 2021 a STCP possui um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez mas apenas para os trabalhadores que foram admitidos após 1 de janeiro de 2021. Nesta data não foi possível proceder à valorização destas responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez. É nossa opinião que de acordo com o histórico das responsabilidades com o fundo de pensões para trabalhadores no ativo os impactos contabilísticos da determinação para 2021 desta responsabilidade não seriam materialmente relevantes ou até podem ser nulos.

- **Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados:** Conforme o exposto no ponto 29.1.1 e 29.1.3., e apesar de a STCP se manter como outorgante deste contrato, a 1 de janeiro de 2021 e no âmbito da intermunicipalização, a STCP procedeu ao desreconhecimento desta operação. No ano de 2021, os fluxos de caixa desta operação foram assegurados pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nas respetivas datas de vencimento.

- **Apuramento do justo valor das propriedades de investimentos e dos terrenos e edifícios incluídos nos ativos fixos tangíveis:** Para os Ativos Fixos Tangíveis é efetuada uma solicitação de avaliação periódica (na maioria das vezes de 3/3 anos) ou sempre que existam indícios de imparidade. Para as Propriedades de Investimento a solicitação de avaliação é anual. Para o efeito é efetuada uma consulta ao mercado (apenas para avaliadores registados na CMVM), sendo que a adjudicação é efetuada para com base no melhor preço, após aprovação do Conselho de Administração.

4.25. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”)

são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5. FLUXOS DE CAIXA

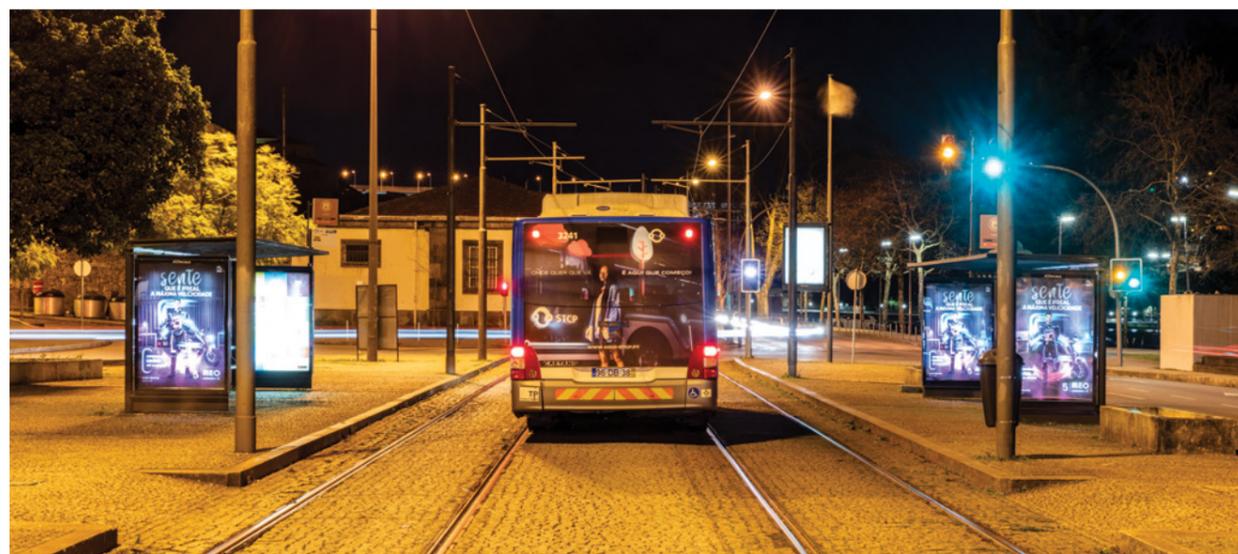
Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui para além de numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, os descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Todas as rubricas de disponibilidades encontram-se disponíveis para uso.

Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Numerário	112.679,90	81.884,22
Depósitos bancários	14.868.815,53	21.312.493,59
Caixa e equivalentes de caixa no Balanço / Demonstração de Fluxos de Caixa	14.981.495,43	21.394.377,81

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício de 2021 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, estimativas ou correção de erros materiais de períodos anteriores.



7. PARTES RELACIONADAS

Participações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Designação Social	Sede	% Part.	Atividade
Subsidiárias			
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.	Porto	100%	Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros.
Associadas			
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,3%	Gestão de bilhética de transportes.
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Oeiras	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.
Outras participadas			
Metro do Porto, S.A.	Porto	15%	Transporte urbano e local de passageiros por metropolitano.
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA	Porto	8,33%	Desenvolvimento de projetos de I&D na área dos transportes, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes.

Em 2021, no âmbito da nova estrutura de acionistas, mais concretamente do acionista maioritário Município do Porto, a STCP passou também a ser uma outra entidade relacionada com as seguintes empresas:

- Empresa Municipal de Gestão e Obras do Porto – GO Porto, E. M.
- CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.
- Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E. M.
- CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E. M.
- Porto Vivo, SRU – Sociedade Reabilitação Urbana Baixa Portuense, S. A.

- Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E. M.
- Mercado Abastecedor do Porto, SA
- ADEPORTO – Agência de Energia do Porto
- Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Porto D'Ouro
- Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Porto Novo
- Associação Porto Digital

As remunerações do pessoal-chave de gestão da empresa, nos exercícios findos em 2021 e 2020, encontram-se descritos no capítulo VII do Relatório do Governo Societário.

No decurso dos exercícios findos em 2021 e 2020, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Ano de 2021					
Descrição das transações	Accionistas	Subsidiárias	Associadas	Outras partes relacionadas	Total
Serviços obtidos	3.424,69		1.297.973,08	139.468,94	1.440.866,71
Serviços prestados/ Compensações financeiras	11.881.124,68		23.734.540,26	28.390,97	35.644.055,91
Ano de 2020					
Descrição das transações	Accionistas	Subsidiárias	Associadas	Outras partes relacionadas	Total
Serviços obtidos			1.300.690,93	108.304,88	1.408.995,81
Serviços prestados/ Compensações financeiras			21.111.881,74	21.079,23	21.132.960,97

SalDOS com partes relacionadas em 2021 e 2020:

Ano de 2021						
SalDOS	Accionistas	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber correntes	3.917.896,38	215,00	1.218.320,18		7.867,62	5.144.299,18
Contas a pagar correntes	479,05		217.146,91		7.431,75	225.057,71
Ano de 2020						
SalDOS	Accionistas	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber correntes			167.100,88		1.442,71	168.543,59
Contas a pagar correntes			42.534,28		5.418,31	47.952,59

Os salDOS das contas a pagar e a receber, bem como o montante das transações, excluem as contas de acréscimos e diferimentos.

A 31 de dezembro de 2021, os valores mais relevantes com entidades relacionadas em contas de acréscimos e diferimentos são os seguintes:

a) Com os acionistas: Valores a debitar/faturar em 2022:

- 6.410 mil euros relativo ao diferencial entre valor final e estimado da comparticipação financeira por obrigações de serviço público relativas ao ano de 2021;
- - 670 mil euros relativo a comparticipação financeira por obrigações de serviço público relativas ao ano de 2020 que aguardava assinatura do aditamento ao 3º aditamento do Contrato de serviço público;
- 2.924 mil euros relativo à transferência para o equilíbrio financeiro dos resultados antes de impostos do ano de 2021;

b) Com Associadas: 796 mil euros a faturar em 2022 relativo a receita intermodal do mês de dezembro de 2021;

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro em 2021 e 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programa de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor líquido a 01.01.2021		59.023,42			51.013,20	110.036,62
Ativo bruto						
Saldo a 01.01.2021	88.749,10	5.380.540,62	98.439,49	1.106.517,00	51.013,20	6.725.259,41
Movimentos de 2021						
Adições		83.887,02			65.787,63	149.674,65
Regularizações e transferências		13.699,20			-13.699,20	
Saldo a 31.12.2021	88.749,10	5.478.126,84	98.439,49	1.106.517,00	103.101,63	6.874.934,06
Amortizações acumuladas						
Saldo a 01.01.2021	-88.749,10	-5.321.517,20	-98.439,49	-1.106.517,00		-6.615.222,79
Movimentos de 2021						
Gastos de amortização		-43.456,62				-43.456,62
Saldo a 31.12.2021	-88.749,10	-5.364.973,82	-98.439,49	-1.106.517,00		-6.658.679,41
Valor líquido a 31.12.2021		113.153,02			103.101,63	216.254,65

Ativos intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programa de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor líquido a 01.01.2020		80 017,65			1 392,50	81 410,15
Ativo bruto						
Saldo a 01.01.2020	88.749,10	5.366.182,54	98.439,49	1.106.517,00	1.392,50	6.661.280,63
Movimentos de 2020						
Adições		12.965,58			51.013,20	63.978,78
Regularizações e transferências		1.392,50			-1.392,50	
Saldo a 31.12.2020	88.749,10	5.380.540,62	98.439,49	1.106.517,00	51.013,20	6.725.259,41
Amortizações acumuladas						
Saldo a 01.01.2020	-88.749,10	-5.286.164,89	-98.439,49	-1.106.517,00		-6.579.870,48
Movimentos de 2020						
Gastos de amortização		-35.352,31				-35.352,31
Saldo a 31.12.2020	-88.749,10	-5.321.517,20	-98.439,49	-1.106.517,00		-6.615.222,79
Valor líquido a 31.12.2020		59.023,42			51.013,20	110.036,62

A empresa não procede à capitalização das despesas de investigação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas quando cumprem os critérios de reconhecimento definidos nas NCRF.

Após análise dos ativos intangíveis foi determinado que não existem bens com vida útil indefinida. As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Rubricas do ativo fixo intangível	Anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	2 a 8
Propriedade industrial	3 a 7
Outros ativos intangíveis	5

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2021 e de 2020, nos ativos intangíveis em curso:

	Saldo 01.01.2021	Aquisições	Regularizações e Transferências	Abates / Alienações	Saldo 31.12.2021
Projetos de desenvolvimento	18.178,00	65.235,63			83.413,63
Programas de computador	32.835,20	552,00	-13.699,20		19.688,00
	51.013,20	65.787,63	-13.699,20		103.101,63

	Saldo 01.01.2020	Aquisições	Regularizações e Transferências	Abates / Alienações	Saldo 31.12.2020
Projetos de desenvolvimento		18.178,00			18.178,00
Programas de computador	1.392,50	32.835,20	-1.392,50		32.835,20
	1.392,50	51.013,20	-1.392,50		51.013,20

Não existem ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida ou que tenham sido dados como garantia de passivos. À data de 31 de dezembro de 2021, os compromissos contratuais assumidos para a aquisição de ativos intangíveis são no montante de cerca de 45 mil euros.

9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro em 2021 e 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
Valor líquido a 01.01.2021	29.982.120,00	10.867.237,17	51.440.247,92	106.691,49	425.977,92	1.092.561,72	712.040,39		94.626.876,61
Ativo bruto									
Saldo a 01.01.2021	30.205.790,19	46.061.603,04	111.714.529,70	1.009.702,85	4.692.837,65	1.859.999,19	712.040,39		196.256.503,01
Movimentos de 2021									
Adições			21.786.857,95	12.150,00	89.456,53		886.695,74	496.598,24	23.271.758,46
Abates / vendas		-5.165,25	-3.117.253,73	-295.911,91	-22.920,67				-3.441.251,56
Regularizações e transferências			184.965,81				-184.965,81		
Saldo a 31.12.2021	30.205.790,19	46.056.437,79	130.569.099,73	725.940,94	4.759.373,51	1.859.999,19	1.413.770,32	496.598,24	216.087.009,91
Depreciações acumuladas									
Saldo a 01.01.2021		-35.193.885,15	-60.274.281,78	-903.011,36	-4.266.859,73	-767.437,47			-101.405.475,49
Movimentos de 2021									
Gastos de depreciação		-797.524,43	-5.836.824,57	-23.161,87	-151.298,85	-2.229,81			-6.811.039,53
Abates/vendas		1.829,36	3.116.902,51	295.911,91	22.039,38				3.436.683,16
Saldo a 31.12.2021		-35.989.580,22	-62.994.203,84	-630.261,32	-4.396.119,20	-769.667,28			-104.779.831,86
Perdas por imparidade acumuladas									
Saldo a 01.01.2021	-223.670,19	-480,72							-224.150,91
Reversão de perdas por imparidade									
Saldo a 31.12.2021	-223.670,19	-480,72							-224.150,91
Valor líquido a 31.12.2021	29.982.120,00	10.066.376,85	67.574.895,89	95.679,62	363.254,31	1.090.331,91	1.413.770,32	496.598,24	111.083.027,14

A coluna das adições dos ativos fixos em curso de 2021 inclui 4.685,89 de trabalhos para a própria entidade.

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
Valor líquido a 01.01.2020	29.982.120,00	12.192.319,07	36.265.064,15	29.263,24	402.776,57	1.094.994,21	2.705.060,14		82.671.597,38
Ativo bruto									
Saldo a 01.01.2020	30.205.790,19	46.055.399,05	97.190.733,68	962.902,50	4.558.672,12	1.859.999,19	2.705.060,14		183.538.556,87
Movimentos de 2020									
Adições		6.203,99	17.282.549,64	86.800,35	126.755,29		422.737,85		17.925.047,12
Abates / vendas			-5.135.965,19	-40.000,00	-31.135,79				-5.207.100,98
Regularizações e transferências			2.377.211,57		38.546,03		-2.415.757,60		
Saldo a 31.12.2020	30.205.790,19	46.061.603,04	111.714.529,70	1.009.702,85	4.692.837,65	1.859.999,19	712.040,39		196.256.503,01
Depreciações acumuladas									
Saldo a 01.01.2020		-33.862.599,26	-60.925.669,53	-933.639,26	-4.155.895,55	-765.004,98			-100.642.808,58
Movimentos de 2020									
Gastos de depreciação		-1.331.285,89	-4.483.803,91	-9.372,10	-141.418,91	-2.432,49			-5.968.313,30
Abates/vendas			5.135.191,66	40.000,00	30.454,73				5.205.646,39
Saldo a 31.12.2020		-35.193.885,15	-60.274.281,78	-903.011,36	-4.266.859,73	-767.437,47			-101.405.475,49
Perdas por imparidade acumuladas									
Saldo a 01.01.2020	-223.670,19	-480,72							-224.150,91
Reversão de perdas por imparidade									
Saldo a 31.12.2020	-223.670,19	-480,72							-224.150,91
Valor líquido a 31.12.2020	29.982.120,00	10.867.237,17	51.440.247,92	106.691,49	425.977,92	1.092.561,72	712.040,39		94.626.876,61

A coluna das adições dos ativos fixos em curso de 2020 inclui 398,41 de trabalhos para a própria entidade

A empresa solicitou uma avaliação externa e independente (CPU Consultores-Avaliação imobiliária e certificação energética, Lda.) dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no grande Porto) classificados como ativos fixos tangíveis e procedeu à sua revalorização, com data de referência de 31 de dezembro de 2019.

O trabalho consistiu na determinação do Justo Valor dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 7 e os termos de referência indicados pela empresa.

O “Justo Valor” pode ser definido como “A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado (...), entre entidades conhecedoras e a isso dispostas, numa transação em que nenhum relacionamento exista entre elas”. O Justo Valor é o “Valor de Mercado” determinado por peritos avaliadores qualificados.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho de avaliação teve por base vistorias, isto é, inspeções visuais, realizadas ao exterior de todos os imóveis bem como o relatório da avaliação efetuada em 2015.
- Foi recolhida informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis.
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual.
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.
- As áreas de terreno e de construção foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais são considerados como corretos.

- Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram devidamente legalizados e licenciados, livres de ónus e encargos.
- A valorização das infraestruturas afetas a cada imóvel - pavimentos, redes de abastecimento e distribuição de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de eletricidade, etc. - foi considerada e incluída na valorização de cada imóvel.

Importa realçar que, neste processo de avaliação, não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou atividades a exercer nas instalações, sendo os imóveis avaliados tal como se encontram e com os usos atuais.

No âmbito da avaliação, o Valor de mercado foi calculado através do Método dos Custos, sendo o terreno avaliado pelo Método de Rendimento-Discounted Cash Flow (DCF), pelo critério do valor residual. Nesta valorização foram consideradas duas situações complementares: a área de terreno livre (não ocupada pelas construções existentes) foi valorizada pela sua maior e melhor utilização, de acordo com o PDM em vigor, sendo o valor atribuído à área em causa; a área de terreno ocupada pelas construções atuais foi valorizada com base na sua ocupação efetiva, sendo utilizada a mesma metodologia. Esta metodologia foi utilizada para três dos imóveis operacionais, com terrenos livres afetos.

Para o imóvel Escritórios na Torre das Antas, o valor de mercado foi calculado através do Método do Rendimento-Capitalização Direta e pelo Método de Comparação de Mercado, uma vez que existe comparação direta no mercado tanto de venda como de arrendamento.

Caso os “terrenos e recursos naturais” e “edifícios e outras construções” tivessem sido reconhecidos de acordo com o modelo do custo, a quantia escriturada seria, respetivamente, de:

Rubrica	2021	2020
Terrenos e recursos naturais	2.174.730,74	2.174.730,74
Edifícios e outras construções	4.812.578,47	5.160.029,59
	6.987.309,21	7.334.760,33

Não se procedeu à divulgação de ativos fixos dados como garantias de passivos, dado não existirem situações que se enquadrem neste âmbito.

De acordo com o art.º 6º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, e a partir de 1 de janeiro de 2021, “ os imóveis que são propriedade da STCP em 31 de dezembro de 2020, mantêm-se na sua titularidade, no âmbito e para os efeitos do contrato de concessão de serviço público, enquanto estejam afetos, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento das atividades concedidas à STCP, sem prejuízo da possibilidade da sua valorização e aproveitamento das partes indissociáveis que estejam transitoriamente desocupadas através da permissão do seu uso, a título oneroso, por terceiros”. “Cessando as destinações referidas no número anterior, os imóveis em causa consideram-se transmitidos para o Estado”.

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2021 e de 2020, nos ativos tangíveis em curso:

	Saldo 01.01.2021	Aquisições (*)	Regularizações e Transferências	Abates / Alienações	Saldo 31.12.2021
Edifícios e outras construções	201.952,99	313.586,94			515.539,93
Equipamento básico	510.087,40	573.108,80	-184.965,81		898.230,39
Equipamento administrativo					
	712.040,39	886.695,74	-184.965,81		1.413.770,32

	Saldo 01.01.2020	Aquisições (*)	Regularizações e Transferências	Abates / Alienações	Saldo 31.12.2020
Edifícios e outras construções	176.039,75	25.913,24			201.952,99
Equipamento básico	2.493.002,82	396.824,61	-2.379.740,03		510.087,40
Equipamento administrativo	36.017,57		-36.017,57		
	2.705.060,14	422.737,85	-2.415.757,60		712.040,39

(*)A coluna das aquisições, em 2021, inclui 4.685,89 euros de trabalhos para a própria entidade, sendo que em 2020, inclui 398,41 euros.

No exercício em 2021 foram efetuados 496.598,24 euros de adiantamentos para ativos fixos tangíveis.

À data de 31 de dezembro de 2021, os compromissos contratuais assumidos para a aquisição de ativos fixos tangíveis são no montante de cerca de 2.808 mil euros.

10. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

A empresa não possui ativos nestas condições.

11. LOCAÇÕES

11.1. LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCATÁRIOS

Nos exercícios em 2020 a empresa pagou rendas de locação financeira no montante de 1.321.814,52 euros (inclui 3.735,08 euros de juros), tendo terminado todos os contratos e locação financeira.

Anos	2021	2020
2021		104.067,20
2022	156.459,67	48.387,26
2023	94.436,60	7.812,57
2024	78.037,79	
2025	25.682,98	
Total	354.616,04	160.267,03

Em 2021 não foram celebrados novos contratos de locação financeira.

11.2. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Nos exercícios em 2021 e 2020, foram reconhecidos gastos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 145.357,64 euros e 76.397,85 euros, respetivamente.

As rendas de contratos de locação operacional (inclui a componente de outros serviços e IVA, quando não dedutível), a 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentam os seguintes vencimentos:

12. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efetiva dos mesmos.

Juros e gastos similares suportados e reconhecidos, nos exercícios de 2020:

	2020
Juros de financiamentos obtidos	1.934.713,62
Juros instituições crédito e instituições financeiras	3.036,64
Juros de financiamentos de participação no capital	1.931.676,98
Juros de outros instrumentos financeiros	23.901.054,73
Outros gastos e perdas de financiamento - relativos a financiamentos obtidos	209.206,48
Despesas e descontos c/ emissão de financiamentos	4.260,58
Taxa de aval	203.333,34
Comissões e outros encargos	1.612,56
Juros e gastos similares suportados	26.044.974,83

Juros e rendimentos similares obtidos, reconhecidos nos exercícios de 2020:

	2020
Ganhos por aumentos de justo valor - em instrumentos financeiros	23.582.929,05
Juros e rendimentos similares obtidos	23.582.929,05

A empresa não procedeu à capitalização no custo de ativos de encargos financeiros por não ter ativos qualificáveis para tal.

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

De acordo com o art.º 6º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, e a partir de 1 de janeiro de 2021, " os imóveis que são propriedade da STCP em 31 de dezembro de 2019, mantêm-se na sua titularidade, no âmbito e para os efeitos do contrato de concessão de serviço público, enquanto estejam afetos, direta ou indireta-

mente, ao desenvolvimento das atividades concedidas à STCP, sem prejuízo da possibilidade da sua valorização e aproveitamento das partes indissociáveis que estejam transitoriamente desocupadas através da permissão do seu uso, a título oneroso, por terceiros". "Cessando as destinações referidas no número anterior, os imóveis em causa consideram-se transmitidos para o Estado".

Dos sete imóveis catalogados como propriedades de investimento, dois encontram-se identificados no anexo I, a que se refere o n.º 3 do art.º 6º do referido diploma, pelo que segundo esta disposição legal consideram-se transmitidos para o Estado a 1 de janeiro de 2021.

Para além destes dois imóveis, foram identificados mais dois imóveis que a 1 de janeiro de 2021 também cumpriam as condições para entrega ao Estado – Terreno da Rua do Loureiro e Edifício da Casa das Glicínias, pelo que também estes dois imóveis foram desreconhecidos no final de 2021, conforme deliberação do Conselho de Administração.

À data de 31.12.2021, ficaram na posse da empresa três imóveis catalogados com propriedades de investimento que mantêm contratos de arrendamento em curso.

A empresa procedeu a 31 de dezembro de 2021 à aplicação do justo valor nas propriedades de investimento, a avaliação anterior foi realizada a 31 de dezembro de 2020, tendo sido determinado através de uma avaliação efetuada por entidades externas e especializadas, independentes e com qualificação profissional reconhecida (UON CONSULTING, S.A., perito avaliador inscrito na CMVM com o n.º PAI/2003/0023).

O trabalho consistiu na determinação do Justo Valor dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 11 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação foi de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respetivamente para o ano de 2021 e ano de 2020.

O justo valor é definido na NCRF 11, parágrafo 37, como "o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas".

O Justo Valor a determinar para efeitos de reporte contabilístico, tal como definido no SNC, poderá ser equiparado ao "Valor de Mercado".

Na avaliação efetuada em 2020 e 2021, o principal objetivo foi determinar o justo valor dos ativos em avaliação, sendo o Justo valor definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração (IAS) e o Valor de Mercado, a estimativa do montante mais provável pelo qual, à data da avaliação, um ativo, após um período adequado de comercialização, poderá ser transacionado entre um vendedor e um comprador decididos, em que ambas as partes atuaram de forma esclarecida e prudente, e sem coação (IVS).

Na avaliação de imóveis correntes, integrados nos sectores de habitação/comércio/serviços, cuja caracterização em termos legais, de localização, estado de conservação, ocupação e uso, permita a sua inclusão num conceito de mercado imobiliário ativo, suportado na existência de dados de mercado em quantidade, que permitam a constituição de amostras com um número suficiente de dados, quer na vertente da "oferta", quer da "procura", recomenda-se o recurso à utilização do conceito de "valor de mercado" e ao "método comparativo de mercado" dando-se preferência ao Método Comparativo de Mercado para o efeito.

Para além do Método Comparativo de Mercado, são aceitáveis outras metodologias avaliatórias, de natureza técnico/científica, desde que os seus pressupostos estejam devidamente explicitados e testados, nomeadamente: Método do Valor Residual (ou "Método Involutivo") Método do Custo de Reposição (ou "Método Evolutivo") Método do Rendimento ("Capitalização Directa") Método do Rendimento ("Discounted Cash Flow").

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor em 2020 e 2021 foram os seguintes:

- O trabalho de avaliação teve por base vistorias, isto é, inspeções visuais, realizadas ao exterior de todos os imóveis;
- Para a totalidade dos imóveis foi recolhida informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis;
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual;
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes;
- As áreas de terreno e de construção foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa;
- Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram devidamente legalizados e licenciados, livres de ónus e encargos, para além dos constantes nos contratos de arrendamento em vigor.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro em 2021 e 2020, os movimentos ocorridos na rubrica das propriedades de investimento, foram os seguintes:

Propriedades investimento	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Saldo a 01.01.2021	13.346.544,00	1.423.456,00	14.770.000,00
Entrega dos imóveis ao Accionista (*)	-2.037.344,00	-433.356,00	-2.470.700,00
Variação JV por contrapartida de resultados	-39.100,00	-36.600,00	-75.700,00
Saldo a 31.12.2021	11.270.100,00	953.500,00	12.223.600,00

(*)Desreconhecimento de quatro imóveis que foram já entregues ao accionista Estado no âmbito da cobertura de prejuízos efetuada a 01.01.2021, com a entrada em vigor do DL 151/2019 (ver nota 32.10).

Propriedades investimento	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Saldo a 01.01.2020	13.733.200,00	1.462.100,00	15.195.300,00
Variação JV por contrapartida de resultados	-386.656,00	-38.644,00	-425.300,00
Saldo a 31.12.2020	13.346.544,00	1.423.456,00	14.770.000,00

A empresa não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação e manutenção de propriedades de investimento.

No decurso do exercício em 2021 e 2020, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

Propriedades investimento	2021		2020	
	Arrendados	Para valorização	Arrendados	Para valorização
Rendimentos				
Rendimentos de Rendas	446.582,04		446.574,96	
Outros Rendimentos				
Gastos				
Gastos Diretos	-47.069,40	-9.786,29	-43.311,46	-32.353,10
Resultado	399.512,64	-9.786,29	403.263,50	-32.353,10

14. IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise de imparidade sendo reconhecidas as perdas decorrentes da mesma.

Em 2021 e 2020, não ocorreram movimentos nas perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis.

O detalhe das perdas por imparidade acumuladas de ativos fixos tangíveis, à data de 31 de dezembro em 2021 e 2020, encontra-se na nota 9.

Ano de 2021	Ativo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	46.725,33	5.812,22	40.913,11		-918,75	100%
Empresas associadas						
TIP, ACE	20.558.252,00	16.021.425,44	4.536.826,56	4.808.900,17	-21.108,34	33,33%
Transpublicidade, S.A.	1.524.813,55	634.059,40	890.754,15	966.878,15	5.038,42	20%

Ano de 2020	Ativo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	47.429,08	5.597,22	41.831,06		-120,00	100%
Empresas associadas						
TIP, ACE	18.207.140,80	13.544.237,22	4.662.903,58	4.407.429,32	-193.485,72	33,33%
Transpublicidade, S.A.	1.446.417,22	560.701,49	885.715,73	933.207,47	-17.050,65	20%

15. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUBSIDIÁRIAS

15.1. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Não aplicável.

15.2. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUBSIDIÁRIAS

Participações financeiras em subsidiárias e associadas, valorizadas pelo método de equivalência patrimonial, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Foram usadas as demonstrações financeiras das associadas e subsidiárias, à data de 31 de dezembro de cada exercício, ainda que provisórias.

A aplicação do método de equivalência patrimonial na subsidiária STCP Serviços está suspensa desde 2008, em virtude de a proporção da STCP nos resultados negativos da participada ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento.

Movimentos nas demonstrações financeiras da STCP relativos às participações financeiras em subsidiárias e associadas nos exercícios de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Participações financeiras		
Saldo inicial	1.717.368,29	1.844.721,69
Regularizações – método da equivalência patrimonial (*)	-26.941,95	-127.353,40
Outras variações		
Saldo final	1.690.426,34	1.717.368,29
Perdas por imparidade		
Ativos líquidos	1.690.426,34	1.717.368,29

(*) No ano de 2021, menos 6.028,43 euros foram contabilizados na rubrica de "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos", menos 34.989,56 euros na rubrica "Ajustamentos/Outras variações de capital próprio" e menos 14.076,04 euros na rubrica de "Resultados transitados".

No ano de 2020, menos 81.981,41 euros foram contabilizados na rubrica de "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos", menos 44.891,74 euros na rubrica "Ajustamentos/Outras variações de capital próprio" e menos 480,25 euros na rubrica de "Resultados transitados".

16. CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Não aplicável.

17. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Vide nota 15.2.

18. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

19. AGRICULTURA

Não aplicável.

20. INVENTÁRIOS

Rubrica de inventários em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021			2020		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, sub. e de consumo	1.571.734,68	-834.722,39	737.012,29	1.489.933,26	-904.085,84	585.847,42

Custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo, nos exercícios de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Inventário Inicial	1.489.933,26	1.376.433,31
Compras	6.486.589,93	1.809.851,59
Regularizações	-69.749,57	58.373,22
Custo das matérias consumidas	-6.335.038,94	-1.754.724,86
Inventário final	1.571.734,68	1.489.933,26

O aumento do custo das matérias consumidas deve-se ao aumento exponencial do preço do combustível GNC, representando o consumo deste combustível 5.702 mil euros, comparativamente com 676 mil euros em 2020.

Nos exercícios de 2021 e de 2020, não ocorreram movimentos na rubrica de Variação dos Produtos e trabalhos em curso.

O GNC só passou a integrar os inventários a partir de julho de 2020.

Evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários, nos exercícios de 2021 e de 2020:

Ano de 2021	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	904.085,84	15.427,94	84.791,39		834.722,39

Ano de 2020	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	912.475,05	25.467,06	33.856,27		904.085,84

21. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

22. RÉDITOS

Detalhe do rédito reconhecido, a 31 de dezembro em 2021 e 2020, todo realizado em território nacional:

	2021	2020
Prestação de Serviços	33.486.318,93	32.115.835,51
Títulos de transporte	26.839.921,56	24.678.401,31
Compensações financeiras tarifárias (*)	6.623.405,87	7.427.996,77
Aluguer de viaturas	25.946,27	10.736,90
Descontos e abatimentos	-2.954,77	-1.299,47
Rendimentos suplementares	845.180,53	735.840,71
Aluguer de equipamento	2.176,00	
Royalties	569,11	569,11
Outros rendimentos suplementares	842.435,42	735.271,60
Serviços de manutenção	113.184,75	69.169,31
Publicidade	186.301,73	202.637,05
Cedências de trabalhadores	120.717,59	118.002,95
Rendas e cedência espaço	328.749,72	240.384,32
Prestação de serviços de assessoria e outros	31.056,72	25.286,72
Venda sucata e outros bens	7.710,03	9.581,66
Vendas e serviços do museu	28.554,12	34.179,40
Outros	26.160,76	36.030,19
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	446.582,04	446.574,96
	34.778.081,50	33.298.251,18

(*) As subvenções públicas estão definidas no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece dois tipos de subvenções: indemnizações compensatórias e outros tipos de subvenção.

As indenizações compensatórias caracterizam-se por pagamentos efetuados com verbas do Orçamento do Estado a entidades públicas e privadas, que se destinam a compensar custos de exploração resultantes de prestação de serviços de interesse geral (art.º 3º do Decreto-Lei n.º 167/2008). O conceito de interesse geral exige, entre outras, obrigações de praticar serviços que tenham uma natureza universal e garantam a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos (art.º 4º).

Por outro lado, o mencionado decreto-lei admite outros tipos de subvenção através de acordos ou contratos com o Estado, mas exclui as subvenções de carácter social concedidas a pessoas singulares. Obriga, contudo, o Estado à publicitação das importâncias concedidas ao abrigo de tais acordos ou contratos realizados com as Entidades.

A STCP celebrou três acordos com o Estado que não contemplam indenizações compensatórias, porquanto não cumprem a definição de indemnização compensatória acima mencionada:

- O acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante, assinado em 29 de junho de 2006;
- O acordo para o tarifário 4_18@escola.tp, celebrado em 29 de janeiro de 2009;
- O acordo para o tarifário sub23@superior.tp, celebrado em 1 de setembro de 2010;

Para além destes três acordos, e por via da Portaria n.º 272/2011 de 23 de setembro, foi criado ainda o título de transporte intermodal “Passe Social+”, destinado a pessoas singulares cujo agregado familiar aufera rendimentos comprovadamente reduzidos.

Esses acordos têm em vista a prestação de serviços por tarifas mais económicas a pessoas singulares com determinadas condicionantes de ordem social. O Estado reembolsa a STCP por parte do desconto de preço praticado nestas tarifas cuja responsabilidade assume.

No dia 1 abril de 2019 foi implementado o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), com a criação de novos passes sociais intermodais, no âmbito do determinado no despacho nº 1234-A/2019, de 4 de fevereiro, dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Mobilidade. O Programa tem como objetivos principais a promoção do uso de transportes pú-

blicos por parte da população, a redução das emissões poluentes, do congestionamento de tráfego, do ruído e, por outro lado, o aumento da eficiência energética e dos níveis de inclusão social, concretizando-se através de mecanismos instrumentais que consistem na redução tarifária e na melhoria da oferta e extensão da rede.

A adesão a este programa pelas empresas de transporte, públicas ou privadas, consiste na disponibilização à população de títulos de transporte na área metropolitana do Porto ao preço de 30 euros (válido para todas as viagens que se realizem em zonas que integrem determinado município ou, em alternativa, em 3 quaisquer zonas contíguas do zonamento Andante), ao preço de 40 euros (passe intermodal válido em toda a Área Metropolitana do Porto) e gratuitos (com validade idêntica ao passe de quarenta euros) destinados a crianças com idade inferior a 13 anos. O programa prevê ainda a manutenção dos tarifários sociais em vigor com a aplicação dos descontos sobre os novos preços.

A Área Metropolitana do Porto (AMP) atribui uma compensação financeira que visa compensar o operador por passageiro transportado, de modo a garantir a manutenção da receita média, por passageiro, que o operador auferia antes da implementação do PART, isto é, destina-se a compensar os efeitos líquidos negativos da prática desta redução tarifária.

Mensalmente, é apurado o valor da compensação financeira a receber tendo por base uma fórmula de cálculo que pretende compensar as empresas pela perda de receita face à substituição do tarifário que vigorava em 31 março de 2019.

A empresa reconhece todas estas participações financeiras, ao abrigo desses contratos com influência tarifária, na rubrica da demonstração de resultados Vendas e Serviços prestados. O tratamento contabilístico adotado teve parecer favorável da Comissão de Normalização Contabilística.

23. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que a empresa poderá vir a suportar por processos pendentes em Tribunal no final de cada exercício e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: conforme os encargos que a STCP deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de dezembro de 2021. Até fevereiro de 1998, a empresa foi auto seguradora relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, a empresa transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquias de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquias.
- Outros riscos e encargos: segundo os encargos que a STCP poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos com a sua frota, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de dezembro de 2021, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data, nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas e outras obrigações legais.

Movimento ocorrido nas provisões, nos anos de 2021 e de 2020:

	2021				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Processos judiciais em curso	10.788.521,64	209.479,30	167.189,09		10.830.811,85
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	395.468,14	42.994,59	28.515,92	47.803,84	362.142,97
Outras Provisões	1.356.043,83	230.437,68	6.309,50	243.232,17	1.336.939,84
	12.540.033,61	482.911,57	202.014,51	291.036,01	12.529.894,66
Aumentos e (reduções) de provisões		238.606,85			

	2020				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Processos judiciais em curso	10.785.177,28	85.619,30	26.894,20	55.380,74	10.788.521,64
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	415.562,08	30.560,56		50.654,50	395.468,14
Outras Provisões	1.413.967,73	367.898,01	202.752,74	223.069,17	1.356.043,83
	12.614.707,09	484.077,87	229.646,94	329.104,41	12.540.033,61
Aumentos e (reduções) de provisões		254.430,93			

A 31 de dezembro de 2020 e 2021, dos processos judiciais que se encontram pendentes, com provisão constituída cujo montante é relevante, é de salientar o processo n.º 1893/06.3 BEPRT, em que é autor Oliveira Fernandes e Ribeiro, Lda. que peticiona que a STCP se abstenha de explorar as carreiras 83 e 84, atuais 905 e 900 e reclama prejuízos.

Em fevereiro de 2022, houve uma sentença favorável à STCP sobre este processo judicial, mas ambas as partes recorreram da sentença. Apesar deste facto, consideramos que a provisão para processos judiciais em curso a 31.12.2021 reflete o risco assumido, tendo em conta os montantes envolvidos, dados históricos e os aspetos relevantes relativos ao desenvolvimento do processo e recurso do mesmo.

Com a entrada em vigor, a 1 de janeiro de 2021, do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, e conforme estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 7º, o Estado assume as obrigações inerentes “ A quaisquer responsabilidades apuradas ou que venham eventualmente a ser apuradas, em termos definitivos, designadamente por sentença judicial ou acórdão arbitral transitados em julgado, incluindo despesas, honorários de advogados e custas, desde que a STCP não tenha deixado de atuar, na direção dos correspondentes processos, como um gestor diligente, criterioso e ordenado, em prol do interesse da empresa, relativamente a factos formados até 31 de dezembro de 2019 ou, caso se trate de responsabilidades relativas a factos que, tendo tido início até essa data, se formaram posteriormente, e, em qualquer dos casos, desde que as mesmas não estejam reveladas no balanço da STCP referente ao ano de 2019.”

Dado que a entrada em vigor do decreto-lei foi adiada de 1 de janeiro de 2020 para 1 de janeiro de 2021, por via do Decreto-Lei n.º 175/2019, de 27 de dezembro, consideramos que as responsabilidades abrangidas pela alínea e) do n.º 1 do art.º 7º se reportam a processos judiciais instaurados até 31 de dezembro de 2020, ou que venham a ser instaurados posteriormente, mas respeitante a factos formados até 31 de dezembro de 2020.

Como todos os processos judiciais em curso a 31 de dezembro de 2021, em que a STCP é ré e cuja estimativa de encargo não é nula, se reportam a factos formados até 31 de dezembro de 2020 (portanto, abrangidos pela alínea e) do n.º 1 do art.º 7º) procedeu-se ao reconhecimento de um ativo não corrente, no montante de 10.830.811,85 euros, correspondente a estimativa do reembolso que se espera receber da Direção-Geral do Tesouro e Finanças em caso de perda da ação judicial, sendo que 10.788.521,64 euros foram contabilizados por contrapartida de resultados transitados porque representam o valor da provisão com processos judiciais da responsabilidade da DGTf a 01.01.2021.

Os gastos relacionados com estas provisões com processos judiciais em curso, enquadrados no âmbito do Decreto-Lei n.º 151/2019, são apresentados na demonstração de resultados líquidos da quantia reconhecida pelo reembolso esperado.

A 31 de dezembro de 2021, a STCP tinha a haver da DGTf 103.336,13 euros relativos a encargos com a liquidação de sentenças de processos judiciais no decurso de 2021.

24. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Movimentos mais relevantes em subsídios nos exercícios de 2021 e de 2020:

Subsídios	2021				
	Montante recebido no ano	Montante por receber no ano	Montante total atribuído	Rébito do período	Rébito acumulado
Subsídios à exploração	13.196.878,73	3.795.418,51	13.631.678,51	24.315.170,66	
Municípios	11.329.051,09	3.695.912,13	11.753.299,85	17.073.648,27	
Área Metropolitana do Porto	1.530.804,72		1.530.804,72	7.081.942,13	
Outras entidades públicas	337.022,92	99.506,38	347.573,94	159.580,26	
Subsídios relacionados com ativos	3.535.044,82	1.337.559,44	27.900.967,99	1.581.365,33	10.323.980,45
Ativos tangíveis	3.513.597,27	1.261.112,46	27.627.494,81	1.547.313,95	10.116.840,92
Edifícios e outras construções			763.251,68	31.434,23	404.003,80
Equipamento básico	3.513.597,27	1.006.801,73	25.942.249,14	1.461.411,33	9.377.205,54
Equipamento administrativo			346.741,86	53.471,74	273.973,00
Outros ativos fixos tangíveis			61.658,58	996,65	61.658,58
Ativos tangíveis em curso		254.310,73	513.593,55		
Propriedades investimento			33.141,16		17.556,95
Edifícios			33.141,16		17.556,95
Ativos intangíveis	21.447,55	76.446,98	240.332,02	34.051,38	189.582,58
Programas de computador	21.447,55	76.446,98	240.332,02	34.051,38	189.582,58
	16.731.923,55	5.132.977,95	41.532.646,50	25.896.535,99	10.323.980,45

Subsídios	2020				
	Montante recebido no ano	Montante por receber no ano	Montante total atribuído	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios à exploração	8.781.257,78	3.328.491,81	9.396.545,42	12.253.281,20	
Municípios	5.543.756,16	3.239.536,45	6.147.273,07	7.453.066,81	
Área Metropolitana do Porto	3.225.713,21		3.225.713,21	4.756.517,92	
Outras entidades públicas	11.788,41	88.955,36	23.559,15	43.696,47	
Subsídios relacionados com ativos	4.932.576,30	750.331,83	23.782.076,86	1.227.214,37	8.746.016,42
Ativos tangíveis	4.932.576,30	722.847,12	23.540.580,53	1.199.828,50	8.572.928,27
Edifícios e outras construções			766.652,98	29.272,99	375.970,87
Equipamento básico	4.932.576,30	684.394,15	22.103.454,53	1.122.778,17	7.915.794,21
Equipamento administrativo		38.452,97	346.741,86	46.690,09	220.501,26
Outros ativos fixos tangíveis			61.658,58	1.087,25	60.661,93
Ativos tangíveis em curso			262.072,58		
Propriedades investimento			33.141,16		17.556,95
Edifícios			33.141,16		17.556,95
Ativos intangíveis		27.484,71	208.355,17	27.385,87	155.531,20
Programas de computador		15.840,39	196.710,85	27.385,87	155.531,20
Ativos intangíveis em curso		11.644,32	11.644,32		
	13.713.834,08	4.078.823,64	33.178.622,28	13.480.495,57	8.746.016,42

Os valores indicados nos quadros acima não incluem IVA.

Nos Subsídios à exploração, a coluna do montante total atribuído refere-se aos montantes atribuídos no ano enquanto que para os Subsídios ao investimento, refere-se ao montante atribuído acumulado dos bens que ainda se encontram no ativo fixo tangível e intangível.

a) Compensações financeiras dos Municípios

A STCP celebrou, em 8 de agosto de 2014, um Contrato de Serviço Público com o Estado Português, que tem por objeto a prestação do serviço público de transporte de passageiros por autocarro, na Área Metropolitana do Porto, nos termos nele definidos, a vigorar até 31 de dezembro de 2024. Em 10 de dezembro de 2014, foi efetuado o primeiro aditamento ao referido contrato.

Em 25 de junho de 2016, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre o Novo Modelo de Gestão da STCP, S.A., entre o Estado Português, a STCP, S.A., a Área Metropolitana do Porto e os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia. O memorando prevê que o Estado proceda à descentralização, em benefício daqueles municípios, das suas competências de autoridade de transporte, mantendo-se como acionista da empresa e passando a gestão para as autarquias, entidades fundamentais para a gestão de serviços públicos numa lógica de proximidade.

Conforme definido no decreto-lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, foi determinada a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP, e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP.

Em 2 de janeiro de 2017 foi assinado o Contrato Interadministrativo de Constituição da “Unidade Técnica de Serviço” e de Delegação de Competências entre a AMP e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo, no qual se estabelece os termos em que a AMP exerce as competências de autoridade de transporte respeitantes ao Serviço Público de transportes de passageiros explorados pela STCP na área geográfica daqueles municípios, a criação de uma Unidade Técnica de apoio à gestão e as regras de repartição, entre os Municípios outorgantes, dos encargos associados ao pagamento das compensações financeiras devidas por obrigações de serviço público.

A 28 de julho de 2017 foi assinado um segundo aditamento ao Contrato de Serviço Público entre o Estado Português, a Área Metropolitana do Porto e a STCP, conforme determinado no Artigo 4º do decreto-lei n.º 82/2016, de 28 de novembro.

O Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, determina que os municípios e a STCP procedam à modificação do contrato de serviço público em vigor, o que foi efetuado, resultando no 3º aditamento ao contrato de serviço público que entrou em vigor a 27 de dezembro de 2020, uma vez que a sua entrada em vigor estava condicionada aos vistos prévios da Autoridade Metropolitana dos Transportes e do Tribunal de Contas. Atendendo ao previsto no Decreto-Lei n.º 175/2019, o novo contrato de serviço público opera efeitos 30 dias após a obtenção do visto do Tribunal de Contas, o que aconteceu a 27 de novembro de 2020, tendo o Tribunal de Contas concluído que a operação de municipalização em causa não estava sujeita a visto. Desta forma, o 3º aditamento ao contrato de serviço público entrou em vigor em 27 de dezembro de 2020.

Este aditamento procede a alteração na fórmula de cálculo das compensações financeiras, montantes estimados das compensações financeiras, bem como, alteração nos prazos de pagamento.

b) Compensações financeiras da AMP

O Despacho n.º 8459/2020, de 2 de setembro veio determinar a transferência de verbas, a título extraordinário, do Fundo Ambiental para as áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais prevista na Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho destinada a fazer face à necessidade de reposição e reforço da oferta de transportes públicos necessária para responder ao gradual aumento da procura e da retoma da atividade económica.

Neste âmbito, em novembro de 2020, a Área Metropolitana do Porto procedeu à atribuição de uma compensação financeira por obrigações de serviço público no montante de 5.041.909 euros (valores com Iva incluído à taxa reduzida), pagos em duas tranches, tendo a primeira tranche ocorrido em 23 de dezembro de 2020 e a segunda em 25 de fevereiro de 2021.

Este valor foi apurado de acordo com os níveis de oferta da STCP disponibilizada nos meses de junho a dezembro de 2020 e a estimativa da perda de receita tarifária da STCP decorrente da diminuição na procura devido ao estado de pandemia e às medidas restritivas à circulação impostas.

Em 2021, dada a incerteza sobre a evolução futura da situação epidemiológica, bem como do prolongamento no tempo dos seus efeitos sobre a sustentabilidade

do transporte público, o n.º 4 do Despacho n.º 3515-A/2021 previu o acesso ao reforço das verbas atribuídas pelo Fundo Ambiental, previstas no n.º 3 do artigo 305.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (OE 2021), destinadas ao reforço extraordinário dos níveis de oferta nos sistemas de transporte público abrangidos pelo PART.

As verbas atribuídas para o ano de 2021, ao abrigo deste quadro legal são as seguintes:

- No âmbito do Despacho n.º 11653-A/2021, de 24 de novembro, a AMP atribuiu o valor de 6.127.800 euros (com IVA incluído a 6%) para o período de janeiro a junho de 2021, tendo o pagamento ocorrido em 9 de março de 2022.
- No âmbito do Despacho n.º 1147-A/2022, de 27 de janeiro, a AMP atribuiu o valor de 1.379.058,65 euros (com IVA incluído a 6%) para o período de julho a setembro de 2021, sendo que se aguarda indicação de faturação/pagamento.

Relativamente às verbas para o 4.º trimestre de 2021, aguardamos indicação da AMP das verbas atribuídas, pelo que consideramos que a melhor estimativa seria a consideração de um rédito nulo para este período de 2021.

25. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Em 2021 e 2020 não ocorreram movimentos relevantes em moeda estrangeira.

26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Ver capítulo 8 sobre Factos Subsequentes do Relatório de Gestão.

27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa está sujeita ao regime geral de IRC. Dada a sua histórica situação deficitária, até ao presente exercício contabilístico, não existiam registos de ocorrência de lucros.

A 31 de dezembro de 2021, os prejuízos fiscais ascendiam a 79.515.157,61 euros, conforme detalhe abaixo:

Anos	Prejuízos fiscais
2014	9.563.588,84
2015	15.624.481,05
2016	15.458.446,80
2017	16.642.181,82
2018	7.790.816,06
2019	4.068.542,30
2020	10.367.100,74
	79.515.157,61

Dado que a 1 de janeiro de 2021 houve alteração de mais de 50% da titularidade do capital social a STCP solicitou à Autoridade Tributária, ao abrigo do n.º 12 do art. 52.º do CIRC, autorização para reporte dos prejuízos fiscais tributáveis apurados até 31 de dezembro de 2020 nos prazos previstos no n.º 1 do art. 52.º do CIRC. Até à data ainda não recebemos autorização da Autoridade Tributária.

Até ao exercício de 2018, a STCP nunca procedeu ao reconhecimento de quaisquer ativos ou passivos por impostos diferidos, por considerar que não existiam expectativas de que viesse a obter lucros tributáveis futuros que permitissem a utilização dos prejuízos fiscais acumulados até à data ou que gerassem pagamentos de imposto sobre o rendimento. De acordo com o histórico da empresa e o julgamento interno, não havia qualquer passivo a reconhecer e muito menos qualquer ativo.

Contudo, o Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, que operou a intermunicipalização da Sociedade, permitiu alterações significativas na posição financeira da sociedade, nomeadamente a assunção da dívida histórica da STCP por parte do Estado, deixando de existir gastos de financiamento que têm sido suportados até à data. Por outro lado, constata-se a obtenção de resultados antes de encargos financeiros positivos.

Por conseguinte, foi entendido que o ano de 2019 deveria ser o ano de início de reconhecimento dos impostos diferidos na medida em que foram criadas bases para a reestruturação financeira da empresa e para a obtenção de desempenhos positivos.

Atendendo a que os ativos por impostos diferidos decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, cuja recuperação não pode ser assegurada no período de reporte, não existem ainda condições para que os mesmos possam ser reconhecidos. Também no que se refere às propriedades de investimento, em que há situações geradoras de ativos e de passivos por impostos diferidos, existem questões a definir ou esclarecer dado que o referido Decreto-Lei n.º 151/2019, prevê que os imóveis não afetos à atividade de serviço público de transporte possam reverter para o Estado. Neste sentido, foi entendido apenas reconhecer os passivos por impostos diferidos gerados pelos imóveis afetos à atividade operacional da empresa.

Também foi entendido aplicar a FAQ13 da Comissão de Normalização contabilística para que a rubrica de Subsídios atribuídos, enquadrada no balanço nas Outras variações no capital próprio, esteja deduzida da correspondente tributação de imposto sobre o rendimento que lhe está associada.

No cálculo dos passivos por impostos diferidos foi usada a taxa de 22,5%. Nos edifícios a taxa incide sobre o excedente de revalorização e no caso dos terrenos sobre o excedente corrigido do efeito da atualização monetária do custo de aquisição, dado tratarem-se de ativos não depreciables (o imposto incide sobre a diferença entre a quantia escriturada e a referida base fiscal).

O ano de 2021, atendendo ao novo quadro legal por que se passa a reger a STCP, E.I.M., S.A., apresenta, pela primeira vez, um resultado líquido antes de impostos nulo. No entanto, o resultado antes de impostos, expurgado da transferência financeira ao abrigo do art. 40.º da Lei n.º 50/2012 é negativo em 2.924.311,50 euros.

De referir que a STCP entende que a verba relativa à Transferência financeira ao abrigo da Lei n.º 50/2012 prevista na demonstração de resultados, que permite o equilíbrio do resultado antes de impostos, não releva para efeitos de apuramento do lucro tributável porque visa a cobertura de prejuízos pelos acionistas. Este entendimento será revalidado em 2022.



No final do exercício de 2021 e 2020, a conta de imposto sobre o rendimento tinha o seguinte desdobramento:

	2021	2020
Imposto corrente	14.698,99	12.316,45
Imposto corrente sobre o resultado antes de impostos	0,00	0,00
Tributação autónoma	14.698,99	12.316,45
Imposto diferido	-98.198,20	-213.981,10
Imposto diferido associado a depreciações de ativos revalorizados (22,5%)	-98.198,20	-213.981,10
Imposto sobre o rendimento	-83.499,21	-201.664,65

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos no exercício de 2021 e 2020 é o seguinte:

	2021	2020
Quantia reportada ao início do exercício	6.894.564,84	7.108.545,94
Efeito nos resultados		
Diferenças derivadas da revalorização de terrenos e edifícios	-98.198,20	-213.981,10
Efeito nas reservas de revalorização		
Diferenças derivadas da revalorização de terrenos e edifícios		
Quantia reportada ao final do exercício	6.796.366,64	6.894.564,84

28. MATÉRIAS AMBIENTAIS

No exercício de 2021 e 2020 não temos informação relevante a relatar.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. IDENTIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Ativos Financeiros Ano de 2021	Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado	Ativos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
Ativos não correntes	11.152.746,11			11.152.746,11
Outros investimentos financeiros	321.934,26			321.934,26
Créditos a receber	10.830.811,85			10.830.811,85
Ativos correntes	22.621.993,16		18.554.679,17	41.176.672,33
Clientes	1.044.387,33			1.044.387,33
Outros créditos a receber	6.596.110,40		18.554.679,17	25.150.789,57
Caixa e depósitos bancários	14.981.495,43			14.981.495,43

(*) Rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos

Passivos financeiros Ano de 2021	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
Passivos correntes	9.564.917,54		6.361.580,45	15.926.497,99
Fornecedores	6.195.173,72			6.195.173,72
Adiantamento de clientes	1.618,90			1.618,90
Financiamentos obtidos	7.890,73			7.890,73
Outras dívidas a pagar	3.360.234,19		6.361.580,45	9.721.814,64

Ativos Financeiros Ano de 2020	Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado	Ativos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
Ativos não correntes	1.008.862,23			1.008.862,23
Outros investimentos financeiros	285.251,25			285.251,25
Créditos a receber	723.610,98			723.610,98
Ativos correntes	26.419.788,27		6.418.930,85	32.838.719,12
Clientes	16.500,44			16.500,44
Outros créditos a receber	5.008.910,02		6.418.930,85	11.427.840,87
Caixa e depósitos bancários	21.394.377,81			21.394.377,81
	27.428.650,50		6.418.930,85	33.847.581,35

(*) Rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos

Passivos financeiros - Ano de 2020	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
Financiamentos obtidos	177.538.354,24			177.538.354,24
Outros passivos financeiros		39.880.953,44		39.880.953,44
Passivos correntes	210.072.518,64	1.713.478,48	6.011.492,86	217.797.489,98
Fornecedores	3.704.302,81			3.704.302,81
Adiantamento de clientes	2.144,75			2.144,75
Financiamentos obtidos	204.171.855,68			204.171.855,68
Outras dívidas a pagar	2.194.215,40		6.011.492,86	8.205.708,26
Outros passivos financeiros		1.713.478,48		1.713.478,48
	387.610.872,88	41.594.431,92	6.011.492,86	435.216.797,66

(*) Rubrica de Credores por acréscimos de gastos

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros tais como contas comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é necessária a divulgação do seu justo valor. Em 2021 e 2020, encontram-se nesta situação as rubricas de Clientes, Outros créditos a receber, Caixa e depósitos bancários e Outras dívidas a pagar.

29.1.1. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe do financiamento em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Financiamentos obtidos	Ano de 2021					
	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente
Instituições crédito e sociedades financeiras						
Cartão de crédito	7.890,73	7.890,73		7.890,73	7.890,73	
	7.890,73		7.890,73	7.890,73		

Financiamentos obtidos	Ano de 2020					
	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente
Instituições crédito e sociedades financeiras	10.512,68	10.512,68		10.512,68	10.512,68	
Cartão de crédito	10.512,68	10.512,68		10.512,68	10.512,68	
Mercado de valores mobiliários	100.008.393,01	10.202,10	99.998.190,91	100.000.000,00		100.000.000,00
Empréstimos Obrigacionistas não convertíveis	100.008.393,01	10.202,10	99.998.190,91	100.000.000,00		100.000.000,00
Empréstimos Obrigacionista 07	100.008.393,01	10.202,10	99.998.190,91	100.000.000,00		100.000.000,00
Participantes de capital	281.691.304,23	204.151.140,90	77.540.163,33	276.665.827,15	199.125.663,82	77.540.163,33
Empresa-mãe -Suprimentos e outros mútuos	281.691.304,23	204.151.140,90	77.540.163,33	276.665.827,15	199.125.663,82	77.540.163,33
	381.710.209,92	204.171.855,68	177.538.354,24	376.676.339,83	199.136.176,50	177.540.163,33

Todos os empréstimos estão denominados em euros.

29.1.1.1 INTERMUNICIPALIZAÇÃO DA STCP

Nos termos do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, que opera a intermunicipalização da STCP, são estabelecidas um conjunto de obrigações a assumir pelo Estado, e que se encontram previstas no seu art.º 7º, nas quais se incluem a assunção da dívida financeira da STCP reconhecida no balanço a 31 de dezembro de 2020 e a assunção de quaisquer eventuais responsabilidades que venham a ser apuradas, em termos definitivos, em decorrência da celebração pela STCP, até 31 de dezembro de 2019, de contratos de derivados financeiros com instituições financeiras (alínea a) e e) do nº 1 do artigo 7º).

De acordo com a alínea a) do nº 1 e nº 3 do art.º 7º deste diploma, e quanto aos empréstimos concedidos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, consideram-se extintos em 1 de janeiro de 2021. Este facto foi confirmado, pelo ofício SAI_DGTF/2021/1575 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 14 de maio de 2021.

Neste ofício é também referido que, por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 313/2021-SET, de 8 de abril, foi determinado, no âmbito da assunção pelo Estado da dívida financeira da STCP, que a regularização das responsabilidades decorrentes do derivado financeiro objeto do contrato celebrado em 5 de dezembro de 2007, entre a STCP e o Banco Santander Totta, fosse assegurada pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nas respetivas datas de vencimento.

É ainda determinado neste ofício que, de acordo com os despachos do Senhor Secretário de Estado e do Tesouro n.º 357/2021-SET, de 30 de abril, e do Senhor Secretário de Estado das Finanças n.º 79/2021-SEFin, de 10 de maio, a dívida financeira da STCP emergente do empréstimo obrigacionista será assumida pelo Estado através do IGCP, E.P.E..

Em ambos os contratos a STCP manteve-se em janeiro de 2021 como seu outorgante.

Em Assembleia Geral de obrigacionista, a qual teve lugar no dia 29 de dezembro de 2021, foi deliberada a substituição da “STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.”, enquanto emitente do empréstimo obrigacionista, pela “República Portuguesa”, «atento o disposto no artigo 7.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro».

Adicionalmente foram aprovadas alterações da ficha técnica em conformidade, sendo que as obrigações passam a revestir a natureza de dívida pública e o Agente pagador passa a ser a “Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E”.

Em 30 de dezembro de 2021, a Euronext Securities Porto (Interbolsa), informou que procedeu nesse dia às alterações em causa conforme deliberação da Assembleia Geral de obrigacionista e Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro.

Atento o acima exposto, em janeiro de 2021, procedeu-se ao desreconhecimento dos empréstimos concedidos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, bem como do empréstimo obrigacionista e operação derivado, por contrapartida da cobertura de prejuízos, conforme estabelecido no n.º 3 do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, por se considerarem estarem reunidas as condições previstas no normativo contabilístico para o

desreconhecimento destes passivos financeiros.

29.1.1.2. DETALHE DO FINANCIAMENTO OBTIDO CORRENTE

A 31 de dezembro de 2021, a empresa dispõe apenas de um cartão de crédito destinado exclusivamente ao pagamento pontual de despesas correntes de tesouraria. A 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo deste cartão ascendia a 7.890,73 euros e 10.512,68 euros, respetivamente. A modalidade de cartão de crédito configura a solução oferecida pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública-IGCP, E.P.E, como alternativa ao uso do cartão multibanco. Este cartão de crédito tem um limite de crédito de 15.000 euros.

29.1.2. OUTROS INVESTIMENTOS / ATIVOS FINANCEIROS

29.1.2.1. NÃO CORRENTE

A rubrica Outros investimentos financeiros, em 31 de dezembro em 2021 e 2020, apresenta o seguinte detalhe:

Outros investimentos financeiros	2021	2020
Participações financeiras em outras empresas	25.000,00	25.000,00
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias	1.400.000,00	1.400.000,00
Fundo de compensação do trabalho	136.016,16	98.414,40
Depósitos bancários caução	120.004,99	120.004,99
Quantia bruta	1.681.021,15	1.643.419,39
Perdas por Imparidade acumuladas	-1.359.086,89	-1.358.168,14
Quantia escriturada	321.934,26	285.251,25
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (Perdas/reversões)	-918,75	-120,00

As participações financeiras em outras empresas encontram-se registadas ao custo por não se encontrarem cotadas num mercado ativo, pelo que, o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

Não ocorreram movimentos nestas participações, como se pode constatar pelo mapa abaixo, e o valor escriturado diz respeito apenas à participação na OPT, atendendo a que a participação na Metro do Porto é nula (por ter sido até 2007 valorizada ao método da equivalência patrimonial - a participação até essa data era de 25% - e apresentar capitais próprios negativos):

	2021		2020	
	Justo valor	Ao custo	Justo valor	Ao custo
Participações financeiras:				
Saldo inicial		25.000,00		25.000,00
Saldo final		25.000,00		25.000,00
Perdas por imparidade:				
Ativos líquidos		25.000,00		25.000,00

A rubrica de Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias encontra-se em imparidade atendendo à situação deficitária dos capitais próprios da subsidiária.

29.1.2.2. CORRENTE

Nada a referir.

29.1.3. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo detinha em carteira uma operação de cobertura do risco de taxa de juro que replica 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista emitido em 2007. Esta operação terá maturidade em 2022.

Financiamento coberto	Montante nominal	Maturidade	2020		
			Justo valor	Corrente	Não corrente
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-41.594.431,92	-1.713.478,48	-39.880.953,44
Outros passivos financeiros			-41.594.431,92	-1.713.478,48	-39.880.953,44

Detalhe das variações de justo valor, em 2020:

Financiamento coberto	Montante nocional	Maturidade	2021	2020
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22		23.582.929,05
			23.582.929,05	

Embora estes instrumentos derivados tenham sido contratados no âmbito de uma política de cobertura do risco da variação da taxa de juro, não se encontram reunidas todas as condições necessárias para o enquadramento contabilístico das operações como contabilidade de cobertura.

Assim, as variações no justo valor, ocorridas nos exercícios em 2020, foram reconhecidas diretamente em resultados, nas rubricas Ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros/Perdas por redução de justo valor em instrumentos financeiros (nota 12), enquadradas na demonstração dos resultados por natureza na rubrica Juros e rendimentos similares recebidos/obtidos.

Conforme o exposto no ponto 2.9.1.1., e apesar de a STCP se manter como outorgante deste contrato, a 1 de janeiro de 2021 a STCP procedeu ao desreconhecimento desta operação.

No ano de 2021, os fluxos de caixa desta operação foram assegurados pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, na respetiva data de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado do instrumento derivado contratado ascendia ao montante negativo de 14.638.991,07 euros. A valorização de mercado deste instrumento derivado foi efetuada pela contraparte, Banco Santander Totta, S.A..

29.2. GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade está exposta aos seguintes riscos financeiros:

29.2.1. RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Pela sua natureza a empresa tem uma exposição reduzida ao risco cambial, uma vez que as operações financeiras estão denominadas em euros e é reduzida a componente de aquisição de bens e serviços em moeda diversa.

29.2.2. RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez é de importância relevante para a empresa e reflete a capacidade da estrutura societária cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento. A política de gestão deste risco assenta na garantia de cumprimento atempado e cabal dos compromissos oriundos dos acionistas e dos compromissos que decorrem da atividade, com o objetivo de manter satisfatórias condições de tesouraria.

29.2.3. RISCO DE CRÉDITO

A política de gestão de risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito a terceiros no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição a empresa está sujeita, pretendendo-se o cumprimento em conformidade com as condições acordadas.

Para mitigar o risco, a empresa analisa e acompanha a carteira de crédito, implementando procedimentos tendentes a minorar as situações de incumprimento.

Detalhe da rubrica de Clientes, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

	2021	2020
Sem registo de imparidade		
Clientes c/c	1.044.387,33	16.500,44
Não vencido	1.008.738,53	8.933,60
Vencido	35.648,80	7.566,84
<30 dias	299,20	253,57
<60 dias	9.591,60	4.123,60
<90 dias	4.146,00	892,00
<120 dias	9.400,00	360,00
< 180 dias	0,00	580,00
>=180 dias	12.212,00	1.357,67
Com registo de imparidade		
Clientes c/c	15.630,24	16.364,24
Vencido	15.630,24	16.364,24
>=180 dias	15.630,24	16.364,24
	1.060.017,57	32.864,68

Detalhe da rubrica corrente de Outros devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

	2021	2020
Sem registo de imparidade		
Outros devedores	6.025.042,92	4.785.747,92
Não vencido	1.464.302,05	2.798.813,40
Vencido	4.517.142,16	1.943.335,81
<30 dias	109.789,97	83.067,98
<60 dias	205.382,26	422.131,60
<90 dias	564.673,79	163.840,45
<120 dias	20.988,10	318.833,18
<180 dias	1.121.730,05	42.541,08
>=180 dias	2.494.577,99	912.921,52
Depósitos e cauções pagas	43.598,71	43.598,71
Com registo de imparidade		
Outros devedores	47.938,12	36.612,01
Vencido	47.938,12	36.612,01
>=180 dias	47.938,12	36.612,01
	6.072.981,04	4.822.359,93

As análises do risco de incobrabilidade foram efetuadas tendo-se verificado a necessidade de reforçar as imparidades existentes face ao risco verificado no final do ano.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as imparidades de clientes e outros devedores ascendem a 63.568,36 euros e 52.976,25 euros, respetivamente, refletindo a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

29.2.4. RISCO DE TAXA DE JURO

A empresa não está diretamente exposta ao risco de taxa de juro. A facilidade de crédito em cartão, não está sujeita ao risco de taxa de juro.

29.4. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

29.4.1. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de dezembro de 2020, o Estado Português, à data acionista único da Sociedade, deliberou aumentar o Capital Social da STCP em 2.085.970 euros, através da emissão de 417.194 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, sendo que o registo e publicitação deste aumento de capital culminou em 12 de janeiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2020, o Capital Social da Sociedade era de 322.080.560 euros, totalmente realizado, representado por 64.416.112 ações, em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pelo Estado Português.

Decorrente do processo de intermunicipalização, operado por via do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, foi efetuada a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da Sociedade, com efeitos a 1 de janeiro de 2021, do Estado Português para os seis municípios: Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo.

Assim, a 01 de janeiro de 2021, o capital social da STCP passa a ser detido por cada um dos acionistas da seguinte forma:

Acionistas	% Capital	Número ações	Montante Capital social
Município do Porto	53,69%	34.585.011	172.925.053
Município de Vila Nova de Gaia	12,04%	7.755.700	38.778.499
Município de Matosinhos	11,98%	7.717.050	38.585.251
Município da Maia	9,61%	6.190.388	30.951.942
Município de Gondomar	7,28%	4.689.493	23.447.465
Município de Valongo	5,40%	3.478.470	17.392.350
	100,00%	64.416.112	322.080.560

Em 30 de junho de 2021, em consequência deste processo, foram aprovadas em Assembleia Geral as alterações aos Estatutos da Sociedade, passando a sua denominação a ser Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M, S.A.

Em 31 de dezembro de 2021, e face à situação em que a Sociedade se encontra perante o art. 35º do Código das Sociedades Comerciais, foi deliberado proceder à redução do capital social em 232.080.560 euros para efeitos

de cobertura de prejuízos, mediante a extinção de parte das ações representativas do capital social da Sociedade, na proporção detida por cada um dos acionistas no capital social. O registo e publicitação desta alteração terminou em 15 de fevereiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da STCP passa a ser detido por cada um dos acionistas da seguinte forma:

Acionistas	% Capital	Número ações	Montante Capital social
Município do Porto	53,69%	9.664.200	48.321.000
Município de Vila Nova de Gaia	12,04%	2.167.200	10.836.000
Município de Matosinhos	11,98%	2.156.400	10.782.000
Município da Maia	9,61%	1.729.800	8.649.000
Município de Gondomar	7,28%	1.310.400	6.552.000
Município de Valongo	5,40%	972.000	4.860.000
	100,00%	18.000.000	90.000.000

29.4.2. RESERVAS

Rubrica de Reservas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Reservas	2021	2020
Reservas legais	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	25.727,80	25.727,80
Outras reservas - Reservas livres	25.256,95	25.256,95
Outras reservas - Fundo de auxílio ao pessoal	470,85	470,85

29.4.3. EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO

Movimento do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis, em 2021 e 2020:

	Antes de impostos	Imposto sobre o rendimento (*)	Total
Saldo a 01.01.2020	42.840.784,28	-7.108.545,94	35.732.238,34
Amortizações	-951.027,13	213.981,10	-737.046,03
Saldo a 31.12.2020	41.889.757,15	-6.894.564,84	34.995.192,31
Saldo a 01.01.2021	41.889.757,15	-6.894.564,84	34.995.192,31
Amortizações	-436.436,46	98.198,20	-338.238,26
Abate	-962.325,34		-962.325,34
Saldo a 31.12.2021	40.490.995,35	-6.796.366,64	33.694.628,71

(*) Em janeiro de 2019 procedeu-se ao reconhecimento do efeito do imposto sobre o rendimento no excedente de revalorização mas apenas sobre os imóveis que se encontram afetos à atividade operacional.

29.4.4. AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

Ajustamentos e outras variações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Ajustamentos em ativos financeiros - relativos ao MEP	1.790.481,17	1.825.470,73
Ajustamentos de transição	-32.560,03	-32.560,03
Lucros Não Distribuídos	1.773.355,10	1.773.355,10
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	49.686,10	84.675,66
Outras variações no capital próprio	14.527.843,97	12.558.625,45
Subsídios relacionados com ativos (*)	13.622.165,34	11.652.946,82
Doações	281.048,63	281.048,63
Outras variações no capital próprio	624.630,00	624.630,00
Ajustamentos /outras variações no capital próprio	16.318.325,14	14.384.096,18

(*) Em 2019, decorrente da aplicação da FAQ13 da Comissão de Normalização Contabilística foi reconhecido o ajustamento do imposto sobre o rendimento sobre os subsídios por contrapartida da rubrica Dívidas a pagar (imposto associado), catalogada nos passivos não correntes. Assim, o montante desta rubrica encontra-se deduzido de -3.954.822,20 euros, em 2021, e 3.383.113,62 euro, em 2020, relativos ao imposto sobre o rendimento.

29.4.5. RESULTADO POR AÇÃO

Resultado por ação nos anos de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Resultados líquidos do período	83.499,21	-12.052.956,40
Nº médio ponderado de ações	64.416.112	62.754.454
Resultado por ação básico	0,001	-0,196

29.4.6. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012

Sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos e com natureza intermunicipal, e uma vez que presta um serviço social de transporte sem qualquer justificação comercial, deveria ser financeiramente compensada pela quota de serviço não comercial que lhe é imposto assegurar.

Neste contexto, entende-se que a situação histórica de geração de prejuízos sucessivos não reflete um indício de imparidade, mas sim um défice de cumprimento da obrigação por parte do accionista anterior no financiamento das atividades sociais.

De referir que no ano de 2021 o anterior accionista (DGTF) procedeu à cobertura dos prejuízos acumulados nos anos anteriores no montante líquido de 440.531.145 euros, passando os capitais próprios da sociedade a serem positivos.

A partir de 2021, com a passagem da titularidade do capital para os seis Municípios da Área Metropolitana do Porto, os eventuais prejuízos antes de impostos anuais que venham a ser gerados têm que ser obrigatoriamente assumidos pelos accionistas, ano a ano, de acordo com o previsto no nº 1 e nº 2 do art. 40º da Lei n.º 50/2012:

1. “As empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 5, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.”

Desta forma, a Demonstração de Resultados por Natureza e por Funções contempla uma rubrica nova, Transferências financeiras ao abrigo do art. 40º da Lei 50/2012, sendo o montante a cobrir pelos acionistas, relativo ao ano de 2021 e após apreciação das contas, de 2 924 311,50 euros.

30. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

30.1. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

A empresa possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculado com base numa fórmula fixada, e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

Em dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização (Adesão nº24), tendo vindo a contribuir anualmente, e desde essa data, de acordo com os pedidos de financiamento exigidos pelo Fundo.

A 31 de dezembro de 2019, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI Vida e Pensões, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	2019
Custo com serviços passados de reformados	1.537.988,00
Responsabilidade do fundo	1.537.988,00

A avaliação atuarial das responsabilidades utilizou o método da unidade de crédito projetada e teve por base os seguintes pressupostos atuariais:

Principais pressupostos

	2019
Pressupostos financeiros	
Taxa de desconto na determinação das responsabilidades	0,08%
Taxa de desconto na determinação dos custos	0,83%
Taxa de crescimento dos salários	Não aplicável
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social	1,75%
Taxa de crescimento das pensões da STCP	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social
Taxa de crescimento do teto (*)	Sem crescimento, valor fixo de 650,00 euros
Pressupostos demográficos	
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 73/77
Tábua de invalidez	Não aplicável

(*) Nos anos anteriores a 2001 o teto era de 548, 68 Euros. De 2001 até 2006 inclusive, passou a 598,56 Euros. A partir de 2007, passou a 650,00 euros. No entanto, no período de janeiro de 2014 a março de 2016, por força do art.º 75º da lei 83-C/2013, de 31 de dezembro de 2013, e do art.º 78 da lei 82-B/2014 de 31-12-2014 até março de 2016, passou a 600€ euros. Pela lei n.º 11/2016, volta a ser reposto o valor de 650,00 euros.

Composição do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização a 31 de dezembro de 2019:

Composição	2019	
	Valor	%
Ações	333.441	26,7%
Obrigações Taxa Fixa	721.163	57,7%
Obrigações Taxa Variável	62.647	5,0%
Retorno Absoluto	62.337	5,0%
Imobiliário	12.285	1,0%
Liquidez	59.055	4,7%
	1.250.928	

A 31 de dezembro de 2019, o valor patrimonial da adesão da empresa ao Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização era respetivamente de 1.250.928 euros, representando 0,5% do valor total do Fundo de Pensões.

A 31 de dezembro de 2020, o valor do défice do fundo de pensões era de 287.060 euros. O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização não tinha, na sua composição, ativos da STCP. No ano de 2019 o Fundo de Pensões Aberto BPI-Valorização/Adesão 24 assegurou a atribuição de todos os complementos de pensões de reforma e invalidez.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 151/2019, de 11 de outubro, conforme previsto na alínea c) do Artigo 7º, as responsabilidades formadas ou em formação relativas a complementos de pensões e reforma ou invalidez dos trabalhadores da STCP reformados em 31 de dezembro de 2019, bem como os trabalhadores em funções nessa data, são assumidas pela Caixa Geral de Aposentações, I.P..

Conforme previsto no Capítulo II do Decreto-Lei nº151/2019 foram efetuadas as diligências necessárias no sentido de se proceder à liquidação do Fundo de Pensões Aberto BPI – Valorização/Adesão 24, com entrada em vigor prevista para 1 de Janeiro de 2020.

Desta forma, a 9 de janeiro de 2020, o Banco efetuou a liquidação e transferiu o valor do Fundo da Adesão n.º 24 para a CGA, I.P., extinguindo-se o fundo de pensões da STCP.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 175/2019, em 27 de dezembro, ficou suspensa a entrada em vigor do Decreto-Lei 151/2019, condicionando-a à obtenção de parecer prévio por parte do Tribunal de Contas. No entanto, todo o processo administrativo de transferência das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma e invalidez já estava administrativamente concluído, pelo que o processo de transferência de responsabilidades foi terminado em janeiro de 2020. Assim, desde essa data que o Instituto da Segurança Social, I.P., se encontra a efetuar o pagamento dos complementos de pensões de reforma da STCP. Em novembro de 2020, o Tribunal de Contas concluiu que a operação de municipalização da STCP não estava sujeita a visto.

A 31 de dezembro de 2020 por falta de dados do Fundo de Pensões não foi possível proceder à atualização destas responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez pelo que os valores contabilizados reportam-se à data de 31.12.2019. É nossa opinião que, de acordo com o histórico das atualizações das responsabilidades com o fundo de pensões, os efeitos da

atualização em 2020 desta rubrica não seriam materialmente relevantes.

Os efeitos contabilísticos da entrada em vigor do Decreto-Lei 151/2019 só ocorreram a 1 de janeiro de 2021, data em ocorreu a transmissão do capital social do Estado Português para os Municípios. Desta forma, só em janeiro de 2021 é que as responsabilidades com o fundo de pensões foram desreconhecidas pela STCP por cobertura de prejuízos.

A 31 de dezembro de 2021 a STCP empresa continua a possuir um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez mas apenas para os trabalhadores que foram admitidos após 1 de janeiro de 2021.

Nesta data não foi possível proceder à valorização destas responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez. É nossa opinião que de acordo com o histórico das responsabilidades com o fundo de pensões para trabalhadores no ativo os impactos contabilísticos da determinação para 2021 desta responsabilidade não seriam materialmente relevantes ou até podem ser nulos.

30.2. DETALHE DOS GASTOS COM PESSOAL

Gastos com pessoal a 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021	2020 (reformulado)	2020
Remunerações dos órgãos sociais	294.954,21	284.200,69	285.073,22
Remunerações do pessoal	26.151.216,52	25.240.010,27	25.091.988,97
Encargos com remunerações	5.905.287,33	5.702.913,84	5.667.201,87
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	400.810,81	379.740,88	379.740,88
Gastos com ação social	209.534,44	221.301,17	226.490,65
Outros gastos com o pessoal	85.861,17	233.594,12	229.742,06
Gastos com pessoal	33.047.664,48	32.061.760,97	31.880.237,65

Em 2021 a STCP procedeu a um ajuste na metodologia de determinação das estimativas contabilísticas relativas ao período de referência das remunerações abonadas em cada mês, pelo que houve necessidade de se proceder à transferência para resultados transitados do montante de 526 mil euros de gastos com o pessoal relativos a remunerações cujo período de referência era de 2020. Procedeu-se igualmente à reformulação do comparativo para o ano de 2020, com base na mesma metodologia, para que seja possível a comparação dos gastos com o pessoal entre o exercício de 2021 e 2020.

30.3. NÚMERO DE TRABALHADORES

Durante os exercícios de 2021 e de 2020, o efetivo médio ao serviço da empresa (sem órgãos sociais) foi respetivamente de 1.313 e 1.278 trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2021, o efetivo (sem órgãos sociais) era de 1.335 trabalhadores e de 1.333 em 31 de dezembro de 2020.

31. DIVULGAÇÃO EXIGIDA POR DIPLOMAS LEGAIS

As remunerações do ROC no exercício de 2021 encontram-se descritas no ponto C do capítulo VII do Relatório do Governo Societário.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

32.1. FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Dívidas a fornecedores, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Fornecedores c/c	6.195.173,72	3.704.302,81
Não vencido	3.625.750,22	2.658.876,35
Vencido	454.298,27	668.449,52
<30 dias	325.564,19	394.498,97
<60 dias	31.755,81	171.521,76
<90 dias	19.879,08	4.191,78
<120 dias	5.012,71	3.013,61
<180 dias	9.979,53	17.945,10
>=180 dias	62.106,95	77.278,30
Em recepção e conferência	2.115.125,23	376.976,94

	2021	2020
Fornecedores de investimento	2.701.755,69	1.428.322,96
Não vencido	2.689.324,35	1.403.645,14
Vencido	12.431,34	24.677,82
<60 dias	7.573,27	
<90 dias		23.048,07
>=180 dias	4.858,07	1.629,75

Outros credores, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Outros credores	450.607,72	536.863,69
Não vencido	16.865,20	213.634,29
Vencido	195.876,51	106.368,78
<30 dias	33.768,75	14.070,37
<60 dias	30.443,03	19.450,35
<90 dias	29.267,11	15.713,92
<120 dias	36.212,84	15.438,88
<180 dias	9.890,56	13.268,31
>=180 dias	56.294,22	28.426,95
Depósitos e cauções recebidas	237.866,01	216.860,62

As dívidas de fornecedores e contas a pagar foram registadas ao seu valor nominal porque não vencem juros e, por outro lado, porque o efeito do seu desconto financeiro não é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável, que é puramente comercial: 60 dias.

32.2. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento	405.105,15		426.705,32	
IRC - pagamento por conta	262.325,00		332.325,00	
IRC -A recuperar	142.780,15		94.380,32	
Retenção de impostos sobre rendimentos		266.837,63		295.338,38
Imposto sobre o valor acrescentado	3.126.142,05		1.088.498,71	
Contribuições para a Segurança Social		644.540,83		690.195,87
Outras tributações		545.363,88		476.735,88
Estado e outros entes públicos	3.531.247,20	1.456.742,34	1.515.204,03	1.462.270,13

32.3. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Detalhe das Outras dívidas a pagar em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Outras dívidas pagar	2021	2020
Pessoal	207.565,59	228.731,45
Outros devedores - saldos credores	305,19	297,30
Fornecedores de investimento c/c	2.701.755,69	1.428.322,96
Credores por acréscimos de gastos	6.361.580,45	6.011.492,86
Credores diversos	450.607,72	536.863,69
	9.721.814,64	8.205.708,26

Credores por acréscimos de gastos	2021	2020
Fornecimento e serviços externos	1.113.510,68	1.623.127,15
Subcontratos		3.612,00
Trabalhos especializados	863.232,81	1.406.865,57
Materiais	711,50	267,06
Energia e outros fluidos	50.630,08	44.659,22
Serviços diversos	198.936,29	167.723,30
Custos com pessoal	5.144.306,16	4.207.270,02
Outros gastos	103.763,61	181.095,69
	6.361.580,45	6.011.492,86

32.4. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Detalhe dos Outros créditos a receber, catalogados como ativo corrente e não corrente, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Outros créditos a receber correntes	2021	2020
Fornecedores e outros credores - saldos devedores	24.291,59	5.634,28
Adiantamento a fornecedores	2.304,95	3.109,95
Pessoal	303.536,53	238.923,88
Devedores por acréscimos de rendimentos	18.554.679,17	6.418.930,85
Devedores diversos – DGTF compromissos assumidos DL 151/2019 (*)	267.619,30	
Devedores diversos – Outros	6.072.981,04	4.822.359,93
Quantia bruta	25.225.412,58	11.488.958,89
Perdas por Imparidade acumuladas	-74.623,01	-61.118,02
Quantia escriturada	25.150.789,57	11.427.840,87

Devedores por acréscimos de rendimentos	2021	2020
Prestações de serviços	1.993.869,83	4.313.936,10
Subsídios à exploração (ver nota 7)	16.416.348,77	1.998.364,12
Outros rendimentos - Proveitos suplementar	9.476,45	12.293,79
Outros rendimentos – Outros	134.984,12	94.336,84
	18.554.679,17	6.418.930,85

Outros créditos a receber não correntes	2021	2020
Devedores diversos – DGTF compromissos assumidos DL 151/2019 (*)	10.830.811,85	
Devedores diversos – Outros		723.610,98
Quantia escriturada	10.830.811,85	723.610,98

(*) Resultantes das responsabilidades assumidas pelo Estado, no âmbito do processo de intermunicipalização, operado pelo Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, foram reconhecidos ativos que no final de 31 de dezembro de 2021 totalizam o montante de 11.098.431,15 euros. Estes valores correspondem a:

a) Responsabilidades assumidas no âmbito da alínea b) do n.º 1 do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 151/2019

A alínea b) do n.º 1 do art.º 7º do diploma em epígrafe refere que o Estado assume o “pagamento dos custos relativos à renovação da frota e outros já aprovados nos anos de 2017, 2018 e 2019 que se encontram atualmente em curso e de acordo com o previsto nos planos de atividades e orçamento da STCP, sendo o seu montante definido através de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente e transição energética”.

A Portaria 761/2019, de 29 de Outubro, que estabelece o montante global de 35.848.921 euros de investimento a assumir pelo Estado, refere no n.º 3 do art.º 2º que a “regularização das responsabilidades assumidas pelo Estado emergentes dos contratos, celebrados ou a celebrar, em execução dos investimentos abrangidos pela presente portaria é assegurada pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças por recurso a dotação orçamental inscrita no capítulo 60 do Ministério das Finanças devendo a STCP fornecer os respetivos contratos ou qualquer outra documentação relevante para o efeito”.

Até à data de 31 de dezembro de 2020, o Estado assumiu parte da responsabilidade prevista na Portaria 761/2019, através de aumentos de capital, sendo que a 1 de janeiro de 2021, ainda não tinham sido concretizados o montante de 22.317.771 euros.

O decreto-lei é omissivo quanto à forma como estas responsabilidades são assumidas pelo Estado, pelo que se entende que esta alínea se deve considerar incluída no n.º 2 do artigo 7º, a exemplo das alíneas a) e c) do n.º 1 do referido artigo, considerando-se como se de uma cobertura de prejuízos se tratasse, sendo reconhecidas

por contrapartida de Contas a receber, catalogada como corrente ou não corrente de acordo com a previsibilidade temporal de ocorrência dos fluxos de caixa em causa, no momento do compromisso assumido com os seus fornecedores, acompanhada da devida comunicação à DGTF dos contratos celebrados.

À data de 31 de dezembro de 2021, encontram-se já assumidos compromissos com fornecedores, que representam o montante de 19.420.656,31 euros a serem reembolsados pelo Estado, sendo que deste montante já se encontram liquidados 19.256.373,14 euros. Assim, o saldo em aberto a 31 de dezembro de 2021 relativo a esta responsabilidade do Estado é de 164.283,17 euros.

b) Responsabilidades assumidas no âmbito da alínea e) do n.º 1 do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 151/2019

À data de 31 de dezembro de 2021, encontram-se reconhecidos ativos não correntes no valor de 10.830.103,11 euros correspondente ao valor da provisão com processos judiciais em curso, por factos formados até 31 de dezembro de 2020, cuja responsabilidade pelo pagamento das sentenças será do Estado.

Também a esta data se encontra registado um ativo corrente, no montante de 103.336,13 euros, relativos a sentenças pagas decorrentes de processos judiciais concluídos cujo reembolso se espera receber do Estado.

32.5. DIFERIMENTOS

Rubrica de Diferimentos, no Ativo corrente e no Passivo corrente, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Ativo - Gastos a reconhecer	951.477,05	892.577,60
Fornecimento e serviços externos	660.265,47	564.598,11
Outros gastos	291.211,58	327.979,49
Passivo - Rendimentos a reconhecer	2.758.517,08	1.766.578,69
Prestações de serviços	1.695,56	326,04
Subsídios à exploração	2.438.758,42	1.628.577,48
Outros rendimentos	318.063,10	137.675,17

32.6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Rubrica de Fornecimentos e serviços externos, nos exercícios de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Subcontratos	132.824,63	97.209,52
Serviços especializados	9.233.195,10	8.859.874,01
Trabalhos especializados	191.684,23	168.444,77
Publicidade e propaganda	91.533,04	40.754,16
Vigilância e segurança	430.970,08	451.732,74
Honorários	66.367,18	52.812,50
Comissões	1.304.011,19	1.199.317,35
Conservação e reparação	6.733.169,15	6.528.242,33
Comunicação e informação Público	9.136,15	18.577,36
Fiscalização da receita	400.835,40	393.821,35
Outros	5.488,68	6.171,45
Materiais	30.470,12	30.734,40
Energia e fluidos	4.675.808,82	4.327.787,86
Eletricidade	467.053,50	500.297,84
Combustíveis	4.164.648,94	3.793.298,36
Água	44.106,38	34.191,66
Deslocações, estadas e transportes	621,28	4.379,55
Serviços diversos	3.050.430,92	2.938.645,31
Rendas e alugueres	174.624,24	102.446,81
Comunicação	172.165,30	171.006,75
Seguros	716.236,41	681.340,77
Royalties	185.955,58	176.294,33
Contencioso e notariado	13.960,50	5.841,27
Despesas de representação	2.905,25	805,01
Limpeza, higiene e conforto	1.603.483,02	1.608.921,42
Outros serviços	181.100,62	191.988,95
Fornecimento e serviços externos	17.123.350,87	16.258.630,65

32.7. OUTROS GASTOS

Outros gastos operacionais, a 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Impostos	132.562,09	145.902,64
Impostos diretos	109.391,17	107.953,55
Impostos indiretos	7.072,34	6.492,27
Taxas	16.098,58	31.456,82
Dívidas incobráveis		565,07
Perdas em inventários	101.553,22	3.473,37
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	61.124,09	76.695,17
Alienações	3.035,89	
Sinistros		221,92
Abates	1.232,51	808,69
Gastos em propriedades de investimento	56.855,69	75.664,56
Outros gastos	243.257,43	287.938,05
Donativos	66.800,00	42.279,60
Quotizações	16.683,98	17.252,13
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros não especificados	159.773,45	228.406,32
Multas e penalidades	304,27	4.849,25
Indemnizações por sinistros	142.032,07	114.462,04
Despesas bancárias e outros serviços financeiros	16.451,87	13.856,11
Juros de mora e compensatórios	143,24	17.183,81
Outros não especificados	842,00	78.055,11
Outros gastos	538.496,83	514.574,30

32.8. OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe de Outros rendimentos operacionais a 31 de dezembro de 2021 e de 2020

	2021	2020
Rendimentos suplementares	845.180,53	735.840,71
Descontos de pronto pagamento obtidos	4.227,77	5.738,01
Ganhos em inventários	31.803,65	61.846,59
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	586.389,04	616.608,69
Alienações	138.394,02	70.274,16
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	446.582,04	446.574,96
Outros rendimentos	1.412,98	99.759,57
Outros	1.959.105,59	1.616.696,06
Imputação de subsídios para investimentos	1.581.365,33	1.227.214,37
Outros não especificados	377.740,26	389.481,69
Benefícios e penalidades contratuais	60.168,94	150.761,97
Indemnização de sinistros	286.276,24	209.965,48
Outros não especificados	31.295,08	28.754,24
Dividendos obtidos	7.007,00	3.336,67
Outros rendimentos	3.433.713,58	3.040.066,73

32.9. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Responsabilidades assumidas com garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Beneficiário da Garantia	Descrição	2021	2020
Tribunais de Trabalho	Pensões de Acidentes de trabalho	410.731,44	447.473,97
		410.731,44	447.473,97

32.10. IMPACTO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS DO DECORRENTE DA ENTRADA EM VIGOR DO DECRETO-LEI N.º 151/2019

O Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro determina que o Estado assume um conjunto de obrigações financeiras, nomeadamente, a dívida financeira acumulada reconhecida no balanço, o pagamento dos investimentos já aprovados em 2017, 2018 e 2019 e a executar nos anos de 2020 e 2021, conforme identificado na Portaria n.º 761/2019, de 29 de outubro, as responsabilidades formadas ou em formação relativas a complementos de pensões de reforma ou de invalidez dos trabalhadores da STCP e dos seus reformados à data de 31 de dezembro de 2019, quaisquer eventuais responsabilidades que venham a ser apuradas, em termos definitivos, em decorrência da celebração pela STCP, até 31 de dezembro de 2019, de contratos de derivados financeiros com instituições financeiras e a assunção de responsabilidades contingentes provisionadas e ou divulgadas pela empresa, o Estado assume ainda quaisquer eventuais responsabilidades que venham a ser apuradas, em termos definitivos, designadamente por sentença judicial ou acórdão arbitral transitados em julgado, incluindo despesas, honorários e custas relativamente a factos formados até 31 de dezembro de 2020 ou, caso se trate de responsabilidades relativas a factos que, tendo tido início até essa data, se formaram posteriormente. O mesmo diploma define igualmente o destino a dar aos imóveis que deixam de estar afetos à atividade de prestação de serviço público.

A 1 de janeiro de 2021, decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 151/2019, procedeu-se aos registos contabilísticos inerentes à maioria das obrigações assumidas pelo Acionista, tendo ainda havido necessidade de ao longo de 2021 de reforçar estes registos contabilísticos.

Os movimentos contabilísticos efetuados são relativos a:

1. Responsabilidades assumidas pelo Estado, para efeitos de cobertura de prejuízos, prevista nas alíneas a), c) e d) do n.º 1 e n.º 3 do art.º 7º, com consequente desreconhecimento dos passivos existentes:
- Assunção da dívida histórica da STCP (capital adicionado de juros e encargos vencidos ou a vencer) constantes no balanço à data de 31 de dezembro de 2020, no montante total de 423.294.129,16 euros:

- Assunção da responsabilidade com complementos de reforma e de invalidez no montante de 287.060 euros.
2. Responsabilidade assumida pelo Estado com investimentos planeados, previsto nas alíneas b) do n.º 1 do art.º 7º, no montante de 19.420.656,31 euros, para efeitos de cobertura de prejuízos, porque apesar de o decreto-lei ser omissivo quanto a esta matéria, entende-se ser a opção mais adequada face à substância da operação em causa;
 3. Responsabilidade assumida pelo Estado com processos judiciais em curso relativos a factos ocorridos até 31 de dezembro de 2020, previsto na alínea e) do n.º 1 do art.º 7º, no montante de 10.788.521,64 euros, pelo reconhecimento do reembolso que se espera receber do Estado com sentenças desfavoráveis que possam vir a ocorrer no futuro, por contrapartida de resultados transitados.
 4. Entrega de imóveis ao Estado, identificados no anexo I referido no art.º 6º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, bem como outros que cumpriam os requisitos para tal, e que se considerou uma diminuição da cobertura de prejuízos efetuada pelo Estado.

Os impactos globais em 2021 nos Capitais Próprios são os abaixo indicados:

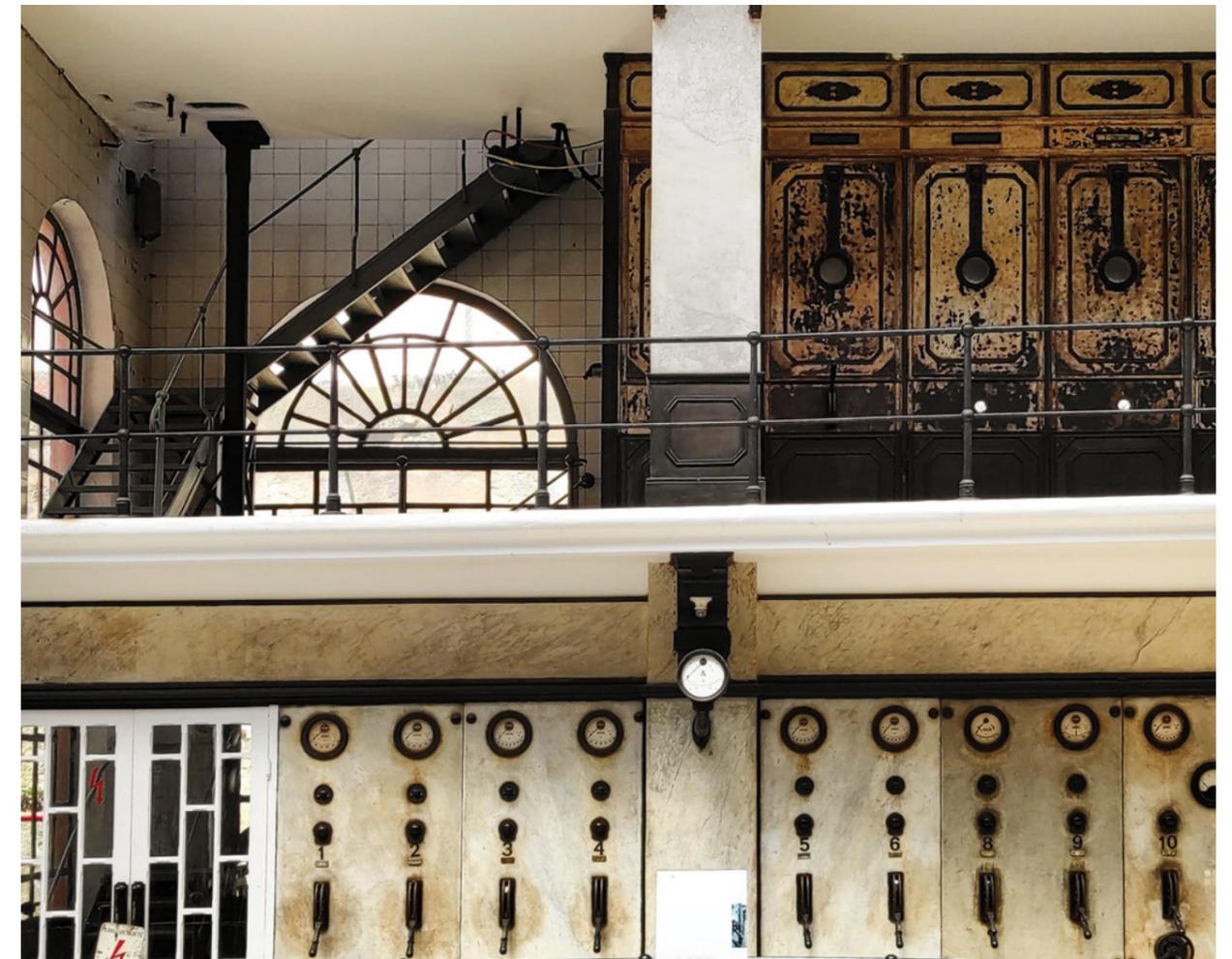
	01/01/2021	Após 01/01/2021	Total 2021
Impacto total nos capitais próprios	448 270 950,27	3 048 716,84	451 319 667,11
Impacto nos resultados transitados	448 270 950,27	4 011 042,18	452 281 992,45
Responsabilidades assumidas pelo Estado (Art. 7º Decreto-Lei nº 151/2019)	449 758 950,27	4 031 416,84	453 790 367,11
a) Por cobertura de prejuízos	438 970 428,63	4 031 416,84	443 001 845,47
Alinea a) Empréstimos DGTF	100 008 393,01		100 008 393,01
Alinea a) Empréstimos Obrigacionista	281 691 304,23		281 691 304,23
Alinea a) e e) Derivado BST	41 594 431,92		41 594 431,92
Alinea b) Investimentos planeados 2017 a 2019	15 389 239,47	4 031 416,84	19 420 656,31
Alinea c) Plano de benefícios definidos para complementos de reforça e invalidez	287 060,00		287 060,00
b) Por resultados transitados propriamente ditos	10 788 521,64		10 788 521,64
Alinea e) Responsabilidade com processos judiciais	10 788 521,64		10 788 521,64
Entrega de Imóveis ao Estado (Art. 6º Decreto-Lei 151/2019)	-1 488 000,00	-20 374,66	-1 508 374,66
a) Desreconhecimento dos imóveis	-1 488 000,00	-982 700,00	-2 470 700,00
b) Pela realização da reserva de revalorização associada aos imóveis desreconhecidos		962 325,34	962 325,34
Impacto na reserva de revalorização		-962 325,34	-962 325,34
b) Pela realização de revalorização associada aos imóveis desreconhecidos (Art. 6º DL nº 151/2019)		-962 325,34	-962 325,34

Após estes movimentos os capitais próprios que se apresentavam negativos na abertura de 2021 em 313.484.926,63 euros passam a ser positivos em 137.834.740,48 euros (já considerando os impactos globais no ano de 2021 da intermunicipalização).

É de salientar que relativamente à obrigação assumida pelo Estado com a alínea c) do art. 7º do Decreto-Lei nº 151/2019, ficam ainda por registar o montante de 2.897.114,69 euros de cobertura de prejuízos, dado que o reconhecimento do ativo correspondente apenas é efetuado à medida em que a STCP firma um compromisso com os seus fornecedores de investimento.

Assim, do montante total previsto na Portaria n.º 761/2019 de 35.848.921 euros, foram já reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- 13.531.150 euros, através do aumento de capital de 2020;
- 19.420.656,31 euros, através dos compromissos assumidos com fornecedores de investimento ao longo do ano de 2021, sendo que já foi solicitado/reembolsado à/pela DGTF, em 2021, o montante de 19.256.373,14 euros;



Para melhor compreensão da operacionalização da intermunicipalização da STCP apresentamos abaixo um balanço de abertura de 2021 antes e após a operação:

ATIVO	Decreto-Lei n. 151/2019	Abertura de 2021	Movimentos da Intermunicipalização a 01.01.2021	Movimentos da Intermunicipalização após 01.01.2021	Balanço da abertura de 2021 com os efeitos da intermunicipalização
Ativo não corrente		112 233 143,75	9 300 521,64	-982 700,00	120 550 965,39
Ativos fixos tangíveis		94 626 876,61			94 626 876,61
Propriedades de investimento	Art. 6º	14 770 000,00	-1 488 000,00	-982 700,00	12 299 300,00
Ativos intangíveis		110 036,62			110 036,62
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		1 717 368,29			1 717 368,29
Outros investimentos financeiros		285 251,25			285 251,25
Créditos a receber		723 610,98	10 788 521,64		11 512 132,62
Ativo corrente		35 832 348,17	15 389 239,47	4 031 416,84	55 253 004,48
Inventários		585 847,42			585 847,42
Clientes		16 500,44			16 500,44
Estado e outros entes públicos		1 515 204,03			1 515 204,03
Outros créditos a receber	Art. 7º alínea b)	11 427 840,87	15 389 239,47	4 031 416,84	30 848 497,18
Diferimentos		892 577,60			892 577,60
Caixa e depósitos bancários		21 394 377,81			21 394 377,81
Total do ativo		148 065 491,92	24 689 761,11	3 048 716,84	175 803 969,87

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Decreto-Lei n. 151/2019	Abertura de 2021	Movimentos da Intermunicipalização a 01.01.2021	Movimentos da Intermunicipalização após 01.01.2021	Balanço da abertura de 2021 com os efeitos da intermunicipalização
Capital próprio					
Capital subscrito		322 080 560,00			322 080 560,00
Reservas legais		74 907,42			74 907,42
Outras reservas		25 727,80			25 727,80
Resultados transitados	Art. 6º/7º	-685 045 410,34	448 270 950,27	4 011 042,18	-232 763 417,89
Excedentes de revalorização	Art. 6º	34 995 192,31		-962 325,34	34 032 866,97
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		14 384 096,18			14 384 096,18
Resultado líquido do período					
Total do capital próprio		-313 484 926,63	448 270 950,27	3 048 716,84	137 834 740,48
Passivo					
Passivo não corrente		240 524 079,75	-217 706 367,68		22 817 712,07
Provisões		12 540 033,61			12 540 033,61
Financiamentos obtidos	Art. 7º alínea a)	177 538 354,24	-177 538 354,24		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	Art. 7º alínea c)	287 060,00	-287 060,00		
Passivos por impostos diferidos		6 894 564,84			6 894 564,84
Outras passivos financeiros	Art. 7º alínea a) e)	39 880 953,44	-39 880 953,44		3 383 113,62
Passivo corrente		221 026 338,80	-205 874 821,48		15 151 517,32
Fornecedores		3 704 302,81			3 704 302,81
Adiantamento de clientes		2 144,75			2 144,75
Estado e outros entes públicos		1 462 270,13			1 462 270,13
Financiamentos obtidos	Art. 7º alínea a)	204 171 855,68	-204 161 343,00		10 512,68
Outras dividas a pagar		8 205 708,26			8 205 708,26
Diferimentos		1 766 578,69			1 766 578,69
Outros passivos financeiros	Art. 7º alínea a/e)	1 713 478,48	-1 713 478,48		
Total do passivo		461 550 418,55	-423 581 189,16		37 969 229,39
Total do capital próprio e do passivo		148 065 491,92	24 689 761,11	3 048 716,84	175 803 969,87

Porto, 6 de abril de 2022

Contabilista Certificado nº 6622
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração

Presidente

Cristina Mafalda Nieto Pimentel

Vogais

Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.** (a Entidade ou STCP), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 182.762.463 euros e um total de capital próprio de 139.339.622 euros, incluindo um resultado líquido de 83.499 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme mencionado nos pontos 1 e 32.10 das notas às demonstrações financeiras da **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.**, a partir de 1 de janeiro de 2021, com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 151/2019, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 175/2019, e de acordo com ofício da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, foi realizada a intermunicipalização da **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S. A.**, em que o capital social foi integralmente transmitido do Estado Português para os seis municípios onde a empresa opera: Município do Porto, Município de Vila Nova de Gaia, Município de Matosinhos, Município da Maia, Município de Gondomar e Município de Valongo. Os efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes inerentes a este processo encontram-se descritos no referido ponto 32.10 - Impacto nos capitais próprios do decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 151/2019. Nas obrigações financeiras do Estado inclui-se a assunção da dívida financeira da STCP, reconhecida no balanço em 31 de dezembro de 2020, as responsabilidades formadas ou em formação relativas a complementos de pensões de reforma ou de invalidez, quer dos trabalhadores reformados quer dos que se encontram em funções, as responsabilidades associadas a

Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Sede Social Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 5º andar, 1600-209 Lisboa – Portugal
Escritório do Porto, Rua do Campo Alegre, 830, Sala 14, 3º andar 4150-171 Porto – Portugal | Tel: +351 226 051 020
Inscrição n.º 51 na OROC - Registada na CMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 186.580,00 €



operações de derivados financeiros existentes, as responsabilidades apuradas ou que venham a apurar-se no âmbito de processos judiciais relativamente a factos anteriores e ainda a assunção de custos relativos à renovação da frota e outros já aprovados, conforme Portaria nº 761/2019, de 29 de outubro.

Conforme mencionado nos pontos 29.4 das notas às demonstrações financeiras da **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.** e mediante deliberação unânime acionista de 31 de dezembro de 2021, e face à situação em que a Entidade se encontrava perante o art. 35º do Código das Sociedades Comerciais, foi deliberado proceder à redução do capital social em 232.080.560 euros para efeitos de cobertura de prejuízos, mediante a extinção de parte das ações representativas do capital social da Sociedade, na proporção detida por cada um dos acionistas no capital social, passando o capital social do montante de 322.080.560,00 euros para o montante de 90.000.000,00 euros, para efeitos da referida cobertura de prejuízos.

A Entidade é, desde a referida data de 1 de janeiro de 2021, uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e com natureza intermunicipal, nos termos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. Conforme referido no ponto 14 das notas às demonstrações financeiras, sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos e com natureza intermunicipal, e uma vez que presta um serviço social de transporte sem qualquer justificação comercial, deveria ser financeiramente compensada pela quota de serviço não comercial que lhe é imposto assegurar. A partir de 2021, com a passagem da titularidade do capital para os seis Municípios da Área Metropolitana do Porto, os eventuais prejuízos antes de impostos anuais que venham a ser gerados têm que ser obrigatoriamente assumidos pelos acionistas, ano a ano, de acordo com o previsto no nº 1 e nº 2 do art. 40º da Lei nº 50/2012. Desta forma, a Demonstração de Resultados por Natureza e por Funções contempla uma rubrica nova – "Transferências financeiras ao abrigo do art. 40º da Lei 50/2012", sendo o montante de cobertura a realizar pelos acionistas, relativo ao ano de 2021, de 2.924.311,50 euros. Este valor corresponde à cobertura dos resultados antes de impostos negativos no montante de 2.924.311,50 euros que a Entidade entende ainda não estar sujeito a tributação.

Conforme mencionado no ponto 15.2 das notas às demonstrações financeiras da **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.**, as participações financeiras em subsidiárias e associadas, são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. A Entidade considera-se dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o previsto na alínea a), nº 6 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela.

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

mazars

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



mazars

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66º - B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, a informação não financeira nos termos do artigo 66º- B do Código das Sociedades Comerciais, está descrita ao longo dos Capítulos 1 a 7 do Relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração.

Porto, 3 de maio de 2022

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA

Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta

(Revisor Oficial de Contas com o nº 1023 e registado na CMVM com o nº 20160637)





Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções estatutárias acompanhámos desde a nossa nomeação em agosto de 2021, o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a atividade da **Sociedade de Transportes Colectivos do Portot, E.I.M., S.A.** (a Entidade), examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Na nossa qualidade de Revisores Oficiais de Contas auditámos as contas da sociedade reportadas a 31 de dezembro de 2021 e, como parte dos trabalhos de auditoria, analisámos o processo de preparação e divulgação da informação financeira na referida data.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos e o Relatório de Gestão, desde que lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. As bases de mensuração utilizadas merecem a nossa concordância.

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe "Princípios de Governo Societário". Neste contexto, a **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.**, em cumprimento do disposto no artigo 54.º do referido diploma, elaborou um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2021, a disponibilizar também para consulta no *site* da entidade.

Com referência ao exercício de 2021, não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem emitimos parecer relativamente a qualquer negócio realizado entre a Entidade e os membros do Conselho de Administração da mesma nos termos do Art. 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o correspondente Anexo apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 5.º andar, 1600-209 Lisboa – Portugal
Escritório do Porto: Rua do Campo Alegre, 830, Sala 14, 3.º andar 4150-171 Porto – Portugal | Tel: +351 226 051 020
Inscrição n.º 51 na OROC - Registada na CMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 186 580,00 €



- 2º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

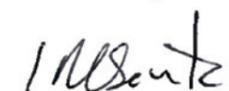
Porto, 3 de maio de 2022

O FISCAL ÚNICO

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA

Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta

(Revisor Oficial de Contas com o n.º 1023 e registado na CMVM com o n.º 20160637)



MAZARS & ASSOCIADOS, SROC, SA

ÍNDICE GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI)

Diretrizes GRI		Página
ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
G4 - 1	Mensagem do Presidente	8-9
G4 - 2	Descrição dos impactos, riscos e oportunidades	25-31; 200-202
PERFIL		
G4 - 3	Nome da organização	contracapa
G4 - 4	Principais marcas, produtos e serviços	16-57
G4 - 5	Localização da sede da organização	contracapa
G4 - 6	País onde opera	contracapa
G4 - 7	Natureza da propriedade e forma jurídica da organização	114
G4 - 8	Mercados em que a organização atua (discriminação geográfica, setores abrangidos e tipos de clientes e beneficiários)	16-57
G4 - 9	Dimensão da organização	16
G4 - 10	Número total de empregados por género	74
G4 - 11	Colaboradores cobertos por acordos de negociação coletiva	N.D.
G4 - 12	Cadeia de fornecedores da organização	107
G4 - 13	Mudanças significativas ocorridas no período coberto pelo relato	138-139
G4 - 14	Abordagem ao princípio da precaução	86; 100; 106
G4 - 15	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	86
G4 - 16	Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais	106-107
ASPETOS MATERIAIS E LIMITES		
G4 - 17	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	154
G4 - 18	Processo para a definição do conteúdo e limites do relatório	12; 154
G4 - 19	Aspetos considerados materiais na definição do conteúdo do relatório	12; 154
G4 - 20	Identificação dos aspetos materiais internos e seus limites	12; 154; 86-106
G4 - 21	Identificação dos aspetos materiais externos e seus limites	86-106
G4 - 22	Efeitos de reformulação de informação fornecida em relatórios anteriores e razões para essa reformulação	N.A.
G4 - 23	Mudanças significativas em comparação com períodos anteriores	N.A.
ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS		
G4 - 24	Identificação das partes interessadas	100-107
G4 - 25	Metodologia de identificação das partes interessadas	86

G4 - 26	Abordagem para o envolvimento das partes interessadas	N.D.
G4 - 27	Principais temas e preocupações das partes interessadas e medidas adotadas	100-107
PERFIL DO RELATÓRIO		
G4 - 28	Período coberto pelo relatório	12; 154
G4 - 29	Data do relatório anterior	N.A.
G4 - 30	Ciclo de emissão de relatórios	12; 154
G4 - 31	Contacto para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	contracapa
G4 - 32	Reportar a opção "de acordo" escolhida pela empresa	N.A.
G4 - 33	Política e prática corrente adotada para submeter o relatório a verificação externa	N.A.
GOVERNAÇÃO		
G4 - 34	Estrutura de governação da organização	114-119
G4 - 51	Políticas de remuneração aplicadas aos órgãos de governação	N.D.
ÉTICA E INTEGRIDADE		
G4 - 56	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética	86; 106; 121
ECONÓMICO		
DESEMPENHO ECONÓMICO		
G4 - EC1	Valor económico direto gerado e distribuído	132
G4 - EC3	Cobertura das obrigações previstas no plano de pensões	158; 206
G4 - EC4	Apoio financeiro recebido do governo / acionista	126-129; 158; 197-198
IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS		
G4 - EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos	13-15; 126-127
G4 - EC8	Impactos económicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos	N.D.
AMBIENTAL		
ENERGIA		
G4 - EN3	Consumo de energia dentro da organização	90-92
G4 - EN5	Intensidade energética	90-92
G4 - EN6	Redução do consumo de energia	90-92
ÁGUA		
G4 - EN8	Consumo de água por fonte	94
EMISSIONES		
G4 - EN15	Emissões diretas de GEE	93
G4 - EN16	Emissões indiretas de GEE	N.D.

G4 - EN17	Intensidade de emissões de GEE	N.D.
G4 - EN18	Redução de emissões de GEE	N.D.
G4 - EN21	Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	N.D.
EFLUENTES E RESÍDUOS		
G4 - EN23	Peso de resíduos produzidos, por tipo e método de tratamento	95-96
G4 - EN25	Peso de resíduos produzidos considerados perigosos	97
CONFORMIDADE		
G4 - EN29	Valor monetário de multas significativas decorrentes de não conformidades de leis e regulamentos ambientais	N.A.
GERAL		
G4 - EN31	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminados por tipo	N.D.
SOCIAL		
SOCIAL - PRÁTICAS LABORAIS		
EMPREGO		
G4 - LA1	Número e taxa de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária e gênero	70-75
G4 - LA2	Benefícios concedidos a empregados a tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários	158-206
SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO		
G4 - LA6	Tipo e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e fatalidades	80
G4 - LA7	Trabalhadores com elevado risco ou incidência de doenças profissionais	N.D.
FORMAÇÃO		
G4 - LA9	Média de horas de formação por ano, por trabalhador, discriminadas por gênero	76-77
G4 - LA11	Porcentagem de empregados que recebam regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	N.D.
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES		
G4 - LA12	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	73-75; 115-116
IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES		
G4 - LA13	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria profissional	N.D.
SOCIAL - SOCIEDADE		
COMUNIDADES LOCAIS		
G4 - SO1	Operações com programas de envolvimento das comunidades locais	102-105
COMBATE À CORRUPÇÃO		
G4 - SO3	Porcentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	N.D.

G4 - SO4	Comunicação e formação em políticas e procedimentos anti-corrupção	122
G4 - SO5	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	N.D.
CONFORMIDADE		
G4 - SO4	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes de não conformidade com leis e regulamentos	N.A.
MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADA COM IMPACTOS NA SOCIEDADE		
G4 - SO11	Número de reclamações relacionadas com impactos na sociedade	62
SOCIAL - RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO		
SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE		
G4 - PR1	Porcentagem de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança	N.D.
G4 - PR2	Número total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados com impactos na saúde e segurança causados pelos produtos ou serviços	N.D.
ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS		
G4 - PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e porcentagem de categorias significativas sujeitas a essas exigências	58;60
G4 - PR4	Número total de casos de não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem dos produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados	46-49; 54-57
G4 - PR5	Resultados de avaliação de satisfação do cliente	N.D.
COMUNICAÇÃO E MARKETING		
G4 - PR7	Número total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado	N.A.
PRIVACIDADE DO CLIENTE		
G4 - PR8	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	N.A.
CONFORMIDADE		
G4 - PR9	Valor monetário de multas significativas pelo incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	N.A.

N.A. - Não Aplicável

N.D. - Não Disponível

**Sociedade de Transportes Colectivos do Porto,
E.I.M., S.A**

Av. Fernão de Magalhães 1862, 13º
4350-158 Porto
Tel: +351 225 071 000
Fax: +351 225 071 150
e-mail: geral@stcp.pt
www.stcp.pt

Capital Social: 90.000.000 €
Capital Próprio: 139.339.622,20€
NIPC: 500 246 467
Registada na 2ª Conservatória do Registo
Comercial do Porto com o nº 51372

**Edição e Propriedade:
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto,
E.I.M., S.A**

Design: Bastarda
Impressão: Tipografia Comercial
Exemplares: 70
Ano de Edição: 2022

